

**(RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA A
PARTIR DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM PIRACANJUBA (GO)**

GOIÂNIA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Paulo Henrique Santos Nogueira

3. Título do trabalho

(RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA A PARTIR DA
PRODUÇÃO LEITEIRA EM PIRACANJUBA (GO)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Santos Nogueira, Discente**, em 23/12/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonca, Professor do Magistério Superior**, em 08/01/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5061160** e o código CRC **6C263137**.

Referência: Processo nº 23070.048562/2024-91

SEI nº 5061160

PAULO HENRIQUE SANTOS NOGUEIRA

**(RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA A
PARTIR DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM PIRACANJUBA (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Marcelo R. Mendonça

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nogueira, Paulo Henrique Santos
(RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS E SUJEIÇÃO DA RENDA DA
TERRA A PARTIR DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM PIRACANJUBA
(GO) [manuscrito] / Paulo Henrique Santos Nogueira. - 2024.
196 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto
de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2024.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Renda da terra. 2. Reestruturação produtiva. 3. Agronegócio
leiteiro. 4. (Re)Existências. 5. Soberania alimentar. I. Mendonça,
Marcelo Rodrigues, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 57/2024 da sessão de Defesa de Dissertação de **Paulo Henrique Santos Nogueira**, que confere o título de Mestre em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **vinte e dois dias de novembro de dois mil e vinte e quatro**, a partir das **14:00** horas, no **Auditório Maria Geralda de Almeida**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA, (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS E SOBERANIA ALIMENTAR: A RENDA DO LEITE EM PIRACANJUBA (GO)”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor **Doutor Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Janaine Daniela Pimentel Lino Carneiro (UEG)**, membro titular externo; Professor Doutor **Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, **aos vinte e dois dias de novembro de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

(RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA A PARTIR DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM PIRACANJUBA (GO)



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonca, Professor do Magistério Superior**, em 22/11/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 22/11/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaine Daniela Pimentel Lino Carneiro, Usuário Externo**, em 28/11/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4956859** e o código CRC **AB5B9A63**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA DE DEFESA

PROF. DR. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA
Orientador– PPGeo/UFG

PROF. DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Examinador Interno – PPGeo/UFG

PROFA. DRA. JANÃINE DANIELA PIMENTEL LINO CARNEIRO
Examinadora Externa – UEG/Campus Sul

AGRADECIMENTOS

Eu e os meus entes próximos reconhecemos o fato de crescermos em espaços que cerceiam nossa capacidade imaginativa e criativa, onde a valorização do emprego formal, em detrimento de uma formação acadêmica é mais valorizado. Caso queira prosseguir nos estudos, tem-se a obrigação de vir acompanhado com uma dupla jornada (de trabalho), mesmo que em meio período. Só consegui ter um maior esclarecimento acerca dessa situação após o ingresso na graduação, em que as inúmeras turmas nos diferentes cursos de graduação da UEG/Morrinhos eram (e sempre foram) formadas por estudantes trabalhadores.

A precisão e os poucos recursos acompanhavam a necessidade para subjugar qualquer capacidade emancipatória – criativa, imaginativa, lazer, cultura, saneamento básico e até mesmo o acesso à alimentação. Após o ingresso na Pós-Graduação para a realização do Curso de Mestrado, tomei ciência de outros aspectos que compunham a minha realidade.

Sou neto e filho de trabalhadores rurais, que foram expropriados e que nas cidades de Paraúna, Rio Verde, Goiânia, Aparecida de Goiânia e em Piracanjuba – (GO), mesmo que nas periferias, encontraram a oportunidade de se refazerem cotidianamente. Diante dos inúmeros altos e baixos e as diversas formas de violência – física, doméstica, racial e de classe. Por vezes me pergunto, se minha realidade seria diferente, caso meus avós, tios e mãe fossem reconhecidos como sujeitos de direito perante/pelo Estado, mas aprendi com meu orientador que não devemos trabalhar com “se”, uma vez que as contradições da sociedade de classes se apresentam na materialidade e possuem dimensões geográficas/espaciais, e surgem inicialmente na negação da existência desses sujeitos e a legitimação de uma classe sobre a outra ocorre a partir das violações de seus/nossos direitos.

Diante disso, afirmo que essa pesquisa é produto do esforço coletivo de amigos, familiares, colegas de orientação, professores e dos sujeitos dos quais as realidades concretas serviram de base material e empírica para a escrita da Dissertação.

Agradeço inicialmente à minha querida professora e amiga Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro por me incentivar, orientar e aconselhar durante essa caminhada, que teve início ainda na graduação. A partir dela pude observar e reconhecer inúmeros aspectos dos quais acredito serem qualidades inerentes não só a um pesquisador(a) da Geografia e do fazer docente, mas enquanto ser humano capaz de acreditar nos próprios sonhos e realizá-los.

Agradeço ao meu querido professor e amigo Renato Adriano Martins, por ter me mostrado ainda na graduação o quão incrível é a Geografia, mas para além disso, um amigo que pude contar e no qual sou grato pelos conselhos para a vida, incentivos, orientações nos projetos de iniciação científica e nos momentos de ócio criativo nos momentos de *brejas*.

Agradeço imensamente ao meu amigo e orientador Marcelo Rodrigues Mendonça por ter orientado essa pesquisa e partilhado o fardo do que é desenvolver uma pesquisa no Brasil. A partir dos diálogos, das orientações e outras camadas que cerceiam o cotidiano, foram sendo desveladas e a partir dessa formação buscar desenvolver uma pesquisa/ensino que seja subversivo.

Agradeço ao meu querido amigo Adriano Rodrigues de Oliveira que tive a oportunidade de conhecer no Programa de Pós-Graduação em Geografia, também pelas orientações e os conselhos nas horas difíceis, não só sobre as questões relacionadas à pesquisa, mas aos diversos assuntos da vida. Ademais, pela composição da banca do Exame de Qualificação, juntamente com a Janãine Daniela Pimentel L. Carneiro, que dedicaram seu tempo, oferecendo contribuições fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa, incluindo reflexões sobre a alimentação, espaço e sua relação com a mundialização do capital.

Agradeço aos meus familiares que mesmo diante das dificuldades foram meu suporte nessa jornada, em especial à minha querida mãe Iolanda, minha irmã Danielle, meu cunhado Elenilson e aos meus irmãos, Gabriella, Carlos Luiz, Renato, Guilherme e o meu sobrinho, Álex Gabriel.

Agradeço também aos meus amigos e as amigas que fiz durante o Mestrado, Bárbara, Nádia, Mayra, Lívia, Lara, Eduarda, Jean, Carlandio, Caio, Flávio Marcos, Juliana, Pablo, Helena, Cristinei, todos eles tornaram a caminhada mais leve.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Cito Fernanda, Onésio e Luana representando o IESA, me referindo a todo o quadro humano necessário para que ele exista, ou seja, o conjunto de trabalhadores técnicos, pesquisadores e professores.

Ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER), especialmente os colegas do grupo de estudos, pelas trocas de experiências.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

A todos os sujeitos que participaram diretamente desta pesquisa, como entrevistado(a), cooperados(a), bem como todas as pessoas que ocuparam espaços de gestão que facilitaram o acesso a dados e documentos fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Na presente pesquisa buscou-se construir uma análise a partir da reestruturação produtiva das agroindústrias laticinistas em Goiás e seus efeitos na saúde e nas relações de trabalho e produção para os camponeses produtores de leite, tendo como recorte espacial o município de Piracanjuba. A centralidade da pesquisa consiste em compreender as (Re)Existências camponesas diante das mudanças territoriais operadas pelo agronegócio em Piracanjuba (GO), considerando a sujeição da renda da terra através da produção leiteira, realizada, predominantemente, por camponeses produtores de leite aos complexos laticinistas mundializados. Em relação aos objetivos específicos buscou-se analisar a produção leiteira como estratégia de permanência na terra e de reprodução social do campesinato; delimitar as principais transformações técnicas na produção leiteira e sua contribuição para as (Re)Existências camponesas; compreender os principais aspectos do processo de reestruturação espacial das agroindústrias leiteiras em Goiás e a integração do campesinato à essa cadeia produtiva. Os recursos metodológicos utilizados consistiram com revisão bibliográfica e documental, pesquisa de campo, consulta em bancos de dados secundários, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e a utilização de recursos fotográficos. No decorrer da pesquisa observou-se que o sucesso das agroindústrias processadoras de alimentos – embora não sejam proprietárias de vacas leiteiras conseguem por meio da sujeição da renda da terra – materializado no leite enquanto produto/matéria-prima, auferir lucros cada vez mais altos, sobretudo na atualidade com as novas formulações industriais denominadas de *soluções lácteas* – que possuem menor porcentagem de leite e/ou subprodutos oriundos do processamento do leite e em alguns casos nenhum derivado do leite em sua composição – todo esse processo evidencia a contradição que permeia a realidade em que o Brasil se encontra, de um lado uma agenda urgente para a construção da soberania alimentar nacional, a necessidade de reforma agrária e de outro como o agronegócio se consolida ideologicamente e politicamente a partir do discurso de “produtor” de alimentos para a classe trabalhadora, se tal prerrogativa fosse verídica não teríamos um país que voltou aos índices alarmantes de fome e de insegurança alimentar no período de 2017-2022. Com a ascensão dos representantes políticos da elite brasileira, a extrema direita operou uma série de desmontes nas políticas públicas de transferência de renda, de combate à fome e a miséria no país. A pandemia da Covid-19 escancarou todas essas mazelas sociais, cenas em que pessoas formavam filas para pegar ossos em açougues do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – estados que são destaques nacionais na pecuária de corte- se tornaram recorrentes e junto com a alta dos alimentos *in natura* surgiu o contexto perfeito para o aumento no consumo de alimentos *ultraprocessados*. Essa condição coloca para a Geografia Agrária uma situação que já vinha sendo alertada por Castro (1984), a fome é produzida a partir de fatores socioeconômicos sob os interesses político-sociais de grupos privados de não permitir que uma parcela significativa da população acesse os alimentos necessários para a reprodução cotidiana da vida. Seus estudos tratam também da *fome oculta/fome endêmica*, uma fome coletiva, que é produzida no cotidiano e que mata, lentamente, as populações afetadas, não por inanição, mas por doenças associadas (doenças crônicas não transmissíveis). A raiz dessa desigualdade social no acesso pleno à alimentos saudáveis, está alicerçada nas mudanças territoriais operadas no campo, sobretudo nos territórios produtores de alimentos, a inoperância do Estado para promover condições dignas para os camponeses, *trabalhadores e trabalhadoras da terra* no campo, a transferência tecnológica além de facilidades de acesso ao crédito e outras regalias das políticas agrícolas do Plano Safra, para agricultura familiar se faz completamente oposta quando se trata do direcionamento ao agronegócio. A outra face do processo diante ao privilegiamento ao agronegócio pelo Estado, estão as demandas da *mundialização do capital* e a *financeirização da economia* em que o mercado especulativo alcança também a esfera da produção de alimentos – convertendo-a em produção de mercadorias (comodities).

Palavras-chaves: *Renda da terra*, Reestruturação produtiva, agronegócio leiteiro, (Re)Existências, Soberania alimentar.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue construir un análisis de la reestructuración productiva de las agroindustrias lácteas en Goiás y sus efectos sobre la salud, las relaciones laborales y la producción de los campesinos productores de leche, teniendo como foco espacial el municipio de Piracanjuba. El núcleo de la investigación es comprender la (Re)Existencia campesina frente a los cambios territoriales provocados por el agronegocio en Piracanjuba (GO), considerando la sujeción de la renta de la tierra a través de la producción lechera, realizada predominantemente por campesinos productores de leche, a los complejos lecheros globalizados. En cuanto a los objetivos específicos, se buscó analizar la producción lechera como estrategia de permanencia en la tierra y de reproducción social del campesinado; definir las principales transformaciones técnicas en la producción lechera y su contribución a la (Re)Existencia campesina; comprender los principales aspectos del proceso de reestructuración espacial de las agroindustrias lácteas en Goiás y la integración del campesinado en esta cadena productiva. Los recursos metodológicos utilizados consistieron en una revisión bibliográfica y documental, investigación de campo, consulta de bases de datos secundarias, entrevistas semiestructuradas, cuestionarios y utilización de recursos fotográficos. En el transcurso de la investigación, se observó que el éxito de las agroindustrias procesadoras de alimentos -aunque no posean vacas lecheras- se logra a través de la sujeción de la renta de la tierra -materializada en la leche como producto/materia prima- para obtener ganancias cada vez mayores, especialmente hoy en día con las nuevas formulaciones industriales llamadas soluciones lácteas - que tienen un menor porcentaje de leche y/o subproductos del procesamiento de la leche y en algunos casos ningún derivado lácteo en su composición - todo este proceso pone de manifiesto la contradicción que impregna la realidad en la que se encuentra Brasil, por un lado, una agenda urgente de construcción de la soberanía alimentaria nacional, una propuesta de reforma agraria, y por otro, cómo el agronegocio se consolida ideológica y políticamente a través del discurso de «productor» de alimentos para los hogares brasileños. Si esto fuera cierto, no tendríamos un país que volvió a niveles alarmantes de hambre e inseguridad alimentaria en el período 2017-2022, con el ascenso de los representantes políticos de la élite brasileña, que desmantelaron una serie de políticas públicas para transferir ingresos y combatir el hambre y la pobreza en el país. La pandemia del Covid-19 ha dejado al descubierto todos estos males sociales. Las escenas de personas haciendo cola para recoger huesos en las carnicerías de Mato Grosso y Mato Grosso do Sul -estados que son destaque nacional en la ganadería bovina- se han vuelto recurrentes y, junto con el aumento de los precios de los alimentos frescos, ha surgido el contexto perfecto para el aumento del consumo de alimentos ultraprocesados. El hambre es producida por factores socioeconómicos bajo los intereses políticos y sociales de grupos privados que no permiten que una parte importante de la población acceda a los alimentos necesarios para la reproducción cotidiana de la vida. Sus estudios también abordan el hambre oculta/hambre endémica, un hambre colectiva que se produce cotidianamente y que mata lentamente a las poblaciones afectadas, no por inanición, sino por enfermedades asociadas (enfermedades crónicas no transmisibles). La raíz de esta desigualdad social en el acceso pleno a una alimentación sana está en los cambios territoriales que se han producido en el campo, especialmente en los territorios productores de alimentos. La incapacidad del Estado para promover condiciones dignas para los campesinos y trabajadores de la tierra en el campo, la transferencia tecnológica, así como un acceso más fácil al crédito y otros beneficios de las políticas agrarias del Plan Safra para la agricultura familiar, es totalmente opuesta cuando se trata de orientar el agronegocio. La otra cara del proceso son las exigencias de la globalización del capital y de la financiarización de la economía, en la que el mercado especulativo alcanza también la esfera de la producción de alimentos, convirtiéndola en producción de mercancías.

Palabras-clave: Renta de la tierra, Reestructuración productiva, Agronegocio lácteo, (Re)Existencias, Soberanía alimentaria.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA (GO) E DA MICRORREGIÃO DO MEIA PONTE (GO)	35
FIGURA 2: PRODUÇÃO DE ECONOMIA DE EXCEDENTE.....	69
FIGURA 3: MAQUINÁRIOS AGRÍCOLAS PARA PRODUÇÃO DE RAÇÃO PARA O GADO LEITEIRO	70
FIGURA 4: TANQUE DE REFRIGERAÇÃO DE LEITE EM PIRACANJUBA (GO).....	71
FIGURA 5 – MAQUINÁRIO DE NUTRIÇÃO E MANEJO DO REBANHO LEITEIRO.....	71
FIGURA 6 – PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS GOIANOS POR VOLUME TOTAL (EM MIL KG/LEITE) 2022.....	96
FIGURA 7 – TERRITORIALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS AGROINDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE LEITE EM GOIÁS.	97
FIGURA 8 - AS MULHERES DAS DÉCADAS DE 1960-1970 E OS CONTEXTOS DISCURSIVOS DA NESTLÉ..	115
FIGURA 9 – GRUPOS DE EMPRESA NO RAMO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS	118
FIGURA 10 - ANÚNCIO LEITE EM PÓ NINHO – 1971.....	136
FIGURA 11 – FORMULAÇÕES DE COMPOSTO LÁCTEO PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL	137
FIGURA 12 – FORMULAÇÕES DE MISTURA LÁCTEA DE SORO DE LEITE PARA PREPARAÇÃO DE SOBREMESAS.	138
FIGURA 13 – BEBIDAS LÁCTEAS COM ENFOQUE PARA PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO ...	139
FIGURA 14 - BEBIDAS LÁCTEAS COM ENFOQUE PARA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL	139
FIGURA 15 – FORMULAÇÕES PARA O SETOR DE FAST-FOOD.....	140
FIGURA 16 – PRODUÇÃO DE UVAS NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA (GO)	150
FIGURA 17 – PRODUÇÃO DE BANANAS NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA (GO).....	151
FIGURA 18 – MATERIAIS UTILIZADOS PARA CONSTRUÇÃO DO VARAL DE SECAGEM DAS FOLHAS DE FUMO.....	152
FIGURA 19 – VARAL PARA SECAGEM DAS FOLHAS DE FUMO	152
FIGURA 20 – LAVOURA DE FUMICULTURA	153
FIGURA 21 – LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA (GO) – 2024.....	160

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO SITUAÇÃO DOMICILIAR 1970/2010.....	44
GRÁFICO 2: PRODUÇÃO LEITEIRA PIRACANJUBA 1975 – 2020 (X 1.000 KG).....	57
GRÁFICO 3: VALORES DO PLANO SAFRA (EM BILHÕES REAIS).....	64
GRÁFICO 4: RECURSOS DO PRONAF DESTINADOS À PECUÁRIA EM PIRACANJUBA – GO 2013-2022.....	66
GRÁFICO 5 : PRODUÇÃO LEITEIRA BRASIL (1975-2020)	84
GRÁFICO 6: PRODUÇÃO LEITEIRA DE GOIÁS (1975-2020).....	94
GRÁFICO 7 – PREÇO LÍQUIDO DO LEITE (2000-2023).....	102
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL (2004-2020).....	113
GRÁFICO 9 – INFLAÇÃO GERAL E INFLAÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL (EM %).....	119
GRÁFICO 10 – CONSUMO APARENTE DE LEITE NO BRASIL (PER CAPITA EM QUILOGRAMAS/HAB./ANO)	125
GRÁFICO 11 - AQUISIÇÃO DOMICILIAR DE LATICÍNIOS (ANUAL PER CAPITA EM KG).....	126
GRÁFICO 12: EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE LÁCTEOS NO BRASIL, CONFORME A CLASSIFICAÇÃO DO NOVO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	127
GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA (MILHÕES DE HECTARES)	155
GRÁFICO 14 - DECRÉSCIMO DA ÁREA COLHIDA (MILHÕES DE HECTARES).....	156
GRÁFICO 15 – CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À TERRA.	165
GRÁFICO 16 – PRINCIPAL FONTE DE RENDA	166

Lista de Tabelas

TABELA 1: COMPOSIÇÃO DO PIB MUNICIPAL – 2020.....	41
TABELA 2: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA – GO EM 2017.....	47
TABELA 3: PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS (1980-2020) PIRACANJUBA - GO	48
TABELA 4: PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE GOIÁS (1990-2020).....	50
TABELA 5: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS POR GOIÁS.	52
TABELA 6 – PRODUTIVIDADE DO REBANHO LEITEIRO EM PIRACANJUBA (GO).....	58
TABELA 7: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE PRODUZIRAM LEITE DE VACA EM PIRACANJUBA (GO).	60
TABELA 8: PARTICIPAÇÃO ESTIMADA DE GRUPOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO BRASIL.....	81
TABELA 9 – TOP 20 MUNDIAIS, MAIORES AGROINDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE LEITE NO ANO DE 2020 (VOLUME CAPTADO EM MILHÕES DE TONELADAS)	83
TABELA 10 – MAIORES AGROINDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE LEITE NO BRASIL 2000-2020 (CAPTAÇÃO DE LEITE EM MILHÕES KG).....	86
TABELA 11: MAIORES AGROINDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS DE GOIÁS – 2021.	94
TABELA 12: VALOR (US \$) DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE LATICÍNIOS (2000 A 2020).....	101
TABELA 13 - ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE LÁCTEOS EM 2000-2020.	104
TABELA 14 – VALORES DAS IMPORTAÇÕES DE LÁCTEOS POR UNIDADE FEDERATIVA.	106
TABELA 15 - DESTINAÇÃO DO LEITE INSPECIONADO NO BRASIL (EM MILHÕES DE KG)...	129
TABELA 16 – AQUISIÇÃO ALIMENTAR DOMICILIAR PER CAPITA ANUAL POR CLASSE DE RENDIMENTO.....	130
TABELA 17– PRINCIPAIS ADITIVOS UTILIZADOS EM IOGURTES INDUSTRIALIZADOS.....	132
TABELA 18 - VENDAS DE AGROTÓXICOS E AFINS NO BRASIL 2000-2020	157
TABELA 19 – VALORES INVESTIDOS NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE – MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA (GO) (2011-2022).....	162
TABELA 20 - UNIDADES EDUCACIONAIS BENEFICIADAS COM OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PNAE/FNDE.....	163
TABELA 21 – EXTENSÃO DAS PROPRIEDADES EM ALQUEIRES.....	164

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	12
METODOLOGIA	24
2. PIRACANJUBA (GO): O LUGAR DA PESQUISA	30
2.1 A DINÂMICA ESPACIAL DE PIRACANJUBA (GO).....	34
2.2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA	41
2.3. O MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA (GO) E A PRODUÇÃO LEITEIRA	53
3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL	73
3.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL LATICINISTA NO BRASIL 76	
3.2 MODERNIZAÇÃO TERRITORIAL E A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO AGRONEGÓCIO DO LEITE EM GOIÁS	89
3.3. ORGANIZAÇÃO DOS MERCADOS GLOBAIS DE PRODUÇÃO LEITEIRA: AS IMPLICAÇÕES DO MERCOSUL NA PECUÁRIA LEITEIRA DO BRASIL E EM GOIÁS	98
4. PARECE LEITE, MAS NÃO É: O QUE ESTAMOS COMENDO?.....	109
4.1 TRANSIÇÃO ALIMENTAR NUTRICIONAL: IMPLICAÇÕES DA CENTRALIZAÇÃO/CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE COMIDA NUMA ECONOMIA DE ESCALA	111
4.2. A ARTICULAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA LEITEIRA NA SUBSTITUIÇÃO DE SUAS FÓRMULAS: SUBPRODUTOS E AS SOLUÇÕES LÁCTEAS	120
4.3. QUANDO O LEITE DEIXA DE SER UM ALIMENTO?.....	133
5. AS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS PELO AGRONEGÓCIO: A TRANSFORMAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM PRODUÇÃO DE MERCADORIAS.....	143
5.1 ORDENHANDO DINHEIRO: DOS CURRAIS ATÉ ÀS AGROINDÚSTRIAS, AS AMARRAS E OS GARGALOS NA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA	147
5.2 TERRITÓRIOS PRODUTORES DE ALIMENTOS: PARA ALÉM DA PRODUÇÃO LEITEIRA, A PRODUÇÃO DA VIDA.	149
5.3 OS EFEITOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO <i>AGRONEGÓCIO</i> SOBRE OS TERRITÓRIOS PRODUTORES DE ALIMENTOS	154
6. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
ANEXOS.....	186

LISTA DE SIGLAS

ABIA – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
ABIAM – Associação Brasileira da Indústria de Aditivos Alimentícios
ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABLV – Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida
ABRALEITE – Associação Brasileira de Produtores de Leite
ACT – Ação para o Controle do Tabagismo
AGROSTAT – Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AMAR – Associação de Moradores da Areia e Região
CILEITE – Centro de Inteligência do Leite
CNN – Cable News Network
COAPIL – Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba (GO)
EMATER – Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEB – Escola Municipal de Educação Básica
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
FME – Fundo Municipal de Educação
GDT – Global Dairy Trade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor
IDESA – Instituto de Desenvolvimento Socioambiental
IESA – Instituto de Estudos Socioambientais
IFCN – International Farm Comparison Network
IMB – Instituto Mauro Borges
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos
LABOTER – Laboratório de Pesquisas das Dinâmicas Territoriais
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NUPENS – Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde
OCLA – Observatorio de la Cadena Láctea Argentina
ONU – Organização das Nações Unidas
OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief
P.A – Projeto de Assentamento
PAHO – Organização Pan-Americana da Saúde
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal
PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional
PIA – Pesquisa Industrial Anual
PNCR – Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNQL – Programa Nacional de Qualidade do Leite
PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiar
PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar
SECEM – Secretaria de Comércio Exterior do Mercosul
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
SISAN – Segurança e Soberania Alimentar Nutricional
SME – Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba (GO)
TRAPPU – Trabalho, Território e Políticas Públicas
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UFG – Universidade Federal de Goiás
UHT – Ultra High Temperature

1. APRESENTAÇÃO

O campo em sua essência é heterogêneo tanto em aspectos qualitativos quanto em aspectos quantitativos. Embora apresente múltiplas territorialidades, não é livre de contradições. Em Goiás, o capital agroindustrial, químico, genético e financeiro, neste contexto histórico, representado pelo agronegócio, é hegemônico e se expande sobre os territórios camponeses, hegemonzando o campo. Os camponeses, por sua vez, não são eliminados, pois adotam diferentes táticas/estratégias para permanecerem em seus territórios, resistem para continuar Existindo, consolidando-se as chamadas *(Re)Existências*.

Compreende-se que para as atividades de produção agrícola e pecuária, até mesmo para a extração mineral, há a necessidade da utilização da água, inclusive para a geração de eletricidade. Nesse sentido, Thomaz Junior (2010) aponta que a garantia de terra e água, são elementos indissociáveis para o capital, sobretudo nas áreas de Cerrado. Portanto, pensar a expansão geográfica da produção de *commodities* agrícolas e minerais nas áreas de Cerrado, é impossível não se considerar a disputa pelos recursos territoriais.

No que se refere ao conceito de *(Re)Existência*, ao analisar a expansão do *agronegócio* canavieiro no Sul Goiano, Neves (2019) destaca o quadro de pesquisas relacionadas à essa temática com foco nas *(Re)Existências*, as diferentes táticas/estratégias de permanência na terra, como o desenvolvimento de práticas agroecológicas, a utilização de bancos de sementes crioulas dentre muitas outras. Essas estratégias são compreendidas na luta pela autonomia camponesa em relação às diversas segmentações do capital (agroindustrial, químico, financeiro) e na valorização dos diferentes *saberes-fazer*s, assim como os demais elementos (i)materiais que asseguram sua Existência.

Para Carneiro (2021) as *(Re)Existências* compreendem a luta dos *trabalhadores da terra*¹ em defesa dos territórios de vida, pela sua reprodução social ou mesmo para continuar Existindo. E não acontece somente a partir da ação política dos movimentos sociais e outras formas de luta coletiva, mas também, com base no trabalho, nas suas diferentes formas e em

¹ Ao utilizar o conceito de *trabalhadores da terra*, nos referimos aos trabalhadores e trabalhadoras que possuem no trabalho na terra as condições essenciais (materiais e imateriais) para a Existência. Compreende os trabalhadores/trabalhadoras rurais assalariados nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc. que estão na terra, mesmo que, a maioria não seja proprietária de terras, mas combinam esse estar e viver na terra com situações de venda da força de trabalho, ainda que de maneira extremamente precarizada. Todavia o estar e viver na terra estabelecem o sentido pleno da vida, é essa compreensão que movimenta a ação política, forjando a luta pela terra, pela reforma agrária, pelos territórios (MENDONÇA, 2004, p. 24).

estratégias diversas produzidas cotidianamente em suas práticas socioculturais (CARNEIRO, 2021, p. 69). A diferença entre resistências e *(Re)Existências* não se circunscreve apenas ao âmbito governamental, mas sim na formação e constituição de ações políticas permeados pelas práticas socioculturais, no enfrentamento com o Estado, do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro com o objetivo de garantirem a sua reprodução social em seus territórios, mesmo diante da hegemonia capitalista, representada pelos imperativos do capital.

Ao se dedicar ao entendimento da dinâmica espacial do campo em Goiás, essa tem sido a realidade evidenciada por pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, sobretudo, na Geografia. Especificamente, tem-se as pesquisas vinculadas aos grupos de pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU/LABOTER/IESA/UFG) que demonstram a diversidade de territórios que compõem o campo goiano, mesmo diante dos discursos hegemônicos do agronegócio.

Empiricamente, esta configuração tem sido observada em Piracanjuba (GO). O município está localizado na Microrregião do Meia Ponte, pertencente à Mesorregião do Sul Goiano. Sua dinâmica espacial foi/está vinculada às atividades agropecuárias, hegemônicas pelo agronegócio. Com a territorialização desse modelo de agricultura, tem-se extensas áreas dedicadas às monoculturas de soja, sorgo, bem como, o aumento de estabelecimentos na cidade com serviços voltados exclusivamente para atender tais demandas. No entanto, existem as Comunidades Camponesas – que se destacam pela produção leiteira –, o quilombo e os assentamentos rurais. Dentre eles, estão: o Assentamento Piracanjuba, com 12 famílias; o Assentamento Boa Esperança, com 50 famílias; o Assentamento Rochedo, com 31 famílias (INCRA, 2017). Tem-se ainda o Quilombo Ana Laura, com 150 famílias, ainda não demarcado.

Tais comunidades, assentamentos e o quilombo não estão alheios à lógica capitalista de produção, diferenciam-se no que se refere às relações sociais de trabalho e de cultura, pois dedicam-se à produção de alimentos e produtos artesanais, destinados aos mercados local e regional. A terra para esses sujeitos possui a dimensão de *terra de trabalho*, com finalidade da reprodução de vida. Entretanto, mesmo nos territórios camponeses há o processo de hegemonização pelo agronegócio, caracterizando esses sujeitos, como integrantes do *agronegocinho* – uma vez que os territórios dominados pelas frações do campesinato, encontram-se sob a hegemonia do agronegócio, no qual as políticas públicas de financiamento para a agricultura camponesa, direciona e integra a produção camponesa ao agronegócio.

Entretanto a relação com o mercado não é razão da perda identitária do campesinato, pelo contrário, são as relações (i)materiais com a terra e o trabalho que assegura autonomia do campesinato de produzir sob suas próprias necessidades de consumo ou mesmo de produzir para o mercado local, assim como também possibilita e viabiliza tais cadeias produtivas, compreendidas enquanto agronegócio.

Desde a inserção dos avanços tecnológicos da Revolução Verde nas áreas de Cerrado, nota-se um crescente aumento na produção de *commodities* – sobretudo de origem vegetal em decorrência de suas especificidades *físico-naturais*. O município de Piracanjuba não ficou isento dessas transformações espaciais. Historicamente, a produção leiteira é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas por pequenos e médios produtores, devido aos incentivos estatais e as dinâmicas mercadológicas, acarretando mudanças no uso e ocupação do solo. Todavia, permanece a produção leiteira, por questões culturais que envolvem a organização do trabalho familiar, a renda permanente e a fatura do leite, assim como o cultivo do fumo e outros cultivos, pois a pluriatividade continua exercendo importância econômica no Município.

Dessa forma, a realidade empírica observada no campo em Piracanjuba (GO) demonstra uma diversidade territorial que ultrapassa a ideia de um campo homogêneo. Pelo contrário, identificam-se a permanência da produção leiteira e dos territórios camponeses. Tal diversidade, suscita o interesse em analisar a dinâmica espacial do campo e a reprodução social do campesinato tendo como recorte espacial o município de Piracanjuba (GO). As questões que norteiam a presente proposta de pesquisa, são: quais os territórios para além do agronegócio? Quais as formas de (Re)Existências desses sujeitos frente a hegemonia do agronegócio? Quais as estratégias adotadas para continuarem Existindo? Como se dá a luta pela permanência em seus territórios?

A relevância da pesquisa está ancorada em três vertentes, sendo: o envolvimento pessoal; a contribuição social; e a importância científica. No âmbito pessoal, pode-se identificar que o campo em Piracanjuba é diverso, ou seja, não há somente o agronegócio, pois existem outros territórios como dos camponeses, assentados pela reforma agrária e quilombolas. A origem na terra, enquanto filhos de trabalhadores rurais e o envolvimento com as relações decorrentes de estar na terra, associadas às leituras, reflexões e pesquisas de campo realizadas nas disciplinas Geografia Agrária I e II no âmbito do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Morrinhos, as discussões realizadas nas disciplinas de Mestrado, juntamente com outras pesquisas de campo e o Estágio Docência, fez-se (re)pensar de forma

crítica o processo de urbanização e concentração fundiária no país, assim como os discursos que elegem a agricultura capitalista como única face do campo, ignorando a diversidade, as contradições e os conflitos, como transmitido na campanha publicitária “agro é tech, agro é pop, agro é tudo” – *Agro a indústria* riqueza do Brasil.

Como relevância social está a capacidade da pesquisa contemplar as experiências que vêm sendo construídas no campo que demonstram a existência de diferentes sujeitos, com potencialidades e demandas sociais. Isso denota a importância da luta pela Reforma Agrária, a permanência na terra e a viabilização do campo como espaço de reprodução social, o que significa ao mesmo tempo assumir compromisso com a soberania e a segurança alimentar da população brasileira, pois são as frações do campesinato que produzem alimentos, como é o caso dos camponeses produtores de leite.

Já no âmbito científico, espera-se contribuir para o fortalecimento de uma Geografia Agrária que esteja atenta à diversidade de sujeitos e territórios que compõem a formação espacial de Goiás. Ou melhor, acredita-se numa Geografia que seja capaz de compreender a dinâmica espacial do campo, que contemple a diversidade de territórios e sujeitos, que ao lutar para continuarem Existindo e pela permanência na terra, constroem as suas (Re)Existências.

Quanto à escolha do recorte espacial, deve-se às vivências no município da pesquisa. A experiência empírica com a lida na roça, no trato das *criações* e o envolvimento na produção leiteira, assim como as observações na transformação da *paisagem* no decorrer da graduação, levou a questionar sobre os efeitos da modernização capitalista do território e do avanço da agricultura capitalista empresarial no campo. *A priori*, na nucleação de unidades educacionais localizadas no espaço rural, no qual o município de Piracanjuba (GO) foi pioneiro, e, por conseguinte, a produção leiteira perdendo espaço para a produção de *commodities* agrícolas (soja, milho, sorgo).

De acordo com os estudos de Silva; Rezende (2010) Piracanjuba originou-se como região de criação de gado de corte. A partir de 1900, com a chegada da estrada de ferro no Triângulo Mineiro, passa a existir também um importante comércio de manteiga, que era vendida para São Paulo, contudo ainda não havia se instalado na região um comércio de leite. Não havia valor comercial para as vacas leiteiras de alta produção, pois também não existia mercado para o leite que produziam, sendo este produto desnatado descartado ou fornecido aos porcos.

Historicamente, a produção leiteira do município esteve vinculada unicamente à produção e ao comércio de manteiga e só ganha destaque como atividade econômica para as frações do capital (industrial, químico, genético, financeiro) a partir da década de 1970, com a territorialização da Companhia Leco de Produtos Alimentícios, de propriedade do grupo Moreira Salles.

A produção de leite em Piracanjuba avança em grande escala a partir do ano de 1972 com a instalação de modernos laticínios de propriedade do grupo Moreira Salles, a Companhia Leco de Produtos Alimentícios. Esse laticínio, com grande capacidade de captação de leite, gera um fluxo importante de recursos para o município. Eram recursos estatais, repassados pelo Banco do Brasil e altamente subsidiados. Sua finalidade era financiar a formação de pastos, adubação, calcareamento, aquisição de novas matrizes e touros leiteiros, entre outros. (COSTA e SILVA, 2008, p. 24).

Partindo dessa perspectiva, quanto ao recorte temporal estabelecido na pesquisa, as análises se concentram nas transformações operadas a partir da década de 1970/2020, embora não se limitem a essa periodização, uma vez que alguns elementos da historicidade espacial² do município de Piracanjuba (GO) se façam presentes no decorrer dos capítulos.

No ano de 2022, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) aponta a existência de 116 milhões de brasileiros em Insegurança Alimentar, dos quais 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome, em decorrência da crise econômico-financeira, política e sanitária da COVID-19 (PENSSAN, 2022). Portanto quais os caminhos percorridos pelo Estado brasileiro até atingirmos esse patamar? Embora tal pesquisa possua recorte temático na produção leiteira não se circunscreve somente aos atributos de uma *Geografia Agrícola*. O processo de reestruturação produtiva do capital no campo e nas cidades possui imbricamentos de elementos internos e externos, pois esse processo está, intimamente, ligado às transformações espaciais operadas no âmbito da Revolução Verde, em que a tecnificação da agricultura passa a englobar novos lugares para a produção em escala global, visando a integração ao mercado internacional.

Conforme essa perspectiva, diante da recriação do campesinato e a subordinação da renda da terra ao capital agroindustrial, químico, genético, financeiro, questiona-se quais os limites para o crescente emprego da ciência e tecnologia na fabricação de produtos que são

² É impensável discutir a organização socioeconômica, sem discutir sua dimensão espacial. A sociedade é uma organização espacial e ao mesmo tempo possui uma historicidade nessa organização. Para Santos (1979) é impossível pensar em evolução do espaço, se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, a forma aparece como condição da história, as formas permanecem como herança das divisões do trabalho efetivadas no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual.

vendidos como alimentos? Na atualidade observa-se os entraves para produção e comercialização camponesa e demais *trabalhadores da terra*, os camponeses não são os únicos que sofrem os augúrios do capitalismo, a classe trabalhadora da cidade não está isenta desse processo.

Os aspectos que a classe trabalhadora da cidade se insere nesse processo, ocorre a partir da alimentação. Considerando que o processo de produção/processamento/circulação/consumo está sob a égide do agronegócio, especificamente sob as ações do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro, a classe trabalhadora só consegue ter acesso à alimentação a partir da sua transformação em mercadorias. Nesse ínterim são apresentadas as contradições das agroindústrias processadoras de alimentos no que diz respeito ao empobrecimento nutricional e formulações industriais, que são vendidas como alimentos.

No que se refere aos entraves de permanência na terra, e que envolve desde a questão da produção até a comercialização dos camponeses, pesquisadores como Pádua; Mendonça (2020) evidenciam que a conquista pelo acesso à terra não significa o fim da luta. As trajetórias dos trabalhadores do garimpo de esmeraldas em Campos Verdes/GO ao Assentamento Caracol em Crixás/GO, pelo acesso à terra denotam a possibilidade de continuarem Existindo, no primeiro momento. Entretanto, devido ao conjunto de fatores naturais e sociais, como solos pouco desenvolvidos, pouca fertilidade natural, falta de políticas públicas de incentivo à produção e comercialização, infraestrutura básica de acesso aos centros urbanos, políticas voltadas para juventude do campo, dentre outros, se constituíram em entraves para permanência dessas pessoas em suas parcelas. Os dados da pesquisa demonstraram que cerca de 50% das 75 famílias assentadas no Assentamento Caracol, já haviam deixado suas parcelas 11 anos após serem assentadas. Portanto, alijados do acesso aos direitos básicos garantidos pela Constituição Federal, a luta não circunscreve somente pelo acesso à terra, mas também pela permanência na terra. Destarte a importância de se criar mecanismos que assegurem o campo como espaço de reprodução social da classe trabalhadora.

Ao analisar os dados sobre a pecuária leiteira no Brasil, em Goiás e Piracanjuba, ambos em posição de destaque nacional/mundial cabe indagar sobre as contradições que permeiam a produção, seja por parte das agroindústrias leiteiras à jusante, quanto por parte do capital – agroindustrial, químico, genético, financeiro à montante. Nesse sentido, como ocorre a apropriação da renda camponesa da terra pelos segmentos agroindustriais? Como o Estado atua

nesse segmento produtivo? Por que o aumento da produção não foi acompanhado pelo aumento dos rendimentos dos camponeses e demais *trabalhadores da terra*?

A conversão de áreas produtoras de alimentos, como é o caso da produção leiteira, em áreas para produção de *commodities* ocorre de forma processual, com a ausência de políticas públicas que fomentam a produção e a comercialização camponesa; nos diferentes mecanismos usados para assegurar a sujeição da renda da terra camponesa às corporações capitalistas, a partir das normas sanitárias reguladoras, política de preços; na ausência de políticas públicas voltadas para juventude do campo e outras que visem fixar a população, compreendendo o campo como territórios de vidas, de *Existências*. Esse conjunto de elementos sintetiza-se no modelo imposto pelo Estado, como único modelo de desenvolvimento para o campo, expresso na atualidade pelo agronegócio.

Observa-se que a discussão sobre a reestruturação espacial das agroindústrias laticinistas não se circunscreve somente ao âmbito territorial/geográfico, as agroindústrias são *donas* de marcas e investem em publicidade e propaganda, portanto possuem plenas capacidades de influir sobre os hábitos alimentares da população em geral de um lado, e do outro conseguem colocar mecanismos férreos sobre os camponeses para adquirir matéria-prima a baixos custos.

Nesse sentido, diante da crise em que se encontra esse setor produtivo, com queda na taxa de produção de um lado e a grande demanda de leite *in natura* para a fabricação de produtos de outro, a saída encontrada pelas agroindústrias aparentemente seria a substituição dos componentes de suas fórmulas, com grande adição de açúcares, amidos, estabilizantes, corantes, emulsificantes e aromatizantes. Assim como também a utilização do *soro de leite* como ingrediente principal em vários produtos.

Nessa perspectiva advoga-se que as agroindústrias laticinistas não são produtoras de alimentos e, tampouco, estão preocupadas com tais questões, uma vez que seus produtos duram meses nas gôndolas de supermercados e são nutricionalmente desequilibrados. Portanto pensar a função social do campesinato associado a luta pela Reforma Agrária e de mecanismos de circuitos-curtos de comercialização para permanência na terra é compreender que tais relações de trabalho e produção representam para o conjunto da sociedade brasileira, produção de comida, condição fundamental para assegurar a Soberania Alimentar Nutricional.

O capital ao se territorializar em formas espaciais imprime marcas na paisagem, denotando diversos aportes tecnológicos no processo de apropriação da natureza e dos recursos

territoriais para a produção de *commodities* a serem comercializadas no mercado internacional. Do mesmo modo que o capital se articula de forma desigual e combinada, submetendo a classe trabalhadora e suas frações à sua lógica de produção, estes operam por diversos meios: expropriação, violência, grilagem, dentre outros, promovendo conflitos. E os territórios em que ele não opera por meio desses mecanismos, as corporações agroindustriais, químicas, genéticas e financeiras subjagam o produto do trabalho, como é o caso da produção leiteira de parcela significativa do campesinato, mediante a sujeição da renda da terra.

A partir dessa delimitação que se torna possível compreender o porquê de o campesinato ser responsável pela maior parte da produção de alimentos, não só de leite, mas também dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. A agricultura camponesa é responsável por 57% de toda a produção de leite do país e em Goiás essa proporção é de 69,18% (IBGE, 2023). Nesse sentido, destaca-se que a reestruturação espacial das agroindústrias laticinistas só foi possível mediante a subordinação e/ou sujeição da renda da terra, em outras palavras, a partir de relações de trabalho, não tipicamente capitalistas para a expansão geográfica, assegurando a acumulação e reprodução do capital.

O avanço das corporações agroindustriais, químicas, genéticas e financeiras pelo território brasileiro a partir da modernização capitalista, sobretudo, nas áreas de Cerrado e em Goiás, significou mudanças de produção e da exploração/sujeição do trabalho. Contraditoriamente, tais processualidades permitiram o fortalecimento de diversas formas de (Re)Existências evidenciadas em ações políticas e práticas socioculturais dos camponeses e *trabalhadores da terra*, assim como pelos seus modos de Existência.

De acordo com Paulino (2003) a lógica da organização interna da unidade camponesa³ de produção é pautada na indivisibilidade entre a produção econômica e a reprodução familiar, a organização em relação ao mercado se dá mediante aqueles produtos que possuem maior vantagem para a família de acordo com as próprias condições produtivas internas. Portanto, nesta pesquisa entende-se a pecuária leiteira como uma estratégia de permanência na terra, a venda do leite *in natura* para as agroindústrias processadoras de leite, se apresenta como alternativa de renda, pois não tem retorno incerto diante dos investimentos para realização da atividade como ocorre no caso das lavouras.

³ Compreendemos que antes de ser uma unidade de produção, a propriedade camponesa significa um local de reprodução do modo de vida camponês, onde ele realiza as práticas culturais que caracteriza essa classe trabalhadora. Nesse sentido, adotamos nessa pesquisa o conceito de unidade de vida camponesa em detrimento de outros que a identificam apenas pela dimensão produtiva-econômica. (CRISPIM DOS SANTOS, 2015, p. 24).

A pesquisa realizada por Estevam; Silva (2013), observa os rendimentos oriundos da atividade leiteira, e colocam para centralidade da discussão a desproteção contratual em relação à política de preço da indústria leiteira em detrimento dos produtores. Destacam que os augúrios imputados aos produtores rurais (compreendido enquanto camponeses-produtores nessa pesquisa) não tenham assimilado o espírito capitalista em suas relações de produção, mais especificamente na parte de comercialização de seus produtos. Alegam que para melhores remunerações sobre o emprego do trabalho familiar no processo produtivo, teria que se desarraigar da mentalidade camponesa e assumir uma lógica capitalista de gestão/produção, na qual o capital empregado seria impulso para geração de mais capital e mais-valia.

Compreende-se as (Re)Existências camponesas numa relação multiescalar, pois a luta pela Existência e a construção de seus territórios de vida, perpassa pelo trabalho, pela cultura, pelo *fazer-se* cotidianamente desses sujeitos, compreendidos como *trabalhadores da terra*, pois a viabilização do modelo urbano-industrial no Brasil só foi possível a partir da sujeição do trabalho camponês⁴ na terra. Portanto, as investidas das corporações agroindustriais, químicas e financeiras sobre os diferentes territórios não tipicamente capitalistas, em seu processo contínuo de expansão, reprodução e acumulação, não eliminam todas as estruturas espaciais preexistentes, mas, as submetem à sua lógica e, no contexto da produção leiteira, insere os camponeses como produtores de mercadoria.

Para Paulino (2006) a produção do capital está vinculada à sujeição da renda da terra, a partir da metamorfose da renda da terra em taxa de lucro, que deriva do trabalho não pago contido na matéria-prima (leite) a ser processada. Enquanto a reprodução ampliada do capital só é possível mediante a extração de mais-valia, processo que só ocorre sobre a alienação do trabalho assalariado, empregado na produção industrial. Nessa perspectiva, a relação entre indústria e agricultura se estabelece a partir das diferentes possibilidades dos capitalistas de aumentarem suas taxas de lucro, ora depreciando o preço da matéria-prima (leite), ora rebaixando ao máximo o salário dos trabalhadores.

⁴ Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1981, p. 22-23).

O leite nesse processo é definido como um alimento mas, ao mesmo tempo, se tornou uma *commodity*, já que as condições técnicas e tecnológicas atuais permitem uma maior versatilidade para seu transporte e inúmeras finalidades para seu uso. Pode ser transformado em mistura de sorvete, iogurte ou queijo e exportado para vários países da América, Europa, dentre outros. Além de desidratado e exportado para novos mercados consumidores, como China, Indonésia e Coréia do Sul.

Essa organização em escala global evidencia que no Brasil e no mundo esse segmento produtivo vem se constituindo em um mercado global concentrador, pois a tendência é o aumento da escala de produção “[...] trata-se de uma estratégia que busca maior eficiência, com necessidade de escala para reduzir custos e ter rentabilidade maior. O leite significa margens estreitas e exige volume, o que leva ao crescimento das fazendas” (ANUÁRIO DO LEITE, 2023). Como contrapartida tende a diminuir o número de produtores nessa atividade, pois os mecanismos de controle na comercialização são operados para subverter a produção das unidades de produção camponesa. Compreende-se que não se trata de uma simples tendência, a organização do *agronegócio* nesse segmento produtivo é em primeira instância viabilizada pelo Estado no controle das relações de trabalho e de produção, e por conseguinte se apresenta como ausente para a fração que desempenha o trabalho na terra.

A centralidade da pesquisa consiste em compreender as *(Re)Existências* camponesas diante das mudanças territoriais operadas pelo *agronegócio* em Piracanjuba (GO), considerando a sujeição da renda da terra através da produção leiteira, realizada, predominantemente, por camponeses produtores de leite⁵ aos complexos laticinistas mundializados.

Pesquisadores e técnicos do setor privado/público advogam que para se manter na atividade, os camponeses devem dispor de grandes inversões de capitais. Isso já dificulta a permanência do campesinato na atividade leiteira. Melhoramento genético, maquinário, nutrição animal, despesas veterinárias, mão de obra capacitada, alegam, são fundamentais para a produção ser competitiva. Ainda, há que se considerar que a produção leiteira é remunerada por quantidade/volume produzido e não somente por qualidade como destacam as normas sanitárias.

⁵ Compreende-se por camponeses produtores de leite, os sujeitos que se viabilizam economicamente com a sujeição da renda da terra a partir da produção de leite aos complexos laticinistas mundializados. Embora o leite se apresente na unidade de produção como a principal fonte de rendimentos, há o consórcio de outras atividades paralelamente, como a comercialização de novilhas e os *quintais produtivos*.

Esses são desafios permanentes, porém a produção, ainda que, nas condições precárias – por conta da sujeição da renda da terra – torna-se fundamental para assegurar o funcionamento do sistema lácteo com geração de lucros substanciais para as agroindústrias processadoras de leite e, concomitantemente, é uma estratégia de reprodução social do campesinato, ainda que, em condições de subalternidade.

Entretanto, diante da crescente demanda de leite para a fabricação de produtos lácteos e a crise que acompanha os produtores de forma geral no setor de laticínios nos últimos anos, colocam em evidência a qualidade daquilo que as indústrias apresentam nas gôndolas de supermercados. Isso é realmente comida? Ao analisar as tendências das agroindústrias observa-se duas linhas gerais: substituição do leite como ingrediente principal por subprodutos da própria indústria laticinista como amido reconstituído, soro de leite e a segunda linha que são denominadas de *soluções lácteas*⁶. Essa última, apresenta-se como uma alternativa para as agroindústrias laticinistas, pois garantem margens de lucro ao ter mercadorias com menor e/ou nenhum percentual de leite em sua composição, tornando o custo de produção baixo.

A renda camponesa da terra é historicamente apropriada pelos demais segmentos da sociedade, sobretudo, no processo de acumulação/reprodução do capital. Pesquisadores que trataram dessa temática anteriormente, como Paulino (2003; 2006), Cristina dos Santos (2003), Clemente (2006; 2009), Carneiro (2013) destacaram a dimensão espacial, que geralmente é o que interessa para a Geografia. Entretanto, é necessário avançar nessa discussão.

Empiricamente o que se observa no município de Piracanjuba (GO) que era referência na produção leiteira, mesmo com os entraves impostos à produção camponesa, é a perda de espaços de produção leiteira para a sojicultura e outros monocultivos de grãos. A expansão da sojicultura e de outros monocultivos é apresentada nesse contexto, a partir da inviabilização de outras formas de uso e ocupação do solo, no caso em específico a produção leiteira.

Constatou-se que o privilegiamento do Estado em direcionar o que deve ser produzido e como deve ser produzido, tem efeitos diretamente nas diferentes relações societárias de trabalho no campo, como também no ambiente e na saúde da classe trabalhadora. Uma vez que ao viabilizar a territorialização do agronegócio – capital agroindustrial, químico e financeiro, no campo, requer-se também forma de controle sobre a terra e o trabalho, em que as frações de

⁶ [...] São as chamadas “soluções lácteas”, subprodutos que imitam queijos e lácteos, com uma proporção menor de leite em sua composição. Na verdade, apesar do nome, há casos em que não há leite algum, além de ter produtos voltados para a confeitaria em geral, há ainda “soluções” para sorvetes e bebidas lácteas, incluindo produtos de suplemento para crianças. (O Joio e O Trigo, 2023).

classe reinantes detêm poder político e econômico para direcionar a produção/produtividade/circulação e o consumo.

As contradições dispostas nessa problemática se apresentam na conversão de áreas produtoras de alimentos para a produção de *commodities* com todos os imperativos de falta de políticas públicas para a produção camponesa. Nesse sentido cabe indagar quais os efeitos na saúde, no ambiente, nas cidades que o *adestramento* da população pelo paladar a partir da complexa engenharia de alimentos das agroindústrias, uma vez que a opção por não se desfazerem dos mecanismos de amarras da comercialização da produção camponesa, optaram pela simples substituição de suas fórmulas⁷, com requinte de empobrecimento nutricional nos mais variados produtos, nocivos à saúde da classe trabalhadora e que são apresentados nas gôndolas dos supermercados como alimento.

Em relação ao recorte temporal estabelecido nesta pesquisa, estamos delimitando as transformações ocorridas após os anos 2000. Nesse sentido, Delgado (2012) aponta para esse período, como Economia do Agronegócio, ante ao desempenho da economia brasileira, no qual os setores e as atividades que se expandem com maior velocidade – puxados pela demanda externa e pelos investimentos públicos, se limitam ao setor primário – mineração, agricultura (grãos e cana-de-açúcar), hidroeletricidade, petróleo, pecuária, tais atividades econômicas “[...] apresentam a dotação (monopólio) de recursos naturais como causa primeira da mais elevada competitividade externa das *commodities* (p. 65)”.

Para o autor a economia do agronegócio, é historicamente a aliança do poder agrário com o Estado e vai além da estratégia econômica, para construir ideologicamente uma hegemonia pelo alto – da grande propriedade fundiária, das cadeias agroindustriais muito ligadas ao setor externo, e das burocracias de Estado (ligadas ao dinheiro e à terra), tendo em vista realizar um peculiar projeto de acumulação de capital pelo setor primário. Essa estratégia tem agora certa centralidade no sistema econômico, diferentemente da subsidiariedade à industrialização, como fora no passado.

⁷ Ver informativo da BBC – News “Como a crise empobreceu a fórmula de produtos lácteos no Brasil: [https://www.youtube.com/watch?v=tCbJdxHDeMA]; Venture Hub; Conexão F. e Food Ventures “Multissensorialidade – a chave para a evolução em alternativas lácteas”: [https://www.youtube.com/watch?v=G44CJm3tntU]

Portanto, considerando que a reestruturação do sistema agroalimentar no Brasil ocorreu simultaneamente à incorporação das temáticas relacionadas à alimentação no âmbito das políticas públicas, sobretudo (2003-2006) em que retorna para a pauta política, Delgado (2012) aponta que as políticas públicas são redutos de proteção contra hegemonia no campo. Mas tais campos da ação do Estado não são articulados para estabelecer limites à estratégia do agronegócio, mas o contrário. Falta um projeto estratégico de desenvolvimento da agricultura camponesa, com autonomia relativamente à economia do agronegócio – *agronegócinho*.

Identifica-se a permanência da produção leiteira, enquanto estratégia produtiva de reprodução social nos territórios camponeses. Essa diversidade suscitou o interesse em analisar a dinâmica espacial do campo e a reprodução social do campesinato tendo como recorte espacial o município de Piracanjuba (GO). Ainda, pretendeu-se:

- a. Analisar a produção leiteira como estratégia de permanência na terra e de reprodução social do campesinato;
- b. Delimitar as principais transformações técnicas na produção leiteira e sua contribuição para as (Re)Existências camponesas;
- c. Compreender os principais aspectos do processo de reestruturação espacial das agroindústrias leiteiras em Goiás e a integração do campesinato à essa cadeia produtiva;
- d. Reconhecer os efeitos das mudanças territoriais na produção de alimentos na agroindústria e na Soberania Alimentar.

Conforme apontados pelos objetivos específicos, podemos compreender que a partir da sujeição da renda da terra a partir da produção camponesa de leite, as agroindústrias não se limitam somente aos aspectos de processamento dessa matéria-prima, conta com diversos estratagemas para ampliar suas margens de lucros às custas da saúde da classe trabalhadora do campo e da cidade. O que nos cabe indagar, alimentos industrializados realmente são alimentos?

Metodologia

A escolha dos procedimentos metodológicos, concomitante, à abordagem teórica e metodológica, conduz a pesquisa e interfere nos resultados alcançados. Isso porque a partir da empiria o pesquisador recorre a uma variedade de procedimentos metodológicos que sejam

capazes de auxiliar na realização do estudo, a partir do seu compromisso e envolvimento com a pesquisa, e ainda, pelo respeito e valorização dos sujeitos e fenômenos pesquisados. Assim, não interessa aos geógrafos somente os resultados da pesquisa, mas também a trajetória e os processos de construção da pesquisa.

A pesquisa teórica foi realizada a partir do levantamento e revisão de artigos científicos, livros, teses, dissertações que abordam a temática e que se aproximam da realidade investigada, formando-se um referencial teórico capaz de fornecer subsídios que auxiliem na compreensão do recorte de estudo e dos sujeitos pesquisados.

Na pesquisa documental foram feitos levantamentos de dados qualitativos em arquivos públicos, tais como projetos de leis e leis do município⁸ para verificar se há preponderância de incentivos para o *agronegócio* ou produção camponesa por parte das políticas municipais. E ainda, pesquisa em arquivos da Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba (COAPIL) para conhecer o histórico, a dinâmica da Cooperativa e a relação com os cooperados. Os dados censitários foram obtidos nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN/GO), da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas do Estado de Goiás (SEPIN/GO) e do Instituto Mauro Borges (IMB).

No que se refere aos arquivos públicos levantados nessa pesquisa, tem-se os projetos de lei e as leis complementares responsáveis pela reestruturação do sistema educacional no município de Piracanjuba (GO), assim como também os projetos de leis e leis complementares que reconhecem e instituem os espaços de comercialização da produção oriundas das unidades de produção camponesa, embora nos arquivos estejam sob a denominação de produtor rural familiar. Ressalta-se ainda a monografia sobre o município de Piracanjuba (GO) escrita por José Daher (prefeito e memorialista) no qual pode ser apreendido partes da expressão/orientação ideológica da *elite* local, que refletem justamente as contradições da sociedade de classes, atravessados pelas questões de raça e de gênero.

Nessa etapa da pesquisa, utilizou-se também relatórios e/ou outros estudos mais detalhados de instituições e painéis governamentais, como é o caso dos relatórios de Pesquisa de Orçamento Familiar (POF/IBGE), Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE), Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE), Pesquisa Nacional de Preços Amplos ao Consumidor (IPCA/IBGE), Pesquisa Agrícola Municipal (PA/IBGE), Pesquisa Pecuária Municipal

⁸ Secretaria Municipal de Educação, Biblioteca Municipal e Secretaria Municipal de Administração.

(PP/IBGE). Relatórios de painéis Intergovernamentais sobre o comércio exterior também foram consultados, como o International Farm Comparison Network (IFCN), Observatorio de la Cadena Láctea Argentina (OCLA), Secretaria de Comércio Exterior do Mercosul (SECEM), Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Organização das Nações Unidas (ONU), assim como a plataforma do Agrostat do Ministério da Agricultura Pecuária Abastecimento (MAPA), Secretária de Comércio Exterior (SECEX), Anuário do Leite, Anuários Estatísticos da Associação Brasileira da Indústria de Aditivos Alimentícios (ABIAM), Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ).

Na pesquisa de campo foram visitadas nas unidades de produção Comunidades Camponesas⁹ assentamentos, e de *camponeses tradicionais* com o intuito de investigar as múltiplas realidades dos sujeitos que compõem o campo na área pesquisada, considerando as fontes orais como um recurso metodológico importante para o desenvolvimento dessa pesquisa, como destaca Mendonça (1998, p. 4)

Compreende-se a História Oral como uma fonte importante para os cientistas sociais e, enquanto técnica, a sua legitimidade é indiscutível. O gravador e suas facilidades substituem o velho bloco de anotações que, na maioria das vezes, não reconstitui o discurso enunciado dos depoentes. Por outro lado, o gravador não oferece apenas facilidades. Há que se ter cuidado no manuseio desse instrumento, no sentido de não intimidar, de não causar constrangimentos aos entrevistados.

De acordo com o autor, ao se fazer uso de fontes orais, não se deve descartar o papel das estatísticas, pois nenhuma fonte é objetiva, a estatística e as porcentagens asseguram o majoritário presente nas fontes orais. Tabular e classificar as relações invisíveis consiste em um instrumental que apenas as estatísticas das fontes orais podem revelar. Portanto, temos nas entrevistas semiestruturadas a finalidade de compreender quem são os sujeitos do campo, aproximando assim dos aspectos do seu cotidiano, modos de expressões e a maneira como enxergam o mundo e suas vivências. Assim, conhecendo e analisando as estratégias de resistência e (Re)Existências desses sujeitos.

⁹ Entende-se por Comunidade Camponesa um grupo social caracterizado fortemente por relações sociais de trabalho e produção não tipicamente capitalistas e diretamente exercidas na terra, tendo como finalidade a sobrevivência imediata dos seus sujeitos e, portanto, sendo menos alienantes do que as capitalistas típicas. [...] Nesta situação de disputa pelo poder, agentes sociais externos à Comunidade Camponesa tentam nela se territorializar à custa da desterritorialização dos camponeses, que fazem de suas relações sociais e de trabalho e produção o limite que torna aquela porção do espaço-território deles (RODRIGUES, 2014, p. 51).

De acordo com Mendes; Pessoa (2009) considera-se a subjetividade dos sujeitos investigados. Compreender as territorialidades existentes e as formas de apropriação da natureza, bem como, as estratégias de permanência na terra, por meio de entrevistas semiestruturadas e a observação direta, considerando os múltiplos fatores de ordem externa que resultaram nas espacialidades atualmente existentes, contrapondo o discurso e as abordagens teóricas que elencam o campo como espaço homogêneo, sendo em sua essência diverso e composto por múltiplos sujeitos em suas diferentes territorialidades.

Inicialmente, foram visitadas 06 unidades de produção camponesa no ano de 2022, no âmbito de participação do Projeto Piracanjuba Livre – Parnaíba Vivo, sob a direção do Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Estudos Socioambientais (IDESA). As visitas foram realizadas por ter conhecimento/convivência com os proprietários e/ou seus filhos, sendo assim, foram facilitadas, assim como o acesso às unidades/parcelas. O intuito da visita foi o levantamento qualitativo das condições de trabalho e dos problemas ambientais que os sujeitos compreendiam como dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades produtivas – tendo como centralidade a importância da água.

No ano de 2024, foram visitadas 05 unidades de produção camponesa, 02 de *camponeses tradicionais* e 03 de camponeses assentados de reforma agrária. Essa etapa foi viabilizada pela convivência com os filhos e filhas dos camponeses e a partir de amigos em comum, em que os sujeitos visitados se mostraram bastante receptivos em compartilhar partes de suas trajetórias, angústias, dificuldades e alegrias.

O município de Piracanjuba (GO), atualmente conta com 5 escolas na área rural, todavia pela proximidade geográfica optou-se pela aplicação dos questionários na Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães localizada na Comunidade Areias, além de ser a única escola da área rural do município a oferecer a modalidade de Ensino Médio (EM), também possui o maior número de estudantes matriculados.

Considerando a proporção de alunos por série em escolas da área rural, a aplicação dos questionários procurou abranger os alunos da segunda etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e os alunos do Ensino Médio (1ª a 3ª série). Inicialmente a pesquisa contou com a aplicação de 80 questionários na Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães, dos quais 23 estudantes fizeram a devolutiva. O questionário teve por finalidade o levantamento de informações sobre o consumo de alimentos dos estudantes e os seus familiares, visando

compreender a produção de excedentes assim como também a importância da pecuária leiteira como estratégia de reprodução social e de permanência na terra.

Como parte da metodologia de aplicação de questionários foram realizadas oficinas sobre a temática de produção de comida, com metodologia expositiva e audiovisual – tendo como referências os trabalhos de campo no Oeste da Bahia e nas Comunidades Camponesas de Orizona e Catalão, realizadas, concomitantemente, às atividades de construção desta Dissertação. A oficina de produção de comida foi desenvolvida nas dependências da unidade escolar (Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães) situadas no município de Piracanjuba (GO) e tinha a finalidade de identificar o que se produz nas unidades camponesas.

Ainda para fundamentar as análises que perpassa pelos hábitos alimentares dos estudantes foi feito o levantamento/mapeamento do cardápio da alimentação escolar¹⁰ da rede de ensino do município, verificando se há diferenças para as escolas localizadas na área rural e as escolas urbanas, juntamente com a equipe de nutrição – responsável pela elaboração do cardápio da alimentação escolar. Nessa etapa, foi estabelecido um diálogo, em que procurou-se compreender como se dá a relação dos estudantes com a alimentação oferecida pela Escola – já que possui hábitos alimentares enraizados no âmbito familiar, da cultura e na própria dinâmica da lida com a *roça*. Ainda, procurou-se compreender como a rede municipal enxerga o campesinato – enquanto produtor de *comida saudável*, e quais os mecanismos estabelecidos para a compra da alimentação, se é majoritariamente produzida no município de Piracanjuba (GO) ou se é adquirida de outras localidades.

Por fim, partindo dessa perspectiva, as questões/problemas norteadores desta pesquisa consistem em compreender quais os desdobramentos da reestruturação dos sistemas agroalimentares no Brasil, como a articulação das agroindústrias processadoras de alimentos, subjuga a produção camponesa e como os camponeses estão inseridos no sistema capitalista de produção, no caso, desta pesquisa a partir da produção leiteira.

Em relação a estruturação dos Capítulos da pesquisa tem-se após a “Apresentação” O Capítulo 2 “O Lugar da Pesquisa” em que são apresentados os fatores históricos-econômicos e

¹⁰ Em conversas informais com a responsável técnica pela equipe de nutrição escolar, foi informado que o cardápio escolar segue as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em que proíbe alimentos de baixo valor nutricional (ultraprocessados/industrializados) nas refeições escolares e que a prioridade são para alimentos saudáveis (verduras, legumes e frutas) de produtores camponeses, e a adequação do cardápio nas unidades escolares ocorre conforme a aceitação por parte dos estudantes, podendo variar de uma para outra, mas sempre com base nas diretrizes do PNAE.

políticos da dinâmica espacial do município e como tais elementos se apresentam na atualidade, se relacionam e são reconfigurados de acordo com os fatores externos, em particular a produção leiteira.

Quanto ao Capítulo 3, sobre a reestruturação produtiva, concentração e centralização de capital apresentamos a evolução histórica da agroindústria processadora de leite e como os mecanismos legais, a partir do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), são utilizados pelo capital agroindustrial laticinista na sujeição da renda da terra para poder viabilizar-se e se expandir geograficamente para outras áreas, sobretudo como ocorreu nas áreas de Cerrado, em específico em Goiás e no município de Piracanjuba.

No Capítulo 4, “Parece leite, mas não é: o que estamos comendo?”, conecta-se com a Seção anterior na perspectiva de que a partir da concentração e centralização de capital nas agroindústrias sob a demanda do capital financeiro no processo de mundialização do capital, é cada vez mais assegurado à agroindústria processadora de leite a capacidade de influir sobre os hábitos alimentares da classe trabalhadora, em que a busca pela ampliação dos lucros tem-se de um lado, o barateamento da matéria-prima e de outro, o empobrecimento nutricional dos produtos industrializados (ultraprocessados), em que são apresentados como comida saudável e segura para o consumo.

E por fim no último Capítulo, intitulado “(Re)Existências Camponesas nos territórios hegemônicos pelo agronegócio: a transformação da produção de alimentos em produção de mercadorias” são apresentadas as relações sociais de trabalho sob as quais o capital agroindustrial, químico, genético e financeiro se viabiliza e como a produção leiteira se configura como uma estratégia de reprodução social para os camponeses produtores de leite, mesmo diante a sujeição da renda da terra aos complexos laticinistas mundializados.

2. PIRACANJUBA (GO): O LUGAR DA PESQUISA

O passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que à primeira vista se vê. Uma sociedade de comparação difícil com as sociedades cuja dinâmica está pressuposta nos modelos de vida social que dominam os manuais de sociologia. O peculiar da sociedade brasileira, como de outras sociedades, está em sua história. Menos, obviamente, por suas ocorrências características e factuais. E mais pelas determinações que dela fazem a mediação viva do presente. História inacabada, o inacabado e o inacabável vão se revelando as determinações estruturais que demarcam o nosso trajeto, o nosso nunca chegar ao ponto transitório de chegada; àquele que define uma realidade configurada, marcada por seu próprio tempo, singular, seu modo de ser e de interpretar-se. A história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso. Como o progresso não veio, senão de um modo insuficientemente lento, essa história se transformou na história da espera da revolução. Mas a revolução também não veio (afinal, devia ser esperada ou devia ser feita?). Na verdade, a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas. Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer. (MARTINS, 1994, p. 11).

É a partir das transformações “aparentes” do progresso propagado pelo “Agro, a indústria riqueza do Brasil” que se observam as contradições na sociedade brasileira. Gramsci (2017) destaca que os termos “aparência” e “aparente” nada mais são do que a justificativa da caducidade de todo sistema ideológico, juntamente com uma validade histórica, de todo sistema e de toda a sua necessidade. Sendo a partir disso a sedimentação sobre a aparente produção de *comida saudável*, pelo agronegócio.

Diante dos últimos acontecimentos político-econômicos pós 2016, vimos uma série de desmontes das políticas públicas sociais, de ensino, de saúde, alimentação, moradia, emprego, transferência de renda, dentre outras. Problemas que foram intensificados pela Pandemia da Covid-19 (2020-2023), período no qual a pauperização da classe trabalhadora se elevou a níveis nunca vistos anteriormente. Embora as desigualdades sociais no Brasil sejam decorrentes de fatores históricos, políticos e econômicos, as raízes dessas mazelas perpassam por problemáticas como da não realização da reforma agrária, das dificuldades de permanência na terra, das questões de classe, gênero e etnia, resultando em problemas socioambientais, de produção de comida saudável, acesso ao trabalho e renda, dificuldades e diminuição do poder de consumo, dentre outros.

O processo de reestruturação dos sistemas agroalimentares no Brasil possui imbricamento de elementos internos e externos, pois está intimamente ligado às transformações operadas no âmbito da Revolução Verde, em que a reestruturação produtiva do capital passa a

englobar novos lugares para a produção de uma economia em escala, visando a integração ao mercado externo via complexos agroindustriais mundializados.

O resultado na atualidade é o número alarmante de pessoas em situação de fome no Brasil. A centralidade que a reforma agrária e a função social que o campesinato representa para o conjunto da sociedade é expressa nos dados da Rede Penssan (2022) que apontam a existência de 116 milhões de brasileiros em Insegurança Alimentar, dos quais 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome, em decorrência da crise econômico-financeira, política e sanitária da COVID-19, em que o Brasil teve que recorrer a importação de arroz de outros gêneros alimentícios, em que era autossuficiente.

Esse fenômeno possui relação direta com a conjuntura política que se instaurou no Pós-Golpe do ano de 2016, no qual a consolidação do poder político da elite financeira, agroindustrial, química e genética se consolidou por meio da representação política da extrema-direita que assumiram assentos em Brasília (DF) – no governo -, pauperizando nesse processo as condições de vida da classe trabalhadora do campo e da cidade.

Embora a fome não seja um resultado diretamente dos dias atuais, e tão pouco um problema surgido em decorrência da Pandemia da Covid-19, expressa um movimento que já vinha ocorrendo após 2016. Sobretudo quando é expresso no discurso do ex-presidente da república (2018-2022) alegando que não há fome no Brasil. Mas demonstrou bastante empenho no desmonte de políticas públicas e de estruturas exitosas de redução da insegurança alimentar responsáveis por retirar o país da situação de fome em 2014, segundo as Nações Unidas.

Dentre as principais articulações políticas no processo de desmonte em relação às políticas Soberania Alimentar, está a Medida Provisória 870, de 01 de janeiro de 2019, que extinguiu o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)¹¹, desarticulando a nível nacional a coordenação das políticas voltadas para o combate à fome. Houve também a redução de recursos destinados aos principais programas federais nesse quesito, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Cisternas, além dos programas de transferências de renda mínima, que é

¹¹ Acesse: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm]

o caso do Bolsa Família – Auxílio Brasil, que sofreu diminuição¹² no número de pessoas atendidas e no montante de recursos destinado a esse Programa.

Somente no dia 02 de março de 2023 que o Programa Bolsa Família (PBF), maior programa de transferência de renda do Brasil, foi relançado pelo Governo Federal com a publicação da Medida Provisória nº 1.164 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024). Além de combater a fome por meio da transferência de renda às famílias beneficiárias, trata-se de um programa de que, por meio da articulação com outras políticas, atua para a superação da pobreza e transformação social das famílias beneficiárias, sendo reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome.

No âmbito das políticas públicas e programas federais, tem-se ainda os planos safras, que estabelecem os recursos direcionados para a agricultura camponesa¹³ – no qual o Governo Federal intitula de Agricultura Familiar –, sintetizados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o agronegócio, para o qual são direcionados grandes volumes de recursos financeiros.

De acordo com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro do IBGE (2020) do total de estabelecimentos agropecuários e aquicultores nacionais (5.073.324), 76,8% correspondiam à agricultura camponesa (3.897.408), ocupando 23,0% do total da área dedicada a atividades agropecuárias. Infere-se que a agricultura camponesa possui um papel importante para a soberania alimentar nacional, ao colaborar com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e seus derivados.

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), apontam que a agricultura camponesa é responsável por 57% de toda a produção de leite do país. O Brasil possui, aproximadamente, 1,2 milhão de estabelecimentos rurais que produzem leite, dos quais, cerca de 955 mil são classificados como de agricultura familiar. Dentre eles, 81% contemplam áreas entre 5 hectares

¹² O percentual de domicílios contemplados caiu de 15,9% para 13,7 (2012-2018). A verba prevista para 2020 era de 29,5 bilhões, abaixo dos 32 bilhões direcionados ao programa em 2019. (BRASIL DE FATO, 2021).

¹³ Mendonça; Thomaz Júnior (2011, p. 35) compreendem que a agricultura familiar e agricultura camponesa não são sinônimas e que “A adoção do conceito de agricultura familiar não permite explicar a emergência dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil. As políticas públicas, com base no neoliberalismo e mascaradas por termos como ‘gestão empreendedora’, negam o campesinato e visam transformar os *trabalhadores da terra* em gestores e pequenos empresários, não compreendendo que não se pode alterar pela força e/ou por decreto, a histórica trajetória de *(Re)Existências* desses sujeitos sociais”. O termo agricultura familiar utilizado aqui, refere-se como é usado institucionalmente após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, que as políticas públicas voltadas ao rural tiveram uma abertura focada na agricultura camponesa – oficialmente designada como Agricultura Familiar.

e 100 hectares, respondendo por cerca de 89% de toda a produção de leite oriunda da agricultura familiar. E no que tange ao número de vacas ordenhadas, a agricultura familiar detém 67,2% de todo o efetivo de rebanho, o que corresponde a 7,7 milhões de cabeças, ratificando a sua importância na cadeia produtiva do leite – que é viabilizada por relações sociais de trabalho não tipicamente capitalistas, permitindo dessa maneira a *recriação* do campesinato.

Ressalta-se que é a agricultura camponesa responsável pela produção da comida que chega aos diversos lares brasileiros e que compete ao agronegócio, a produção para o mercado externo e/ou as agroindústrias. Entretanto, é necessário uma série de mecanismos políticos, legais e infralegais para que o agronegócio se viabilize, ao passo que promove mudanças territoriais com base na exploração irrestrita dos recursos territoriais, na expulsão e violência contra os sujeitos do campo.

As mudanças territoriais operadas para favorecer o movimento de acumulação e (re)produção do capital via agronegócio, tem apresentado efeitos de diferentes dimensões, sociais, políticas, econômicas, alimentares e ambientais. Ao se ter o privilegiamento de um sistema de produção, pautado nos monocultivos, na utilização de agrotóxicos, na centralização do comércio em redes atacadistas e supermercados, colocam em risco a dimensão da produção da vida nas unidades camponesas e das condições de saúde e alimentação da classe trabalhadora do campo e da cidade.

Nessa perspectiva ao analisar os dados sobre a pecuária leiteira no Brasil e em Goiás, ambos em posição de destaque nacional/mundial, cabe indagar sobre as contradições que permeiam a produção, seja por parte das agroindústrias leiteiras à jusante, quanto por parte do capital financeiro e industrial à montante. Cabe indagar, portanto, como ocorre a apropriação da renda camponesa da terra pelos segmentos agroindustriais? Como o Estado atua nesse segmento produtivo? Por que houve aumento da produção sem remuneração justa aos camponeses e demais *trabalhadores da terra*? Acredita-se que pensar a função social do campesinato associado a luta pela Reforma Agrária e permanência na terra é compreender que tais relações sociais representam para todo o conjunto da sociedade brasileira, no que se refere à Soberania Alimentar (SA).

Desvendar como esse processo se evidencia em Piracanjuba (GO) é a centralidade da pesquisa, portanto, neste Capítulo objetiva-se compreender a formação espacial do município de Piracanjuba (GO), considerando as contradições do movimento territorial da sociedade de classes e apresentando as especificidades do lugar da pesquisa.

2.1 A dinâmica espacial de Piracanjuba (GO)

Nesta Seção é feita uma abordagem para contextualizar as problemáticas da pesquisa e o recorte espacial. Reconhece-se ainda a falta de dados concretos quanto aos registros históricos, pois muito se perdeu com as mudanças de gestão no poder público municipal e alguns órgãos/instituições que deixaram de existir no município. As informações utilizadas foram extraídas do *site* da Prefeitura Municipal, IBGE cidades, dos poucos arquivos da biblioteca municipal, capítulos de livros, Dissertações de Mestrado e artigos científicos.

Piracanjuba é um município localizado na Microrregião do Meia Ponte, pertencente à Mesorregião do Sul Goiano. O contexto de formação histórica do município se assemelha ao processo de ocupação e formação do Estado de Goiás, sendo inicialmente pela extração aurífera como principal atividade econômica e, posteriormente, com a produção agropecuária. A ocupação da área compreendida como Piracanjuba é decorrente do declínio do ciclo de ouro em Santa Cruz de Goiás, que devido a geomorfologia com declividades elevadas dificultava a produção agrícola e pecuária para abastecimento das necessidades internas de consumo e para geração de uma economia de excedentes¹⁴. De forma geral as características geográficas, edafoclimáticas e pedológicas de Piracanjuba (GO), o fluxo de água permanente e considerável do rio Piracanjuba e o rio Meia Ponte que integram a bacia do rio Paranaíba, propícias à criação de gado e ao plantio extensivo, tornaram a região uma preferência para ocupação moderna.

Nesse ínterim parte da população residente, inicialmente, em Santa Cruz de Goiás migrou em direção ao oeste para áreas mais planas e férteis, que compreendem “[...] principalmente as regiões do sul de Pouso Alto (Piracanjuba) nominadas Bom Jardim, Cachoeira, Jacaré e Barreiro” (PIRACANJUBA, 2015).

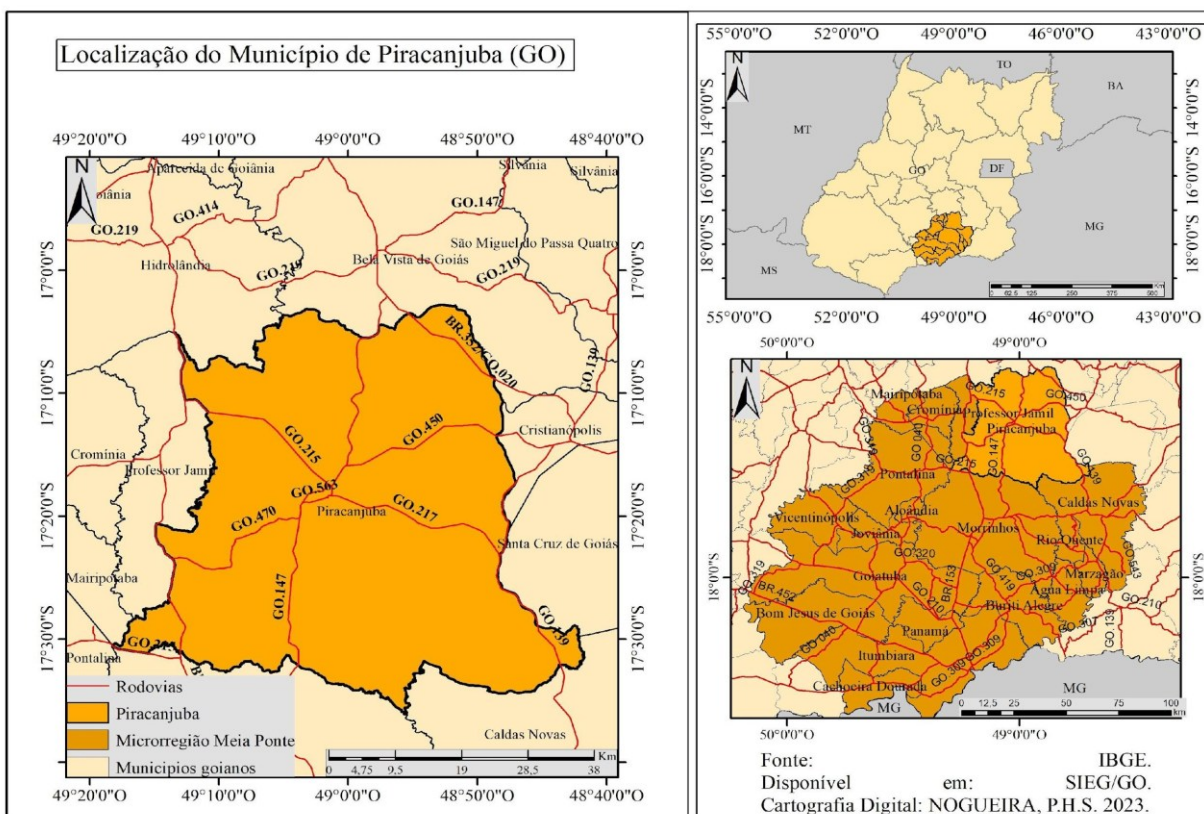
Piracanjuba originou-se como região de criação de gado de corte. A partir de 1900, com a chegada da estrada de ferro no Triângulo Mineiro, passou a existir também um importante comércio de manteiga e produtos de engenho que eram comercializados para São Paulo e outras cidades da região Sudeste. Portanto, no contexto de sua formação econômica as atividades relacionadas ao setor agropecuário possuíam papel fundamental, embora sem muitas relações

¹⁴ Com base em Martins (1975) compreende-se como uma economia de excedentes, aquela cujos participantes dedicam-se principalmente ao próprio consumo/necessidades e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades. Para o autor, o excedente não é fruto do que sobra do consumo, mas [...] o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (MARTINS, 1975, p. 12).

comerciais com outras localidades. As relações comerciais eram condicionadas ao fluxo de pessoas da rota São Paulo – Vila Boa (Cidade de Goiás), pois a região estava inserida nas rotas que ligavam a capital de Goiás a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Compreende-se que esses não foram os únicos elementos que suscitaram a ocupação territorial do município. Considerando tais processualidades é fundamental a apresentação imagética da localização do município em Goiás, uma vez que se encontra numa área de intenso fluxo de circulação de pessoas e mercadorias e de grandes centros urbanos de consumo – Goiânia, Brasília, Uberlândia, além de estar integrado à rota do turismo de águas termais – Caldas Novas e Rio Quente. Observe a **Figura 01**, mapa de localização de Piracanjuba.

Figura 1. Localização do município de Piracanjuba (GO) e da Microrregião do Meia Ponte (GO)



Uma das principais contradições veladas nos registros históricos sobre a formação territorial de Piracanjuba (GO) é o embranquecimento das narrativas dos fatos históricos, até mesmo a conveniência da reprodução das histórias das frações de classes hegemônicas, uma

vez que nem mesmo sequer o núcleo formado por quilombolas¹⁵, provenientes de Minas Gerais, é citado na literatura dos escritores locais (memorialistas).

As ressalvas que foram feitas, alegavam que um dos motivos que prejudicou o desenvolvimento econômico do município seria a alta concentração da população na zona rural e a autossuficiência da produção camponesas, uma vez que ao produzir tudo o que necessitavam não se interessaram pelas atividades comerciais. “Dos fatores negativos que prejudicaram nossa expansão podemos citar: a autossuficiência das comunidades rurais, que produzindo o suficiente para sua gente, não se interessavam pelo comércio. [...] A falta de melhores e mais eficientes escolas e meios de transportes” (DAHER, 1980, p. 21)¹⁶.

Williams (1973) é categórico ao nos apresentar que as várias “ideias” – idealizações sobre o campo, não condizem com a realidade, uma vez que o movimento de *escada rolante* analisa e interpreta os elementos materiais do passado com base na subjetividade construída no presente. Ao analisar a relação campo-cidade em que o campo é concebido como subalterno à cidade – essa última como representação do progresso.

Segundo os apontamentos de Villamil (2018) ao estudar sobre a Associação Quilombola Ana Laura do Município de Piracanjuba – GO, retrata o caráter excludente dos sujeitos negro nos diferentes espaços sociais, mais especificamente das festividades religiosas tradicionais – Festa da Nossa senhora D’Abadia, em que não eram permitidos realizar a coroação da imagem de Nossa Senhora em razão da cor da pele, além da segregação socioespacial em que foram submetidos na década 1950/1960 em decorrência da expansão urbana e a paulatina consolidação da região central, cujo o córrego das Lajes foi utilizado como demarcação territorial para segregar e marginalizar, sendo empurrados para um bairro chamando Macambira – atual parte Norte da cidade.

Conforme pode ser observado no relato da Lucy Tavares, as questões raciais que permeiam a realidade desses sujeitos no município de Piracanjuba (GO), cuja a formação econômica e territorial se deu sobre esse processo de exclusão, assim como ocorreu no Brasil e nos demais países da América.

¹⁵ No que se refere a articulação política pelo acesso à terra, destaca-se a Associação Quilombola Ana Laura, fundada em maio de 2015. De acordo com conversas e relatos da atual Presidenta, é destacado que as primeiras ocupações na área compreendida atualmente como Piracanjuba (GO), foram inicialmente ocupadas pelas populações negras, ex-escravizadas que fugiram do trabalho nas minas auríferas em Minas Gerais e se instalaram nessa localidade.

¹⁶ Documento disponibilizado pela biblioteca municipal de Piracanjuba – Goiás.

Nós estávamos aqui onde era o centro da cidade, e onde está o nosso povo Preto aqui? Onde estão? Em quais bairros estão? Espicha o pescoço e olhe, está dentro da prefeitura? Tá dentro dos hospitais? Estão trabalhando onde? Onde é que estão morando esse nosso povo Preto? Na periferia com outros tipos de correntes, nos arrancaram daqui e nos levaram para a periferia. [...] Nós temos também quem mora no campo, então nossa associação é urbana e rural, igual nessa região do Bom Jardim dos Dias é onde moram a maioria das famílias. Eles ainda moram naquelas fazendas que onde os antepassados deles moravam, já vem de pai para filho, vai ficando e vai passando. Não como proprietários, mas às vezes estão como empregados ainda. Os que moram na cidade, são poucos os que são funcionários na prefeitura, quase não tem empresas ou fábricas assim, as fábricas que têm em que a maioria é das mulheres e eu vou falar para você 80% das pessoas da associação que são ativas são mulheres. E são essas mulheres que trabalham aqui em Piracanjuba nas fábricas de cigarros de palha/fumo, nos barracões de fumos. Então a maioria está nesta situação, trabalhando nessas fábricas. Inclusive até os presidiários trabalham e fazem esses palheiros para essas fábricas. É um trabalho árduo, que não tem moleza, elas começam 7 horas da manhã e não tem hora de parar e trabalha até 10 horas da noite por exemplo, não tem plano de saúde, não tem carteira assinada e muitas trabalham em lugares insalubres (PESQUISA DE CAMPO, 2024).

E outro apontamento realizado pela L.T, foi sobre o processo de aplicação das vacinas para Covid-19, no qual a própria Secretária Municipal de Saúde questionou sobre os sujeitos quilombolas serem grupos prioritários para receberem as doses, além de estar ocorrendo na justiça uma liminar que embargou o processo de construção de casas populares destinadas aos quilombolas sob o pretexto de ocupação irregular do espaço e eventuais impactos ambientais.

Ainda de acordo com Villamil (2018) atualmente, a Associação Quilombola Ana Laura enfrenta algumas dificuldades como: 1) Ausência de meios tecnológicos; 2) Falta de capacitação em temas como elaboração de projetos, internet e meios tecnológicos; 3) Falta de apoio com os grupos de dança e capoeira; 4) Apatia, ceticismo e desinteresse das gerações mais jovens; 5) Ausência do Estado no financiamento para a preservação das tradições culturais; 6) Excessiva morosidade e burocracia na concretização de projetos e programas para as ações afirmativas por parte das instituições públicas.

Entretanto, há ações e projetos desenvolvidos pela Associação que visa assegurar as tradições culturais como o grupo de dança – lalinhas, grupo de fiandeiras – as tamarindas, grupo de capoeira – mestre Rato, além de um grupo que desenvolve a agricultura camponesa/periurbana num terreno cedido para uso pela prefeitura, e a comercialização de produtos e artesanatos com selo de marca da Associação. Tais elementos podem ser observados no relato de L.T:

Nós temos uma terra aqui que a prefeitura no cedeu de concessão para uso, onde o grupo da Agricultura Familiar planta. Então nós não ficamos assim de braços cruzados esperando as classificações de terras, então, sabe? Porque isso é muito demorado e o

Incrá nem chegou abrir esse processo aqui em Piracanjuba. (PESQUISA DE CAMPO, 2024).

Os estudos que envolvem a temática étnico-racial evidenciam como o capitalismo utiliza do sistema de exclusão social, de classe e de gênero para ampliação da mais valia. O movimento do capital internacional subjugando o capital nacional, reflete sobremaneira naquelas que realizam o trabalho (assalariado ou não) no campo e na cidade. Entende-se que o trabalho que produz as riquezas sociais, portanto a compreensão do capital não se desvincula do trabalho, mais especificamente dos sujeitos que o realizam. Nesse sentido, a ideologia difundida pelo *bloco histórico* que hegemoniza o Estado, relega os direitos sociais, tendo por base as desigualdades raciais, formando os sujeitos passíveis de exploração total pelo próprio sistema econômico.

A história das atividades ligadas à produção de *commodities* é essencialmente escravista/racista, considerando o processo de sua gênese na América, nos países latinos e sobretudo no Brasil só foi possível mediante ao trabalho dos negros e indígenas escravizados. E atualmente, como delimitado por Martins (1994) *sociedade de história lenta*, se apresenta da mesma maneira que outrora nos séculos XVI, XVII, XVIII, pois desconsidera a Constituição Federal (1988) e avança sobre os territórios dos povos indígenas e quilombolas – *territórios bloqueados*¹⁷.

De acordo com Cardoso (1987), as origens do campesinato brasileiro é essencialmente negro, pois decorre das estratégias adotados pelo sistema escravagista colonial em assegurar as bases materiais de seu sistema – nesse sentido aparece a brecha camponesa, como um processo surgido a partir das contradições e interesses da coroa portuguesa. Nesse contexto a *brecha camponesa* – consistia no trabalho desenvolvido pelos negros escravizados em parcelas de terras cedidas para o plantio de *roças* para o próprio autossustento, atividades que eram secundárias às quotas de trabalho estabelecidas nas plantações de açúcar. Dessa maneira, a *brecha camponesa*, tratava de inserir a produção de excedentes nos circuitos mercantis, além de garantir uma produção de excedentes para abastecer as necessidades de consumo interno das propriedades. Uma vez que a produção dos escravos era comercializada dentro da grande

¹⁷ Denomina-se Territórios bloqueados, “os territórios legalmente protegidos, reservados e de direito das comunidades tradicionais, portanto, indisponíveis ao processo de acumulação por espoliação e que são frequentemente ameaçados” (CARVALHO, 2022, p. 235). Sendo eles “[...] em especial: as unidades de conservação, os territórios indígenas e quilombolas e os assentamentos de reforma agrária” (CARVALHO, 2022, p. 333).

propriedade por 1/3 do valor pago pelo mercado, o que representava uma possibilidade dos senhores de auferir maiores lucros.

Se a produção de *commodities* é essencialmente estruturada nas assimetrias de poder, parece certo afirmar que tais assimetrias devem ser acertadas para a construção de uma Soberania Alimentar. Retomamos aqui a assertiva de Martins (1981), a luta pela produção de *comida saudável*, pela permanência e acesso à terra é também uma luta contra as desigualdades raciais, de classe e de gênero.

Se parássemos para analisar como se estrutura/estruturou nosso sistema agroalimentar e fizéssemos o caminho inverso – da mesa até a produção do alimento, teríamos noção do quão essa temática se relaciona com o contexto mais amplo – a nível global, pois as mudanças territoriais operadas no campo têm efeitos significativos não somente para aqueles que vivem do trabalho na terra, mas para todo o conjunto social – considerando as implicações decorrentes da relação campo-cidade. Nesse sentido, apresentaremos os efeitos da territorialização do agronegócio sobre os territórios produtores de alimentos – em Piracanjuba.

A exclusão do acesso à terra enquanto proprietários e o apagamento da história desses sujeitos, se apresentam na atualidade no número de trabalhadores informais que tem como fonte de rendimento a produção do cigarro de palha/paiero, para atender minimamente as próprias necessidades básicas de consumo. Além da morosidade dos processos burocráticos para regularização fundiária da Associação Ana Laura.

Nesse sentido, Martins (1975) estabelece que a construção do sujeito caipira no ideário urbano, como “Jeca Tatu”, o caipira preguiçoso necessitava adotar os padrões de consumo urbano e se cercar de múltiplas comodidades citadinas para se metamorfosear no rico fazendeiro. A implantação dessa subjetividade caipira vs cidadão – denominação para aqueles que vivem nas cidades, na área urbana –, serviu de *pano de fundo* para operar as transformações de cunho técnico-científico na esfera de produção e ao modelo urbano-industrial no qual o país ingressava.

A contrapartida, a redefinição cultural ligada à constituição de uma sociedade centrada nos valores urbanos, levou rapidamente à distinção valorativa, também, entre o rural e o urbano. A afirmação da existência urbana, ainda que anômica, exprimiu-se culturalmente na construção de estereótipos, alguns negativos, do homem rural. A figura do caipira tem reafirmadas e atualizadas, nessa fase, as suas conotações fundamentais: ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso, etc. (MARTINS, 1975, p. 4).

Essa afirmação coloca em evidência um modelo de pensamento no qual o campo ocupa um lugar subalterno à cidade, as relações sociais de trabalho no campo como sendo inferiores às relações de trabalho urbanas e conseqüentemente quem vive no campo, é apresentado como “atrasado”, “jeca”, “ignorante”, já que a cidade – como espaço das relações comerciais representava o progresso.

Portanto, o processo de formação territorial de Piracanjuba (GO) não é isento do movimento de contradições da sociedade de classes, pelo contrário, é imbuído de disputas políticas, econômicas, sociais e (i)materiais. Pensar o processo de formação dos diferentes territórios que compõem a estrutura societária no campo e na cidade requer uma análise do espaço e do território, além das questões de raça e gênero.

Mesmo suas raízes históricas sendo vinculadas ao campo, observa-se que no decorrer da formação histórica de Piracanjuba (GO), o campo enquanto espaço de reprodução social, assume diferentes roupagens conforme as ideias propagadas pelas frações de classes que hegemonizam o Estado. Inicialmente o fracasso do desenvolvimento econômico era culpa do alto índice de pessoas morando no campo e a agricultura/artesanato direcionados principalmente ao próprio consumo/necessidades internas, o pouco interesse pelo comércio – o que dificultava a exploração de mais-valia. Na atual quadra histórica o campo assume outra roupagem, é vendida a ideia de que só é possível produzir riquezas a partir do modelo imputado pelas sementes transgênicas, alta utilização de agrotóxicos, conversão de áreas florestais para os monocultivos, alta performance da ciência e da tecnologia, dentre outros elementos que são característicos da agricultura tipicamente capitalista/empresarial.

No próximo tópico apresenta-se a discussão de aspectos mais recentes do município de Piracanjuba (GO). A coexistência de frações do campesinato com a agricultura capitalista, a territorialização do agrohidronegócio¹⁸ e dos grandes empreendimentos mineradores, leva-nos a refletir sobre as diversas contradições entre os diferentes usos e ocupação do solo, os sujeitos que lutam pelos territórios de vida e as corporações do agronegócio que avançam na apropriação da terra, do subsolo, da água e demais bens-comuns.

¹⁸ De acordo com Thomaz Júnior (2010) no que se refere às disputas em torno de água ou do acesso a água no Brasil, assume novos elementos e significados, seja superficial, represada, disponível em aquíferos, tem ocupado papel central no âmbito das políticas públicas, embora esse mesmo processo está posto para os capitais privados, cuja as investidas visam a garantir o acesso e o controle sobre a água, mas fundamentalmente usufruem e mantêm privilégios à base dos investimentos públicos.

2.2. Aspectos demográficos, estrutura fundiária e produção agrícola

O município de Piracanjuba (GO) possui como principal atividade econômica, a agropecuária com destaque para o *agronegócio* devido às condições físico-naturais (pedológicas, geomorfológicas, climáticas), sendo as principais culturas praticadas a soja, milho, sorgo, cana-de-açúcar, tomate. Essa produção é direcionada para a comercialização em larga escala via empresas rurais, empresas de transportes e de beneficiamento de grãos (Grão Dourado, Sementes São Mateus, Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba).

Além da produção de grãos, o Município também possui destaque no ramo da pecuária leiteira, cuja produção é, em sua maioria, oriunda do campesinato. Portanto o município pode ser caracterizado como de economia predominantemente rural. Tais processos produtivos na atualidade são operados pela lógica hegemônica do *agronegócio*, sobretudo, o segmento de produção de grãos (soja, sorgo, milho, girassol) e a pecuária de corte e de leite, sendo esses elementos observados, empiricamente, na paisagem do município e da região.

Considerando os dados da Tabela 01 referente à participação de cada setor econômico no Produto Interno Bruto (PIB) municipal, no ano de 2021, o setor agropecuário correspondeu a 46% do valor total. Neste setor, o ramo da pecuária leiteira representou 38,97% do valor total da agropecuária e a 18% do PIB total do município.

Tabela 1: Composição do PIB municipal – 2020

Composição do Produto Interno Bruto - Piracanjuba (GO)						
Ano	2000		2010		2020	
Setores	Arrecadação Em (R\$1.000,00)	Participação	Arrecadação Em (R\$1.000,00)	Participação	Arrecadação Em (R\$1.000,00)	Participação
Impostos	6.339,00	5,89%	25.937,00	6,60%	60.774,00	5,47%
Agropecuária	38.085,00	35,40%	131.388,00	33,40%	501.458,00	46%
Indústria	12.193,00	11,33%	51.025,00	13,00%	133.486,00	12%
Serviços	50.946,00	47,36%	127.698,00	32,50%	281.532,00	26%
Administração	57.779,00	14,70%	110.555,00	10%
Total			393.827,00			

Fonte: IBGE, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S., 2024.

O município de Piracanjuba (GO) é caracterizado como um município de economia rural, como pode ser observado na Tabela 01, acerca da composição do Produto Interno Bruto. A tendência no aumento do setor agropecuário observa-se também em nível de Goiás e Brasil, o que denota o processo de desindustrialização em geral.

Para Silva; Estevam (2013) existe a problemática em que o poder público estatal de Goiás não conseguiu resolver, o problema do *esvaziamento* das regiões de economias rurais¹⁹, tendo em vista a posição de liderança na produção agropecuária. Em seus apontamentos na pesquisa “o caso da bacia leiteira de Piracanjuba nos anos de 2000-2010” os dados demográficos apresentaram decréscimo da população rural, com uma taxa de 2,4% ao ano e o baixo crescimento da população urbana de 0,8% ao ano, mesmo diante ao aumento da produção e da produtividade da pecuária leiteira e do PIB *per capita*.

Em relação aos aspectos demográficos cabe ressaltar que o município possui uma área com extensão total de 2.374,232 km² e uma densidade demográfica de 10,48 hab./km². Nos aspectos econômicos, o PIB *per capita* R\$ 44.313,38 e em relação ao salário médio mensal dos trabalhadores formais situa-se na faixa de 2,1 salários mínimos com o quantitativo de 3.374 pessoas ocupadas em empregos formais, correspondendo a uma taxa de 13,6% da população (IBGE, 2023). Em relação ao rendimento médio mensal da população para o ano de 2020, foi de R\$ 755,85 (FGV, 2020).

Entretanto, cabe considerar os fatores e as contradições inerentes ao modelo produtivo em que o campo em Goiás foi pautado. É inegável que o modelo agroexportador aliado ao desenvolvimento urbano-industrial tende a forçar a migração das populações que residem no campo para as áreas urbanas. Porém é preciso considerar que não se trata de um movimento

¹⁹ Mendonça (2004) em seus estudos, aponta que o assistencialismo oficial e/ou indigência assistida/compensação social, mascaram a complexa situação em que vivem os trabalhadores que lutam pela terra e pela Reforma Agrária. O Estado foi um dos patrocinadores do processo de esvaziamento do campo e ao fazê-lo criou as condições para a expansão das corporações capitalistas. A partir da década de 1980, Goiás se tornou um grande laboratório de políticas de compensação social, atendendo as demandas de milhares de famílias – camponeses e *trabalhadores da terra*, que, expulsas do campo, ocuparam de forma desordenada as áreas urbanas, principalmente as metrópoles (Goiânia e Brasília), mas também nas médias cidades goianas. A política clientelista conservava o estilo populista, como forma de amainar as possíveis convulsões sociais e consolidava o novo pacto social entre as velhas elites oligárquicas e os empresários rurais. O Estado acenava com estímulos fiscais e infraestrutura assegurando a modernização conservadora da agricultura e, concomitantemente, acalentava os trabalhadores desterritorializados com políticas assistencialistas, perpetuando no poder as elites conservadoras. (MENDONÇA, 2004, p. 170).

natural, mas sim de ações do capital balizadas por intermédio do Estado, cujos representantes políticos, a maioria a serviço dos grandes interesses econômicos, reorientam a legislação trabalhista, ambiental, creditícia etc. Ou seja, a expropriação dos camponeses e outros *trabalhadores da terra* são resultados de arranjos políticos, que visam beneficiar uma fração de classe específica – frações da burguesia e as corporações do agronegócio.

Nas áreas de Cerrado, a expulsão dos camponeses e demais *trabalhadores da terra* se intensifica a partir das intervenções do Estado para *integração do território* e as inovações técnicas a partir da Revolução Verde, cujo modelo se pauta pelo uso intensivo de maquinários, agrotóxicos e insumos químicos na produção agrícola e pecuária. Essas transformações foram fundamentais para o novo processo de acumulação capitalista, no qual os grandes favorecidos foram as corporações capitalistas – agroindústrias, minero-químicas, agências financeiras e o latifúndio que ao ter sua existência assegurada fora nomeado como empresa rural, portadora do progresso econômico e único modelo de desenvolvimento no campo. Os resultados foram a expulsão dos *trabalhadores da terra* para as cidades, intensificando o quadro de mão de obra barata, necessário para o modelo urbano-industrial, problemas de moradia, renda e outras desigualdades díspares.

Os conflitos decorrentes do processo de expulsão se exprimem tanto no plano ideológico quanto no plano material. A figura do “jeca” como um sujeito do campo estereotipado, com costumes, índole duvidosa e atrasada, representava um Brasil “profundo” a ser superado pelo “novo” e pelo “progresso”. Nesse sentido a história da sociedade brasileira para Martins (1994) pode ser compreendida com uma *Sociedade da história lenta*, pois é reflexo dessa construção ideológica, em que tais mediações foram/são considerados simples obstáculos a serem superadas pelo progresso, mas que não foram e se fazem presentes na atualidade.

Refere-se a perspectiva de interpretação da realidade social, na qual permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa das estruturas fundamentais do passado. De modo que os fatos de hoje acabam se mostrando como fatos densamente constituídos pela persistência de limitações e constrangimentos históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras. Mais que isso, permite descobrir, e integrar na interpretação, estruturas, instituições, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria. É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento. Não só porque reduz o âmbito da tomada de consciência das verdadeiras dificuldades à transformação social, mas também porque atenua ou reorienta o sentido das ações de propósito transformador (MARTINS, 1994, p. 14).

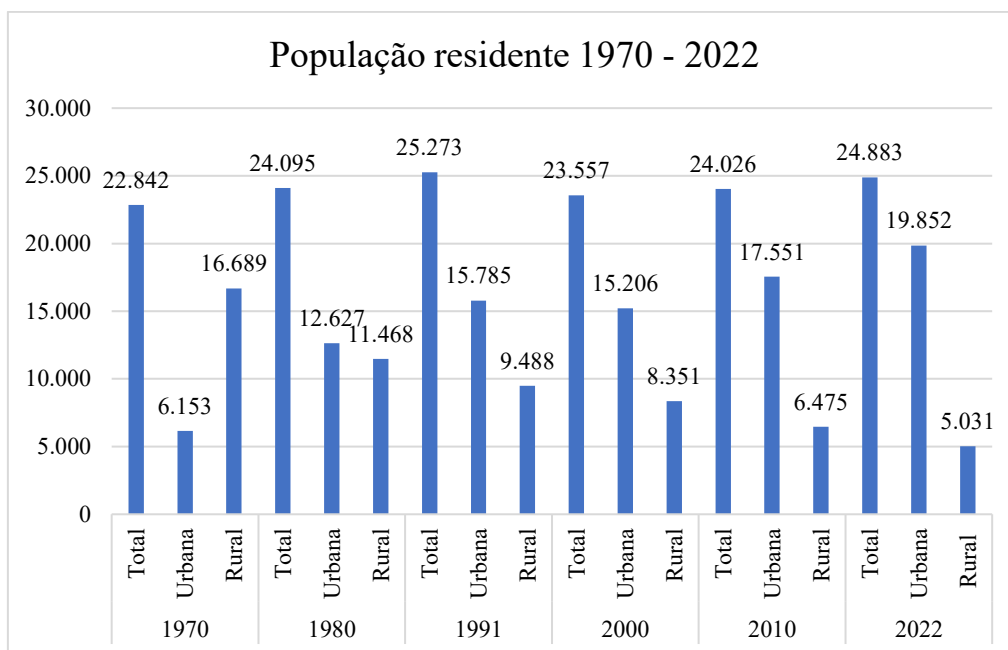
Dessa maneira, como estabelecido por Mendonça (2004) a designação de *êxodo rural* não considera a ruptura nas estruturas sociais preexistentes à modernização conservadora instituída pelo Estado, pois cria a alusão de que ocorreu por conta da simples vontade dos camponeses e demais sujeitos do campo de mudarem para as cidades em busca da “terra prometida, em referência ao livro bíblico de Êxodos” colocando os conflitos resultantes desse processo como inexistentes. O *êxodo rural*, compreendido enquanto processos de pauperização, exploração, degradação das relações de trabalho e produção no campo, continua operando atualmente. Seja pelas ações verticalizadas de políticas governamentais, seja pela ação das corporações capitalistas agroindustriais, químicas, minerárias, financeiras, que pressionam o campesinato e demais povos do campo, de suas terras ou subordina esses territórios e seus sujeitos à lógica de reprodução do capital.

Portanto, pensar que o *esvaziamento* das regiões de economia rural é um processo natural do desenvolvimento capitalista de produção é um equívoco. E pior, é não colocar em evidência os efeitos sociais e ambientais²⁰ que o modelo agroexportador põe para todo o conjunto da sociedade. O *esvaziamento*, compreendido enquanto um dos efeitos sociais do modelo degradante e de superexploração imputado aos sujeitos do campo, requer para ser contido, ações do Estado e políticas públicas que viabilizem o campo como espaço de reprodução social dos camponeses e demais *trabalhadores da terra*.

No que se refere ao quantitativo de residentes no município de Piracanjuba (GO) cabe-se salientar a sua composição em relação à situação domiciliar total de 1970-2010. Observa-se de maneira geral uma tendência de queda dentro do recorte estabelecido. Originalmente o município possuía uma área que abrangia 4 municípios vizinhos, que se emanciparam a partir da década de 1940 constituindo-se outros municípios, como é o caso de Professor Jamil; Cristianópolis, Mairipotaba e Cromínia. Conforme o Gráfico 01, observe:

Gráfico 1: População Situação Domiciliar 1970/2010

²⁰ Para Mendonça (2010) os altos custos sociais se sintetizam nas questões de trabalho, insegurança alimentar, saúde – por crescente aumento de agrotóxicos, alimentos ultra processados, os conteúdos na relação campo-cidade – como é caso dos problemas socioambientais nas áreas urbanas, entre outros. Os problemas ambientais são sintetizados nas diferentes catástrofes socio-naturais, como é caso de Brumadinho, intoxicação/envenenamento de populações indígenas por mineração ilegal, hidrelétricas, grilagem e expropriação de populações tradicionais. Braskem, com a extração de sal-gema em Maceió/Alagoas.



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2017.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Conforme evidenciado no Gráfico 01, a inversão no número de pessoas residentes na área rural para a área urbana coincide com as transformações operadas pelo processo de implementação tecnológica na agricultura, os programas de fomento, o farto crédito agrícola e às dinâmicas operacionalizadas pela rápida e crescente urbanização do período.

O quantitativo da população total é de 24.883 pessoas para o ano de 2022 (IBGE, 2023). Em relação à situação domiciliar na área urbana, 19.852 pessoas e na área rural 5.031 pessoas (IBGE 2022) o que corresponde a uma taxa de 20,5% da população residente no campo. Se usarmos a mesma análise para o Estado de Goiás, a população total no ano de 2022 é de 7.055.228 de pessoas (IBGE, 2023.). Em relação à situação domiciliar, na área urbana são 6.576.104 pessoas e na área rural 480.391 pessoas, o que corresponde a uma taxa de 6,8% da população residente na área rural (IBGE, 2022).

Entretanto, outros elementos que explicam o decréscimo da população no campo em Piracanjuba (GO) circunscrevem-se também às alterações na estrutura educacional. Mais especificamente às unidades educacionais situadas no campo, denominadas de escolas isoladas.

Para Inocêncio (2014) o contexto da presença das escolas isoladas no Sudeste Goiano, era para atender a demanda pelo ensino das primeiras letras, como os filhos dos trabalhadores e dos proprietários de fazendas, dos familiares e dos vizinhos. Essas escolas eram construídas

pelos *próprios trabalhadores da terra*, e as atividades do mestre-escola eram custeadas pelos fazendeiros.

No ano de 1977 eram 45 escolas isoladas situadas no campo. No ano de 1989, o quantitativo cai para 33 (SME/Piracanjuba, 2023). Posteriormente com o processo de nucleação das unidades isoladas a partir de parceria entre a prefeitura e com terrenos cedidos pelos fazendeiros, houve a redução no número de estabelecimentos de ensino.

De acordo com a pesquisa realizada por Ferreira dos Reis (2021), a partir do ano 2001 ocorreu uma reestruturação na educação municipal, reduzindo o número de escolas para 28, em 2004 para 26 unidades escolares e, atualmente têm 5 unidades escolares situadas na zona rural do município, mas com constantes ameaças de encerramento das atividades pelo Poder Público Municipal, sendo o ápice na gestão de Amauri Ribeiro (2013-2016) e João Barbosa (2017-2021).

Portanto, tal situação permite apontar para o conceito de (Re)Existências. As (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, “[...] expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela reforma agrária, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento” (MENDONÇA; PELÁ, 2011, p.5).

Concomitante, os estudos de Carneiro (2021) apontam o acesso à educação como um dos elementos fundantes para permanência na terra. A educação do campo nesse contexto se constitui como formas de (Re)Existência camponesa, pois parte da compreensão e da ação política dos sujeitos em lutar pelo acesso e a garantia de seus direitos. Acredita-se que a educação de qualidade deve ser garantida para todos, inclusive para as famílias do campo, considerando suas especificidades de aprendizagens e necessidades a partir do trabalho e das perspectivas daqueles que estão na terra. Tais experiências pedagógicas, que são políticas, se constituem formas de (Re)Existência camponesa (CARNEIRO, 2021, p.147).

De acordo com os dados referentes ao ano de 2022, no município de Piracanjuba (GO) existem 2.135 estabelecimentos agropecuários. Desse total 2.134 contam com pessoal ocupado perfazendo um total de 5.568 pessoas (IBGE, 2022). Analisando as relações de trabalho e o número total de estabelecimentos agropecuários do município de Piracanjuba (GO) tem-se um total de 5.568 pessoas empregadas, desse quantitativo apenas 907 pessoas que não possuem

relação de parentesco e nem relação direta de trabalho²¹ nos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2022).

Considerando a população total do município e quanto à composição em relação à situação domiciliar urbana e a rural observou-se que o número de pessoas vivendo no campo é significativo. Crê-se que está diretamente relacionada à estrutura fundiária do município, cujo número de propriedades com menos de 50 hectares (ha) é significativo, representando 60,6% do número total de estabelecimentos agropecuários, conforme os dados do Censo Agropecuário referente ao ano de 2017 (IBGE, 2017).

Quanto aos demais números de estabelecimentos agropecuários com dimensão acima de 50 hectares (ha) compõe cerca de 39,4% do número de estabelecimentos totais, conforme a Tabela 02.

Tabela 2: Estrutura Fundiária do Município de Piracanjuba – GO em 2017²²

Grupos de área total	Número de estabelecimentos (Unidades)	Área dos estabelecimentos (Hectares)	% dos N° de grupos de área total
Mais de 0 a menos de 10 ha	419	2.152	19,6
De 10 a menos de 20 ha	285	4.462	13,3
De 20 a menos de 50 ha	592	19.268	27,7
De 50 a menos de 100 ha	315	22.925	14,7
De 100 a menos de 200 ha	265	38.289	12,4
De 200 a menos de 500 ha	189	59.975	8,8
De 500 a menos de 1.000 ha	46	33.911	2,1
Mais de 1.000 ha	24	54.963	1,12
Total	2.135	235.947	...

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

²¹ Dados secundários por amostragem a partir da aplicação de questionários com os alunos de Ensino Médio da Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães, no ano de 2019 para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Geografia (TCC), existem diversas formas de trabalho no qual os *trabalhadores da terra* exercem, sendo essas outras formas de trabalho, denominadas de trabalho acessório.

²² De acordo com Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) a extensão em hectares (ha) do Módulo Fiscal do município de Piracanjuba (GO) é de 30 (ha). As pequenas propriedades são aquelas cujas extensões não ultrapassam quatro Módulos Fiscais, sendo propriedades rurais com até 120 (ha).

Portanto, mediante os dados estatísticos apresentados no Gráfico 01 e na Tabela 02, a estrutura fundiária se configura como um dos indicativos responsáveis pela alta proporção da população residente no campo em relação ao ano de 2010. Outro indicativo de contribuição para essa proporção é a pecuária leiteira enquanto estratégia de permanência na terra, uma vez que o município possuía destaque nacional na produção leiteira até o ano de 2014²³. Sendo que neste período, a participação da pecuária leiteira correspondia a cerca de 23,13% do valor total do PIB do município, e no tocante ao PIB do setor agropecuário correspondia a cerca de 59% do valor segundo dados do (IBGE/PAM, 2023).

É importante ressaltar que os números apresentados nesta pesquisa, são um exercício analítico, isto é, fazem parte da trilha metodológica para compreensão do recorte temático abordado. A centralidade consiste em compreender quais as relações de trabalho que existem por detrás dessa produção. Compreende-se que o trabalho é o único meio para se criar valor, portanto por de trás desses números existem sujeitos trabalhando e tecendo suas redes de vida, tanto no campo quanto na cidade. Existem relações capitalistas de produção – trabalho assalariado, extração de mais-valia, combinadas com relações não tipicamente capitalistas – como o trabalho camponês, em sua multiplicidade, dentro do sistema capitalista de produção.

No tocante à produção de alimentos, se estabelece um paralelo no cenário nacional entre a produção de gêneros básicos como, arroz, feijão, mandioca, que foram paulatinamente apresentando decréscimo na participação da cadeia produtiva de produtos agrícolas para produção de grãos/carnes para exportação.

Tais dados são sintetizados na Tabela 03, no caso do município de Piracanjuba em relação aos produtos direcionados à exportação e a produção direcionada ao consumo interno.

Tabela 3: Principais Produtos Agrícolas (1980-2020) Piracanjuba - GO²⁴

Produto		1980	1990	2000	2010	2020
Arroz	Área Colhida – (ha)	16.000	6.800	850	2.500	200

²³ Ocupando nesse período a 2ª posição no ranking nacional de maiores municípios produtores de leite, com o quantitativo de 159.444 Kg/leite, Goiás com 3.768.966 Kg/leite, ocupando o 4º lugar no ranking nacional, Brasil 23.718.789 Kg/leite.

²⁴ Rio Verde, Cristalina e Piracanjuba foram os maiores municípios produtores de sorgo, tomate e girassol, respectivamente, do País. Goiás também dominou os rankings de maiores produtores municipais de sorgo e girassol. Piracanjuba foi citado nos rankings de girassol (1º), tomate (4º), sorgo e soja (13º). Vale destacar que Goiás manteve a posição de maior produtor de tomate do Brasil no ano passado, contabilizando 1 milhão de toneladas. (SEAPA, 2022).

	Quantidade Produzida – (t)	19.200	10.450	1.570	7.000	494
Feijão	Área Colhida – (ha)	1.200	650	110	280	710
	Quantidade Produzida – (t)	288	1025	190	658	1.867
Laranja	Área Colhida – (ha)	75	250	230	250	80
	Quantidade Produzida – (t)	6.900	22.500	19.550	6.125	1.520
Milho	Área Colhida – (ha)	8.000	9.750	3.730	1.500	20.500
	Quantidade Produzida – (t)	12.200	29.250	19.156	9.750	11.9500
Soja	Área Colhida – (ha)	175	6.000	4.550	37.000	68.000
	Quantidade Produzida – (t)	210	11.700	12.285	122.100	244.800
Sorgo	Área Colhida – (ha)	...	170	450	2.500	11.500
	Quantidade Produzida – (t)	...	300	1215	6.000	34.500
Mandioca	Área Colhida – (ha)	260	380	350	250	80
	Quantidade Produzida – (t)	3.640	4.560	5.600	4.125	1.400
Girassol	Área Colhida – (ha)	100	1.500
	Quantidade Produzida – (t)	280	2.700
Tomate	Área Colhida – (ha)	15	10	460	675	800
	Quantidade Produzida – (t)	750	400	37.260	67.500	85.600
Fumo	Área Colhida – (ha)	260	200	80
	Quantidade Produzida – (t)	104	160	57
Leite	Quantidade produzida (t)	30.48	28.62	70.30	117.74	97.96
	Vacas Ordenhadas (cabeças)	37.000	42.300	49.312	77.500	36.350

Fonte: PAM/IBGE, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

De acordo com os dados da Tabela 03, o município se destaca com produção de soja (2010 em diante) e outros grãos da cadeia de *commodities*. Na Microrregião Geográfica do Meia Ponte, o município está em 2º lugar na produção de soja e em 3º lugar na produção de milho e de sorgo, tomando como referência o ano de 2020 (IMB, 2022), demonstra a variação dos principais produtos agrícolas produzidos no município. De acordo com alguns relatos de

funcionários da Emater/Goiás da unidade de Piracanjuba, o município além de despontar com a produção leiteira, produzia grandes quantidade de arroz, feijão, mandioca e por algum tempo foi destaque na produção de pimenta, isso até meados da década de 2000.

Em relação aos principais produtos agrícolas, Goiás no ano de 2020 apresentou destaque produtivo em outras culturas, embora a hegemonia seja das culturas de *commodities* e agrocombustíveis como é exemplificado pela participação na produção de soja, milho, sorgo, algodão e cana-de-açúcar. Observe que no quadro geral a produção de arroz nem aparece e sequer é mencionada no relatório da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA/GO).

A Tabela 04 demonstra a produção total de soja em Goiás na série 2000-2020. Os dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelece o panorama da produção de soja no cenário nacional. Goiás no ano de 2022 atingiu a marca de 16 milhões de toneladas na produção de soja, ficando em 2º lugar no ranking nacional e com participação de 12,9% na produção, cujo valor foi de 124 milhões de toneladas.

Tabela 4: Principais Produtos Agropecuários de Goiás (1990-2020).

Produto		Ano			
		1990	2000	2010	2020
Área plantada (Hectares)	Algodão herbáceo	35.511	96.718	43.909	38.522
	Arroz	351.010	150.364	90.382	28.461
	Cana-de-açúcar	106.826	139.186	578.666	92.8046
	Feijão	183.580	113.211	119.002	137.681
	Girassol	11.410	22.872
	Milho	902.800	845.204	858.301	1.733.660
	Soja	1.001.690	1.491.066	2.445.600	3.577.700
	Sorgo	5.460	179.460	245.308	360.672
Tomate	6.911	10.201	18.437	11.369	
Quantidade produzida (Toneladas)	Algodão herbáceo	59.754	254.476	180.404	162.377
	Arroz	307.770	294.629	221.419	1.444.19
	Cana-de-açúcar	6.896.320	10.162.959	48.000.163	75.873.273
	Feijão	118.960	200.415	288.816	353.457
	Girassol	16.674	38.230
	Milho	1.848.350	3.659.475	4.676.483	11.838.775

Soja	1.258.440	4.092.934	7.252.926	12.849.800
Sorgo	8.740	287.502	611.665	1.165.597
Tomate	320.400	712.448	1.369.822	1.098.311
Leite	1.104,12	2.259,61	3.289,54	3.268,71

Fonte: PAM/PPM-IBGE; 2024.

Org: NOGUEIRA, P. H.S. 2024.

De acordo com o relatório do Instituto Mauro Borges (IMB/SEPLAN-GO, 2020) no cenário nacional, Goiás em termos de área dos estabelecimentos, tem uma das menores participações na agricultura camponesa, com 13,8%, menor que a média nacional que foi de 23%, ficando em 5º lugar entre as unidades da federação com menores participações. Dentre os principais alimentos produzidos, tem-se os itens ligados à olericultura, como jiló, pimenta, quiabo, abobrinha, vagem, tomate, alface, pepino, couve, beterraba e cenoura. Já em relação à produção de frutas, tem-se a jabuticaba, cagaita, pequi, abacaxi, banana, limão, mangaba e morango. Quanto à produção de grãos, milho, feijão e arroz são o destaque. Portanto, evidenciando que a agricultura camponesa é responsável pela produção dos alimentos que chegam aos lares goianos.

Embora com dificuldades no que tange à comercialização e assistência técnica para viabilizar a produção/productividade, o relatório aponta que os entrevistados enxergam a venda direta ao consumidor como uma das principais oportunidades mercadológicas, além dos mercados institucionais como PNAE e o PAA, e a produção de leite e seus derivados – recorte temático desta pesquisa.

De acordo com a (SEAPA/GO, 2023) Goiás é o 2º maior produtor nacional de cana-de-açúcar (76 milhões de toneladas) e em decorrência disso, Goiás é o 2º maior produtor nacional de etanol cuja produção na safra 2017/2018 atingiu 4,6 bilhões de litros. Ainda, na produção de açúcar, o estado é o 4º maior com 2,3 milhões de toneladas. As principais atividades industriais de Goiás são a de alimentação e bebidas, mineração e de automóveis e máquinas agrícolas.

Nesse sentido, o território goiano é atravessado pela globalização, cuja sua inserção se dá mediante à territorialização de grandes corporações financeiras, minero-químicas e agroindustriais que atuam diretamente na produção, extração e comercialização de *commodities*, agrícolas e minerais. Observe na Tabela 05 os principais produtos exportados por Goiás.

Tabela 5: Principais Produtos Exportados por Goiás.

Produto	Valor FOB (US\$)		
	2000	2010	2020
Complexo soja	332.847.388	1.371.920.952	3.295.734.886
Complexo carne	36.882.985	1.014.876.483	1.588.880.082
Complexo minério	131.894.066	940.848.435	1.587.541.320
Amianto	27.478.225	77.901.023	27.985.768
Ferroligas	54.242.014	150.978.152	807.372.394
Ouro	49.834.653	191.489.652	319.566.037
Outros minérios	339.174	3.695.130	411.830.418
Sulfeto minério de cobre	0	516.784.478	20.786.703
Complexo Sucroalcooleiro	1.134.711	201.248.878	370.457.440
Lácteos	75.995	4.450.895	1.037.428

Fonte: Ministério da Economia, 2024.

Org: NOGUEIRA, P. H.S, 2024.

Segundo dados do IMB no ano de 2021 o efetivo total do rebanho bovino do município de Piracanjuba (GO) era de 206 (mil cabeças) e o efetivo total do rebanho suíno de 12,99 (mil cabeças) o que deixa o município no 28º lugar e 19º no ranking estadual respectivamente. No que concerne a produção de origem animal cabe destacar a pecuária leiteira e de corte do município, sendo a produção leiteira e de carne bovina os principais produtos de destaque.

Os dados apresentados colocam em evidência que o Estado – hegemônico pelas frações das classes dominantes, destacadamente controladas pelos setores do agrohídronegócio, priorizam e viabilizam a produção de mercadorias para exportação (carnes, grãos, madeira, açúcar, álcool, frutas, minérios) com alto dinamismo técnico/tecnológico, empregados no sistema de monocultivo, cujo estrutura produtiva se sustenta na intensa utilização de água, solo e agrotóxicos²⁵, incluindo nos produtos que fazem parte da dieta dos brasileiros – como é o caso

²⁵ Apontamos nesse sentido que o monocultivo é um sistema produtivo predatório dos recursos territoriais e da sociobiodiversidade que se alicerça com alto emprego da ciência e tecnologia. São sintetizados nos pacotes tecnológicos, no qual as sementes geneticamente modificadas só conseguem “germinar” sob certas condições químicas, substâncias essas que são encontradas nos agrotóxicos vendidos pelas corporações agroquímicas que alteraram geneticamente tais grupos de sementes. De acordo com os dados do IBAMA (2023) os principais ingredientes ativos comercializados em Goiás no ano de 2022, são: Glifosato 22.085 (Mil t); Atrazina 4,585 (Mil t); Mancozebe; 2,4-D; Clorotalonil 3,686 (Mil t); Acefato 2,949 (Mil t). O volume total comercializado no ano de 2022 corresponde a 65,25 (Mil t) de ingredientes ativos. Além dos dados mencionados, se torna evidente ao analisar as corporações agroquímicas responsáveis pela comercialização de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas no Brasil, no qual 5 empresas de capital internacional controlam/direcionam o

do arroz, do feijão, tomate, batata, dentre outros alimentos e na degradação e precarização das relações de trabalho.

Na Seção seguinte observamos como ocorreu o processo de expansão, consolidação e decréscimo da atividade leiteira no município de Piracanjuba (GO), mesmo sendo um setor que movimentava grandes volumes de capitais e tem atuação de inúmeras corporações agroindustriais, financeiras, de alta pesquisa e tecnologias.

2.3. O município de Piracanjuba (GO) e a produção leiteira

O leite tradicionalmente esteve vinculado aos diferentes hábitos alimentares das pessoas, seja o seu consumo *in natura* diretamente nos currais, ou em fermentação caseira para fabricação de coalhadas e queijos, seja em receitas familiares como: doces, geleias, quitandas, bolos, requeijão de pedaço, quanto ingrediente culinário para cremes, caldos, tortas, canjicadas.

Entretanto, o processo de modernização da agricultura e a produção cada vez maior para mercados globais têm sido responsáveis por mudanças no modo de vida daqueles que vivem no campo com a finalidade de reprodução social, desenvolvendo agricultura de excedentes ou inseridos em cadeias curtas de comercialização (Brandão, 1980).

O leite nesse processo é definido como um alimento, assim como a sua produção pode ser compreendida enquanto produção de comida, mas nas últimas décadas a partir de 1970, esse produto se sedimentou como uma matéria-prima para os segmentos industriais de processamento, já que as condições técnicas e tecnológicas permitem seu transporte para quaisquer localidades, assim como, também inúmeras empregabilidades do seu uso pelas indústrias alimentícias, como também para os segmentos das indústrias de maquinários/implementos agrícolas, nutrição, reprodução animal e demais que se relacionam com o processo produtivo do leite.

O leite pode ser transformado em mistura de sorvete, iogurte ou queijo e exportado para vários países da América, Europa, dentre outros. Ou ainda desidratado e exportado para novos mercados consumidores, como a China, Indonésia e Coréia do Sul. Essa organização em escala global evidencia que no Brasil e no mundo esse segmento produtivo vem se constituindo em um mercado global concentrador, que tende a reorganizar os produtores-camponeses nessa

consumo de seus produtos químicos. Dentre as corporações cabe citar: Bayer, Syngenta, FMC, BASF, Corteva, Monsanto (PESTICIDE ATLAS, 2018).

atividade, pois os mecanismos de controle na comercialização são operados para subverter a produção das unidades camponesas de produção²⁶. Assim, para se manterem na atividade²⁷ há a necessidade de inversões de capitais em melhoramento genético, maquinário/implemento agrícola, nutrição animal e despesas veterinárias. Sendo a produção remunerada por quantidade/volume produzido e não somente por qualidade como destacam as normas sanitárias.

Mas, por que a maior parte da produção leiteira do Brasil e em Goiás advém da agricultura camponesa? De acordo com Martins (1980, p. 51) no caso da produção leiteira “[...] nestes casos, embora as grandes empresas não expropriem diretamente o lavrador, elas subjagam o produto do seu trabalho”, compreendido aqui como renda da terra²⁸, conforme Oliveira (2007, p. 32)

[...] A industrialização da agricultura, que é uma evidência desse processo, gera a agroindústria. É, portanto, o capital que solda novamente o que ele mesmo separou: agricultura e indústria, cidade e campo. Aqui, o capital sujeita o trabalho que se dá no campo. No geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação. Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista.

Ou seja, a opção pela pecuária leiteira representa ao mesmo tempo o emprego da força de trabalho da família e a produção econômica mediante às necessidades de consumo para a

²⁶ Compreendemos que antes de ser uma unidade de produção, a propriedade camponesa significa um local de reprodução do modo de vida camponês, onde ele realiza as práticas culturais que caracteriza essa classe trabalhadora. Nesse sentido, adotamos nessa pesquisa o conceito de unidade de vida camponesa em detrimento de outros que a identificam apenas pela dimensão produtiva-econômica. (CRISPIM DOS SANTOS, 2015, p. 24).

²⁷ No que tange às formas de organização coletiva na luta por preços melhores e também ao acesso às mercadorias/implementos agrícolas, garantindo uma melhor competitividade no mercado para os produtores-camponeses. Cabe mencionar a Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba (Coapil), a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Leite de Piracanjuba (CPLP) e a Associação dos Moradores da Areia Produtores de Leite (AMAR Leite). Atualmente, somente a Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba se encontra em plena atividade.

²⁸ A renda da terra é [...] um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

reprodução social. Embora a permanência nessa atividade produtiva às *duras penas*, em última instância o camponês-produtor abandona a produção, migrando para outra atividade.

Portanto não é interessante do ponto de vista econômico a expropriação dos camponeses para a produção de frutas em geral, carnes, fumo, leite e outros itens agropecuários que demandam um maior tempo de retorno de capital, diferentemente nos casos dos setores sucroalcooleiro, madeira-celulose e grãos.

Segundo Carneiro (2013) a produção de leite significa em primeiro lugar a autonomia do camponês em produzir aquilo que é de seu interesse, tanto para o consumo da família quanto para sua comercialização. Representa ainda autonomia no consumo, já que se caracteriza como parte de uma economia de excedente, sendo utilizado na produção de queijos, doces, coalhadas, requeijão e bolos. E na própria alimentação dos animais como é o caso do soro, subproduto da produção de queijos. A autora destaca:

A produção de leite também significa “fatura” para os camponeses, pois é utilizado na alimentação da família, tanto in natura, quanto no preparo de outros alimentos, como requeijão, doces, queijos, quitandas, dentre outros. O soro produzido na fabricação dos queijos também serve de alimento para os suínos destinados ao consumo da família, cujo excedente também é comercializado no mercado local (CARNEIRO, 2013, p. 196).

Para além disso, a pecuária leiteira desenvolvida geralmente pela agricultura camponesa se utiliza de um plantel misto, que permite que além do leite e seus derivados, a cada ano seja auferida renda a partir das comercializações de novilhas e novilhos, filhotes das vacas ordenhadas. Essa dimensão coloca o leite em liquidez mensal para o autossustento e “poupança” anual pela comercialização dos novilhos(as).

Portanto, o município de Piracanjuba (GO) apresenta expressividade no ramo da pecuária leiteira sendo o maior produtor de leite do Estado de Goiás até o ano de 2014 e após esse período entra em destaque o município de Orizona, também em Goiás. Em relação aos maiores municípios produtores de leite do Brasil, Piracanjuba no ano de 2020 ocupou o 12º lugar (PPM/IBGE, 2023).

A partir da década de 1970 ocorreu a territorialização da Companhia Leco de Produtos Alimentícios e a pecuária leiteira do município avançou com investimentos do setor privado viabilizados pelo poder estatal. A territorialização do capital agroindustrial laticinista é decorrente do movimento espacial de reestruturação produtiva das agroindústrias para as áreas de Cerrado e, especificamente em Goiás.

A partir de 1972 a produção leiteira no município avança em grande proporção, com a instalação de moderno laticínio pertencente ao grupo Moreira Salles, a Companhia Leco de Produtos Alimentícios. Esta empresa, com expressiva capacidade de captação de leite, gera um fluxo importante de recursos estatais, subsidiados e repassados pelo Banco do Brasil para o município. Sua finalidade era financiar a formação de pastos, adubação, calcareamento, aquisição de matrizes e touros leiteiros, entre outros. Em 1968 é criada a Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba – COAPIL - que a partir de 1996 inicia a comercialização de leite. Vários outros laticínios, no mesmo período, passam a captar leite na região (PAIXÃO, 2014, p. 96).

Embora na atualidade não possua nenhuma agroindústria processadora de leite *in natura* localizada no município, o estudo de Barbosa (2020) destaca que o surgimento dos Laticínios Bela Vista teve início no ano de 1955 no município de Piracanjuba, a partir de um pequeno negócio familiar com atividades na fabricação de manteiga e de queijos. Atualmente opera com unidades nos Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo a unidade sediada em Goiás a principal unidade de operação fabril e sede da agroindústria. A transferência da planta industrial da agroindústria para o município de Bela Vista de Goiás ocorreu no período (1985) ao invés de operar territorialmente em ambos.

Nesse sentido o papel que o município de Piracanjuba ocupa dentro da divisão territorial do trabalho, é hegemonizado pelo capital agroindustrial, químico, genético e financeiro, em que camponeses produtores e demais *trabalhadores da terra* produzem matéria-prima a baixo custo, no caso em específico o leite. Dentre as agroindústrias que recorrem à produção do município²⁹, tem-se: Marajoara, Laticínios Bela Vista, Italac Alimentos, Complem, Nestlé.

As transformações operadas no âmbito nacional pelo Estado, no processo de viabilização do capital e sua expansão geográfica para as áreas de Cerrado, denotam a união daquilo que o capitalismo separou inicialmente – agricultura e indústria. Nos liames da década de 1970 assistiu-se as inovações implementadas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde na produção, resultando em transformações socioeconômicas e políticas no campo, em que a agricultura adquire papel fundamental a partir dos ditames/imperativos da indústria, tanto na produção de matéria-prima para indústria e/ou simultaneamente enquanto parcela de consumo para os maquinários, implementos agrícolas, inovações da ciência e tecnologia.

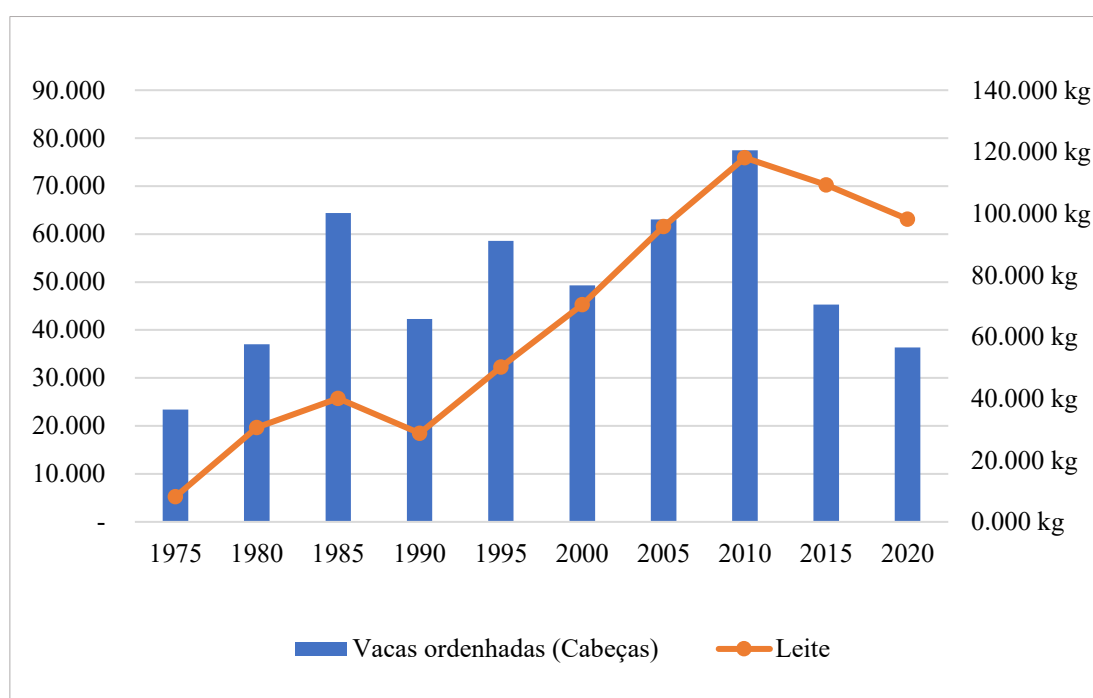
Mesmo dentre os maiores municípios produtores de leite, além dos programas de financiamento de crédito direcionar a produção camponesa às principais cadeias produtivas, observa-se uma tendência de queda na produção total. Isso evidencia a falta de mecanismos que

²⁹ A captação de leite é em torno de 144.200 quilos de leite/dia, fornecidos pelos seus 600 produtores associados. A cooperativa funciona como posto de recepção/armazenamento do leite entregue pelos produtores, portanto não há nenhuma atividade de beneficiamento ou processamento do leite.

assegure renda aos camponeses produtores de leite, dada a importância significativa da pecuária leiteira para a geração de trabalho e de renda no campo em Piracanjuba,

Essa queda pode ser explicada por um conjunto de fatores que envolve desde a ausência do poder público em ações coordenadas e setoriais para assegurar uma justa remuneração aos camponeses produtores, até as esferas mais amplas na construção de mecanismos que contribuam para a agregação de valor da produção. Observe os dados da produção da pecuária leiteira, conforme o Gráfico 02.

Gráfico 02: Produção Leiteira Piracanjuba 1975 – 2020 (x 1.000 kg)



Fonte: PPM/IBGE, 2024.
Org: NOGUEIRA, P. H. S. 2024.

Consoante ao crescimento da produção leiteira, tem-se também o aumento na produtividade do rebanho leiteiro do município de Piracanjuba, como pode ser observado na Tabela 06, sendo superior à média nacional.

Tabela 6 – Produtividade do rebanho leiteiro em Piracanjuba (GO)

Produtividade do rebanho (em kg/leite/ano)					
Ano	2000	2005	2010	2015	2020
Brasil	1.138	1.229	1.380	1.688	2.280
Goiás	1.126	1.168	1.196	1.392	1.755
Piracanjuba	1.425	1.515	1.519	2.406	2.694

Fonte: PPM/IBGE, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S, 2024.

As informações contidas no Gráfico 02 e na Tabela 06, evidenciam o processo de desenvolvimento tecnológico desse setor no município de Piracanjuba, foi possível mediante a inversão de capital por parte dos camponeses e demais produtores em geral. Contudo, mesmo com aumento da produtividade, ressalta-se o decréscimo da produção leiteira em detrimento das atividades ligadas ao monocultivo de grãos³⁰ (soja, milho, sorgo, girassol).

Esse movimento no processo de conversão de áreas produtivas de alimentos para áreas de produção de *commodities*, isto é, produção agrícola, pecuária e mineral voltadas para exportação no mercado global, se relaciona aos contextos mais amplos. Em primeiro lugar ao farto crédito e incentivos para produção de *commodities*; em segundo lugar a ausência do Estado ao não viabilizar o campo como espaço de reprodução social e econômica para as parcelas que vivem do *trabalho na terra*.

A ausência do Estado, compreendido enquanto hegemônico pelas frações das classes dominantes, subverte a máquina pública aos seus próprios interesses por meio do farto crédito rural. Nesse sentido, o direcionamento *daquilo que deve ser produzido e como deve ser produzido*, abrem brechas para o arrendamento para sojicultura e outras *commodities*, tendo em vista que, os camponeses não podem mais contar com os filhos nas atividades laborais.

³⁰ Embora estejam ligados aos segmentos da pecuária (corte e leite), expressa a contradição entre o preço do leite pago ao produtor e o preço da ração oriundas das unidades de beneficiamento/processamento desses grãos. O valor pago por litro de leite não acompanha o aumento dos valores da ração necessária para a nutrição do rebanho.

Ainda enfrentam o envelhecimento e uma das alternativas encontrada pelos camponeses é *abrir mão* das suas criações, dando lugar para as monoculturas – soja, milho, sorgo e/ou girassol. Outro problema relatado pelos camponeses é a dificuldade de contratação de mão de obra (diaristas, empreiteiros, etc.) em períodos em que há grande demanda de trabalho, como no preparo do solo para a *planta* do milho, na colheita das lavouras (quebra do milho), a própria produção de silagens, manutenção de cercas e pastagens, dentre outras atividades.

Quando questionado sobre o porquê de não estar mais plantando *roças*, o Sr. V.B respondeu: é porque está custoso, está tudo caro. Não tem trator, não tem tratorista, antigamente o M. fazia esse serviço para mim ou o meu primo, só que eles pararam com o leite. Aqui é desse jeito, não arruma não. Às vezes, de vez em quando pintam um aí, mas eu parei precisava de um aí para fazer silo, mas como é que faz? Não tem trator. No ano passado, o milho estava passando da hora (colher/fazer silo), não arrumava trator, tá difícil de comprar os produtos né? As coisas que precisa, fica muito caro. Plantar por alqueire de roça atualmente, vai uns R\$30.000,00 para nós. E ainda tem o perigo de plantar e não arrumar tratorista pra fazer o silo de jeito nenhum, não tem ninguém que faz esse serviço mais. O que faziam responde só que não tem tempo, não estão dando conta nem de colher a soja deles direito. A silagem mesmo, M. no ano passado pagou um homem *lá da rua* (cidade) para fazer um silo para ele, ele parou com o leite e tá com 50 litros de leite, só para o gasto da menininha, ele tirava 1.500 litros de leite e parou, foi plantar soja, 300 alqueires de soja. (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, referente ao ano de 2017, a principal característica dos estabelecimentos que produzem leite no município é ser oriundo da produção camponesa, majoritariamente de propriedades menores que 50 (ha). Características marcantes no cenário nacional, onde cerca de 53% da produção leiteira do Brasil advém das unidades camponesas de produção em suas mais diversas técnicas e relações de trabalho, mas que apresentam em comum a sujeição da renda da terra ao capital agroindustrial.

Considerando as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, tem-se 1.080 que produziram leite no ano de 2017 (Censo Agropecuário, 2017). Observe os dados da Tabela 07 com o número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca no município de Piracanjuba.

Tabela 7: Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca em Piracanjuba (GO).

Grupos de área total	Números de estabelecimentos Agropecuários		Varição Total
	2006	2017	2006-2017
Mais de 0 a menos de 10 ha	84	142	+58
De 10 a menos de 20 ha	122	159	+37
De 20 a menos de 50 ha	331	375	+44
De 50 a menos de 100 ha	209	179	-30
De 100 a menos de 200 ha	176	123	-53
De 200 a menos de 500 ha	130	72	-58
De 500 a menos de 1.000 ha	31	19	-12
De 1.000 ou mais	15	11	-4
Total	1.098	1.080	-18

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO/IBGE, 2017.
Org: NOGUEIRA, P. H.S. 2024.

Conforme a Tabela 07, tendo em vista o número de estabelecimentos e a extensão em área, a produção leiteira se concentra nos estratos que correspondem às áreas de 5 a menos de 50 (ha). Em relação aos Censo Agropecuários de 2006 e de 2017, houve crescimento no número de propriedades dos extratos de 0 a menos de 50 (ha) e inversão nos extratos superiores. Considerando os dados, o Brasil contabilizava cerca de 1.350.809 estabelecimentos em 2006 e em 2017 eram pouco mais que 1.176.295, apresentando queda de 13%. Piracanjuba contava com 1.098 estabelecimentos em 2006, e em 2017 eram 1.080, com pequena queda. Na contramão dessa “tendência”, Goiás em 2006 tinha 69.688 estabelecimentos produtores de leite e em 2017 eram 72.353, com um aumento de 4% (CENSO AGROPECUÁRIO/IBGE, 2023).

Sendo considerada uma bacia leiteira tradicional e uma das maiores do país, o município de Piracanjuba não ficou isento das transformações decorrentes da reestruturação produtiva do capital a partir da década de 1990. Essa situação se evidencia, dentre outras características pela *estabilidade conservadora*³¹, em que o Estado é concebido sem uma função reguladora, se colocando numa função fiscalizadora, “[...] a intervenção que o Estado faz como vigilante

³¹ A meta da estabilidade conservadora, que tem caracterizado os programas econômicos dos últimos governos, tem contribuído para legitimar a subordinação da política agrícola aos imperativos do neoliberalismo; tanto é que, na esfera macroeconômica, abandonaram-se as políticas do nacional-desenvolvimentismo, característica do estado intervencionista até o final dos anos 1980.

sanitário, a fim de pressionar os pequenos e médios produtores, de modo que estes façam cumprir as leis e medidas cabíveis em relação às condições sanitárias dos estabelecimentos rurais e das cooperativas.” Binsztok (2000, p. 82).

O processo apontado por Binsztok (2000) da *estabilidade conservadora*, se expressa na crescente produção e produtividade do rebanho leiteiro, no qual esse setor em específico foi subordinado aos ditames não só das agroindústrias processadoras de leite, mas também as indústrias fabricantes de insumos e implementos agrícolas.

Parte-se da compreensão que um dos principais problemas que engessam a produção camponesa é a comercialização, sendo um dos gargalos existentes tanto na pecuária leiteira quanto em outros produtos, no Brasil, em Goiás e, sobretudo no município de Piracanjuba. E que é consequência do processo de incorporação das áreas de Cerrado, à lógica hegemônica do agronegócio, cujo modelo de produção adotado enquanto projeto de desenvolvimento nacional submeteu o campo brasileiro aos domínios dos complexos químicos, financeiros e industriais além da dependência dos pacotes tecnológicos provenientes do exterior.

A pesquisa realizada por Estevam; Silva (2013), não considera os limites da lógica capitalista sobre o território camponês, no sentido da reprodução do capital, em que o próprio capital necessita conservar certas frações de classes em suas relações não capitalistas para o processo de subordinação e expansão, assim como também a relação material/simbólica do camponês com a terra, entre outros elementos.

São noções teórico-conceituais evidenciadas nos estudos de Luxemburgo (1985), no qual seus apontamentos afirmam que a sustentação do sistema capitalista se dá pela conservação de relações de produção/trabalho não tipicamente capitalistas. Ainda, de acordo com a autora a inserção das sociedades de economia não tipicamente capitalista³² na economia de mercado, se dá em primeira instância com a introdução dos meios de transportes que constituem condição imprescindível para a difusão da economia de mercado em território de economia natural.

³² Para Luxemburgo (1985) sociedades de economia não tipicamente capitalistas são sociedades cuja produção é em função das necessidades domésticas, e por isso mesmo não existe ou é escassa a demanda por mercadorias estrangeiras e, de modo geral, não há excedente de produtos próprios ou pelo menos nenhuma necessidade permanente de dar saída aos produtos excedentes. Todas as formas de produção na economia natural se baseiam, de um modo ou de outro, numa dependência, tanto dos meios de produção como das forças de trabalho. Embora não consideremos no sentido restrito, que o camponeses-produtores de leite estejam de fora do sistema capitalista de produção, pelo contrário, estão inseridos como *produtores* de mercadorias, fruto das diferentes relações de trabalho não tipicamente capitalistas que são apropriadas pelos segmentos de agroindústrias, instituições financeiras, implementos e maquinários agrícolas.

No que se refere à produção leiteira, a atuação do Estado como agente fiscalizador sanitário, coloca para as parcelas de camponeses produtores de leite o ônus de arcar com a incorporação de tecnologias, melhoramento genético, suplementação nutricional, técnicas de manejo, etc, balizado pelo discurso que o aumento dos ganhos só é possível mediante ao aumento da produtividade. Mas não coloca em evidência as contradições³³ que permeiam esse segmento produtivo.

A solução aparente apresentada por Estevam; Silva (2013) seria a especialização da produção e integração completa ao mercado por parte dos camponeses produtores de leite, ao abandonar a mentalidade camponesa pelo “espírito capitalista”, ascenderia na estrutura de classes. Nesse sentido há um equívoco teórico-conceitual acerca da categoria *trabalho*, conforme define Thomaz Junior (2002):

Podemos, seguramente, asseverar que na viragem do século XXI, sob a hegemonia financeira, o capital amplia seu arco de efetivação enquanto relação social, não mais restrita ao mundo fabril e nos impõe considerar um espalhamento de realizações da expropriação/dominação/apropriação do trabalho. O mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do trabalho; o trabalho tem seu sentido ampliado, revelando-se polissêmico. Em tempos de globalização outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados. [...] Diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissemia do trabalho, requer que consideremos como parte integrante: a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; b) aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc. (JUNIOR, 2002, p. 9).

A inserção do camponês no sistema capitalista de produção via pecuária leiteira denota relações de trabalho diferentes daquelas compreendidas no mundo fabril/urbano. A categoria salário não se aplica às relações de trabalho não tipicamente capitalistas, o que ocorre nesse caso é a produção da *renda da terra* e conseqüentemente a sua sujeição.

Entretanto, segundo Paulino (2003) se torna um equívoco considerar que as unidades camponesas de produção estão alheias à lógica do mercado. Considerando que a lógica da organização interna de propriedade camponesa é pautada na indivisibilidade entre a produção econômica e a reprodução familiar, a organização em relação ao mercado se dá mediante

³³ Estamos nos referindo aos mecanismos instituídos a partir da formação entre Capital-Estado para controle do Trabalho em suas diversas relações societárias.

àqueles produtos que possuem maior vantagem para a família, de acordo com as próprias condições produtivas internas.

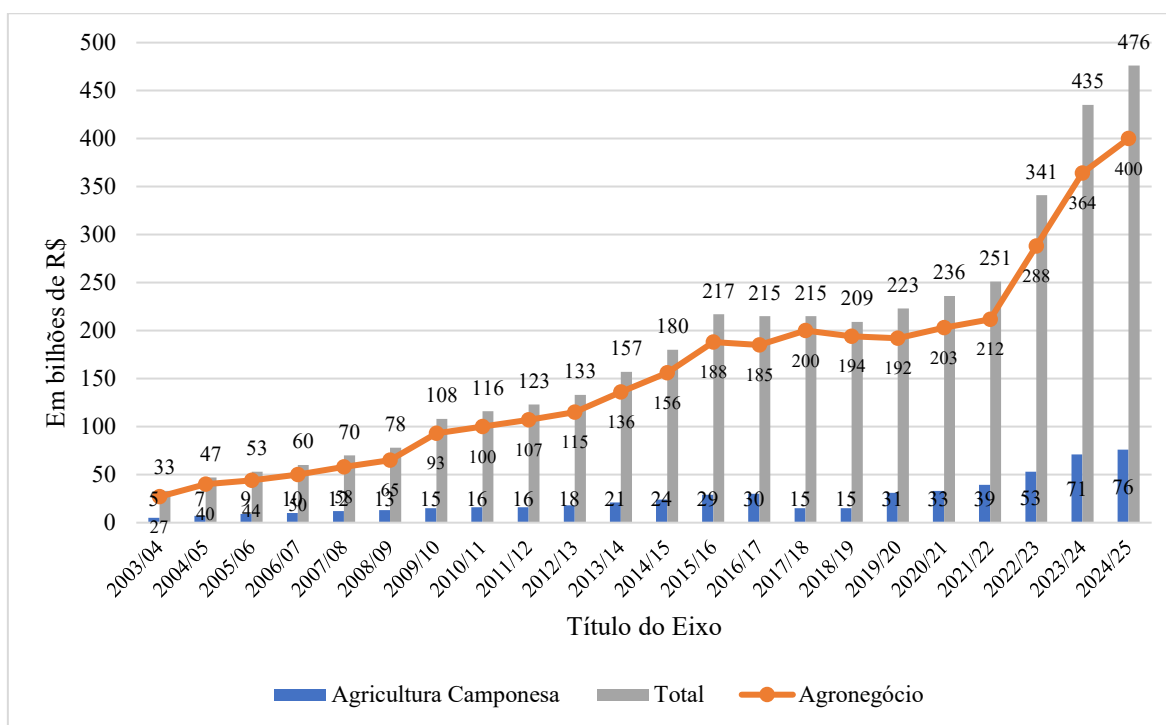
O que leva a inferir que a renda propiciada pela pecuária leiteira se configura como sendo uma das estratégias de permanência na terra, a *renda do leite*³⁴ é uma atividade em que os camponeses produtores conseguem manter certa regularidade na produção e a garantia do dinheiro ao final do mês. Compreende-se esse processo como (Re)Existência camponesa, pois a relação (i)material com a terra, o apego às raízes, a tradicionalidade nesse tipo de produção, fazem parte da autonomia camponesa, ou que alguns pesquisadores como Estevam; Silva (2013) denominam de “espírito não capitalista³⁵”.

As características contraditórias envolvem a produção de leite, cujos segmentos agroindustriais operam com altos níveis de modernização econômica e tecnológica ao lado de uma frágil estrutura produtiva primária. Um dos principais pontos de inflexão são as políticas públicas de financiamento. No Gráfico 03, observa-se o valor destinado por linhas de créditos agrícolas.

³⁴ A produção leiteira é uma produção de *excedente* – excedente não é aquilo que sobra, é aquilo que as condições de trabalho e produção permitiram. Portanto, é uma produção que garante renda e por conseguinte a possibilidade de reprodução social do campesinato. Compreende-se enquanto renda do leite, a materialização do trabalho familiar em produto (leite) que no processo de comercialização é concebido como mercadoria aos complexos laticinistas. Embora a produção seja realizada a priori para a comercialização com as agroindústrias processadoras de leite, tem-se ainda além dos aspectos econômicos da liquidez mensal a venda de bezeros/novilhos.

³⁵ Em conversas com funcionários do Sindicato Rural de Piracanjuba (SR) e alguns técnicos da Emater – GO, ao tecer análises sobre a pecuária leiteira em Piracanjuba, ressaltam que a responsabilidade dos baixos rendimentos, aparentemente são dos produtores de leite. É como se a mão invisível do mercado não tivesse o Estado direcionando/mediando e conduzindo as engrenagens do sistema de reprodução capitalista, em específico via agroindústrias processadoras de leite e demais frações de capital agroindustrial, químico, genético, financeiro. E isso comparece também no ambiente acadêmico, ao ter pesquisas desenvolvidas para legitimar o processo de apropriação capitalista da renda camponesa da terra, nos diferentes segmentos produtivos.

Gráfico 3: Valores do Plano Safra (em bilhões reais)



Fonte: MDA/MAPA, 2024.
Org: NOGUEIRA, P. H.S. 2024.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, é a principal política pública de financiamento para a agricultura camponesa. Diante da linearidade expressa no Gráfico 03, esse modelo de agricultura conta com pouca disponibilidade de crédito em comparação ao agronegócio, mesmo sendo protagonista na produção de comida para as famílias brasileiras, de geração de renda e trabalho no campo.

A disponibilidade de crédito rural por linhas de financiamento fica evidente a predileção do Estado brasileiro em conceder farto crédito para o agronegócio, que tem por objetivo a produção de *commodities* direcionados ao mercado externo. Esse modelo de produção conta com farto financiamento público, que sustenta as corporações agroindustriais, minero-químicas e financeiras, com alto custo social e ambiental.

Tais desigualdades de acesso ao crédito também ocorrem em Piracanjuba. Nos apontamentos de Corciolli (2019) dados coletados entre os anos de 2005 e 2017 revelam que o valor do PRONAF aplicado em Goiás aumentou sensivelmente, enquanto o número de contratos caiu pela metade. Esse aspecto revela a concentração de recursos nas mãos dos agricultores/produtores que já acessam o PRONAF.

Em relação à atividade financiada foi possível identificar a aplicação prioritária em atividades pecuárias tradicionalmente financiadas. Os municípios³⁶ que acessaram os maiores valores do Pronaf em Goiás, entre os anos de 2013 e 2017, tiveram o recurso aplicado principalmente na pecuária e, em determinados anos, alguns municípios acessaram apenas recurso pecuário. É possível concluir que a tendência à valorização das atividades produtivas tradicionais promovida pelo PRONAF tem como efeito incentivar a especialização produtiva entre os estabelecimentos da agricultura familiar. Esse fenômeno, fomentado pelos próprios agentes mediadores da aplicação de recursos (sistema bancário e assistência técnica) acaba por excluir o público-alvo do programa. A longo prazo este enfoque poderá contribuir para o processo de reconcentração fundiária no país.

Corciolli (2019) ainda destaca que em alguns municípios há a predominância do acesso ao crédito voltado à pecuária leiteira e a produção de sorgo e de milho, como é no caso de Piracanjuba, Bela Vista de Goiás, Morrinhos e Orizona. O crédito voltado para esse ramo produtivo se deve em primeiro lugar por ser uma atividade já consolidada na região, o que permite deduzir uma maior facilidade de acesso oferecido pelas instituições financeiras, e no caso da pecuária leiteira, pela produção mensal de renda e do planejamento sobre os investimentos e saldo de dívidas sobre um valor mensal.

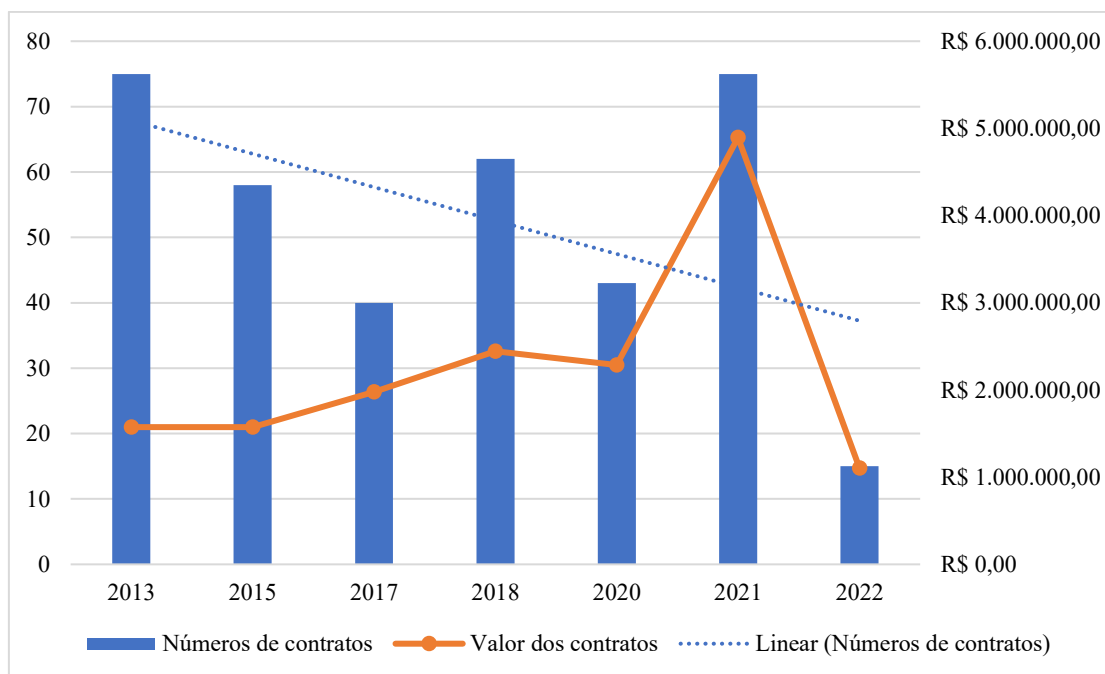
Corciolli (2019), ainda destaca o papel da assistência técnica das agências de assistência e extensão rural, pois não procuram mudar o perfil de produção familiar em decorrência do aproveitamento de planilhas e projetos preexistentes, dessa maneira convencendo as famílias a atuarem em segmentos específicos, retomando as atividades tradicionais desenvolvidas na região. Além do motivo do próprio agricultor familiar em financiar projetos para as atividades já consolidadas na região, dada a facilidade de acesso ao mercado consumidor, o que garante teoricamente, recursos para quitação do financiamento.

O Gráfico 04³⁷ elucida o acesso aos recursos do PRONAF quanto à finalidade de financiamento (pecuário).

³⁶ Rio Verde, Bela Vista de Goiás, Orizona, Pontalina, Morrinhos e Piracanjuba.

³⁷ Os dados disponíveis no banco de dados estatísticos do Banco Central (Bacen) só datam do período apresentado no gráfico para o recorte espacial.

Gráfico 4: Recursos do Pronaf destinados à pecuária em Piracanjuba – GO 2013-2022.



Fonte: Banco do Brasil, 2024.
Org: NOGUEIRA, P. H. S. 2024.

Considerando o número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite em 2017 e os dados sobre crédito rural concedido para o município, observa-se a contradição da concentração de recursos de 2013 a 2018, em que houve queda no número de contratos e aumento no valor do financiamento. De acordo com Corciolli (2019) são necessários mais estudos sobre os potenciais produtivos regionalizados, que considerem atividades não agrícolas como geradoras de renda e passíveis de financiamento pelo PRONAF.

Na pesquisa de campo, realizada em março de 2022, identificaram-se mudanças de uso e ocupação do solo. Foram observadas as transformações na paisagem e suas conversões para áreas de monocultivos. O processo de expansão³⁸ das áreas de monocultura no município pode estar relacionado ao decréscimo da força de trabalho na unidade familiar e as incertezas na

³⁸ De acordo com os relatos dos sujeitos entrevistados, o principal elemento que contribuiu para o abandono da atividade leiteira, foi a crise econômica/sanitária/política causada pelo Coronavírus. As incertezas na comercialização do leite levaram os assentados a se desfazerem das vacas, do maquinário de ordenha e dos outros utensílios necessários para desenvolver a atividade. A alternativa encontrada pelos sujeitos foi o arrendamento para a produção de soja, já que era uma mercadoria que tinha a comercialização garantida. O arrendamento é feito mediante a consolidação de contratos, com tempo médio de seis anos.

comercialização de leite. Portanto o arrendamento para a produção de soja se apresenta como uma alternativa de fonte de renda e como opção de não se desfazer da propriedade (venda), tendo em vista, o interesse em deixá-la como herança aos filhos/netos.

[...] O pessoal aqui do Assentamento começou a mexer com soja nesse último ano (2022) porque o leite entrou em decadência. Então o primeiro ano que está mexendo com soja é esse. Aqui no Assentamento, o povo sempre fala mal dos Assentados, só fala as coisas ruins, as coisas boas ficam sem contar, sem mencionar. Eu nunca vi essa produção aqui em lugar nenhum. Uma das coisas boas que acontecem aqui e que ninguém comenta, essa fazenda estava aqui parada (sem produzir), não produzia nada, então agora aqui o povo planta e produz. Mas antes da soja o povo tirava mais de 10.000 litros de leite aqui. Nós tiramos leite também, mas leite é só as companhias que lucram, mora eu e meu filho aqui e todo mundo trabalha. Todo mundo trabalha, faze 15 anos que estamos trabalhando com horta, e no isolamento social por causa da Pandemia foi muito prejudicada, pois tivemos que descartar as verduras já que não podíamos vender. [...] Com essa decadência que deu leite, o povo tá procurando outras fontes, as pessoas estão no vermelho, então pessoal decidiu partir para o lado da soja, mas tem um pessoal que mexe com leite ainda. (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Podemos observar a partir desse relato alguns pontos nevrálgicos para compreender a reorganização da produção leiteira no município de Piracanjuba e como os territórios camponeses são duramente penalizados, sobretudo em tempos de crise econômica. A reorganização produtiva dos sujeitos assentados em decorrência da instabilidade na comercialização da produção leiteira é decorrente de um conjunto de elementos que integram o pacote neoliberal a ausência de políticas públicas por parte do governo que garantam rendimento aos sujeitos que produzem comida, que conseqüentemente abrem brecha para a expansão da sojicultura, e/ou outros cultivos de *commodities*.

Entretanto no mesmo relato podemos observar a imagem que foi tecida no imaginário popular sobre os sujeitos assentados de reforma agrária, é a expressão ideológica das frações de classes reinantes, que historicamente detêm o controle sobre os meios de produção (terras, bancos, empresas, dentre outros) e determinam os rumos do trabalho e da produção em geral. E de certa forma se relacionada com a construção político-ideológica-midiática do “Agro, a indústria riqueza do Brasil” no qual o campo que é concebido, não retrata as diferentes realidades e relações de trabalho e produção, considerando-as como “atrasadas/resquícios” e que devem ser superadas, sendo a agricultura capitalista empresarial o único caminho a ser trilhado.

Embora o relato aqui destacado seja de um casal que cresceu no campo do município de Piracanjuba e agora tiveram que recorrer ao arrendamento das terras (da esposa)³⁹ para a soja, por questões da idade avançada, ser viúva e não poder contar mais com o trabalho dos filhos. A principal atividade desenvolvida em sua propriedade era a pecuária leiteira, posteriormente migrou para a pecuária de corte, no qual realizou por algum tempo e por fim decidiu ceder ao arrendamento para sojicultura.

Atualmente, vive na propriedade - que é herança do novo companheiro W.B -, e assim como a esposa, o W.B não conta mais com o trabalho dos filhos para ajudar a manter a propriedade, sendo a pecuária leiteira, a principal atividade econômica desenvolvida na sua propriedade, conforme evidencia:

[...] não estou plantando roça (milho) mais, não tem jeito. Trem aqui está feio, tiro 170 litros de leite por dia e crio gado solteiro, crio porco para o gasto, galinha, plantamos horta no tempo da seca, mandioca, abóbora, quiabo. Mas a fonte de renda é o leite tirado na propriedade e o gado que *cria* de vez em quando, às vezes vende um pouco de galinha também. O leite é comercializado para Tirol, mas fiquei parado 7 meses (sem produzir leite), recentemente voltei de novo, sem leite não funciona não. Agora passei para as bezerras, estão crescendo, agora estou tirando leite de novo. Estava custoso na seca, não tinha sido as vacas desmamando. As meninas (filhas) mexem com gado, todas novilhas, foram criando umas lá nos pastos que elas arrendaram e estava ruim para vender, então eu comprei algumas delas, umas seis e fiquei com 17 (total do rebanho de vacas). Essas minhas estão pegando *amoja*. Estou com 30 novilhas aí, o leite a gente faz firma com a Tirol, tem um tanquinho de leite, falha num dia e busca no outro, agora está tudo melhorado, o leite vai para R\$2,00 e 2,00 e pouco.

Mesmo sendo a pecuária leiteira a principal atividade no quesito de remuneração da propriedade, observa-se que há todo um conjunto de elementos em que a produção camponesa se espalha. Concomitante à produção leiteira – como principal atividade econômica das unidades camponesas de produção, tem-se a criação de animais como galinhas, porcos, gado para carne e leite, o rio para pescar quando quiser peixe frito, enfim, *agricultura de abundância*.

³⁹ [...] na propriedade produzimos leite, mas agora arrendamos para soja. Agora lá é só um quintalzinho de nada, não tem nem 5 litros, a manutenção de lá é nós dois que fazemos. Eu estava sozinha (viúva), fiquei um tempo tocando a propriedade com gado de corte. Quando esse gado saía para o corredor, o caminhão gritava, era uma confusão danada. Pensei em arrendar para soja que é uma coisa mais tranquila. (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Figura 2: Produção de economia de excedente



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Quando têm baixa na produção de leite recorre-se a comercialização de novilhos como é o caso citado pelo casal e nos demais relatos, a atividade leiteira só é possível a partir da reprodução das vacas, no tempo em que os novilhos está no período de amamentação tem-se o leite como produto comercializável. Na época em que ocorre o desmame, fica para reposição do rebanho ou futuro consumo enquanto fonte de carne da família, e/ou para comercialização direta.

Portanto a comercialização de novilhos é uma prática usual entre os camponeses produtores de leite como evidenciado no relato do camponês entrevistado.

Tendo em vista as barreiras econômicas na aquisição de matrizes especificamente para a produção leiteira e sua manutenção (nutrição, veterinária, conforto térmico, etc.), coloca-se o boi nelore intercalando 1 ou 2 anos com o holandês para tirar os bezerros para venda ou reprodução. Destaca ainda que a questão do gado de comercialização é bom, é vendido para o pessoal aqui da região, do leilão. O leite que não compensa se colocar na ponta da caneta. “[...] Se nós quiséssemos fazer silo só com o dinheiro do leite não iria dar nunca, é o dinheiro dos bezerros que a gente faz o silo e tinha que ser o dinheiro do leite pra fazer o silo, esse mês que vem agora o dinheiro do leite

aumentou 11 centavos, o quilo da ração aumentou em R\$10 reais/kg.” (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

O avanço da sojicultura se dá pela conversão de áreas planas para o monocultivo de soja, sorgo, milho, cana-de-açúcar e outras *commodities* agrícolas, e como consequência os camponeses são empurrados para os fundos de vale⁴⁰ Observe a Figura 03.

Figura 3: Maquinários Agrícolas para produção de ração para o gado leiteiro



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Tais figuras, destacam os principais implementos agrícolas para operação da produção leiteira desenvolvida pelos camponeses em Piracanjuba (GO). A inserção dos camponeses no sistema de produção capitalista, criam necessidades de consumo de mercadorias industrializadas para a produção de leite, ao passo que ocorre a sujeição de seu trabalho a partir da circulação de sua produção, nesse caso a venda do leite para as agroindústrias processadoras de leite.

⁴⁰ As unidades camponesas visitadas estavam localizadas em áreas de fundo de vale, como ocorre usualmente na área de pesquisa dessa Dissertação, pois áreas de fundo de vale apresentam terrenos com declividade mais acentuada, o que dificulta o uso de maquinários.

Figura 4: Tanque de refrigeração de leite em Piracanjuba (GO)



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Na Figura 03 é possível observar um dos maquinários de fabricação de ração para o rebanho leiteiro, as sacas de rações compradas pelo Sr. W.B. Esses elementos não comparecem em seu relato apresentado na seção anterior. Embora evidencia o fato de que há necessidade de inversão de capital (consumo de maquinários e implementos agrícolas) para se manter na atividade. A intensidade de investimentos varia temporalmente conforme às condições do mercado/competitividade e a força de trabalho disponível na unidade produtiva.

Figura 5 – Maquinário de nutrição e manejo do rebanho leiteiro



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Em outra unidade produtiva visitada durante a pesquisa de campo, Figura 5, observamos também a presença de maquinários e implementos agrícolas necessários à realização da produção leiteira. O que estamos assinalando aqui não é o rompimento entre assimilação

tecnológica e o modelo de produção, mas os mecanismos em que ocorre essa *assimilação*, pois sua lógica opera no sentido da sujeição da produção camponesa, ou melhor, da *renda do leite*.

Portanto, são as agroindústrias processadoras de leite que ditam o ritmo de assimilação tecnológica, produção e produtividade do setor, é responsável também pelo grau de articulação de outras frações do capital agroindustrial, químico e financeiro que se articulam à pecuária leiteira.

No decorrer deste Capítulo procurou-se introduzir os principais aspectos do recorte espacial e temporal da pesquisa. Além de evidenciar as contradições do Estado hegemônico pelas frações de classe reinante, no qual direciona/intervém diretamente a partir da estrutura político-jurídica no setor produtivo. O crescente emprego da ciência e da tecnologia para atender aos interesses das corporações agroindustriais, químicas, financeiras, com apropriação irrestrita dos recursos territoriais, efeitos degradantes na saúde, no ambiente e nas relações de trabalho.

A próxima Seção tratará do processo de espacialização da reestruturação produtiva do capital, e o deslocamento/expansão geográfica das agroindústrias leiteiras para o Centro-Oeste brasileiro, mais especificamente para Goiás.

3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL

[...] O capital se torna móvel para escapar das consequências da luta de classes travada num lugar e tempo específicos, ou então o capital repatria superlucros para subornar a força de trabalho doméstica com melhorias materiais. Em ambos os casos, deve ocorrer a expansão geográfica do desenvolvimento. (HARVEY, 2005, p. 70).

O processo de incorporação das áreas de Cerrado ao circuito global do capitalismo pode ser compreendido pelas inovações implementadas a partir da Revolução Verde⁴¹, denominada de *modernização conservadora* da agricultura, para produção de *commodities* agrícolas e minerais. Concomitante ao novo modelo de produção agrícola, inseriu-se nesse contexto mudanças na infraestrutura para operacionalização dos fluxos, circulação de serviços, mercadorias e pessoas. Essa nova dinâmica promoveu um reordenamento do território com transformações nas estruturas sociais preexistentes, em parte não as eliminando por completo/definitivo, mas, pelo contrário, subordinando à lógica do processo de (re)produção do capital.

Essas inovações técnicas e tecnológicas no âmbito da produção agrícola foi a solução encontrada para dar vazão ao capital industrial, químico e financeiro dos países de economia desenvolvida no pós-guerra. Nesse espectro de desconcentração geográfica é fundamental a compreensão da ordenação espacial que para Harvey (2014) consiste em mecanismos desenvolvidos pelo capital para empregar seus excedentes, a expansão geográfica só é possível mediante a reorganização espacial, pois ao direcionar os excedentes de capitais para criar e fortalecer infraestruturas em outros espaços, notadamente periféricos, propiciou a expansão geográfica do capital e, conseqüentemente, o processo de (re)produção, mais especificamente acumulação por espoliação.

Destaca-se que as formas geográficas difundem as formas espaciais do capital e alteram as estruturas sociais. De acordo com Santos (1977) as ações e transformações sobre as estruturas

⁴¹ A Revolução Verde apoiada enquanto discurso ideológico, e pela publicidade e demais agentes políticos econômicos, envolve o uso intensivo de fertilizantes, sementes e equipamentos, que têm de ser importados. Também transtorna os processos tradicionais de comercialização e cria as condições para a instalação de grandes monopólios importadores-exportadores, muitos dos quais são subsidiários de firmas multinacionais” (SANTOS, 1977, p. 34).

e as bases tecnológicas em áreas rurais tem por finalidade a modernização da economia rural e o aumento da composição técnica e orgânica do capital na agricultura. As transformações técnicas na agricultura realizadas foram acompanhadas por uma modificação na propriedade da terra⁴², que é ela própria, uma forma jurídica, mas também espacial.

Nesse sentido, Santos (1977) destaca os principais pilares da Revolução Verde enquanto processo de intensificação do capital e atuação de grupos multinacionais no processo produtivo no campo. Sendo as inovações tecnológicas, em primeiro lugar para a viabilização e as transformações na produção no sentido de aumentar e ampliar a escala de produção/circulação/comercialização de gêneros agrícolas/minerais.

Ao mencionar a reestruturação produtiva do capital estamos falando das metamorfoses que o capital assume no seu processo de reprodução ampliada, isto é, novas formas de acumulação como foi o caso da Revolução Verde, que não se limita somente na esfera da produção, mas também na circulação e no consumo. Sendo o processo mais recente a mobilidade geográfica do capital para o processo de produção - mundialização do capital -; em que os ritmos de produção da vida passam a ser condicionados pelo capital financeiro.

Para Chesnais (1996, p. 239) “[...] a esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais”. O que o autor evidencia, é justamente o movimento que o capital realiza na busca de novas formas de acumulação, ancoradas sobretudo na esfera do capital industrial, mais especificamente agroindustrial na América Latina, no Brasil e demais países de economia periférica.

Ainda complementa:

[...] A capacidade intrínseca do capital monetário de delinear um movimento de valorização autônomo, com características muito específicas, foi alçada pela globalização financeira a um grau sem precedentes na história do capitalismo. As

⁴² De acordo com um Relatório da Oxfam publicado em 2019 sobre a distribuição de terras na América Latina em que o Brasil compõe parte desse cenário, 45% da área rural estão nas mãos de menos de 1% das propriedades, isso explica o adensamento populacional nas áreas urbanas e os problemas decorrentes. A concentração fundiária se constitui como um fator para a diminuição da produção de alimentos e sua disponibilidade, uma vez que a concentração de terras tende a expulsar camponeses e demais *trabalhadores da terra* para as áreas urbanas, sobretudo para as periferias. O Atlas do Espaço Rural Brasileiro, divulgado em 2020 pelo IBGE, apresenta elevados índices de concentração fundiária e que se manteve praticamente inalterado no período entre 1985-2006, intensificando no último Censo realizado em 2017. No que se refere ao Centro-Oeste, representa a menor participação nos números de estabelecimentos (347.263) e, por outro lado, uma concentração fundiária mais intensificada, onde 53,2% da área dos estabelecimentos é ocupada por estabelecimentos com mais de 2.500 (ha), o que representa 2,4% do número total de estabelecimentos. Em contrapartida 57% dos estabelecimentos tinham até 50 (ha) e ocupavam cerca de 3,3% da área.

intuições financeiras, bem como os mercados financeiros (cujos operadores são mais fáceis de identificar do que faz supor essa expressão tão vaga), erguem-se hoje como força independente todo-poderosa perante os Estados (que os deixam adquirir essa posição, quando não os ajudaram), perante as empresas de menores dimensões e perante as classes e grupos sociais despossuídos que arcam com o peso das exigências dos mercados (financeiros). Em compensação, no caso dos grandes grupos do setor de manufaturas ou serviços, a estreita imbricação entre as dimensões produtivas e financeiras da mundialização do capital é parte integrante de seu funcionamento cotidiano. (CHESNAIS, 1996, p. 239).

A exemplo desse processo temos a reestruturação produtiva do capital a partir da década de 1970 e a incorporação das áreas de Cerrado ao circuito produtivo, balizados por uma série de programas governamentais e de políticas públicas de desenvolvimento econômico e regional. Nesse sentido, assistiu-se a uma progressiva transformação de itens agrícolas e minerais em *commodities*, no qual a única finalidade é a geração de divisas no mercado internacional, sem ganhos sociais, mas acompanhado de inúmeros problemas socioambientais e a crescente dificuldade da classe trabalhadora em ter acesso à alimentação.

Entretanto, embora as ações operadas na agricultura se circunscrevam cada vez mais ao domínio do capital financeiro, em que D-D'⁴³, Chesnais (1996) evidencia que essa autonomia se trata de uma autonomia relativa, sendo necessário estar ancorada ao mesmo tempo na esfera produtiva/*trabalho vivo*, conforme apontado pelo autor:

A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo. Eles começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parcela dos lucros cedida ao capital de empréstimo, sob forma de juros); salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenções por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos créditos ao consumidor, por fim, depois de quarenta anos, salários diferidos guardados nos fundos privados de aposentadoria, mas cuja natureza se modifica ao entrarem na esfera financeira, tornando-se massas em busca de rentabilidade máxima. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde (CHESNAIS, 1996, p. 241).

Nesse processo, ocorre a tendência da centralização e do controle cada vez maior do fluxo de capitais/produção na incessante concorrência intercapitalista, resultando na formação

⁴³ [...] a forma D-D' (isto é, aquela em que um capital D se fecunda e gera D', sem passar por um investimento produtivo). Essa é a forma de o dinheiro que gera mais dinheiro, um valor que valoriza a si mesmo, sem nenhum processo [de produção e de comercialização de mercadorias] que sirva de mediação entre os dois extremos. (CHESNAIS, 1996, p. 246-247).

de grandes monopólios nos diferentes setores produtivos. Para Santos (1977) o capitalismo adota e cria estratégias para a sua expansão, com estratégias de planejamento capitalista que evita aparecer como um conjunto global e coerente de empreendimento. A divisão do trabalho, a separação de atividades sendo o resultado de cada uma delas, uma mercadoria “[...] são um passo em direção ao salto qualitativo que leva à mudança da reprodução simples, necessária à sobrevivência do grupo, à reprodução ampliada, necessária à acumulação” (1977, p. 35).

Essa condição histórica só ocorre mediante às ações do Estado. Para Harvey (2005) a função que o Estado adquire é da mediação da luta de classes, no qual ao viabilizar capital no seu processo de (re)produção, representa em primeira instância aos interesses das classes hegemônicas e dirigentes, que se institucionalizam através de um sistema jurídico/político/ideológico e exercem sua hegemonia sobre os diferentes órgãos/instituições estatais “para controlar direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações”.

Nesse sentido, “[...] O relacionamento entre ideologia de classe capitalista e aquela dos administradores e burocratas também adquire grande importância (2005, p. 87)”. Portanto, as ações do agronegócio, não se circunscrevem somente à localidade de suas plantas industriais, possuem também uma dimensão espacial/geográfica, política e econômica, em que os lugares são atravessados pela lógica hegemônica, constituindo vários campos de disputas sociopolíticas.

Portanto o processo de industrialização da agricultura brasileira, submeteu a agricultura aos ditames do capital agroindustrial, químico e financeiro. Esse processo adquire uma dimensão espacial mediante à Divisão Internacional do Trabalho⁴⁴ (DIT), e possui implicações dentro da própria dinâmica do capitalismo no território brasileiro.

Nesse sentido, iremos abordar neste capítulo a reestruturação produtiva do capital e a sua dimensão espacial a partir das demandas da *mundialização*, sintetizados na cadeia produtiva leiteira e a centralização e concentração de capitais das agroindústrias laticinistas no Brasil.

3.1 A reestruturação produtiva do capital agroindustrial laticinista no Brasil

⁴⁴ Conforme expressa Haesbaert (2007, p. 40) a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) considera “[...] as especificidades dos lugares para operacionalizar as relações sociais de produção, somado também à capacidade de assimilação de novas técnicas e sua difusão.

Qual o cenário político-econômico que a reestruturação agroindustrial assume no Brasil? Quais os efeitos que essa conjuntura política representou no contexto socioeconômico acerca das transformações ocorridas no campo e na agricultura, mais especificamente na produção leiteira sobre os camponeses produtores e demais *trabalhadores da terra*?

Para Clemente (2009) a pecuária leiteira se desenvolveu subordinada à dinâmica territorial do período, conferindo-lhes um caráter desigual e de acordo com a assimilação tecnológica, de capital, de acesso aos programas de políticas públicas, principalmente pelo PRONAF. A pecuária leiteira era subsidiária à pecuária de corte e tinha um caráter regionalizado, devido às próprias características de alta perecibilidade do produto e as grandes distâncias, a inexistência de laticínios/unidades para beneficiamento, industrialização, e as próprias especificidades de logísticas para conectar os circuitos produtivos aos grandes centros de consumo.

Considerando a análise histórica da atuação do Estado nesse setor, é anterior à década de 1990, no qual o Estado facilita a penetração de capital estrangeiro na agricultura por meio da *mundialização do capital*, e ao rearranjo das plantas industriais. Processo que ocorre de acordo com as especificidades regionais e locais, mas articulado ao centro de decisões políticas e econômicas do território nacional, mas também aos interesses dos países do centro-capitalista.

De acordo com Paulillo et al (2002), nas décadas de 1930 e 1940, foram adotadas pelo governo federal o perfil regionalizado da produção leiteira, estabelecendo assim as primeiras normas sanitárias e de comercialização de um produto alimentar básico. Inicialmente com o tabelamento dos preços, colaborou para a manutenção da heterogeneidade estrutural e diferenciação regional. Os desdobramentos foram a manutenção dessa heterogeneidade estrutural e regional da modernização parcial da pecuária leiteira.

Na década de 1950, concomitante ao processo de desenvolvimento acelerado das agroindústrias processadoras de leite e a sua descentralização da regional do Sudeste, em direção às áreas centrais do Brasil, houve intensificação dos investimentos no segmento do beneficiamento lácteo.

As bacias produtivas foram inseridas na dinâmica de um complexo agroindustrial lácteo nacional, pautadas nas relações produtivas a montante e a jusante (basicamente relações de compra e de venda), o que acirrou a concorrência entre as empresas de beneficiamento. A disparidade entre empresas (nacionais e multinacionais) e cooperativas acentuou a concorrência. As cooperativas tinham em sua essência uma forma de integração para trás bem diferente das grandes empresas privadas. Isso, a longo prazo, marcou o desenvolvimento das bacias. (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002, p. 157).

Para Clemente (2006) até a década de 1950 a agricultura brasileira era vista como “feudal” em razão da acentuada concentração fundiária, baixa produtividade e produção, pouca integração com o mercado. As alternativas apontadas, eram: de uma reforma agrária ampla, defendida pelos movimentos sociais, e a opção pela tecnificação da agricultura, cujos índices de produção e produtividade seriam elevados pela incorporação de insumos industriais, maquinários e mecanização. Sendo a segunda opção adotada a partir de 1964, no qual o Estado se incumbiu de criar as condições favoráveis para a cimentação entre indústria-agricultura, na modernização do latifúndio e na repressão dos movimentos sociais reivindicatórios pelo acesso à terra. Destacando, o surgimento dos Complexos Agroindustriais⁴⁵ – CAI’s, tem-se a articulação simultânea entre a agricultura, indústrias de insumos e maquinários agrícolas e as indústrias de processamento de produtos agrícolas *in natura*.

O processo de reestruturação das cadeias agroindustriais no Brasil e na América Latina é decorrente da abertura política e econômica e ao contexto global das políticas neoliberais, nos quais esses países foram submetidos. A reestruturação das agroindústrias só foi possível sobre um base técnica, tecnológica, e da ciência genética, submetendo o movimento natural dos organismos/seres vivos (plantas e animais) à acumulação/(re)produção de capital, uma vez que a subordinação da natureza ao capital amplia as fontes de lucros e de expansão. No tocante às mudanças estruturais, destaca-se o aparato Estatal – entendido aqui como agente catalisador dos interesses dos capitais privados em torno de um projeto específico, sendo sua ação balizada por meio de políticas setoriais verticalizadas.

As expressões espaciais dessa incorporação de novas áreas se deram por meio de programas e políticas públicas setoriais para ocupação racional e indiscriminada como o Polocentro e o Prodecer⁴⁶. Considerando o movimento de mudança do paradigma da produção agroindustrial, a produção leiteira de forma comercial nas áreas de Cerrado se dá mediante aos investimentos públicos, as inovações técnicas de logística e infraestrutura, reorganização do

⁴⁵ O cenário dos anos 1990 é marcado pela perda do poder explicativo da categoria complexo agroindustrial, tão utilizado nas décadas de 1970 e 1980. O CAI se torna insuficiente para apreender as novas articulações entre os agentes, que a partir deste momento passam a utilizar um conjunto de estratégias que redefinem dinamicamente as relações no setor empresarial. Surge um novo modelo explicativo para a dinâmica do setor agroindustrial – a organização em rede. (CRISTINA DOS SANTOS, 2003, p. 61-62).

⁴⁶ O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado) teve como objetivo incentivar e apoiar a ocupação racional das áreas de Cerrados na região Centro-Oeste. O PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados) foi um programa desenvolvido em conjunto com o Governo Japonês para a transformação das áreas de Cerrado em produtora de commodities agrícolas, escudado sob o discurso do desenvolvimento social e econômico do Brasil. (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p. 8).

padrão produtivo no campo, ao movimento de reestruturação produtiva do capital (inter)nacional.

Para Camilo (2018) a característica fundante dos atuais arranjos espaciais da indústria de laticínios no Brasil é demarcada pelo crescimento em nível regional de forma tradicional, isto é, a ampliação se deu por meio da instalação de novas unidades fabris e, em raros casos adquirindo outros concorrentes, instigando a produção de leite e promovendo mercados consumidores.

Entretanto, a expansão geográfica das agroindústrias laticinistas pelo território brasileiro é decorrente de novas formas de acumulação e da integração dos lugares ao circuito mundializado do capital. Essas novas formas de acumulação só ocorrem com total apoio do Estado, como dito anteriormente, mas também mediante a alienação e subordinação do trabalho, em específico a apropriação da renda camponesa da terra a partir da produção leiteira.

Esse processo tem suas facetas nas inovações tecnológicas, na infraestrutura, nos programas governamentais de desenvolvimento econômico e regional e de outras políticas públicas, nas quais são ações reguladas/balizadas pelo Estado. Portanto cabe aqui delimitar as principais transformações técnicas referente à produção leiteira e como o campesinato tem se alinhado e/ou acompanhado tais transformações, uma vez que parte dos sujeitos camponeses estão integrados à cadeia produtiva, ainda que de forma incompleta.

Inicialmente, destacam-se os órgãos estatais responsáveis por regular os aspectos sanitários da produção de origem animal no Brasil, destacadamente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Conforme mencionado anteriormente, os mecanismos que estamos nos referindo são as normas sanitárias instituídas através das Instruções Normativas (IN) pelo MAPA, que se encarrega de regular e fiscalizar os produtos oriundos das atividades agropecuárias no Brasil, no caso em específico, os produtos de origem animal.

Já a ANVISA tem por finalidade institucional o “[...] controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados” (ANVISA, 2024).

No processo de reestruturação da cadeia produtiva leiteira, Clemente (2006; 2009) aponta que o setor de lácteos foi um setor marginalizado no processo de tecnificação da agricultura, onde a atuação do Estado limitou-se à esfera normativa e sanitária, como é o caso

das Instruções Normativas, que estão sintetizadas nos Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite e no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes do MAPA.

Criado em 1996 o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL), se constituiu num primeiro passo para a *modernização* da legislação e do sistema de fiscalização da qualidade do leite, embora tenha sido pensado e operacionalizado para que fosse excludente para os pequenos produtores.

Atualmente a cadeia produtiva conta com uma série de políticas de preço e de normas regulatórias para a garantia de padrões de qualidade para o consumo, conforme as Instruções Normativas Nº 42, 51, 55, 58, 59, 76 e 77. Tais Instruções são de âmbito sanitário para controle de certos aspectos e indicadores de qualidade, que são utilizados pelas agroindústrias laticinistas para cálculo do valor do preço do leite pago aos camponeses produtores de leite.

A Instrução Normativa nº 42 é a principal base legal do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/Animal) é instrumento adotado pelo para gerenciamento de risco e com objetivo de promover a segurança química dos alimentos de origem animal produzidos no Brasil. As IN nº 51 também compõe a base do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/Animal) e estabelece a lista de limites máximos de resíduos (LMR); ingestão diária aceitável (IDA) e dose de referência aguda (DRFA) para insumos farmacêuticos ativos (IFA) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal.

Conforme apontado por Clemente (2006) e Carneiro (2013) às demais Instruções Normativas nº 55, 58, 59, 76 e 77, referem-se às condições químicas, físicas, biológicas e tecnológicas mínimas em que o leite cru refrigerado está apto para ser adquirido pelas agroindústrias processadoras de leite.

Essas exigências criaram um marco regulatório e para que os principais elementos normativos fossem cumpridos, institui-se a aquisição de tanques de refrigeração, sistema de ordenhas mecânicas, implementação de matrizes com maior aptidão para produção, nutrição e saúde animal, isto é, as transformações técnicas produtivas na pecuária leiteira.

Tais exigências se alinham com os interesses do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro, pois para implementar esse pacote técnico e tecnológico é necessário recorrer aos empréstimos junto às instituições financeiras e/ou as próprias agroindústrias processadoras de leite, e considerando a dinâmica de preços na produção leiteira, significa aos camponeses a submissão a um maior grau de sujeição de seu trabalho. Ou seja tem-se o trabalho

do camponês materializado na produção leiteira, drenado no processo de aquisição de maquinários, implementos agrícolas e/ou ainda melhoramento genético do rebanho ao capital agroindustrial, químico, genético e financeiro.

Partindo dessa perspectiva, corroboramos com o pensamento de Harvey (2005) e Santos (1977) em que o Estado, sob o controle das frações de classe hegemônicas e dirigentes é cooptado a direcionar recursos via políticas públicas e programas governamentais para atender as demandas das corporações capitalistas laticinistas. Esse direcionamento apresenta-se como um problema relevante a todo o conjunto social e que deve ser resolvido por intermédio do Estado, conforme aborda Secchi (2014)

[...] uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2014, p. 2).

Ao se ter instituído normas sanitárias referentes à produção leiteira, abre-se um novo nicho de consumo para as corporações agroindustriais e seus produtos, e não somente a essa fração do capital, conforme observa-se nos dados da Tabela 8. Diante da necessidade de se manterem na produção leiteira, via aumento da produção, produtividade e da qualidade do seu produto, se estabelece a dependência e sujeição da renda camponesa da terra.

Tabela 8: Participação estimada de grupos nacionais e internacionais na cadeia produtiva do leite no Brasil.

Segmentos	Nacional		Multinacional		% Nacional
	<i>Market share (%)</i>	Destaques	<i>Market share (%)</i>	Destaques	Proporcional ao total do mercado (%)
Sementes	95,0	Matsuda, Gasparim	5,0	Barenbrug, Advanta	13,6
Nutrição	70,7	Premix, Algomix	39,3	DSM (10%), Cargill (10%)	10,1
Saúde animal	15,3	Ourofino (9,6%), UCBVET (1,5%)	84,7	MSD (22,3%), Zoetis (22,1%), Boehringer (13,8%)	2,2

Reprodução animal	8,0	Araucária, Embriotec	92,0	Alta Genetics (29,7%), CRV (27%), Genex (20,3%)	1,1
Produção	96,8	Fazenda Colorado	3,2	Argentina, Uruguai	13,8
Máquinas	5,0	Reafrio, Haramaq	95,0	DeLaval, GEA	0,7
Agroindústria	71,9	Italac (6,1%), Piracanjuba (5,7%)	28,1	Lactalis (9,4%), Nestlé (6,6%)	10,3
Total	51,8				

Fonte: Medina, 2020. IFCN, 2022.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

As informações apresentadas na Tabela 08, evidenciam os vários segmentos do capital agroindustrial, químico e financeiro, que se articulam ao redor da pecuária leiteira no Brasil. Vale ressaltar que embora não sejam as agroindústrias responsáveis pela implementação da legislação e das normas sanitárias, são as que ditam as regras referentes aos aspectos produtivos e de comercialização do leite, movimentando nesse ínterim uma série de capitais adjacentes.

No que tange ao processamento do leite *in natura*, a Tabela 09 apresenta as principais agroindústrias processadoras de leite no mundo. Além das agroindústrias processadoras de leite, o Relatório da International Farm Comparison Network (IFCN, 2022) aponta para outras empresas atuante em ramos tanto à jusante, quanto à montante da *porteira*, setores como: saúde e reprodução animal; máquinas e equipamentos agrícolas para produção de ração, ordenha e armazenamento do leite; dentre outros.

Tabela 9 – Top 20 mundiais, maiores agroindústrias processadoras de leite no ano de 2020 (volume captado em milhões de toneladas)

Ran k 2020	Company name	Origin & main operation countries	Milk intake in mill. T ME	Estimated turnover per kg milk, in USD	“Market share in % of world milk production”
1	Dairy Farmers of America	USA	28.6	0.6	3.2%
2	Groupe Lactalis*	France/others	21.7	1.1*	2.4%
3	Fonterra*	New Zealand/ others	18.7*	0.7*	2.1%
4	Arla Foods	Denmark/Sweden/others	13.7	0.9	1.5%
5	Nestlé*	Switzerland/others	13.6*	1.1*	1.5%
6	Friesland Campina	Netherlands/others	11.8*	1.1*	1.3%
7	Saputo	Canada/USA/others	10.5*	1.0*	1.2%
8	Amul	India	10.3*	0.5*	1.2%
9	Yili	China	9.6*	1.5*	1.1%
10	Mengniu	China	9.0*	1.2*	1.0%
11	Glanbia Group	USA/others	8.4	0.5	0.9%
12	California Dairies	USA	7.7	0.5	0.9%
13	Danone*	France/others	7.5	2.0*	0.8%
14	Agropur	Canada/USA	6.6	0.9	0.7%
15	DMK	Germany/Netherlands	6.6	1.0	0.7%
16	Müller	Germany/UK/others	6.5*	0.8*	0.7%
17	Leprino	USA	6.0	0.6	0.7%
18	Land O'Lakes	USA	5.7*	0.7*	0.6%
19	Savencia	France/others	4.8	1.2	0.5%
20	Sodiaal	France	4.5	1.2	0.5%
Sum of the top 20			212	0.9	24%

* Atuação em território nacional.

Fonte: IFCN, 2022.

Org: NOGUEIRA, P. H.S. 2024.

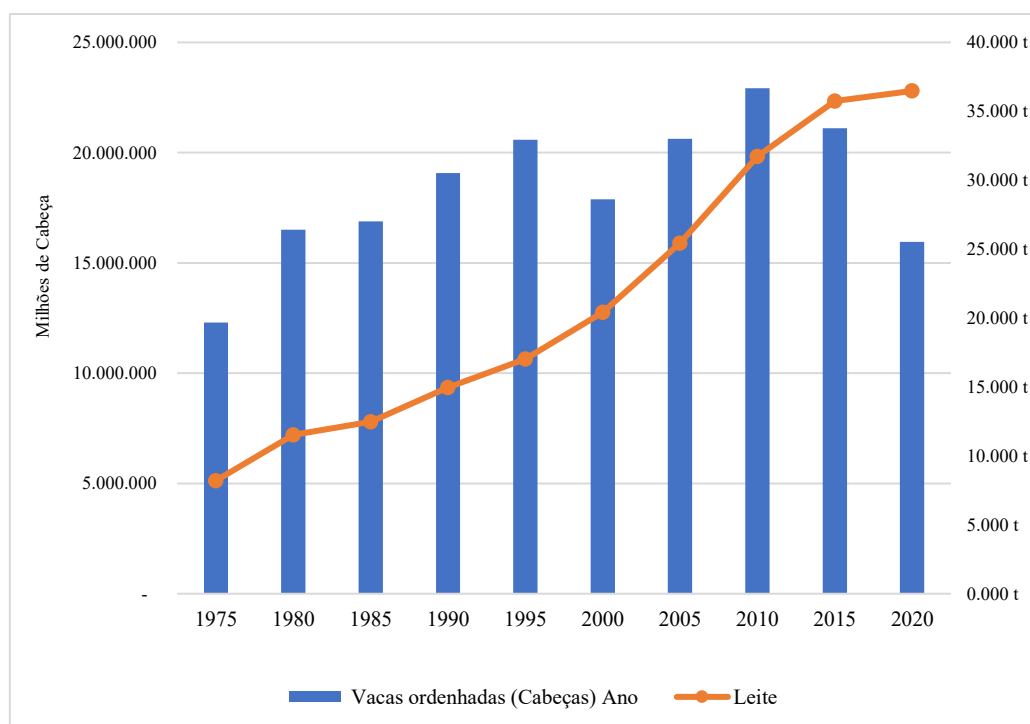
Esse *rol* de empresas em que o capital atua e se configura espacialmente se articula em torno da produção leiteira, sintetiza-se nos diferentes segmentos agroindustriais, financeiros, de nutrição e genética animal, dentre outros. Possui como finalidade, unicamente o processo de reprodução ampliada, com base na sujeição da renda camponesa da terra, compreendida nesta pesquisa como *renda do leite*.

Ao compreender o conceito base de que o capital financeiro redireciona o foco da reprodução do capital da esfera produtiva para a esfera rentista/especulativa Camilo (2018) aponta que é possível afirmar que, dado certo grau de desenvolvimento das relações comerciais entre produtores e indústria (oligopsônios), mudanças na atividade primária são iminentes.

Mudanças que estão além das tradicionais já vistas e analisadas, como adoção de tecnologias, adequação aos padrões de qualidade, volume e intensidade de produção entre outros. As mudanças que vão além dizem respeito a condicionar toda a atividade de produção de forma a garantir que o capital se reproduza não pela produção física, mas pela necessidade de utilização de capital financeiro para a produção física.

Conforme apresentado no relatório da FAO (2023), sobre as tendências mundiais para a produção de leite, o Brasil⁴⁷ se situa dentre os maiores produtores. Tal setor produtivo é responsável por movimentar grandes volumes de capitais, tanto à montante quanto à jusante da produção, pois envolve a adoção de *pacotes tecnológicos* e de crédito por parte dos produtores, evidenciando a hegemonia do capital agroindustrial, químico e financeiro sobre a atividade, sobretudo a atuação das agroindústrias processadoras de leite sobre a produção e a circulação. Como se pode observar, os dados do Gráfico 05, apresenta os números totais sobre a produção leiteira no Brasil.

Gráfico 5 : Produção leiteira Brasil (1975-2020)



Fonte: PPM/IBGE, 2024.

Org: NOGUEIRA, P. H.S. 2024.

⁴⁷ Em relação ao ano de 2022, o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial na produção de leite. No topo do ranking está a Índia, seguida pelos Estados Unidos, posteriormente Paquistão e China. A produção total desses países (os 5 maiores produtores) corresponde a 47% da produção total mundial (FAO, 2022).

Como pode ser observado, concomitantemente a diminuição do número de animais ordenhados e o aumento da produção, corresponde às modificações genéticas para o aumento da produtividade média por animal. Nesse sentido se estabelece as ações do capital genético de empresas multinacionais como a Alta Genetics (Canadá), CRV (Bélgica e Países Baixos), Genex (Estados Unidos e Países Baixos), todas de origem transnacional. O aumento da produtividade do rebanho, portanto perpassa pela aquisição de matrizes de maiores rendimentos, que particularmente necessitam de *zelo* alinhados com suas especificidades, já que são raças que não são adaptadas ao clima das áreas de Cerrado, significando maiores dispêndios de recursos financeiros aos camponeses, e por conseguinte a inviabilidade de se trabalhar com um rebanho especializado.

O processo de reestruturação espacial a *priori* maiores taxas de lucros com menor dispêndio em gastos, seja com a força de trabalho, seja na aquisição da matéria-prima, e/ou até mesmo na expansão da produção fabril. É justamente por essa via que as agroindústrias operam pelo exercício da centralização/concentração, no controle dos preços e no controle do número de fornecedores de leite, conforme aborda Paulino (2006):

[...] Parece óbvio que, se do ponto de vista da empresa, o exercício de monopólio junto aos produtores é salutar na definição de seus lucros, o reverso surge como um fantasma, razão pela qual passa a se sentir ameaçada pela estrutura de captação montada em torno de poucos produtores. Neste caso, a indústria se torna duplamente vulnerável, primeiro porque seu poder de definição dos preços esbarra na exigência de lucratividade que mantém os grandes produtores, igualmente capitalistas, na atividade. Em segundo lugar, quanto menor for o número dos fornecedores, maior a capacidade de se articularem entre si e ditarem para a indústria o preço do leite. Assim, o que está em jogo é a sobrevivência da indústria, pois uma insatisfação maior ou mesmo a emergência de uma atividade mais lucrativa pode representar sérios problemas para obtenção de matéria-prima. São essas contradições da lógica capitalista que possibilitam a recriação do campesinato, embora muitos não compreendam ou rejeitem as evidências de que há uma intercomplementaridade contraditória entre camponeses e capitalistas. (2006, p. 221).

De acordo com os dados da Associação Brasileira de Produtores de Leite (ABRALEITE), o ranking das 14 empresas listadas na Tabela 10 - as maiores indústrias processadoras de leite no Brasil - foram responsáveis pela captação⁴⁸ e processamento de 8 milhões de toneladas/leite no ano de 2022. Entretanto, em relação aos dados do Observatório de la Cadena Láctea Argentina (OCLA, 2018) nos anos de 2016 a 2018 outras empresas que

⁴⁸ De acordo com o Centro de Inteligência do Leite (CILEITE, 2023) no ano de 2022 foram captados 23.918 milhões de toneladas/leite pelos laticínios sob inspeção federal/estadual no país.

possuem destaque no processamento e envasamento de leite no Brasil, como a Italc Alimentos e o Laticínios Tirol, não aparecem no relatório feito pela ABRALEITE, pois não disponibilizaram dados ou não manifestaram interesse em participar do levantamento realizado (ABRALEITE, 2023).

Tabela 10 – Maiores agroindústrias processadoras de leite no Brasil 2000-2020 (captação de leite em milhões kg).

2000		2005		2010		2015		2020	
Empresas	Recepção de leite (milhões de kg)	Empresas	Recepção de leite (milhões de kg)	Empresas	Recepção de leite (milhões de kg)	Empresas	Recepção de leite (milhões de kg)	Empresas	Recepção de leite (milhões de kg)
Nestlé	1.393.000	DPA	1.708.000	Nestlé/DP A	2.120.000	Nestlé	1.768.000	Laticínios Bela Vista	1.797.000
Parmalat	919.483	Itambé	1.005.000	Lácteos Brasil (LBR)	1.795.000	Lactalis do Brasil	1.592.000	Unium	1.292.000
Itambé	773.000	Elegê	841.549	Embaré	453.000	CCPR/Itambé	1.168.000	Nestlé	1.278.000
Elege	760.239	Parmalat	591.847	CCGL	...	Laticínios Bela Vista	1.058.000	Embaré	657.000
Paulista	512.687	Laticínios Morrinhos	299.444	Jussara	263.000	Frísia, Castrolândia e Capal	871.000	Aurora Coop	570.000
Batávia/Agro milk	272.775	CCL	360.124	Frimesa	180.000	Embaré	590.000	CCGL	509.000
Grupo Vigor	229.629	Embaré	306.249	CCPR/Itambé	1.110.000	Aurora Coop	481.000	Jussara	411.000
Leite Líder	206.568	Confepar	262.233	Italc	802.000	Vigor	410.000	Vigor	366.000
Centroleite	174.902	Centroleite	268.268	Grupo Vigor	213.000	Danone	402.000	Cativa	363.000
Aurora	919.483	Batávia	224.561	Centroleite	299.000	Jussara	367.000	Frimesa	309.000
Cooperativa Frísia, Castrolândia	773.000	Líder Alimentos	202.679	Aurora	...	CCGL	332.000	Danone	298.000
Laticínios Morrinhos	146.200	SudCoop	266.261	Embaré	453.000	Centroleite	258.000	Centroleite	240.000
Fleischmann Royal	139.914	Danone	196.399	Laticínios Bela Vista	421.000	DPA Brasil	254.000	DPA Brasil	110.000
Danone	130.210	Grupo Vigor	191.922	Confepar	252.000	Frimesa	238.000	CCPR/Itambé	...
Total	7.351.090		6.724.536		8.361.000		9.789.000		8.200.000

Fonte: CNA/Decon/Leite Brasil/Embrapa Gado de Leite/MilkPoint/Abraleite, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Das empresas listadas, a Nestlé tem sede/origem na Suíça, a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (CCPR)⁴⁹ tem origem no Brasil, mas foi adquirida pela Lactalis em 2019, a qual possui sede/origem na França. A Danone com sede/origem na França e a DPA Brasil uma *joint venture*⁵⁰ de origem brasileira que foi adquirida pela Nestlé (Suíça) e a Fronterra (Nova Zelândia) desde 2003. Mas a partir de 2022 foi adquirida pelo Grupo Lactalis.

Para Camilo (2018) a consolidação de grandes empresas nacionais que estão entre as maiores do país, deve-se a maciços investimentos especulativos gerados no mercado de capitais. A constante transformação das estruturas físicas e organizacionais, assim como a disponibilidade ou não de capital estimula o seu sucesso e/ou fracasso, o surgimento de grandes companhias e o desaparecimento de outras.

Ao analisar a história da indústria láctea brasileira, observa-se muitos pontos em comum entre as empresas de laticínios que atualmente estão entre as maiores do país. Essas empresas foram criadas genuinamente em arranjos espaciais brasileiros, consolidando sistemas de reprodução do capital diretamente ligados à produção de mercadorias explorando e promovendo recursos e mercados regionais.

O mercado financeiro tem possibilitado a formação de grandes empresas de atuação em nível nacional e internacional, seja por crescimento orgânico ou por meio de fusões e aquisições. Sua grandeza representa para os demais agentes da cadeia produtiva novos desafios configurados por meio de concorrência acirrada, que é agravada à medida em que, dentro da cadeia produtiva, diferentes setores estão configurando fortes concentrações. Este elemento torna-se fundamental para compreender as novas formas de reprodução do capital via mercado financeiro materializado na cadeia produtiva do leite, pois as influências do capital financeiro se estendem da produção primária, passando pela industrialização, transporte, varejo e mercados consumidores.

⁴⁹ Embora sejam citadas no Banco de Dados do painel argentino, a Embaré firmou fusão com a Betânia Lácteos formando a Alvoar Lácteos no ano de 2022, assim como a Itambé foi adquirida pelo Grupo Lactalis da França no ano de 2019. Esse processo de fusão e aquisição de fábricas com estruturas montadas é característico desse setor, principalmente pelos grupos de multinacionais.

⁵⁰ Para Camilo (2018) não obstante, em alguns casos, a insegurança quanto a atuar em um território desconhecido (culturalmente, economicamente e comercialmente) considerando altos investimentos, fizeram com que empresas buscassem alternativas para este problema. O sistema de joint ventures foi aplicado como processo inicial de sondagem de mercado de muitas empresas de laticínios que passaram a atuar no país. Empresas como Fonterra estão presentes no Brasil, fazendo uso da produção nacional, para comercializar *commodities* lácteas para outros países e também utilizando métodos de triangulação para comercializar suas mercadorias oriundas da Nova Zelândia para países do Mercosul, passando pelo Brasil, ou quaisquer outros países que tenham métodos proteção contra importações predatórias mais flexíveis. Esses elementos podem desconfigurar a relação existente entre os preços do leilão GDT e as importações e ou exportações. (CAMILO, 2018, p. 272-273).

O leite nesse processo é definido como um alimento, mas ao mesmo tempo, se tornou uma *commodity*⁵¹, já que as condições técnicas e tecnológicas atuais permitem uma maior versatilidade para seu transporte e várias finalidades para seu uso.

Martins (1981) considera que onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe. Dessa forma o camponês é ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu próprio trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro.

Nas considerações de Martins (1981, p. 175), temos:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1981, p. 175).

Destaca-se aqui, que o emprego do trabalho assalariado pode aparecer nas unidades camponesas de produção em épocas em que a demanda do trabalho seja superior a capacidade da força de trabalho da família. Assim como o *trabalho acessório* também possa aparecer, em casos em que a demanda do trabalho não consiga empregar toda a força produtiva familiar, por limite da exploração. Isso não descaracteriza a condição de ser camponês, pois a relação camponesa de produção se pauta, também nos aspectos (i)materiais deste com a terra. Nesse sentido corroboramos com Martins (1981, p. 176-177):

[...] Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de produção da agricultura de tipo camponês. Por isso, a riqueza que se cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas. A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital.

⁵¹ De acordo com o relatório da IFCN Dairy Research (2022) as 20 maiores empresas processadoras de leite foram responsáveis pelo processamento de 25% leite produzido no mundo, o que corresponde a um montante de 212 milhões de toneladas de leite. As três maiores da lista estão: Dairy Farmers of America (EUA), Groupe Lactalis (FRA) e Fronterra (NZ).

Para Paulino (2003) é incorreto portanto afirmar que o camponês está alheio à lógica capitalista de mercado. Por mais que as técnicas, relações sociais de trabalho sejam diferentes em cada unidade produtiva, existe a indissociabilidade da produção econômica com a reprodução social da família. É nesse sentido que a produção leiteira aparece como uma atividade produtiva econômica organizada a partir do conjunto de condições internas da família e da unidade produtiva. O trabalho, sobretudo o familiar, é uma relação fundante, mas não se limita somente aos aspectos produtivos, mas também aos culturais.

Nesse sentido os apontamentos dos autores citados, evidenciam que a categoria de trabalho familiar – trabalho camponês exercido pelo conjunto de integrantes da família, é central para análise das relações de produção tipicamente não capitalistas. No caso da produção leiteira, as indústrias criam mecanismos para assegurar suas fontes (as unidades de produção) de matérias-primas, seja concedendo crédito de financiamento⁵² para aquisição de equipamentos, em que as parcelas dos empréstimos são descontadas diretamente na folha de pagamento, seja na assistência técnica, ou ainda por meio de contratos firmados com término previsto em anos.

Entretanto cabe ressaltar que há desigualdades espaciais em relação à produção, desigualdades que se acentuaram ao final da década de 1980 com o processo de reestruturação agroindustrial, balizados pelos condicionantes do Estado, das políticas públicas e dos diferentes papéis, em que o Brasil passa a representar para a economia mundial.

3.2 Modernização territorial e a expansão geográfica do agronegócio do leite em Goiás

Para Mendonça (2010) a incorporação das áreas de Cerrado ao circuito mundial do capital foi balizada pela exportação de *commodities*, principalmente agrícolas e minerais. Esse processo de incorporação crescente de extensas áreas cerradeiras e com um rol de “possibilidades” oferecidos pelos pacotes tecnológicos oriundos da Revolução Verde, foi/é balizado pela figura do Estado.

Seja como agente organizador da infraestrutura, seja como agente político nas instituições, o Estado favorece o movimento de acumulação do capital, tendo papel

⁵² Martins (1981) começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários, etc. Sendo a renda diferencial sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola.

fundamental, além das questões de comercialização, cambial, creditícia e de infraestrutura. Ainda, grandes investimentos foram realizados para criar a representação política para assegurar no Parlamento os interesses do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro, que reorientam as legislações trabalhistas, fundiárias, educacionais, sanitárias, ambientais, creditícias, etc., conforme os próprios interesses da Bancada ruralista⁵³.

Carneiro (2013) destaca o papel do Estado no processo de modernização do setor lácteo. No contexto da reestruturação produtiva do setor, o Estado assume papel central na viabilização das condições favoráveis ao movimento de expansão do capital agroindustrial, como as políticas estatais de desenvolvimento econômico regional, a exemplo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), o FOMENTAR e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) em Goiás.

A modernização capitalista do território balizou/baliza a territorialização capitalista no campo em Goiás, mas esse processo não eliminou as relações sociais preexistentes, uma vez que, a expansão do capital só é possível mediante a recriação ou sujeição de relações não capitalistas, portanto são relações que são ressignificadas, para assegurar que (Re)Existem.

A ocupação agroindustrial das áreas de Cerrado se deu fortemente, a partir dos anos 1970, com a modernização conservadora. A partir dos anos 1990, com a reestruturação produtiva do capital, a agroindústria leiteira também se desloca para o Centro-Oeste brasileiro, como é o caso da Italac Alimentos. Compreende-se nesse processo a dimensão territorial/geográfica que o capital agroindustrial adquire no processo de sua reprodução ampliada e conseqüentemente a territorialização dos complexos laticinistas nas áreas de Cerrado.

De acordo com os apontamentos de Castilho (2010) o processo de modernização do território goiano, tem destaque em duas etapas distintas: a primeira com maior dinamicidade, sendo a primeira de 1930 até a década de 1970 com forte impacto no reordenamento territorial, em que estabeleceram as condições e o conjunto de elementos necessários à territorialização da lógica capitalista em Goiás, mais especificamente na regionalização do Mato Grosso Goiano, impulsionado pela criação de Goiânia e da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG.

E a segunda, a partir da década de 1970 com a criação de Brasília e os Programas de Governo para exploração desenfreada dos recursos territoriais, balizados pela territorialização

53

do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro como o Polocentro e o Prodecer, em que foram considerados e se apresentam como formas racionais de uso e ocupação do solo.

Considerando as diferencialidades sócio-históricas e políticas no processo de formação territorial de Goiás, explicar-se-á a heterogeneidade espacial, as diferenças regionais dentro da própria unidade federativa, cuja dinâmica acompanha o imperativo do *tempo das firmas* e do mercado. As regiões mais dinâmicas, do ponto de vista capitalista, de Goiás são aquelas que apresentam uma maior integração econômica com os setores agroquímico, mineral, industrial e financeiro.

O período referido pelo autor, destaca-se uma maior intervenção do Estado com as ações para *integração do território, Marcha para o Oeste* no qual visava a ocupação efetiva das áreas de Cerrado com os programas governamentais desenvolvidos em parceria com outros países, por meio de financiamento de pesquisas para agricultura e pecuária nas áreas de Cerrado.

A expansão do modo de produção capitalista pelo território caracteriza o que chamamos de modernização. Ou seja, trata-se de um processo que envolve a transformação dos lugares no sentido da reprodução ampliada do capital e os consequentes impactos de amplitudes sociais e ambientais. E este processo envolve, além dos meios de produção e da exploração do trabalho, as condições econômicas, políticas e culturais. (CASTILHO, 2010, p. 91).

No tocante ao processo de rupturas sociais, políticas e ideológicas, seria ingenuidade desconsiderar a atuação das *elites locais* no processo de transformação de Goiás e sua inserção no processo de acumulação ampliada do capital. A exemplo disso, forja-se um pacto social para alcançar os objetivos almejados.

De acordo com o autor:

[...] as formas como as transformações se manifestam temporalmente só fazem sentido a partir da maneira como se manifestam espacialmente. As transformações desencadeadas a partir das décadas de 1960 e 1970 evidenciaram seus vínculos históricos, as vontades políticas de seus atores, a incorporação das lógicas externas, a tendência do movimento de mundialização dos lugares, sobretudo, a forma como esses elementos se espacializam e o modo como se constituem pelas relações sociais de produção. (CASTILHO, 2010 p. 102).

As transformações operacionalizadas pela modernização do território centram-se no âmbito da infraestrutura como eletricidade, agrocombustíveis, sistema rodoviário e rodovias pavimentadas, a criação de órgãos estatais para garantir as melhorias em tais demandas, para que fosse possível o processo de inserção de Goiás na economia (inter)nacional. A “[...] explicação da entrada da modernização em diferentes territórios (no caso, em áreas goianas),

está muito mais ligada a uma questão política e territorial do que simplesmente (ou somente) à resistência ou não da estrutura social que havia, antes, no lugar.” (CASTILHO, 2010, p. 97). A mudança da capital estadual para a porção centro-sul de Goiás foi um dos elementos que pesaram nas diferenças dinâmicas e produtivas das áreas goianas.

De acordo com Matos (2012) as mudanças significativas na economia goiana, ocorreram a partir do século XX, por meio de diversas estratégias políticas⁵⁴ de ocupação econômica, permitindo uma nova configuração socioeconômica para o desenvolvimento regional. As diferentes formas de ocupação do território goiano refletiram na conjuntura de seu desenvolvimento e na modernização do território.

O processo de modernização do território é compreendido como expressão política das frações das classes dominantes, cuja operacionalização dos elementos como: urbanização, sistema financeiro, rede modal rodoviária, emprego técnico-científico e tecnológico na produção, sobretudo no campo, políticas públicas e programas de fomentos como é o caso do Polocentro e Prodecir I, visam atender unicamente aos interesses do capital, excluindo nesse processo os sujeitos e as relações sociais de produção preexistentes.

A modernização do território requer para seu estabelecimento a concentração fundiária e de renda, que é acompanhada também pela sujeição da renda da terra e do trabalho dos sujeitos cerradeiros, camponeses. É sempre um processo que visa alterar as dinâmicas das relações de trabalho para atender aos interesses de reprodução do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro.

A reestruturação da cadeia produtiva leiteira ocorreu mediante as políticas de desregulamentação estatal, em que o setor privado passou a atuar e a regular conforme os próprios interesses na aparente “ausência” do Estado. Esse processo desonera o Estado como elemento central nas políticas de tabelamento e regulação de preços, impactando as tradicionais bacias leiteiras do país.

Portanto trata-se de considerar os efeitos das políticas públicas no setor alimentício, sobretudo, na cadeia produtiva leiteira e suas implicações para os camponeses produtores de

⁵⁴ Na arena política, grupos do Sudoeste e do Sul Goiano se organizam para derrubar antigas lideranças políticas da Primeira República, os famosos coronéis. No início dos anos de 1930, os grupos de oposição à política coronelista ganharam o governo de Goiás, tendo como representante Pedro Ludovico Teixeira. Novos projetos foram postos em prática na política do estado, sendo uma das primeiras medidas a construção de uma nova capital, o que significaria um novo momento para o estado, momento de prosperidade e dinamismo econômico. (MATOS, 2012, p. 203).

leite, que entregam sua produção aos laticínios e/ou cooperativas de produtores rurais. Nesse sentido, pensar o processo de produção de alimentos requer a reorientação das políticas públicas e o seu papel como fonte de subsídios/fomento que garantam aos camponeses geração de trabalho e renda, além de analisar a função social que o campesinato representa para o cenário nacional, no que tange a produção de alimento.

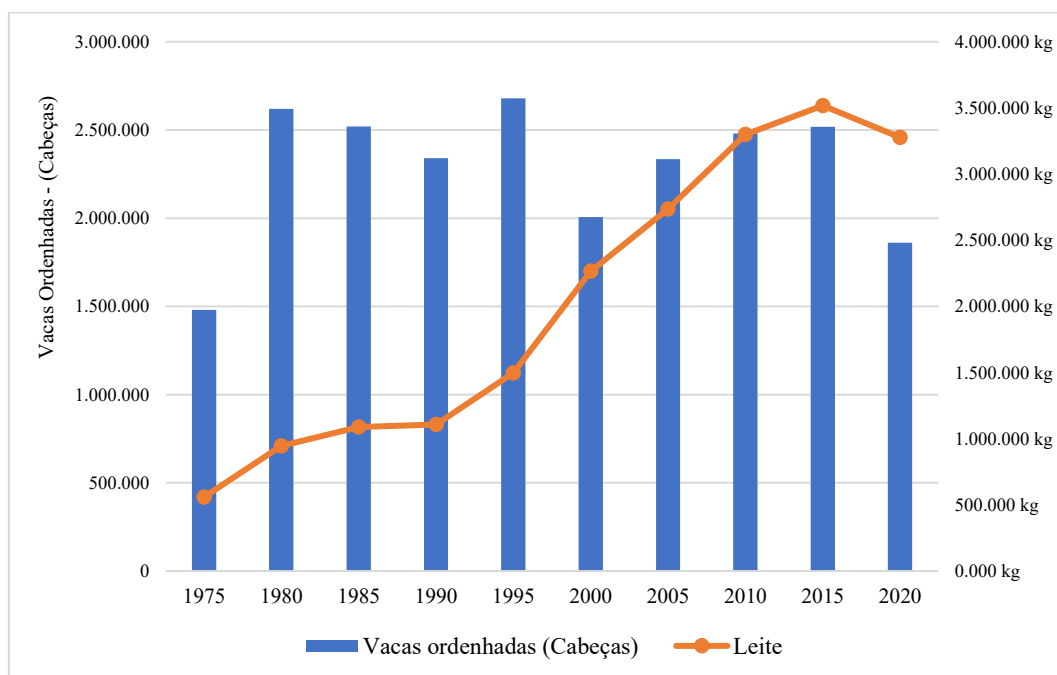
Entretanto, apesar da heterogeneidade produtiva, esse segmento apresenta-se hegemônico pelo capital agroindustrial, químico, genético e financeiro, no que tange ao processamento do leite *in natura*, quanto ao fornecimento de insumos necessários à produção. O papel do Estado nesse segmento, além da viabilização da territorialização capitalista, apresenta-se também na assistência técnica e no desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à produção e a produtividade⁵⁵ que posteriormente são apropriadas pelo setor privado. E, exemplo disso são as inovações promovidas pela Embrapa Cerrados, Embrapa Leite, dentre outros setores de assistência técnica voltados para as atividades produtivas no campo.

As facilidades oferecidas pela modernização territorial se apresentam como um dos fatores da expansão das agroindústrias leiteiras para Goiás. A pecuária leiteira passou de um circuito local/regional de produção, para um circuito espacialmente articulado, mesmo ante ao aumento da desigualdade estrutural e tecnológica das bacias leiteiras. Goiás nesse contexto se tornou dentro de algumas décadas um dos principais estados produtores de leite bovino.

Observe o Gráfico 06 sobre a produção leiteira de Goiás e o quantitativo de vacas ordenhadas em cada período e a Tabela 11, sobre as principais empresas do setor de laticínios em Goiás.

⁵⁵ Binsztok (2000) esclarece que mesmo diante do protagonismo do Estado nesse quesito, assiste-se à privatização de questões públicas, principalmente nos setores de assistência técnica, extensão rural e de crédito agrícola, evidenciando a grande capacidade das empresas multinacionais de influir sobre os rumos da agricultura.

Gráfico 6: Produção leiteira de Goiás (1975-2020)



Fonte: IBGE/PPM. 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Atualmente Goiás ocupa a 5ª posição nacional dos maiores produtores de leite. De acordo com a pesquisa de Bernardes (2022) com base nos dados do Sindileite, em termos de agroindústrias de laticínios instaladas em Goiás, o Sindileite/GO informa que atualmente são 207 laticínios cadastrados nos Serviços de Inspeção Estadual e Federal, mas apenas 30 são associadas ao Sindicato. Essas empresas correspondem as maiores agroindústrias de laticínio do estado de Goiás, o faturamento em conjunto corresponde a 70% do faturamento total do setor. Observe a Tabela 11 com o quadro de agroindústrias processadoras de leite em Goiás.

Tabela 11: Maiores Agroindústrias de laticínios de Goiás – 2021.

EMPRESA	MUNICÍPIO
Indústria de Laticínios Claveaux Ltda.	Aparecida de Goiânia - GO
Laticínios Bela Vista Ltda.	Bela Vista de Goiás- GO
Indústria de Laticínios Maju Ltda.	Bela Vista de Goiás- GO
Laticínios Diolac Ltda.	Bela Vista de Goiás- GO
Laticínio Camplete	Campinaçu - GO
Goiás Minas Ind. e Com. de Laticínios Ltda.	Corumbaíba-GO
Laticínios Milênio Ltda.	Estrela do Norte - GO
Granja Leiteira Sol Dourado Ltda.	Gameleira de Goiás - GO

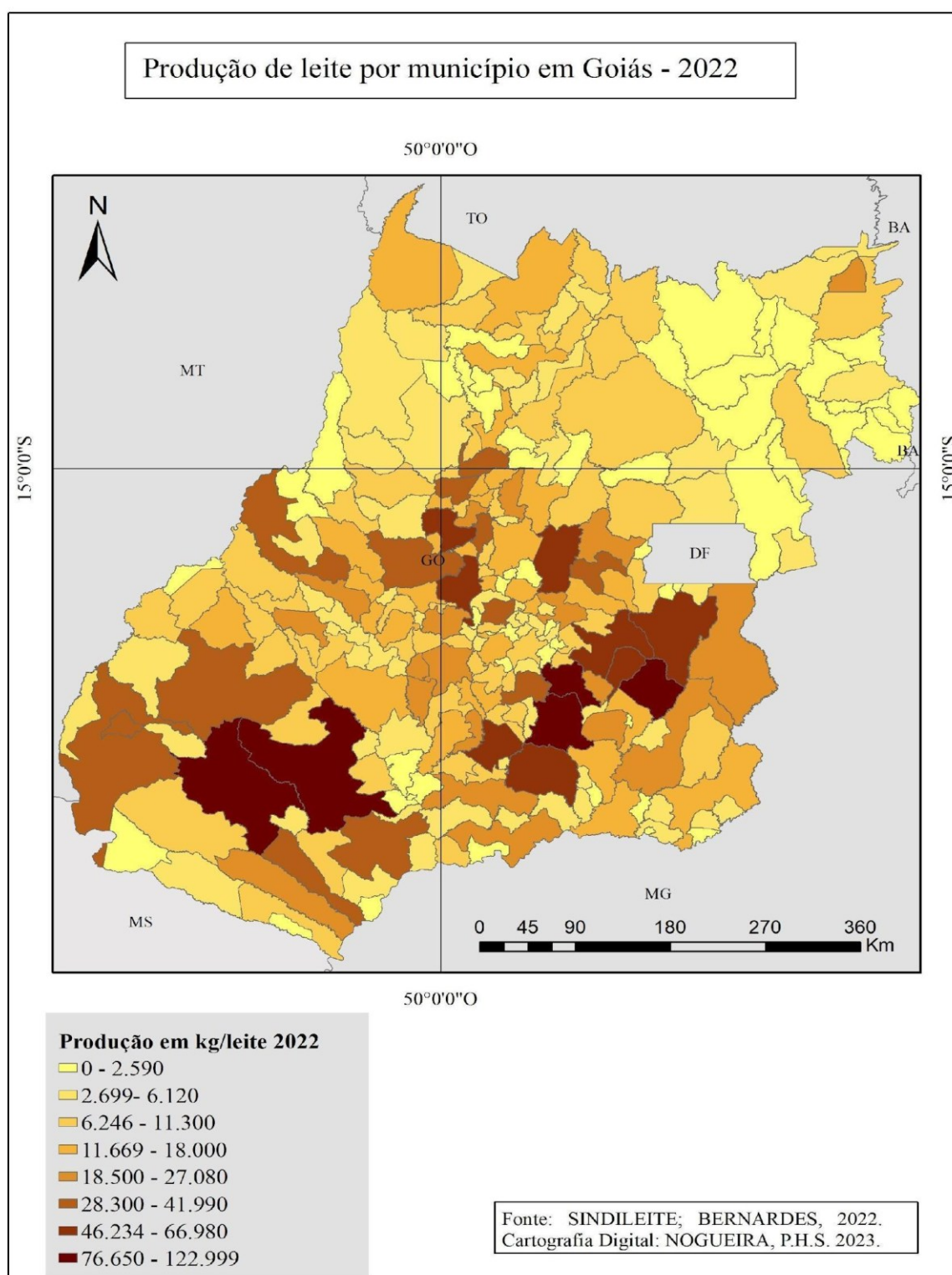
Laticínios Fleury Eireli	Gameleira de Goiás - GO
Itambé Alimentos S.A.	Goiânia-GO
Nestle do Brasil Ltda.	Goiânia-GO
S. Teixeira Produtos Alimentícios Ltda.	Goiânia-GO
Polenghi Indústrias Alimentícias Ltda.	Goiatuba-GO
Marajoara Indústria de Laticínios Ltda.	Hidrolândia - GO
Laticínios Carvalho Ltda.	Ipameri - GO
Citale Brasil Ltda.	Itaberaí - GO
Laticínios Formosa	Itauçu - GO
Lactalis do Brasil	Itumbiara-GO
Laticínio Mara Rosa Ltda.	Mara Rosa - GO
Coop. Mista Prod. Leite Morrinhos	Morrinhos - GO
Laticínios J.L Ltda.	Orizona - GO
CPS Indústria e Comercio Ltda.	Palminópolis - GO
Lactosul Indústria de Laticínios Ltda.	Piranhas - GO
Portelat Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.	Portelândia - GO
Daus Industria de Alimentos S. A	Rio Verde - GO
Laticínios San Marino Ltda.	Rio Verde - GO
Laticínios Montes Belos Ltda.	São Luís de Montes Belos - GO
Laticínios Oscar Salgado.	Trindade - GO
Laticínios El Shaday.	Uruana - GO
Ind. E Comércio de Laticínios Ponte Funda Ltda.	Vianópolis - GO

Fonte: Sindileite (2021)

Org: Bernardes.

A espacialização dessas agroindústrias em Goiás se concentra na região Centro-Sul do Estado, evidenciando que há uma heterogeneidade produtiva mesmo diante das facilidades das redes técnicas que conectam as diferentes localidades. Se torna ainda mais emblemático, pois a pecuária leiteira está presente em todos os 246 municípios de Goiás, seja em maior ou menor grau, conforme pode ser observado na Figura 06.

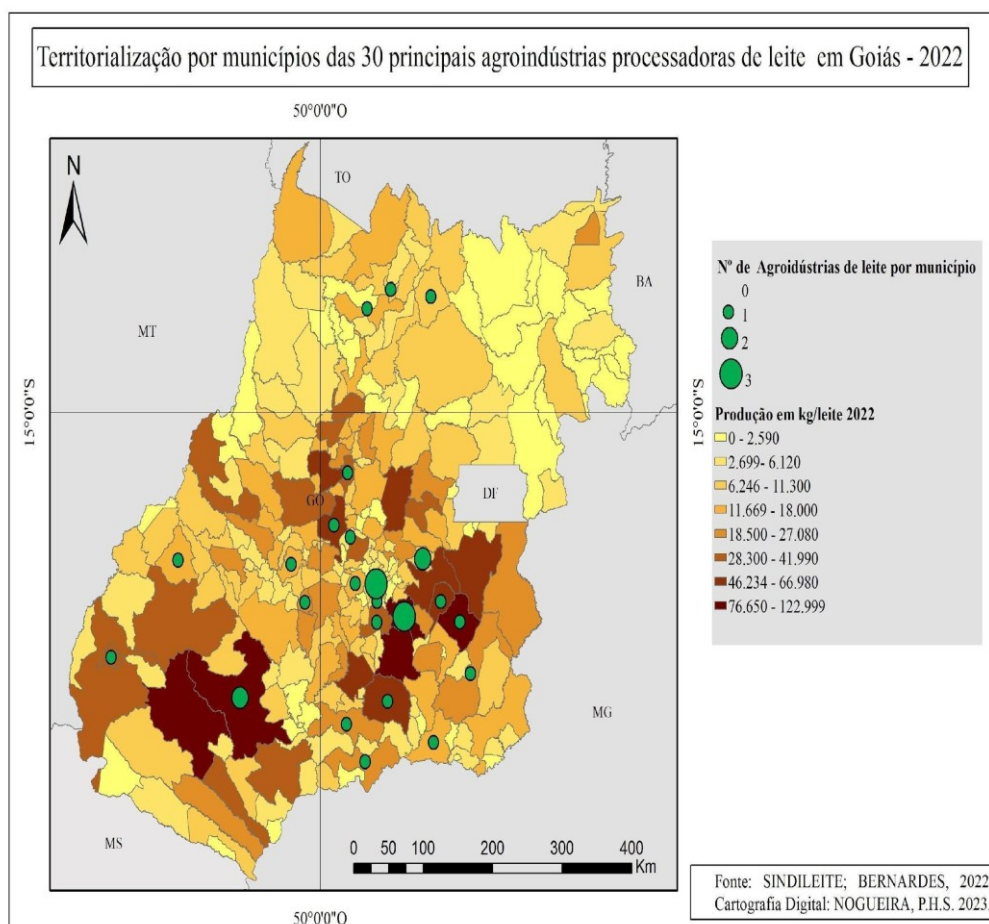
Figura 6 – Produção dos municípios goianos por volume total (em mil kg/leite) 2022



Essa heterogeneidade produtiva expressa na Figura 06, deve-se aos fatores históricos, socioeconômicos e da própria dinâmica espacial da reestruturação das agroindústrias leiteiras em Goiás. Para Oliveira (2003) o capital desenvolveu liames de sujeição ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria. No caso da produção leiteira, tem-se a aquisição pelos laticínios em que a articulação em redes e as novas tecnologias permite a circulação/comercialização para além da escala local/regional.

Mas tem também a *informalidade*, que é responsável pelo abastecimento direto com produtos derivados do leite e leite fluido em escala local – sem a necessidade de atravessadores, ou percorrer grandes distâncias para ser consumido e/ou sem passar pelo processamento nas agroindústrias.

Figura 7 – Territorialização das principais agroindústrias processadoras de leite em Goiás.



Destaca-se também a sujeição das relações de produção não capitalistas ao capital agroindustrial laticinista. No processo de subordinação formal, o camponês produtor de leite,

mesmo que, conservando a propriedade da terra, tem o produto do seu trabalho apropriado no momento da circulação (venda aos laticínios), Martins (1981).

Torna-se evidente que o capital agroindustrial laticinista não é o único segmento que se apropria da renda camponesa da terra, uma vez que a característica mais geral é concentração e centralização de poder, seja político, econômico ou ambos. Sendo assim, existem outras frações de capitais tanto à jusante como a montante, como ocorre a articulação das diferentes frações de capital nos setores de reprodução animal, nutrição, equipamentos e implementos agrícolas, farmacêutico, dentre outros no que concerne à pecuária leiteira.

3.3. Organização dos mercados globais de produção leiteira: as implicações do Mercosul na pecuária leiteira do Brasil e em Goiás

A organização dos mercados globais pode ser apreendida a partir da composição dos países em blocos econômicos. No que se refere a cadeia produtiva do leite no Brasil, Binsztok (2000) e Cristina dos Santos (2003) apontam para a dualidade que se instituiu no mercado nacional de lácteos, de um lado a presença dos produtores não-especializados e de outro as importações de lácteos oriundos dos países da Europa e Mercosul⁵⁶. Entretanto, mesmo com a abertura para importação dos produtos lácteos oriundos dos países integrantes do Mercosul não houve decréscimo da produção nacional.

Nesse sentido, apontamos que historicamente o leite passou de um simples produto, parte de uma economia de excedente para uma matéria-prima com diversas finalidades para produtos industrializados, (bebidas lácteas, iogurtes, creme de leite, leite condensado e em pó, queijos, manteigas, leite UHT), dentre outros produtos.

Esses produtos oriundos do processamento do leite *in natura* nas agroindústrias, criaram uma demanda não pelo leite fluido em si, mas por produtos prontos para o consumo, como também a disputa pelas agroindústrias na gordura que se encontra nessa matéria-prima. Para Paulino (2006) os produtos oriundos das unidades camponesas de produção, se constituem como matéria-prima para a indústria, pois está contido o trabalho não pago, a partir da sujeição da renda da terra, materializado em produto.

⁵⁶ Argentina, Paraguai e Uruguai se configuram como os principais países exportadores de leite e laticínios para o Brasil desde a década de 2000 (conferir)...

Nesse sentido representa para os segmentos industriais a possibilidade de auferir maiores lucros ao adquirir a matéria-prima a um preço inferior ao valor do trabalho nela contido. No caso do leite *in natura*, se torna emblemático pois é a base para diversos produtos citados anteriormente, uma vez que as indústrias dispõem de tecnologias para extrair/controlar o teor de gordura do leite fluido criando outros produtos.

De acordo com Camilo (2018), embora o Brasil esteja entre os maiores produtores mundiais de leite de vaca, a lógica que permeia essa cadeia produtiva não é alheia à organização das principais agroindústrias processadoras, instituições financeiras e outras corporações capitalistas mundializadas. Dessa forma, o espaço nacional foi *organizado* para a territorialização e atuação dessas corporações, desde a engenharia genética até as grandes redes de comercialização para o consumo dos produtos provenientes do processamento do leite.

O processo de regionalização dos países em blocos econômicos, é parte do rearranjo para fazer frente à competitividade por mercados, melhores preços e busca por maiores rendimentos. A consolidação de grandes plantas industriais, como é o caso da pecuária leiteira no Brasil hegemônica pela Nestlé, Groupe Lactalis, Piracanjuba, Danone e DPA, se efetiva de maneira vantajosa com o controle dos preços a serem pagos aos produtores rurais e camponeses produtores de leite e na determinação dos preços a serem etiquetados nas gôndolas dos supermercados.

Para além disso, Camilo (2018) evidencia que a desnacionalização da indústria láctea do Brasil tem possibilitado que, se estabeleça uma relação entre os preços praticados internacionalmente para as *commodities* lácteas e o comportamento dos preços no mercado doméstico. A composição dos preços da matéria-prima ligados aos fatores endógenos de cada lugar está dando espaço aos condicionantes mercadológicos em nível mundial. Neste sentido, percebe-se que tais influências estão sendo canalizadas pela consolidação dos mecanismos financeiros nas empresas de laticínios. E ainda reitera que,

Uma empresa de laticínios de grande porte, instalada em países com mercados consumidores de lácteos consolidados, como o caso do Brasil, captará leite produzido regionalmente, mas também comprará derivados (*commodities*) para suprir suas demandas sempre que a oferta e os preços internacionais cotados pelo leilão GDT estiverem favoráveis. Diz-se aqui, então, que, uma vez podendo adquirir leite fluído de produtores nacionais e principais *commodities* derivadas do leite, esta empresa escolherá a fonte de captação de matérias primas que esteja com melhor preço. (CAMILO, 2018, p. 270).

Portanto a regionalização no MERCOSUL, se apresenta como basilar ao contexto internacional em que os países com interesses econômicos-comerciais em comum se

organizaram em blocos econômicos para fazer competitividade, frente à circulação de mercadorias e pessoas, ampliando as escalas de comercialização para o capital agroindustrial, químico, genético e financeiro.

Binsztok (2000) destaca que no tocante à produção agropecuária, o bloco econômico sinaliza uma transição para um outro modelo agrícola, onde as cooperativas empresariais e os complexos agroindustriais assumirão papéis centrais, pois tendem a centralizar a capacidade de influir politicamente e economicamente nesse segmento produtivo, como evidenciado nos aspectos de qualidade e padrões mínimos de armazenamento para comercialização do leite *in natura*.

Destaca-se nesse processo o acesso facilitado aos produtos lácteos da Argentina e do Uruguai. Por ser uma atividade tradicional nesses países o nível tecnológico da produção é superior ao brasileiro, configurando um dos entraves para os camponeses produtores de leite do Brasil, uma vez que esse setor da economia está hegemonizado por empresas e agroindústrias processadoras transnacionais.

A produção e a produtividade desse setor no Brasil, não decresceu para justificar as altas taxas de importação de leite, creme de leite e seus derivados de países vizinhos como a Argentina, Uruguai e Paraguai. As importações evidenciam um mecanismo para controle de preços dentro do mercado brasileiro. Conforme Cristina dos Santos (2003, p. 77).

Antes da abertura comercial, as importações eram promovidas pelo governo para regular o abastecimento doméstico na entressafra. Após os anos 1990, as importações passaram a ser realizadas pelo setor privado, como indústrias lácteas brasileiras, atacadistas, indústrias alimentícias, indústrias lácteas argentinas, supermercados e correlatos e outros. Atualmente as importações constituem em uma estratégia das empresas para diminuir os preços pagos ao produtor nacional.

O que está em questão são as taxas de lucratividade das agroindústrias, Paulino (2006) destaca que a relação entre indústria e agricultura se estabelece a partir das diferentes possibilidades dos capitalistas de aumentarem suas taxas de lucro, ora depreciando o preço da matéria-prima, ora rebaixando ao máximo o salário dos trabalhadores.

Acerca do acesso facilitado aos produtos oriundos de países membros do Mercosul Binsztok (2000, p. 83), destaca que

O acesso facilitado aos produtos lácteos argentinos e uruguaios, com vantagens comparativas na produção primária frente aos nacionais, coloca uma primeira questão, a de avaliar a modernização da pecuária leiteira brasileira. Uma segunda questão a ser vista, refere-se às redefinições que a integração provocará nas estratégias, se tais fatos inibirão a indústria de leite e derivados instalada no país, em especial pela forte presença de empresas multinacionais.

Considerando os anos de 2000 a 2020, observa-se que as importações de produtos lácteos de países vizinhos se intensificam nos fins dos anos 1990, a partir da integração do Brasil ao Mercosul. As facilidades no acesso aos produtos lácteos dos países membros do Mercosul faz com que os valores das importações brasileiras se sobressaiam sobre os valores das exportações, como observado na Tabela 12.

Tabela 12: Valor (US \$) das importações e exportações de laticínios (2000 a 2020)

Ano	Importações - Valor em US\$	Participação % nas Importações Totais	Exportações - Valor em US\$	Participação % nas Exportações Totais
2000	\$ 374.473.339,00	6,52	\$ 13.902.720	0,07
2005	\$ 120.794.622,00	2,38	\$ 151.562.681	0,35
2010	\$ 330.283.051,00	2,47	\$ 155.072.094	0,20
2015	\$ 419.266.938,00	3,21	\$ 319.144.739	0,36
2020	\$ 550.544.605,00	4,22	\$ 75.959.723	0,08

Fonte: AGROSTAT, 2024.
Org: NOGUEIRA, P. H. S. 2024.

Em relação à origem das importações de lácteos pelo Brasil, os novos arranjos que garantem acesso facilitado aos produtos lácteos não se circunscrevem apenas aos países membros do Mercosul, como observado na Tabela 11. Considerando que esse ramo se encontra sob a hegemonia de empresas multinacionais do agronegócio leiteiro, é factível a (re)organização da produção leiteira em escala global, uma vez que a produção do leite *in natura*, se dá mediante a sujeição da *renda do leite* em diferentes regiões do Brasil e do mundo.

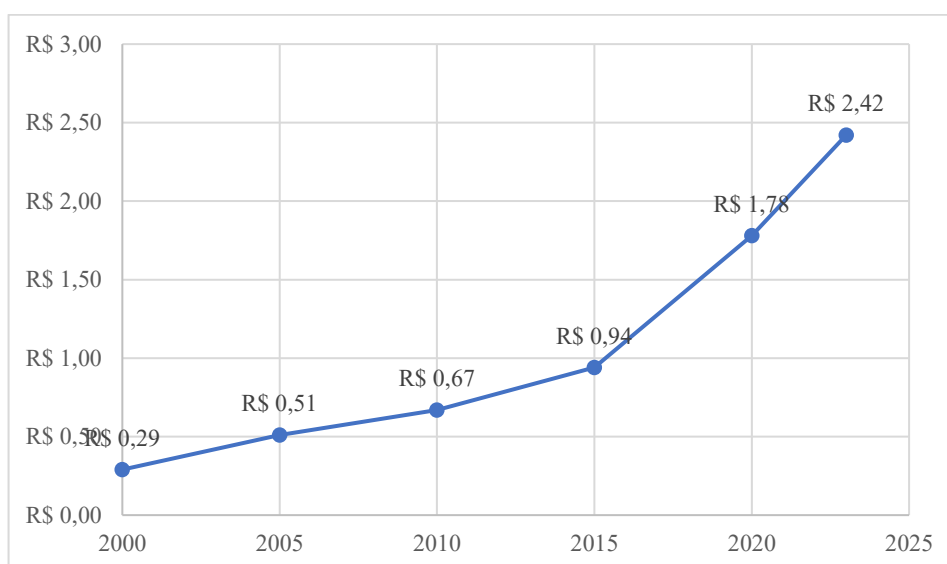
Mas a questão principal que estabelece nessa dinâmica de exportação/importação no setor leiteiro no Brasil, se estabelece a partir dos condicionantes técnicos de produção e produtividade. Diferentemente do Brasil, na União Europeia⁵⁷, esse setor até o ano de 2010 era regulamentado por uma série de políticas públicas e programas que garantiam preços mínimos aos produtores de leite, além de medidas protecionistas que controlavam as despesas com aquisição de leite e lácteos e as quotas de produção/exportação.

⁵⁷ Diplomatique, Ed. 33. 01 de abr. 2010. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-crise-do-leite/>

A desregulamentação nesse período aumentou a dependência dos produtores em relação às indústrias, resultando de um lado na depreciação dos preços pagos aos produtores e no aumento dos preços no produto final – nas gôndolas dos supermercados.

Como evidenciado por Paulino (2006), *o que está em jogo* são as taxas de lucro das indústrias e, essas por sua vez, remuneram por volume produzido e não por qualidade, como ocorre no Brasil. A partir das Instruções Normativas e Sanitárias, a tendência é a de centralizar a produção em unidades altamente produtivas para fazer competitividade, dificultando a permanência das frações do campesinato nesse ramo produtivo, a depender do interesse das corporações capitalistas. Daí a oscilação significativa nos preços do leite pago aos camponeses produtores.

Gráfico 7 – Preço líquido do leite (2000-2023)



Fonte: MilkPoint; CILeite (EMBRAPA, 2024).

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

E uma vez que os limites de produção foram suprimidos com a desregulamentação na União Europeia [...] os excedentes voltaram a aparecer e passaram a ser derramados de maneira desleal nos países do Sul, em operações incentivadas pelas subvenções dadas às exportações e às financiadas pelos contribuintes europeus (DIPLOMATIQUE, 2010).

Nesse processo o que passa a imperar é a alta produção/productividade dos países do Norte que determinam os rumos do comércio global de leite. Além disso, soma-se às dificuldades internas de assimilação pautadas nas condições tecnológica, de produção e produtividade dos países do Norte, com as externas – legislação rigorosa desses países em

adquirir *commodities* lácteas de países oriundos do Sul, isto é, o protecionismo aliado às desregulamentações dos países de economia periférica.

A partir dessa perspectiva, como evidenciado anteriormente, o processo de mundialização do capital, permitiu a ampliação da assimilação tecnológica para o aumento da produção e da produtividade, ao passo que a circulação/consumo também é pautada nessa lógica. Nesse sentido Camilo (2018, p. 277) esclarece que o condicionamento dos preços de produtos derivados do processamento do leite a nível nacional, se pautam pelas regras do mercado internacional.

Depreende-se daí que, para o produtor de leite do Brasil, o preço pago para o leite produzido não está ligado às condições naturais de seu território, mas às condições estruturais com que o mercado está organizado, permitindo que prevaleçam as condições de produção de países de primeiro mundo sobre a produção nacional. Equivale dizer que são as condições naturais dos países de primeiro mundo que condicionam as flutuações nos preços do leite produzido no mundo todo, restando a produção nacional adaptar-se às condições que o mercado impõe, sem considerar as condições naturais de cada Região do Brasil. Apreende-se que, muito aquém das intempéries nacionais, as flutuações nos preços das *commodities* lácteas são resultados da soma de fatores internos de diversos países tidos como maiores produtores consumidores de leite inseridos em uma economia globalizada.

[...] Sob os mesmos aspectos, na outra ponta da cadeia produtiva, estão os consumidores que, para o caso do Brasil, não são favorecidos pela livre concorrência. À medida que grandes oligopólios industriais e do varejo são consolidados, todos os benefícios são traduzidos em redução de custos, enquanto os processos otimizados por toda a cadeia produtiva não refletem sob o preço da mercadoria e são absorvidos pela capacidade de grandes empresas (estruturadas pelo capital financeiro) de dominarem a cadeia produtiva e tomarem para si os benefícios (maiores receitas) do progresso técnico e da condição de oligopólio/oligopsônio.

As informações expressas na Tabela 13, evidenciam o processo de importação de *commodities* lácteas oriundas de vários países. Nesse sentido, as matérias-primas comercializadas são justamente o leite em pó, creme de leite, e outros produtos que oferecem vantagens ao serem adquiridas via comércio exterior. O rebatimento espacial, econômico e social se apresenta justamente na depreciação dos preços pagos aos camponeses produtores e ao aumento significativo dos preços nos produtos finais, destinado ao consumidor via aquisição por supermercados/redes atacadistas, tem-se as alternativas lácteas direcionadas aos nichos com menor poder aquisitivo.

Tabela 13 - Origem das importações brasileiras de lácteos em 2000-2020.

Ano	2000		2005		2010		2015		2020	
Bloco/País	Valor (US\$)	Participação %	Valor (US\$)	Participação %	Valor (US\$)	Participação %	Valor (US\$)	Participação %	Valor (US\$)	Participação %
Total	374.473.339	100,00%	120.794.622	100,00%	330.283.051	100,00%	419.266.938	100,00%	550.544.605	100,00%
ARGENTINA	232.321.382	62,04%	65.773.594	54,45%	194.262.919	58,82%	176.424.438	42,08%	309.284.534	56,18%
URUGUAI	69.900.542	18,67%	31.893.757	26,40%	91.139.751	27,59%	174.275.549	41,57%	152.471.833	27,69%
UNIÃO EUROPEIA	44.726.014	11,94%	11.835.827	9,80%	24.448.120	7,40%	39.529.986	9,43%	42.246.457	7,67%
PARAGUAI			645.816	0,53%	605.948	0,18%			15.654.938	2,84%
ESTADOS UNIDOS	5.154.893	1,38%	3.849.692	3,19%	6.155.909	1,86%	16.594.737	3,96%	14.648.833	2,66%
NOVA ZELANDIA	16.563.716	4,42%	2.122.081	1,76%	1.620.572	0,49%	6.808.795	1,62%	9.294.083	1,69%
CANADA	2.081.765	0,56%	121.952	0,10%	211.749	0,06%	2.569.464	0,61%	4.124.530	0,75%
CHILE	1.588.638	0,42%	853.602	0,71%	9.607.799	2,91%	2.392.977	0,57%	2.088.575	0,38%
REINO UNIDO	177.946	0,05%	8.830	0,01%	98.155	0,03%	220.161	0,05%	388.186	0,07%
SUIÇA	1.311.919	0,35%	960.366	0,80%	2.131.793	0,65%	450.831	0,11%	341.770	0,06%

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior, 2024.

Org: NOGUEIRA, P. H.S. 2024.

Tendo em vista o processo de tecnificação da agricultura e seu caráter seletivo, o leite, assim como, os demais produtos alimentícios, foram marginalizados. Deve-se em grande parte à forma de como o Estado atuou no setor, limitando-se, no caso do leite, a intervir efetivamente apenas na esfera normativa/sanitária. Deste modo, o Estado através das normas sanitárias viabilizou a hegemonia do capital agroindustrial sobre os produtos de origem animal

centralizando a comercialização/circulação/distribuição no setor privado – diga-se a viabilização da reprodução do capital.

Para Cristina dos Santos (2003) e Clemente (2006) os principais fatores que marcaram a reestruturação da cadeia produtiva leiteira, foram, a abertura comercial externa, integração ao Mercosul, estabilização monetária e implementação de uma legislação sanitária mais rígida, que garantiram aos oligopólios, domínio sobre a produção de origem animal no Brasil. Esses fatores resultaram em transformações no processo produtivo, em razão da busca pela ampliação da produtividade, da competitividade e da lucratividade.

Além da sujeição da renda da terra ao capital agroindustrial laticinista nesse segmento produtivo, outra contribuição apresentada nas pesquisas de Binsztok (2000) é a coexistência dos produtores informais com a presença dos importados. Considerando o número de laticínios atuantes em Goiás, esse último juntamente com a presença dos produtores informais aparece como *conta-gotas* para frear a concentração nesse setor.

[...] as contradições do desenvolvimento capitalista na produção leiteira, representadas pelos grandes números de produtores informais e pela presença dos importados, talvez consiga frear um pouco a concentração da indústria de lácteos. No entanto, o quadro de fusões e aquisições parece ser irreversível no atual estágio do desenvolvimento capitalista, e os prejuízos causados aos produtores pela perda do poder de negociação devem ser monitorados pelos órgãos públicos de defesa da concorrência. (BINSZTOK, 2000, p. 84).

Nesse sentido, a presença dos produtores informais retoma a questão dos preços que são pagos aos produtores. Se existe a informalidade nesse setor, a política de preços e outros marcos regulatórios deveriam ser repensadas, já que são as agroindústrias que necessitam da produção à montante para manterem suas atividades e não o oposto. Tais mecanismos evidenciam o quanto a centralização da produção de comida ante às agroindústrias processadora de alimentos, a fragilidade na construção de uma soberania alimentar.

Entretanto, para Clemente; Hespanhol (2009) a viabilização dos produtores não-especializados é de fundamental importância para garantir renda a estes, evitando acentuar a já forte desigualdade social no campo, além de aumentar a oferta de produtos lácteos num mercado interno sub-abastecido devido às questões de renda da maior parte da população e da hegemonia dos complexos agroindustriais.

Nesse sentido, apontamos que as informações observadas na Tabela 14, mesmo a região Sul e Sudeste sendo as maiores produtoras de leite no Brasil, são as que mais importam

commodities lácteas. Dentre as principais *commodities* lácteas importadas estão: leite em pó, creme de leite e manteiga.

Tabela 14 – Valores das importações de lácteos por Unidade Federativa.

Ano	2000		2005		2010		2015		2020	
UF	Valor (US\$)	Participação%	Valor (US\$)	Participação%	Valor (US\$)	Participação%	Valor (US\$)	Participação%	Valor (US\$)	Participação%
Total	374.473.339	100,00%	120.794.622	100,00%	330.283.051	100,00%	419.266.938	100,00%	550.544.605	100,00%
SÃO PAULO	178.551.781	47,68%	47.908.432	39,66%	155.256.915	47,01%	164.496.926	39,23%	201.618.567	36,62%
SANTA CATARINA	2.944.197	0,79%	1.707.045	1,41%	11.876.465	3,60%	36.312.157	8,66%	84.215.203	15,30%
ESPÍRITO SANTO	74.316.830	19,85%	36.233.080	30,00%	94.670.490	28,66%	93.412.523	22,28%	81.216.191	14,75%
RIO GRANDE DO SUL	33.829.601	9,03%	5.152.794	4,27%	13.453.896	4,07%	84.175.651	20,08%	68.639.603	12,47%
MINAS GERAIS	24.870.902	6,64%	9.476.082	7,84%	8.677.389	2,63%	16.447.623	3,92%	43.956.579	7,98%
PERNAMBUCO	9.945.255	2,66%	1.215.196	1,01%	2.635.053	0,80%	6.236.148	1,49%	18.867.466	3,43%
PARANÁ	24.443.445	6,53%	15.301.797	12,67%	26.407.213	8,00%	8.950.393	2,13%	16.777.699	3,05%
GOIÁS	1.021.872	0,27%	15.041	0,01%	1.353.000	0,41%	425.114	0,10%	8.318.982	1,51%
RIO DE JANEIRO	3.424.826	0,91%	910.848	0,75%	5.465.986	1,65%	4.210.683	1,00%	7.625.674	1,39%
BAHIA	5.631.403	1,50%	1.948.724	1,61%	3.805.638	1,15%	1.488.298	0,35%	7.175.868	1,30%

Fonte: AGROSTAT, 2024.
Org: NOGUEIRA, P. H.S. 2024.

Dentre os maiores produtores nacionais, Goiás apresenta relevância no que tange à importação de lácteos. Como observado na Tabela 13, torna-se evidente que lógica que impera no sentido das maiores processadoras mundiais, também opera em nível regional em Goiás, isto é, são reproduzidos também em escala local, nos diferentes municípios que produzem leite. Portanto, as transformações técnicas/tecnológicas operadas na agricultura brasileira, por

intermédio do Estado, não impactaram somente os *trabalhadores da terra*, mas também a classe trabalhadora da cidade.

Disso decorre a contradição apontada por Mészáros (2011) entre alienação/sujeição do trabalho como meio de acesso ao mundo das mercadorias, no qual a reprodução acelerada da sociedade de consumo se dá pela exclusão do trabalhador sobre o controle da produção, da distribuição e do progresso técnico/científico, sendo esse último convertido para a minimização dos custos e maximização dos lucros.

O caráter da discussão da reestruturação agroindustrial no final do século XX não se desvincula da questão da soberania alimentar, mas também dos aparatos do Estado para o redirecionamento de políticas públicas em setores estratégicos que garantam renda aqueles que vivem do labor na terra, e para as camadas urbanas que tenham condições materiais mínimas de acesso (empregos e salários).

O Estado, nesse contexto, deveria implementar ações mais profundas, tendo por objetivo garantir a soberania alimentar, garantindo às classes trabalhadoras comida saudável e, ao mesmo tempo, assegurar renda aos camponeses produtores de leite, de maneira a estimular as inversões e melhorias no setor produtivo.

No caso da pecuária leiteira, tratado nessa discussão, tem-se o exemplo de como a reorganização econômica ocorreu nos setores voltados para a produção de comida, centralizado nas agroindústrias e outras frações do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro. O intuito é a maximização da produção a baixos custos, com crescente processo de tecnificação e exploração das relações de trabalho, imperando a lógica capitalista de acumulação, mesmo sobre relações não capitalistas de produção.

A introdução de novos hábitos alimentares é apenas uma das faces do processo de reestruturação agroalimentar global. O modelo produtivista adotado e concebido para o campo, necessita do *adestramento* do paladar para o consumo de alimentos industrializados entre os sujeitos do campo e da cidade. A agricultura sob os imperativos do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro foi reorganizada como fonte de matérias-primas em mercados de escala global, em detrimento da regulação dos Estados Nacionais. Sem mencionar as altas taxas de resíduos⁵⁸ ativos de agrotóxicos presentes em inúmeros alimentos ultraprocessados ou semiprocessados, que *caíram no gosto* do amplo consumo pelas camadas populares.

⁵⁸ O relatório “tem veneno nesse pacote” do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), analisou 27 produtos ultraprocessados amplamente consumidos pela população divididos em 8 grupos, dentre eles: refrigerantes, néctares, bebidas de soja, cereais matinais, salgadinhos, bisnaguinha, biscoito água e sal, bolacha recheada. Dos

No próximo Capítulo pretendemos discutir os efeitos da centralização, concentração de capitais, no que tange ao processamento/circulação/consumo de produtos lácteos e seus derivados no Brasil. Para isso, base é o portfólio de produtos das agroindústrias e suas implicações no ambiente e na saúde da classe trabalhadora.

27 produtos analisados, 16 (59,3%) apresentaram pelo menos um tipo de agrotóxico, enquanto em 14 produtos analisados (51,8%), apresentaram glifosato ou glufosinato e, todos os produtos analisados que tinham trigo como ingredientes continham agrotóxicos.

4. PARECE LEITE, MAS NÃO É: O QUE ESTAMOS COMENDO?

“[...] a essência da comida industrial, o principal motivo de ela ser tão opaca, pois, se pudéssemos ver o que se passa atrás dos muros cada vez mais altos da nossa agricultura industrial, certamente mudaríamos nossa maneira de comer”. [...] “Comer é um ato agrícola”. É também um ato ecológico, além de um ato político. Ainda que muito tenha sido feito para obscurecer esse fato bastante simples, o que e como comemos determinam, em grande parte, o que fazemos do nosso mundo – e o que vai acontecer com ele. Ter de comer mantendo a consciência de tudo o que está em jogo pode parecer carregar um fardo, mas na prática poucas coisas na vida podem nos proporcionar tanta satisfação. Em comparação, os prazeres de se comer segundo os ditames da indústria, o que vale dizer comer na ignorância, são efêmeros. Muita gente hoje parece totalmente satisfeita comendo na extremidade da cadeia alimentar industrial sem parar para pensar no assunto. Michael Pollan, (2006, p. 17).

As causas da fome possuem diversos fatores. No Brasil não decorre apenas de fatores pontuais ou externos, conforme apontado por Castro (1984). A fome é produzida a partir de fatores socioeconômicos sob os interesses político-sociais de grupos privados, de não permitir que uma parcela significativa da população acesse os alimentos necessários para a reprodução cotidiana da vida.

Também sinalizava que era preciso rever a estrutura fundiária e promover a reforma agrária e melhores condições de vida aos *trabalhadores da terra*, colocando a terra a serviço das necessidades desses, se quisermos sanar o problema da fome. Em outras palavras, a construção de uma soberania alimentar perpassa pela importância social que o campesinato representa para o conjunto da sociedade e da reforma agrária.

Tais contradições colocam em evidência que os problemas sociais materializados na atualidade, são decorrentes das desigualdades estruturais da nossa sociedade – de raça, classe e gênero, conforme sinalizou Martins (1994) *Sociedade de história lenta*, que produz fome, miséria, violência, expropriação, concentração, pauperização, onde todas as coisas são convertidas em mercadorias.

Soma-se ainda os elementos conjunturais de decisões políticas que intensificaram esse fenômeno, como a extinção das políticas públicas que fomentam a Soberania Alimentar e os programas de transferência de renda, além da piora significativa do acesso à renda e poder de compra da população, resultando no aumento do desemprego e a alta da inflação, principalmente do preço dos alimentos. Chegamos em 2022 com 116 milhões de brasileiros

com dificuldade para colocar comida na mesa, e 19 milhões em situação de fome sem nada para comer (Rede PENSSAN, 2022).

O consumo de ultraprocessados está relacionando ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), de acordo com Rezende⁵⁹ (2019) o consumo de alimentos ultraprocessados foi responsável por aproximadamente 57.000 mortes prematuras no de 2019, o que corresponde a 10,5% de todas as mortes prematuras em adultos com idades entre 30 e 69 anos. Tal número, chega a superar o total de homicídios no país no mesmo período – foram 45,5 mil (JOIO E O TRIGO⁶⁰, 2022).

A delimitação sobre a fome em que Castro (1984) estabeleceu em seus estudos, tratam também da *fome oculta/fome endêmica*, uma fome coletiva, que é produzida no cotidiano e que mata, lentamente, as populações afetadas, não por inanição, mas por doenças associadas. Decorrente da aquisição e do consumo de alimentos e bebidas ultraprocessadas (PAHO, 2019; POF/IBGE, 2020), mas diante dessa tendência no aumento no consumo desses produtos, observou-se também o aumento da Insegurança Alimentar (IA) nos lares brasileiros assim como pessoas sem ter acesso à comida.

Como abordado na seção anterior, o leite é definido como um alimento e seu consumo é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), seja *in natura* e/ou derivados lácteos. Entretanto, considerando o movimento de reestruturação espacial e produtivo das agroindústrias processadoras de leite a partir da década de 1970 e por meio da centralização/concentração de poder econômico, vimos esse alimento se constituir em uma *commodity*, matéria-prima de fundamental relevância econômica para as indústrias laticinistas e outras do ramo alimentício.

Nesse sentido, a temática sobre alimentação é uma área de pesquisa relevante para a Geografia, pois requer a compreensão de quais os interesses por trás das agroindústrias processadoras de alimento, ao passo de entender também nesse processo como os interesses públicos são comprometidos para atender a uma fração de classe específica. Essa temática está vinculada à questão histórica-econômica que o Brasil trilhou até os dias atuais, sendo as assimetrias de poder expresso nas desigualdades sociais. O embate entre o latifúndio – atualmente denominadas de empresas rurais – e o campesinato, também se cristaliza no campo da alimentação.

⁵⁹ Fonte: [https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797\(22\)00429-9/abstract](https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797(22)00429-9/abstract)

⁶⁰ Fonte: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/11/brasil-tem-57-mil-mortes-por-ano-devido-ao-consumo-de-ultraprocessados-estima-pesquisa/>

A mudança estrutural no qual os sistemas agroalimentares foram estruturados, pouco colabora com o ambiente com a saúde e bem-estar da classe trabalhadora, pelo contrário, são vilipêndio de força de trabalho/tempo de vida e de políticas públicas ao atender uma *elite entreguista*. Portanto, quais as implicações desse modelo econômico sobre a construção da soberania alimentar do país?

Dentro dessa perspectiva, Carvalho (2022) evidencia que a tardia industrialização brasileira se caracterizou a princípio pela indústria de alimentos e materiais de limpeza, desenvolvendo conforme as necessidades de acumulação via agronegócio, reorganizando nesse processo as cadeias agroalimentares e imputando novas práticas de consumo. Portanto, neste Capítulo, apresenta-se as transformações das agroindústrias processadoras de alimentos, sobretudo as indústrias de laticínios e os seus efeitos na saúde e no ambiente.

4.1 Transição alimentar nutricional: implicações da centralização/concentração da produção de comida numa economia de escala

Não é incomum ler em notícias e pesquisas sobre as mudanças que vem ocorrendo nos hábitos alimentares dos brasileiros nas últimas décadas (2010-2020). De acordo com a publicação da CNN Brasil, Rodrigues et.al (2021)⁶¹, o consumo de arroz diminuiu 10% e o de feijão caiu 18%, enquanto o consumo de carne bovina caiu em todas as faixas etárias, sendo substituída por aves e suínos. Os dados divulgados evidenciam que consumo do tradicional arroz e feijão tem uma adesão maior entre as pessoas de menor poder aquisitivo, ao passo que o acesso as frutas são mais frequentes nas famílias com melhores condições financeiras. São contradições que evidenciam as desigualdades dispostas para os sujeitos conforme sua posição social numa sociedade de classes.

Conforme apontado por Chesnais (1996) no que se refere à autonomia relativa do capital financeiro, essa é somente uma das faces do processo de *mundialização* do capital. Espraia-se também para o mundo do trabalho e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. Nesse sentido, os hábitos de consumo se relacionam com o acesso ao salário/trabalho.

⁶¹ Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasileiro-reduziu-consumo-de-arroz-e-feijao-nos-ultimos-dez-anos/>. Tais dados são evidenciados em Rodrigues *et.al* (2021). Disponível em: <https://rsp.fsp.usp.br/artigo/evolucao-dos-alimentos-mais-consumidos-no-brasil-entre-2008-2009-e-2017-2018/>

Autores/pesquisadores como Thomaz Júnior (2019), Marini (2019) apontam para a degradação/fragmentação sistêmica do trabalho e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, concomitantemente à exploração irrestrita dos recursos territoriais. Esse processo, coloca em evidência a crise estrutural do capitalismo, cujo processo de subordinação da força humana retarda as possibilidades de ser emancipatória, pelo contrário, escancara os liames e as contradições de um sistema de produção destrutivo em todos os níveis.

O discurso do ex-presidente (2018-2022) de que não há fome no Brasil, torna-se contraditório, pois mostrou bastante êxito em esfacelar os mecanismos que asseguravam a Soberania Alimentar – embora estivesse aquém das reais necessidades da sociedade civil, foram esses mecanismos responsáveis por reduzir os índices de pessoas em situação de fome, retirando o Brasil dos índices da FAO desde 2014.

Outra retórica que aparece comumente nos canais midiáticos é de que o agronegócio alimenta o Brasil e o mundo. O que na realidade é exatamente o oposto, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) publicou no ano de 2021 um estudo intitulado “O agro brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas⁶²”. O agronegócio não se limita somente aos aspectos produtivos, mas à circulação, comercialização e o consumo, resultando no sistema agroalimentar regulado pelo capital agroindustrial, químico, genético e financeiro.

Não obstante, paralelamente à situação da fome, tem-se ainda o aumento no número de pessoas com obesidade⁶³ e sobrepeso no Brasil. No Brasil o percentual de pessoas adultas com excesso de peso passou de 43,3% em 2003 para 61,7% em 2019 (PNS/IBGE, 2019). E de acordo com o World Obesity Atlas (2023), de acordo com esse ritmo de crescimento, esse percentual poderá atingir cerca de 1/3 da população brasileira até 2035.

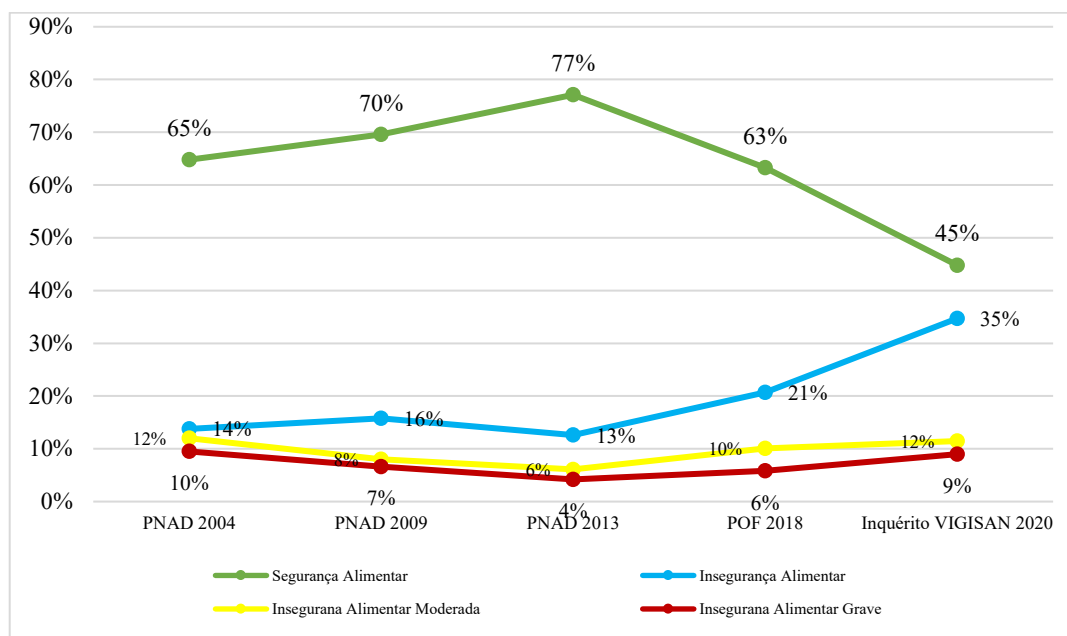
Portanto, diante desse cenário de empobrecimento dos hábitos alimentares e a persistência da fome, o que estamos comendo? Como pode ao mesmo tempo ter o título de celeiro do mundo e pessoas sem acesso à comida? Quais os desdobramentos da hegemonia desse sistema agrícola nos hábitos alimentares? E por que estamos comendo esse tipo de produtos alimentícios? As informações contidas no Gráfico 07, mostram a contradição viva que

⁶² Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59784047/o-agro-brasileiro-alimenta-800-milhoes-de-pessoas-diz-estudo-da-embrapa>

⁶³ Compreendemos que esse distúrbio alimentar é um problema social com causa na base num padrão dietético de alimentos hipercalóricos – que são o caso dos ultraprocessados, assim como a subnutrição/desnutrição que são problemas produzidos socialmente e que podem apresentar as mesmas DCNT's. Entretanto, por de trás da obesidade – excesso de gordura/peso, se articula a indústria farmoquímica e de estética, que anualmente lucram em torno 48 bilhões de reais por ano, com 1,5 milhão de procedimentos estéticos – (O Joio e o Trigo, 2022).

se estabelece entre as narrativas construídas para viabilizar o modelo pautado na utilização de venenos e apropriação irrestrita dos recursos territoriais.

Gráfico 8 - Evolução da Insegurança Alimentar no Brasil (2004-2020)



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios; Pesquisa de Orçamentos Familiares; VIGISAN. 2020.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

A denominação de comida industrial, refere-se aos produtos elaborados pelas agroindústrias processadoras de alimentos. Entretanto, os efeitos adversos à saúde decorrente do consumo desses produtos são apontados em pesquisas da área de nutrição pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS) como responsáveis pelo aumento nos índices de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). A transformação da comida em um produto industrial é apontada por Moss (2015) como um dos problemas fundamentais nesse processo.

[...] O fato de a comida ter se tornado um produto industrial sem dúvida tem sido um problema fundamental. Em primeiro lugar, o próprio processamento tira o valor nutricional do alimento. A maioria dos grãos é convertida em amido. Há açúcar concentrado, e muitas das gorduras também foram concentradas e, o pior de tudo, hidrogenadas, o que cria ácidos graxos trans que provocam graves efeitos adversos à saúde (MOSS, 2015, p. 15).

Consoante a Moss (2015), os dogmas da indústria alimentícia se baseiam em *sabor*, *conveniência* e *custo*, cuja orientação, consiste em um modelo de negócio que leva as empresas

a gastarem o mínimo possível na fabricação de produtos processados, “[...] não importa como chame, sempre se está em busca de uma forma mais barata de produção” (MOSS, 2015, p. 12).

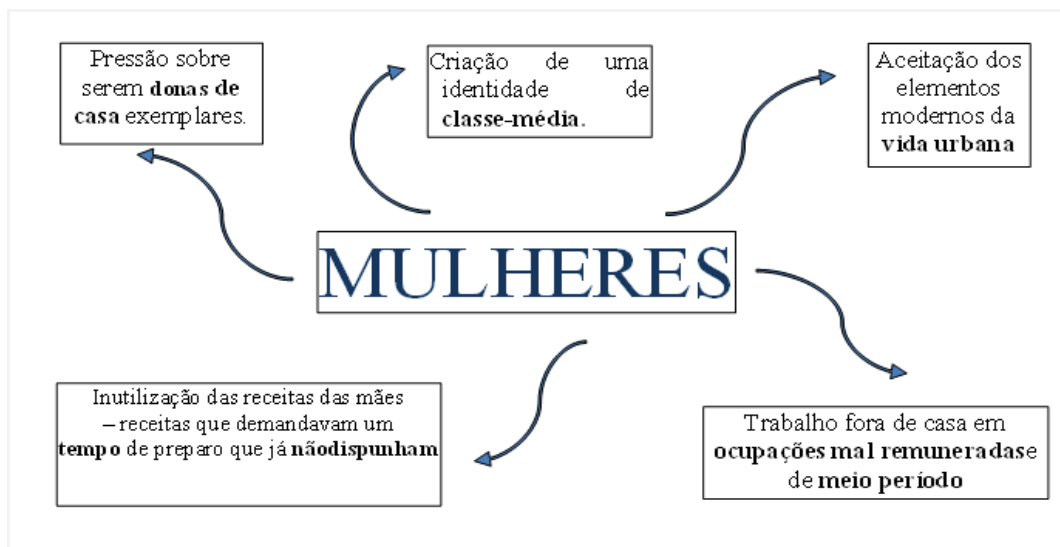
Portanto a influência do interesse das indústrias de alimentos e conquistar cada vez mais espaço na nossa alimentação, trata-se apenas de ações para garantir crescentes taxas de lucros. Para isso lançam mão de financiamentos de pesquisas e desenvolvimentos de projetos (P & D) que tem por finalidade assegurar o consumo de seus produtos.

Consoante ao autor, *sabor, conveniência e custos* são os pilares nos quais a comida passou a ter uma relevância cada vez maior para as indústrias. No quesito *sabor*, por intermédio de pesquisas, ciência e técnica/tecnologias são criadas formulações palatáveis e hiper palatáveis com o emprego de três ingredientes imprescindíveis: sal, açúcar e gordura.

No que se refere à *conveniência* tem-se ainda a captura da qualidade das refeições e do tempo de vida/lazer – cada vez mais urgente na sociedade capitalista. Esse dogma amplamente utilizado nas estratégias de marketing, demonstra a praticidade em se “preparar” as refeições com produtos instantâneos, que podem ser manuseados até por crianças e consumidos em qualquer lugar. Consiste em produtos processados que vão direto do freezer para o forno/micro-ondas e/ou ainda ser retirado da embalagem e ser consumido logo em seguida.

Essa captura do tempo se torna o ponto central sob o qual as indústrias alimentícias trabalham, e embora a força de trabalho das mulheres seja quista no mercado formal de trabalho, na sociedade do patriarcado os afazeres domésticos ainda são de responsabilidade feminina. Nesse sentido, como pode ser observado na Figura 08, estabelece um organograma no contexto discurso das indústrias processadoras de alimentos, mais especificamente a Nestlé.

Figura 8 - As mulheres das décadas de 1960-1970 e os contextos discursivos da Nestlé



Fonte: O Joio e o Trigo (2021).
Elaboração: Carvalho (2022)

E quanto a redução de *custos*, nesse sentido, refere-se às formas de processamento do alimento, em que ocorre a fragmentação em vários elementos-partes e posteriormente a combinação, transformando num produto completamente diferente do original, tanto do ponto de vista sensorial/palatal quanto do ponto de vista nutricional. Diga-se de passagem, o reaproveitamento dos subprodutos das indústrias de laticínios e as *soluções lácteas*.

Nessa perspectiva, as ações das indústrias processadoras de alimentos, não se restringem somente às campanhas publicitárias na captura do tempo de vida das famílias. As inovações em suas formulações também são parte do projeto na *conquista* por um espaço cada vez mais amplo na alimentação da classe trabalhadora.

Para Moss (2015) a incansável determinação de gerar a maior atratividade pelo menor custo possível as leva, de modo inexorável, a esses três ingredientes. O açúcar não apenas adoça, mas substitui ingredientes caros. E por um custo adicional muito pequeno, diversas gorduras podem ser adicionadas às fórmulas dos alimentos com o objetivo de estimular o consumo a partir do sistema sensorial-palatar. E o sal, pouco mais caro do que a água, tem uma capacidade milagrosa de aumentar a atratividade dos alimentos processados.

Embora sejam ingredientes historicamente utilizados nos mais diversos hábitos alimentares, nas mãos das indústrias processadoras de alimentos, “[...] contudo, o sal, o açúcar

e a gordura funcionam mais como armas do que nutrientes, [...] empregadas para nos tornar dependentes de seus produtos” (MOSS, 2015, p. 26).

O *adestramento* pelo paladar, terminologia compreendida enquanto síntese de estratégias das indústrias alimentícias, é a ruptura mais recente na qual se deu a estruturação dos sistemas agroalimentares no Brasil e no mundo. É necessário compreender que o agronegócio, não se limita somente ao plano produtivo no campo, se relaciona também à comercialização e ao consumo. Portanto as transformações técnicas e produtivas no campo, representam também novas relações com a comida e o ato de comer.

Nesse sentido, Pollan (2006) esclarece que o paladar humano, evoluiu conforme as necessidades de suprimento energético do corpo, embora sua atuação se limitasse como mecanismo de defesa, sabores palatáveis sendo o indício de alimentos seguro para o consumo e qualquer coisa contrário ao palatável, perigo iminente. Conforme aponta o autor.

[...] O paladar nos seres humanos pode tornar-se bastante complexo, mas ele começa a partir de duas fortes orientações ligadas ao instinto, uma positiva, outra negativa. A primeira nos predispõe ao que é doce, um sabor que sugere uma fonte particularmente rica de energia de carboidratos existente na natureza. Na verdade, mesmo quando estamos saturados dele, nosso apetite por coisas doces persiste, e essa é provavelmente a razão pela qual a sobremesa costuma ser introduzida no final da refeição. Uma paixão por doces representa uma excelente adaptação para um onívoro, cujo cérebro exige uma enorme quantidade de glicose (o único tipo de energia que o cérebro pode usar), ou pelo menos exigia no passado, quando as fontes de açúcar eram raras e pouco frequentes. (O cérebro adulto humano responde por 2% do nosso peso corporal, mas consome 18% de nossa energia, que precisa toda ela vir de um carboidrato. [...]) A segunda grande orientação adotada pelo nosso paladar nos predispõe contra sabores amargos, justamente o tipo de sabor que têm as toxinas defensivas produzidas por plantas (POLLAN, 2006, p. 218-219).

Esse quadro se altera significativamente a partir do desenvolvimento da capacidade humana de reorganizar as cadeias alimentares. Destaco, que não devemos desconsiderar os processos produtivos pautados no campo e o que estamos comendo, uma vez que a agricultura – representada atualmente pelo agronegócio, está sob os ditames do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro. Pollan (2006), destaca ainda, que na atual quadra histórica, está marcado pela brutal ruptura, com a inserção dos novos hábitos alimentares provenientes da dieta industrial a partir do pós-guerra.

Essa inserção de novos hábitos alimentares para a classe trabalhadora, expressa a *tensão* que se constituiu entre a lógica da sociedade capitalista e a lógica da natureza. A sociobiodiversidade é essencialmente pautada na diversidade, enquanto a lógica capitalista sob a qual a indústria humana se estabeleceu, está pautada no monocultivo, no uso intensivo dos

recursos territoriais, de agrotóxicos e se constituiu numa ameaça à toda sociobiodiversidade do planeta. Como destacado por Pollan (2006, p 16).

[...] a tensão fundamental existente entre a lógica da natureza e a lógica da indústria humana, pelo menos do modo como está organizada hoje. A engenhosidade que demonstramos ao nos alimentar é algo prodigioso, mas em vários pontos nossas tecnologias entram em conflito com a maneira de a natureza fazer as coisas, como, por exemplo, quando procuramos maximizar a eficiência ao plantarmos certas espécies ou criarmos animais em vastas monoculturas. Isso é algo que a natureza nunca faz; em vez disso – e por boas razões – opta pela diversidade. Grande parte dos problemas sanitários e ambientais produzidos pelo nosso sistema alimentar deve-se às nossas tentativas de simplificar excessivamente as complexidades da natureza, tanto no que diz respeito à ponta da produção quanto ao consumo na nossa cadeia alimentar. Em ambas as extremidades de qualquer cadeia alimentar encontramos um sistema biológico – um trecho de terra, um corpo humano –, e a saúde de um está literalmente ligada à saúde do outro. Muitos dos problemas de saúde e nutrição encontrados hoje remontam a fatos acontecidos na fazenda, e por trás disso existem políticas governamentais específicas que poucos de nós conhecemos.

O *Dilema do onívoro* humano, que pode comer uma vasta variedade de alimentos, hoje é perpetrado pelo padrão alimentar industrial. Destaca-se também a tese de Scrinis (2021), do *Reduccionismo Nutricional* ou *Nutricionismo*. A necessidade de ingerir/consumir os nutrientes necessários, foram e são alguns dos pilares sob o qual as estratégias de *marketing* das indústrias de alimentos capturam o psicológico humano a partir do palato/paladar. E é com base nesses preceitos, que a indústria alimentícia se apoderou dos conhecimentos científicos sobre alimentação e nutrição.

Para Scrinis (2021) o reduccionismo nutricional demarca como a indústria processadora de alimentos construiu a base para o consumo de seus produtos. Aliado às campanhas publicitárias, conferiu aos seus produtos características nutracêuticas, alegando que o consumo de alimentos ricos em determinadas vitaminas e minerais tem efeitos benéficos ao corpo/mente. Conforme é apresentado pelo autor:

[...] Nutricionismo — ou reduccionismo nutricional — foi um paradigma dominante na ciência da nutrição ao longo do último século. O nutricionismo é caracterizado por uma ênfase redutora nos nutrientes dos alimentos e dos padrões alimentares. O conceito também pode ser entendido como uma descontextualização dos nutrientes dos alimentos que desconsidera a dieta e os contextos sociais e ambientais. Esse paradigma moldou a pesquisa científica, as diretrizes alimentares, o marketing da indústria alimentícia, e foi absorvido pela sociedade. [...] Essa forma reducionista de compreensão dos alimentos foi traduzida em práticas igualmente reducionistas para a produção alimentícia, como acontece em produtos enriquecidos com nutrientes específicos e suplementos nutricionais (SCRINIS, 2021, p. 13-57).

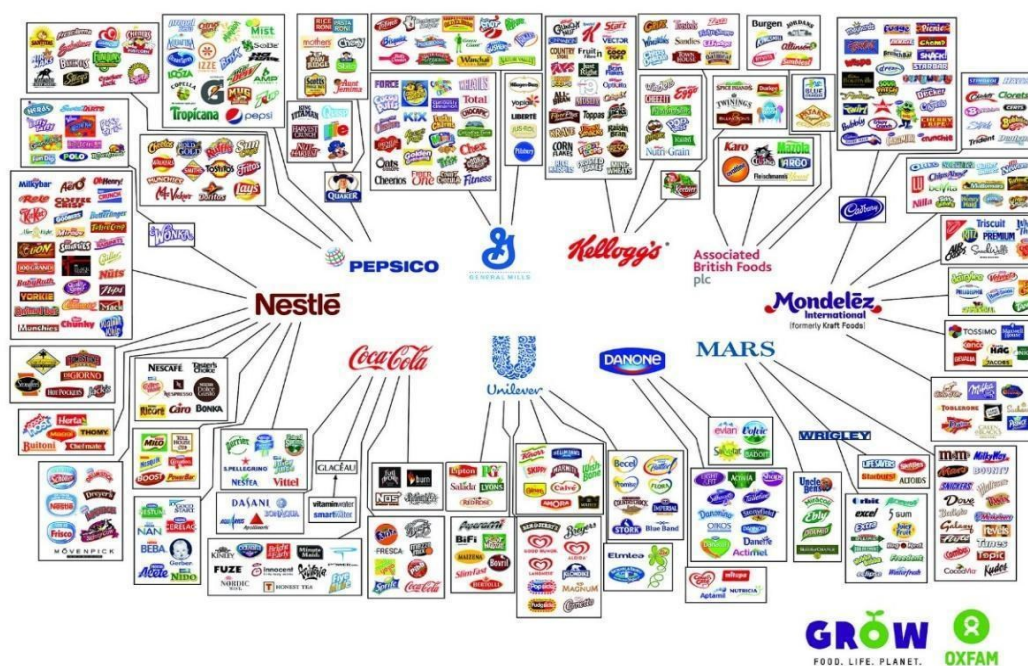
Nessa perspectiva Scrinis (2021) destaca, que em linhas gerais é a preocupação de estar consumindo as vitaminas/nutrientes essenciais ao corpo em doses suficientes. No qual a

indústria mascara seus produtos, reduzindo-os somente aos nutrientes isolados, como benéficos à saúde, desconsiderando assim os padrões dietéticos e a complexidade dos alimentos *in natura*.

Portanto é através desse conjunto de mecanismos, que o *adestramento* pelo paladar molda como devem ser as características (cores, odores, sabores) de um alimento. A capacidade de consumo é resumida por meio dos estímulos a partir do sistema palato-sensorial das pessoas. A indústria de alimentos ultraprocessados e o sistema agroalimentar brasileiro se relacionam a partir dos processos gerais anteriormente descritos, intensificados a partir da *mundialização do capital* e da economia.

Agora, os fluxos de capitais adquirem liberdades para sua reprodução ampliada, ancorada no capital agroindustrial e nas necessidades de consumo da classe trabalhadora. O resultado desse processo, pode ser observado na Figura 09, cujo número de *holdings* que controlam o mercado global de alimentos se limitam a dez empresas.

Figura 9 – Grupos de Empresa no ramo de alimentos industrializados



Fonte: OXFAM, 2023.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

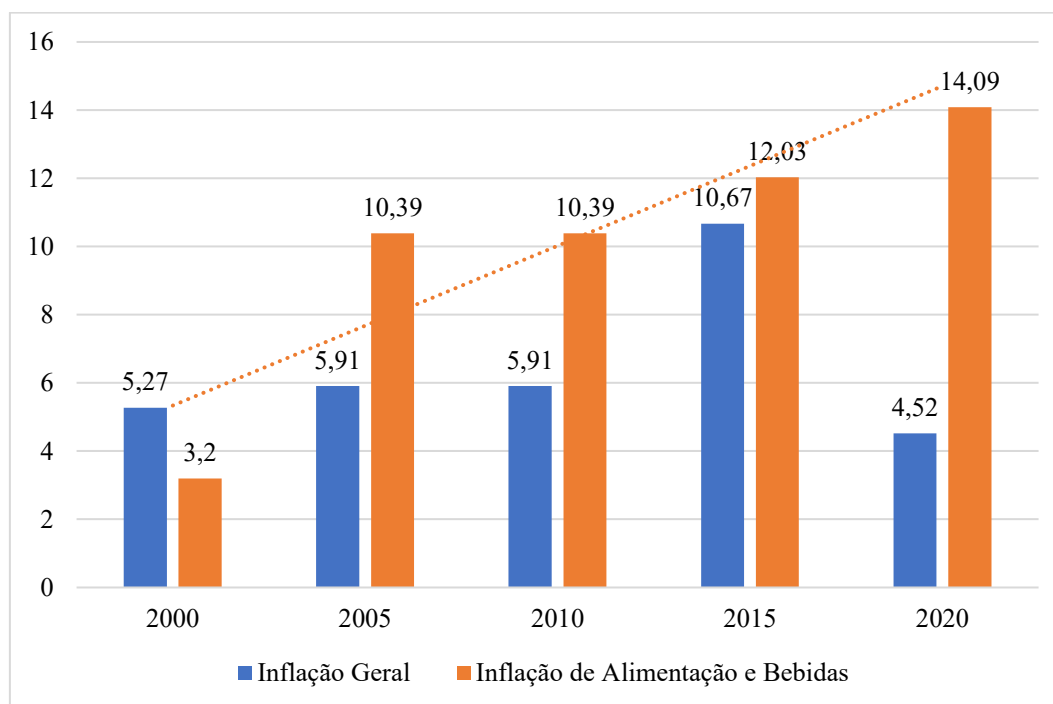
Ao que se refere no mercado interno brasileiro, destacam-se os ramos alimentícios, de produtos de higiene pessoal e limpeza. As principais indústrias desse segmento, que são atuantes no Brasil, duas merecem destaques, sendo a Nestlé e a Unilever. Mas qual a relação

que há entre essas *holdings* globais que controlam o mercado de alimentos, hábitos alimentares, produção de *commodities* agrícolas e a questão da soberania alimentar no Brasil?

Conforme demonstrado no Capítulo 3, o processo de *mundialização do capital* na agricultura, consiste na mais nova etapa de processo de acumulação por espoliação, conforme Harvey (2014). O capital adquiriu a possibilidade de (re)produção via sistema financeiro, e embora seja uma autonomia relativa, é expresso na realidade concreta via as atividades empreendidas pelo agronegócio. Geralmente, não apresenta possibilidades emancipatórias, no que se refere às diferentes relações de trabalho, soberania alimentar, saúde, e no âmbito político-econômico diante da Divisão Internacional do Trabalho.

Considerando a questão da Soberania Alimentar, de acordo com os dados da Aliança do Controle do Tabagismo (ACT, 2020), a evolução da inflação dos alimentos, desde o ano de 2006 é superior aos índices da inflação geral, como pode ser observado no Gráfico 08. Entretanto, há elementos significativos, como as impossibilidades de construir uma soberania alimentar, mediante a uma economia globalizada, a alimentação acaba sujeita às flutuações de mercado/e às regras do mercado financeiro e tornam-se *commodities* a partir da demanda de consumo de outros países.

Gráfico 9 – Inflação geral e Inflação de alimentos no Brasil (em %)



Fonte: IBGE – IPCA, 2024.
Org: NOGUEIRA. P.H.S. 2024

Ainda de acordo com a ACT (2020), os preços dos alimentos *in natura* foram os que mais sofreram aumento em relação aos alimentos industrializados. Devido ao seu processamento ser exclusivamente de origem industrial – *comida industrial*, tornam-se mais acessíveis à classe trabalhadora que, via de regra, convive constantemente com a degradação das condições de vida e seus salários corroídos pela desvalorização da moeda nacional frente ao dólar. Assim, alteram os hábitos alimentares, e, este se resume naquilo que o orçamento consegue comprar em detrimento daquilo que se tem costume de consumir – *cultura alimentar*.

Outro aspecto desse processo, que acarreta mudanças de hábitos alimentares é a configuração do sistema agroalimentar, relacionado ao sistema de produção que foi imputado ao campo brasileiro a partir da década de 1970. Concentração e centralização de capitais via aquisições e fusões de grandes processadoras de alimentos tornam-se estratégias para assegurar reprodução ao passo que infere também na dinâmica da disponibilidade de produtos, uma vez que, há a busca pela redução dos custos e a necessidade de elevar as taxas de lucratividade.

4.2. A articulação da agroindústria leiteira na substituição de suas fórmulas: subprodutos e as soluções lácteas

Ao analisar as tendências das agroindústrias, observa-se duas linhas gerais: substituição do leite como ingrediente principal por subprodutos da própria indústria laticinista como soro de leite, leitelho e proteínas do soro de leite; e a segunda linha que são denominadas de *soluções lácteas*. Essa última, apresenta-se como uma alternativa para as agroindústrias laticinistas, pois garantem margens de lucro ao ter mercadorias com menor e/ou nenhum percentual de leite/ingredientes lácteos em sua composição, tornando o custo de produção baixo.

Inicialmente, a produção leiteira era regulamentada pelo Estado, pois se constituiu com um dos alimentos da cesta básica, item de consumo geral da classe trabalhadora. Havia ganhos reais para os camponeses produtores de leite e facilidade de acesso ao produto pelos moradores dos centros urbanos e, em certa parte, integrava um projeto de Estado que visava a segurança alimentar e o combate à fome.

Entretanto na medida em que ocorreu a implementação dos grandes projetos de agroindústrias, cujo objetivos eram a mudança das bases técnicas produtivas na agricultura,

houve também a consolidação do *agronegócio leiteiro*. Compreendemos enquanto agronegócio leiteiro, as ações empreendidas pelo capital agroindustrial, químico, genético e financeiro no processo de sujeição das relações de trabalho não tipicamente capitalistas para se viabilizar, no caso em particular a produção leiteira.

No processo de consolidação do agronegócio leiteiro, ocorrem também mudanças nos hábitos de consumo, a partir do *adestramento do paladar*. Enquanto parte integrante da agroindústria alimentícia, as agroindústrias processadoras de leite reinventaram o paladar a partir dos aditivos alimentares utilizados na fabricação de seus produtos alimentícios e nas campanhas publicitárias direcionadas ao seu público-alvo.

Além das Instruções Normativas instituídas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) abordados no Capítulo 3, no ano de 2017 foi publicado o Decreto 9.013 de março de 2017 que dispõe da classificação dos derivados lácteos, compreendendo a seguinte classificação de acordo com os Art. 364: I – produtos lácteos; 365: II – produtos lácteos compostos; e 366: III – misturas lácteas. Conforme a definição estabelecida pelo MAPA:

Art. 364. Para os fins deste Decreto, produtos lácteos são os produtos obtidos mediante processamento tecnológico do leite, podendo conter ingredientes, aditivos e coadjuvantes de tecnologia, apenas quando funcionalmente necessários para o processamento.

Art. 365. Para os fins deste Decreto, produtos lácteos compostos são os produtos no qual o leite, os produtos lácteos ou os constituintes do leite representam mais que cinquenta por cento do produto final massa/massa, tal como se consome, sempre que os ingredientes não derivados do leite não estejam destinados a substituir total ou parcialmente qualquer dos constituintes do leite.

Art. 366. Para os fins deste Decreto, mistura láctea é o produto que contém em sua composição final mais que cinquenta por cento de produtos lácteos ou produtos lácteos compostos, tal como se consome, permitida a substituição dos constituintes do leite, desde que a denominação de venda seja “mistura de (o nome do produto lácteo ou produto lácteo composto que corresponda) e (produto adicionado)”. (MAPA/BRASIL, 2017).

No caso de produtos lácteos compostos ou das misturas lácteas, é necessário ter um percentual mínimo de 50% de ingredientes lácteos/lácteos compostos ou constituintes de leite no seu peso/produto final. Costa (2023)⁶⁴ aponta que nesse contexto, com o crescimento da oferta de produtos de menor qualidade nutricional e preços mais acessíveis, surgiram as *soluções lácteas*, que são subprodutos que imitam queijos e lácteos em geral, com menor

⁶⁴ O Joio e o Trigo – parece queijo, mas não é, e é vendido como queijo. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/09/parece-queijo-mas-nao-e-solucoes-lacteas/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

proporção de leite em sua composição, conforme as orientações estabelecidas pelo MAPA (2017), e ainda há casos que não há leite algum na lista de ingredientes.

As soluções lácteas/alternativas lácteas surgiram inicialmente para atender as demandas do setor de *fast food*, já que os preços são mais convidativos. Entretanto, essa linha de produtos passou a compor o portfólio dos supermercados e o consumo nos lares, ampliando o alcance do consumo. Esse processo é recente e está associado ao reaproveitamento do soro de leite na fabricação de produtos “derivados”.

De acordo com Revadam (2021) há cerca de 25/30 anos, era comum que o soro de leite fosse descartado no ambiente ou doado para alimentação de animais, entretanto devido às suas características de alto valor proteico e os elevados custos para o tratamento antes liberá-lo no ambiente, foram desenvolvidas pesquisas no âmbito da Engenharia de Alimentos⁶⁵, da Nutrição, o que tornou possível o aproveitamento desse descarte na fabricação de novos produtos, sobre a prerrogativa nutricional – do aproveitamento do valor biológico/nutricional, e ambiental – de minimizar/mitigar os efeitos ambientais das agroindústrias processadora de leite.

Portanto o Decreto 9.013 de Março de 2017, institucionalizou o que já vinha ocorrendo na indústria laticínios, em que o soro de leite que passou de descarte para ingrediente principal. Ou seja, trata-se de brechas na legislação de alimentos, que permitem ao fabricante se amparar no uso de denominações como cobertura, molho, preparado, pois indicam e fazem alusão a produtos lácteos (JOIO E O TRIGO, 2023).

Nesse caso em específico, as *soluções lácteas*, que são produtos que apresentam teor menor que 50% de ingredientes lácteos e/ou nenhum percentual, uma vez que ao não apresentar nenhum ingrediente de origem animal, cuja jurisdição é do MAPA, a regulação de “alimentos” passa a ser registrados e fiscalizados apenas pela ANVISA, já que esses produtos se apoiam na brecha da legislação de alimentos.

De acordo com Costa (2023) a partir desse processo, acabam por utilizar a categoria alimentos, uma vez que na composição final do produto tem-se os aromatizantes – aditivos alimentares que conferem cheiro “idêntico ao natural” do alimento que se quer imitar. E

⁶⁵ Trindade (2018); Soares et.al (2021). Pesquisas desenvolvidas no Instituto Federal do Rio de Janeiro, analisaram o percentual de laticínios que reaproveitam o soro de leite na fabricação de produtos, como bebidas lácteas, whey protein, iogurtes, ricota, requeijão, dentre outros. Sob o discurso de valor biológico/nutricional e de mitigação de impactos ambientais, uma vez que para ser descartado no ambiente, deveria passar por processos químicos/biológicos de tratamento da matéria orgânica presente no soro do leite.

enquanto produto final nas gôndolas dos supermercados se apresentam como “sabor chocolate” “sabor mussarela” “sabor requeijão”.

Esse fato decorre do aproveitamento do soro de leite que anteriormente era um descarte industrial e passou a ser empregado amplamente como matéria-prima na fabricação de inúmeros produtos, como iogurtes, bebidas lácteas, misturas lácteas condensadas, cremes culinários, *compostos lácteos*⁶⁶, dentre outros.

Em reportagens do Joio e o Trigo (2022) adjacente às inovações das *soluções lácteas*, tem se as empresas especializadas em *Food Service*⁶⁷, que produz ingredientes lácteos e não lácteos, misturas e substitutos direcionados, exclusivamente, para o mercado de alimentos e bebidas. Isso evidencia que as ações das agroindústrias são eficientes em inovar e se adaptar rapidamente ao cenário econômico, a partir das prerrogativas ambientais, nutricionais/dietéticas, promovendo mudanças nos hábitos alimentares.

A relevância que o leite passa a ter para a indústria de alimentos, é marcada pelos avanços técnicos e tecnológicos da Engenharia de Alimentos, que vai desde o seu armazenamento nos tanques de refrigeração nas unidades camponesas de produção, até a etapa de comercialização nas gôndolas dos supermercados. O portfólio de produtos que a agroindústria processadora de leite criou, em síntese se relaciona com o crescente modelo de vida *urbano-industrial* e, também, para dar vazão ao que deveria ser descarte industrial, como é o caso do soro de leite, aproveitado em uma série de produtos, amparado no discurso ambiental, que se relaciona com outras indústrias alimentícias, como sopas, biscoitos recheados e outros alimentos pré-prontos, além da indústria de aditivos alimentares.

Em parte, isso explica e a participação/importância econômica da indústria de lácteos dentro da indústria alimentícia. De acordo com a Associação Brasileira de Indústria de Alimentos (ABIA, 2023) a indústria de laticínios é a 3ª maior dentre os ramos da indústria alimentícia, atrás somente dos segmentos de abate e fabricação de produtos de carne (35%) e fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais (15%).

A articulação da agroindústria processadora de leite se relaciona com os demais segmentos da indústria alimentícia a partir do aproveitamento dos subprodutos do processamento do leite para a fabricação de produtos alimentícios como: doce de leite – , bebidas lácteas a base de soro de leite, produtos cárneos, produção de panificação, bebidas

⁶⁶ Nesse caso em específico, estamos nos referindo às novas formulações que estão substituindo o leite em pó.

⁶⁷ Disponível em: Soluções Alibra para produção de Creme Vegetal UHT tipo Chantilly | MilkPoint

destiladas, bebidas lácteas a base de cereais, concentrados proteicos (*whey protein*), suplementos alimentares, biofilmes, chocolates, biscoitos, sopas, dentre outros. Machado (2005).

Tal variedade de produtos industrializados, são viabilizadas devido ao uso de aditivos alimentares no processo de fabricação. De acordo com Montera (2020), os aditivos alimentares apresentam diversas funções específicas no processo de conservar a textura do produto industrializado e lhe conferir as características que o tornam palatável/hiperpalatável, possível de ser consumido sem causar repulsa, como destaca o autor

[...] apresentam diversas funções: conservante, antioxidante, emulsificante, espessante, adoçante, dentre outras. Algumas destas funções têm um papel importante na preservação dos alimentos e até na melhora do perfil nutricional, garantindo, inclusive, maior segurança alimentar. Contudo, entre os alimentos e bebidas ultraprocessados é comum encontrar aditivos cosméticos, de acordo com a classificação NOVA de alimentos, cuja função é tornar os produtos finais mais atrativos e palatáveis e assim comestível, visto que alguns dos alimentos e bebidas ultraprocessados, sem os aditivos alimentares, seriam misturas de subprodutos derivados de alimentos que não atrairam o consumo (MONTERA, 2021, p. 15).

A classificação NOVA de alimentos tem quatro categorias: alimentos *in natura* ou minimamente processados (adquiridos da mesma forma ou de forma próxima ao seu estado natural, como frutas frescas ou arroz embalado), ingredientes culinários (extraídos de ingredientes *in natura* e utilizados para cozinhar, como óleos, sal e açúcar), alimentos processados (um misto dos dois grupos anteriores, como uma geleia de morango feita à base da fruta, com adição de açúcar) e, por fim, produtos alimentícios ultraprocessados que podem ser comidas e bebidas que não são propriamente alimentos, mas, sim, formulações de substâncias obtidas por meio do fracionamento de alimentos *in natura*.

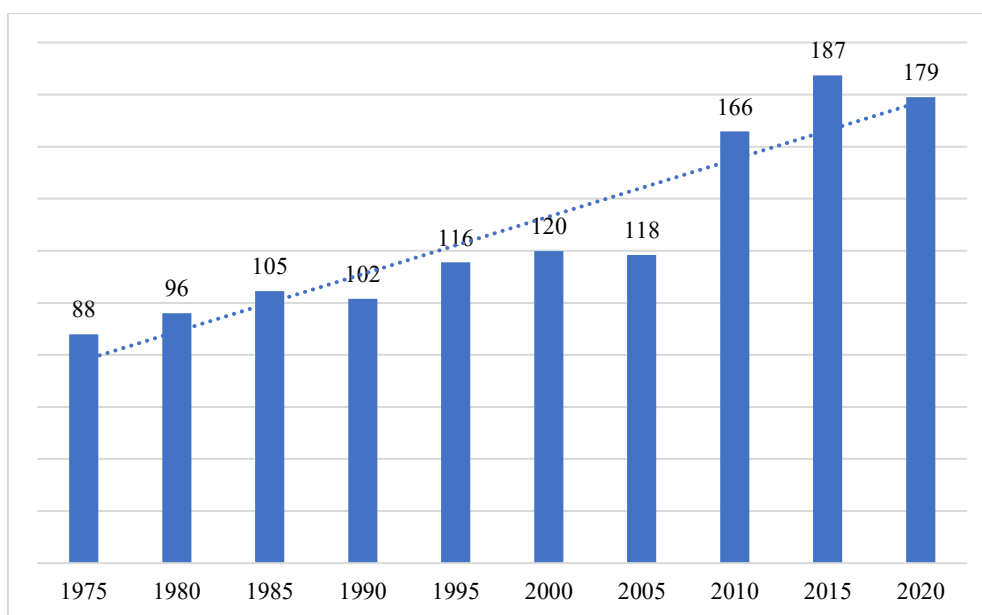
Essas substâncias incluem açúcar, óleos e gorduras de uso doméstico, mas também isolados ou concentrados proteicos, óleos interesterificados, gordura hidrogenada, amidos modificados e várias substâncias de uso exclusivamente industrial (MONTEIRO; JAIME; CAMPELLO, 2021, p. 6-7).

O termo *ultraprocessado*, se refere ao processo de fragmentação de um alimento e a sua combinação com vários outros fragmentos de alimentos, resultando assim num produto novo e completamente diferente do original. Embora contenham partes de alimentos, os elementos responsáveis pela textura, sabor, cor e aroma são responsabilidades dos aditivos alimentares. Portanto, nessa quadra histórica cabe indagar sobre o que estamos consumindo sob a *roupagem* de alimento.

Embora façamos uso do termo *ultraprocessado*, é necessário apontar que a reestruturação das cadeias agroalimentares no Brasil e no mundo é decorrente do processo de *mundialização do capital*, no qual sua expressão material e espacial torna-se perceptível através do agronegócio. Evidenciando a relação intrínseca entre a Questão Agrária e a Questão da Fome no Brasil.

Partindo dessa perspectiva, de acordo com o Gráfico 09⁶⁸, observa-se que o consumo *per capita* de leite aumentou conforme a produção nacional. Embora a média de consumo de leite no Brasil esteja inferior à recomendação mínima da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), talvez seja jus à afirmação de que “leite é coisa de nórdico e refrigerante, de latino-americano” (BBC, 2019)⁶⁹.

Gráfico 10 – Consumo aparente de leite no Brasil (*per capita* em quilogramas/hab./ano)



Fonte: PPM/Censo Demográfico - IBGE, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

De acordo com Siqueira (2019), no Brasil, o nível de consumo de lácteos ainda é mediano – 179 kg/hab./ano, considerando a escala de consumo de países europeus, cujo a média de consumo é de +300 kg/hab./ano. Para a pesquisadora, os níveis de consumo de leite estão atrelados à renda da população, o mapa de consumo *per capita* se assemelha ao de PIB *per*

⁶⁸ Quanto a metodologia, foram utilizados os dados do censo demográfico e da produção anual de leite.

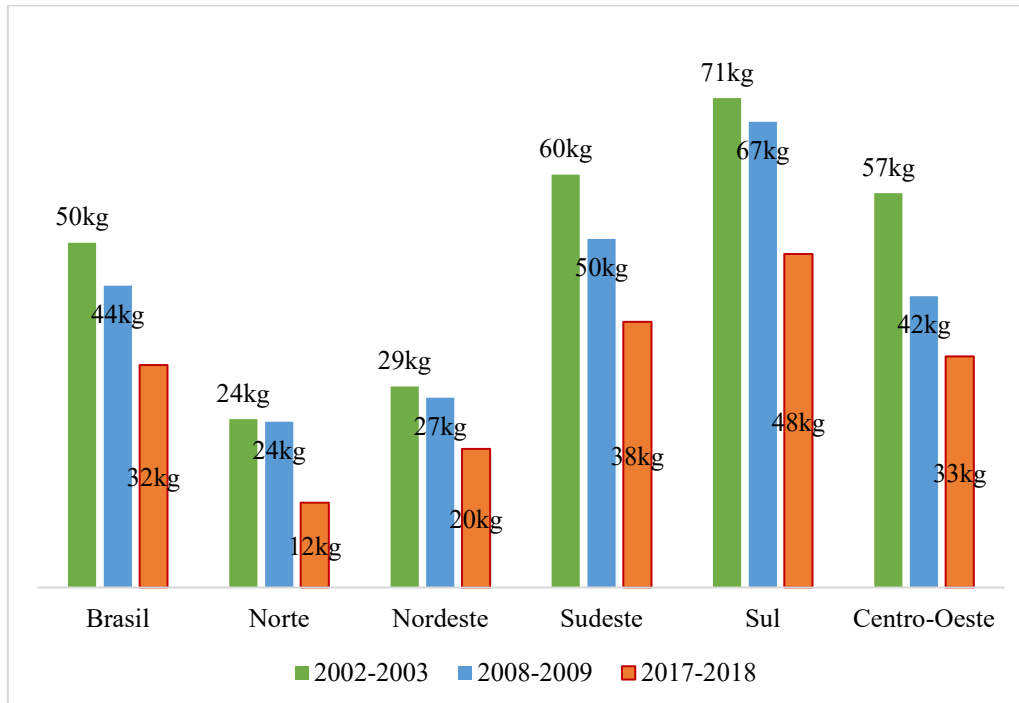
⁶⁹ Disponível em: [<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48561010>]; [Leite pra quem? - Canal do Leite]

capita. Tem-se por um lado países que consomem mais de 300kg de leite por ano (como por exemplo, Nova Zelândia, Austrália, Ucrânia e países da União Europeia), por outro, tem-se níveis de consumo inferiores a 30 kg/hab./ano, como é o caso da Indonésia e muitos países da África.

Embora sejam dados significativos, acerca da relação renda-consumo, cabe considerar que os dados usados para os cálculos *per capita* são apenas uma ilustração desse universo. Isso porque o índice de consumo é resultado da razão entre a produção total e o quantitativo total de habitantes, o que não condiz que esses níveis de consumo estão sendo plenamente realizados pela classe trabalhadora.

Os dados expressos na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF/IBGE), evidenciam que entre 2003-2018 há um decréscimo no consumo de laticínios *per capita* no Brasil. Esses dados são bastantes significativos, uma vez que apresenta queda tanto no consumo de laticínios em geral, assim como do leite pasteurizado, conforme é expresso no Gráfico 10.

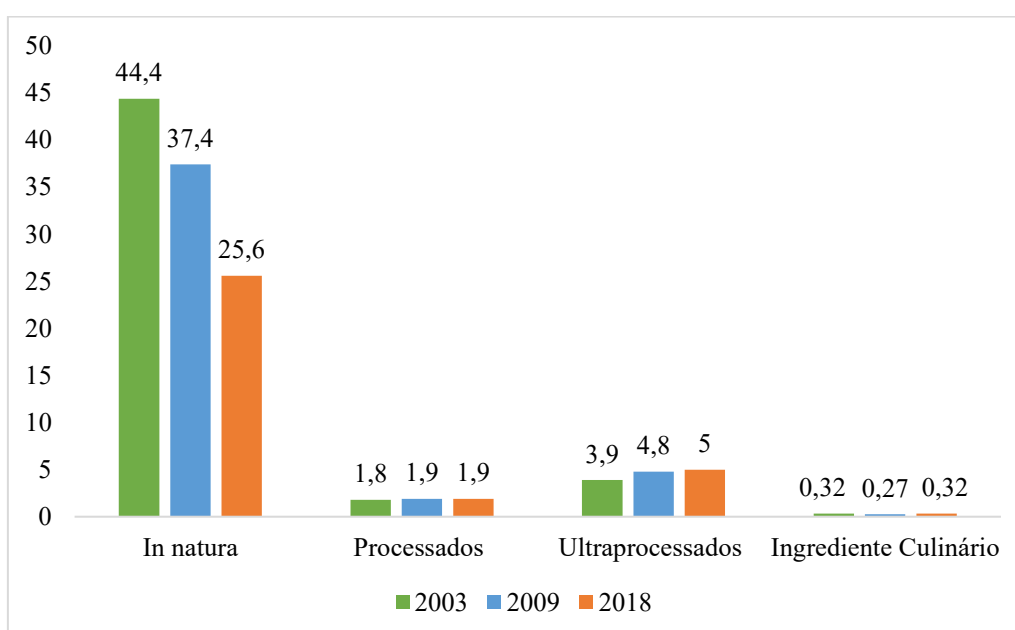
Gráfico 11 - Aquisição domiciliar de laticínios (anual per capita em kg).



Fonte: POF/IBGE, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S, 2024.

O aumento no consumo de ultraprocessados e a diminuição do consumo de alimentos *in natura*, apontam para uma transição nutricional, em que as agroindústrias têm papel central, porém, só recentemente estão surgindo pesquisas acerca dos efeitos no ambiente e na saúde. Os relatórios da Pesquisa de Orçamento Familiar (2003; 2009; 2018) apresentam queda de 36% no consumo de lácteos entre 2003/2018 diante do aumento dos derivados minimamente processados e ultraprocessados. Observe o Gráfico 11 a evolução do consumo de produtos lácteos *in natura*, processados e ultraprocessados.

Gráfico 12: Evolução do consumo de lácteos no Brasil, conforme a classificação do Novo Guia Alimentar para a População Brasileira.



Fonte: POF/IBGE, 2020.

Org: SIQUEIRA; GUIMARÃES. 2021.

Conforme estabelecido pela Classificação do Novo Guia Alimentar para a População Brasileira, os iogurtes não aparecem no grupo de produtos considerados *ultraprocessados*, devido à heterogeneidade das fórmulas – natural, sabores de frutas, *petit-suisse*, light, diet etc. De acordo com Barifouse⁷⁰ (2018), os iogurtes são considerados por muita gente um alimento saudável – já que são anunciados nas mídias publicitárias como tal. Entretanto, estudos desenvolvidos por pesquisadores no Reino Unido, mostraram que muitos destes produtos podem não ser tão bons assim para a saúde quanto se pensa. Deve-se a grande quantidade de

⁷⁰ Disponível em [O perigo escondido no iogurte que você consome - BBC News Brasil]

açúcar utilizado na fabricação e em alguns casos, os iogurtes superam até mesmo os refrigerantes. E ainda destaca que a maioria dos produtos brasileiros, não informam a quantidade de açúcar presente nos produtos industrializados.

Isso é resultado da falta de uma legislação, a obrigatoriedade em informar não ocorre, e quando ocorre a empresa tem algum interesse em informar isso, porque quer ressaltar que se trata de um produto com baixo teor de açúcar, ou porque internacionalmente já se preocupa em informar isso e faz o mesmo no Brasil (DURAN; IDEC, 2022). De acordo com Bortoletto (2018) o consumo de açúcar vem aumentando no Brasil, mas não o de mesa e sim aquele adicionado a alimentos ultraprocessados, porque é um ingrediente barato, e a indústria se aproveita disso e coloca uma quantidade elevada, o que adapta o paladar do consumidor a consumir cada vez mais doce.

Camilo (2018) destaca que é conveniente salientar que muitas empresas processadoras de leite têm como principais clientes outras empresas alimentícias (chocolates, biscoitos, comidas pré-prontas etc.) que por sua vez, demandam basicamente derivados lácteos, que servirão de ingredientes para a produção de outros alimentos destinados ao consumidor.

Se considerarmos os dados da aquisição de leite pelos laticínios sob inspeção no Brasil, tem-se que 67,52% da produção foram adquiridos pelas agroindústrias, o que corresponde a um quantitativo de 24.635.767.635 kg/leite (CILEITE, 2023). Essa informação evidencia que existem cerca de 12 bilhões de kg/leite que estão fora dos mecanismos de apropriação das agroindústrias.

Nesse sentido, Binsztok (2000) e Cristina dos Santos (2003) destacam:

A atividade garante ganhos de renda permanente, cuja presença se apresenta nos assentamentos da Reforma Agrária. [...] os currais clandestinos podem ser considerados como uma forma de resistência à crescente proletarização, gerando renda fixa para a família e reduzindo custos para os consumidores locais de baixa renda (BINSZTOK, 2000, p. 81). O leite comercializado no mercado informal é uma alternativa aos produtores e consumidores de menor renda, uma vez que os primeiros vendem o produto por aproximadamente o dobro do preço pago pelos laticínios, quanto aos consumidores, cabe destacar que o leite comercializado informalmente custa cerca de 30% menos que o pasteurizado, com a vantagem de se pagar o entregador somente no final do mês, ou no dia estabelecido (CRISTINA DOS SANTOS, 2003, p.88).

Portanto, o leite adquirido sob inspeção dos laticínios do Brasil, possui destinação para elaboração de produtos com nichos específicos de consumo. E atualmente consiste no reaproveitamento dos subprodutos oriundos do processamento do leite *in natura*. Os dados

observados na Tabela 15, evidenciam quais os maiores volumes destinados conforme o produto de cada nicho de consumo.

Tabela 15 - Destinação do Leite Inspeccionado no Brasil (em milhões de kg)

Destinação ⁷¹ do Leite Inspeccionado no Brasil (em milhões de kg)					
Descrição	2000	2005	2010	2015	2020
Produção Nacional de leite	19.767	24.620	30.715	34.609	35.316
Leite Inspeccionado	12.108	16.284	20.976	24.062	25.641
Destinação do Leite Inspeccionado					
Leite Pasteurizado	1.690	1.094	1.050
Leite UHT	5.450	6.729	6.980
Leite em Pó	5.210	5.946	6.200
Queijos	6.465	8.000	8.746
Demais produtos	2.159	2.293	2.550

Fonte: ABLV/CILEITE/PPM-IBGE, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Por exemplo, como o leite sob inspeção federal é utilizado na fabricação de leite UHT, pasteurizado e na produção de queijos. Além disso, como esse consumo de ultraprocessados vem se tornando progressivo a partir do aumento de preços dos derivados lácteos e então as misturas lácteas e os compostos lácteos aparecem como alternativas, pois seus preços são mais acessíveis. Considerando a lista de ingredientes principais são os subprodutos do processamento do leite nas indústrias – no caso o soro de leite juntamente com os aditivos alimentares⁷².

⁷¹ Dados disponíveis somente a partir de 2010, no que se refere à aplicação do leite adquirido sob Inspeção Federal.

⁷² BASF, Cargill, Incorporated, DuPont de Nemours, Inc., Kerry Inc., Ingredion Incorporated são as principais empresas que atuam no mercado brasileiro de aditivos alimentares. Source: <https://www.mordorintelligence.com/pt/industry-reports/brazil-food-additives-market-industry>. Anualmente, o setor de ingredientes e aditivos para alimentos movimenta mais de R\$ 12 bilhões no Brasil, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria e Comércio de Ingredientes e Aditivos para Alimentos (Abiam), (FiSA, 2023). Disponível em: <https://www.fi-events.com.br/content/dam/Informa/fi-events/pt/2023/releases/Food%20ingredients%20South%20America%20abre%20credenciamento.pdf>.

Uma das importantes modificações ocorridas no setor lácteo brasileiro foi a alteração no tipo de leite fluido consumido; os leites tipo A, B e C foram substituídos pelo leite Longa Vida ou Ultra High Temperature (UHT) (ABLV, 2022). Nos apontamentos dos estudos de Cristina dos Santos (2003) a centralização do consumo de produtos lácteos em super/hipermercados, ao adquirir elevados volumes, inovações constantes, gestão adequada das marcas e da qualidade do produto final, acarretou o aumento da venda de produtos esterilizados, produto que em poucos anos conquistou a preferência do consumidor. Pois ao oferecer facilidade no consumo diário, tem a “durabilidade” de até seis meses.

Considerando os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF/IBGE), entre os anos de 2003/2018 indicaram aumento no consumo de creme de leite (61,16%); leite condensado (39,15%); leite fermentado (240,02%); leite em pó integral (34,21%) ao passo que houve decréscimo no consumo de: leite de vaca fresco (-75,41%); leite de vaca pasteurizado (-25,66%) e iogurte (-21%).

Nessa perspectiva, considera-se os produtos que na realidade são misturas e compostos lácteos direcionados especificamente para aqueles com menor poder aquisitivo, enquanto o acesso aos produtos lácteos é destinado às pessoas com maior rendimento. Destaca-se aqui, a criação de produtos com fórmulas empobrecidas enquanto produtos tradicionais sofreram aumento nos preços.

Portanto, como apresentado anteriormente, os produtos de menor qualidade nutricional vão apresentar preços menores do que aqueles com maior valor nutricional. Isto é, direcionamento de consumo conforme a classe social e poder aquisitivo. Na Tabela 16, observa-se os dados referente à aquisição *per capita* de lácteos e seus derivados por classes de rendimentos.

Tabela 16 – Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual por classe de rendimento

Aquisição Domiciliar <i>per capita</i> anual de laticínios por classes de rendimentos (em kg)							
Ano	Total	Classes de rendimentos em R\$/reais					
		Até R\$ 400	Mais de 400 a 600	Mais de 600 a 1.000	Mais de 1.000 a 1.600	Mais de 1.600 a 3.000	Mais de 3.000
2002/03	49,906	26,81	35,10	44,71	54,35	61,718	75,26

2008/09		Até R\$ 830	Mais de 830 a 1.245	Mais de 1.245 até 2.490	Mais de 2.490 a 4.150	Mais de 4.150 até 6.225	Mais de 6.225
	43,707	25,13	35,98	43,8	53,77	60,839	66,29
2017/18		Até R\$ 1.908	Mais de 1908 a 2.862	Mais de 2.862 a 5.724	Mais de 5.724 a 9.540	Mais de 9.540 a 14.310	Mais de 14.310
	32,211	20,38	27,38	32,66	38,28	45,61	56,21

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?edicao=37192&t=downloads>
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

A partir dos dados apresentados, podemos inferir que conforme aumenta o rendimento familiar, maior é o consumo de lácteos e seus derivados. Entretanto, não devemos desconsiderar que tais extratos não estejam consumindo ultraprocessados, mas o consumo dos produtos que são direcionados especificamente para esse nicho de mercado.

De acordo com Camilo (2018), a dinâmica de preços e o saldo negativo na balança de importações de lácteos no Brasil, é estabelecido a partir dos preços internacionais cotados pelo Global Dairy Trade (GDT), em que se estabelece uma relação entre os preços praticados internacionalmente para as *commodities* lácteas e o comportamento dos preços no mercado doméstico. Assim, a dinâmica de preços dos produtos oriundos das agroindústrias processadoras, passa a ser pautada pelas demandas de consumo dos maiores centros consumidores – EUA, Europa, Ásia e pela especulação do mercado financeiro.

Ainda, conforme Brasil Dairy Trends/ITAL (2020) e Sorio (2018), as grandes tendências que afetarão o setor de alimentação, no que diz respeito aos derivados lácteos nos próximos anos são:

- a) *sensorialidade e prazer*: alimentos premium, étnicos e outros;
- b) *saudabilidade e bem-estar*: alimentos diet, nutracêuticos, fortificados etc.;
- c) *conveniência e praticidade*: pratos prontos, pratos rápidos;
- d) *qualidade e confiabilidade*: garantia de origem, selos de qualidade e outros;
- e) *ética e sustentabilidade*: selos ambientais, embalagens recicláveis, etc.

Podemos inferir que a *sensorialidade e prazer* se constituíram há muito tempo como área de estudos e de interesses para as indústrias alimentícias, mais especificamente as agroindústrias de laticínios. Essas palavras se referem aos esforços que as agroindústrias processadoras de leite e/ou fabricantes de derivados/compostos/misturas e soluções lácteas deverão se alinhar ao oferecer produtos que proporcionem sensações prazerosas a partir do paladar.

Nesse sentido, surgem os aditivos alimentares, pois além de possibilitar tempo de vida maior nas prateleiras, ao mesmo tempo permite que o produto seja agradável de ser consumido, sendo as bebidas lácteas um exemplo de conveniência, podendo ser consumido em qualquer lugar.

Os interesses nas pesquisas em torno da *sensorialidade e prazer*, são um dos vários mecanismos que conseguem assegurar o consumo das mercadorias industrializadas. Há também a premiunização, sustentabilidade e naturalidade que, vão se estabelecendo vários nichos de mercado conforme os interesses da indústria alimentícia, velada sob as necessidades específicas de consumo.

Embora apresentado anteriormente, as informações que podem ser observadas na Tabela 17 apresentam os principais aditivos alimentares utilizados nos iogurtes industrializados – informações extraídas do relatório divulgado pelo ITAL (2020). Embora os iogurtes não apareçam na Classificação Nova de alimentos, como *ultraprocessados*, torna-se pertinente chamar atenção para esses produtos oriundos das agroindústrias processadoras de leite, uma vez que o principal nicho de consumo é o público infantil e não se limita somente aos iogurtes, tem-se também as fórmulas instantâneas de leite para recém-nascidos, bebidas lácteas achocolatadas, dentre outros.

Tabela 17– Principais aditivos utilizados em iogurtes industrializados.

Funções Tecnológicas	Definições
Agente de massa	Substância que proporciona o aumento de volume e/ou da massa dos alimentos, sem contribuir significativamente para o valor energético do alimento.
Antiespumante	Substância que previne ou reduz a formação de espuma.
Corante	Substância que confere, intensifica ou restaura a cor de um alimento.
Conservante	Substância que impede e/ou garantir a segurança microbiológica dentro do prazo de validade estabelecido.

Edulcorante	Substâncias utilizadas na substituição do açúcar e confere sabor doce aos alimentos.
Espessante	Substância que aumenta a viscosidade de um alimento.
Gelificante	Substância que confere textura através da formação de um gel.
Estabilizante	Substância que torna possível a manutenção de uma dispersão uniforme de duas ou mais substâncias imiscíveis em um alimento.
Aromatizante	Substância ou mistura de substâncias com propriedades aromáticas e/ou sápidas, capazes de conferir ou reforçar o aroma e/ou sabor dos alimentos.
Regulador de acidez	Substância que altera ou controla a acidez ou alcalinidade dos alimentos.
Acidulante	Substância que aumenta a acidez ou confere um sabor ácido aos alimentos.
Emulsificante	Substância que torna possível a formação ou manutenção de uma mistura uniforme de duas ou mais fases imiscíveis no alimento.
Agente de firmeza	Substância que torna ou mantém os tecidos de frutas ou hortaliças firmes e crocantes, ou interage com agentes gelificantes para produzir ou fortalecer um gel.
Estabilizante de cor	Substância que estabiliza, mantém ou intensifica a cor de um alimento.
Espumante	Substância que possibilita a formação ou a manutenção de uma dispersão uniforme de uma fase gasosa em um alimento líquido ou sólido.

Fonte: REGO; VIALTA; MADI, 2020; ANVISA 2023.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

No que se refere às agroindústrias processadoras de leite em Goiás no Capítulo anterior, temos as seguintes agroindústrias processadoras de leite, que atuam a nível nacional, como a Italc, Piracanjuba e Tirol. Embora as inovações desse setor se limitem ao âmbito das novas formulações de produtos, do que a inovação do processamento, recorre-se a utilização de subprodutos que são descartes industriais amplamente utilizados na fabricação de produtos a partir do processamento do leite. Somando-se ainda as preparações culinárias – que imitam, tais produtos. Diante do que foi apresentado questiona-se, quando o leite deixou de ser um alimento e passou a ser *commodity* de complexos hegemônicos mundializados?

4.3. Quando o leite deixa de ser um alimento?

A padronização dos produtos alimentícios industriais consiste em tirar o leite da equação – que mesmo em condições de processamento mínimo, ainda possui alta perecibilidade, conferindo maior durabilidade aos produtos por meio do *ultraprocessamento*. Outro ganho para

a indústria é a facilidade na manipulação para o uso industrial e/ou profissional na fabricação de outros itens alimentícios ou receitas destinadas ao consumidor final, como é o caso de produtos prontos para o consumo, produtos cárneos, doce de leite, panificação, suplementos alimentares, e até mesmo aplicação na fabricação de pão de queijo.

De acordo com Peres; Coelho (2022) é um sistema alimentar que vem se fundamentando na fusão entre *commodities* agrícolas e produtos *ultraprocessados*, onde a indústria alimentícia – agroindústrias processadoras de alimentos, oferecem soluções para problemas que ela mesma causa. E acaba por recorrer à influência político-econômica dos representantes políticos e nas autoridades/órgãos regulatórios para lidar com essas inovações.

Portanto, o *custo, conveniência e sabor*⁷³ – alimentos palatáveis e hiperpalatáveis-, sedimentaram o caminho de influência das indústrias alimentares para dentro dos lares. Carvalho (2022) aponta em seus estudos, que esse se constituiu enquanto narrativas e retóricas alimentares, que além da atuação do Estado no processo de consolidação das plantas industriais das agroindústrias processadoras de alimento, contou com diversos segmentos sociais – pesquisadores da área de economia, sociologia, educadores, de saúde e nutrição, classe política e econômica, para promoção do consumo dos produtos oriundos das indústrias. E que foi massivamente viabilizado pelas campanhas/anúncios publicitários.

Ainda de acordo com Carvalho (2022) as principais empresas da indústria alimentícia fomentaram na década de 1970 anúncios carregados de discursos e visões de mundo que em muito se mantêm nos dias de hoje. Como apresentado anteriormente, a questão do preparo das refeições, assim como os demais afazeres domésticos, foi atribuído à figura da mulher, que também passou a ter sua força de trabalho disponível no mercado formal de emprego.

No que se refere ao setor de laticínios, a Nestlé foi pioneira em alcançar os lares brasileiros com seus produtos, sobretudo com o leite condensado. Mas o sucesso da indústria de alimentos está ancorado na drenagem de recursos do Estado e sua simultânea ligação com o agronegócio – em suas diferentes cadeias produtivas. Os marcos regulatórios instituídos nesse movimento de consolidação do agronegócio sob o discurso do combate à fome, resultaram na

⁷³ Conceitos apresentados por Michael Moss, no qual a centralidade de sua Tese, está a compreensão acerca da utilização do sal, açúcar e gordura. Ingredientes que compõe o tripé do sustentáculo da indústria de ultraprocessados. Elementos que tornam os produtos ultraprocessados altamente palatáveis e convidativos para o consumo, uma vez que o *custo, conveniência e sabor* rompe os limites do tempo adequado para se preparar e consumir uma refeição, além de promover mudanças nos hábitos alimentares.

criação de programas institucionais no combate à fome, que em tese deveria ser um ganho para a classe trabalhadora e, nos dias atuais, se apresentam como um conjunto de efeitos negativos.

Nesse sentido, Carvalho (2022) destaca que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) na década de 1970, instituiu-se como política territorial de modernização da agricultura, levando a racionalidade empresarial para o campo e fomentando o novo modelo agrícola de produção. Estabelecendo-se assim os principais marcos e bases para consolidação das grandes agroindústrias processadoras de alimentos como hegemônicas, no que tange aos hábitos de consumo e a capacidade de influir nos rumos técnicos e produtivos da agricultura.

Coelho e Peres (2021) para o joio e o trigo – jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder, analisam a influência da Nestlé na cultura alimentar brasileira, apontando que

A Nestlé, pelo menos a Nestlé do Brasil, talvez tenha sido a empresa mais habilidosa na exploração dos medos surgidos da urbanização e do discurso científico. A ideia de que uma alimentação industrial é superior e de que existe um corpo constantemente em risco (especialmente o corpo do bebê) foi nutrida com carinho e dinheiro. [...] Mulheres urbanas de classe média era o público alvo da Nestlé nos anos 1960 e 1970 (COELHO; PERES, 2021 – O Joio e o Trigo).

Ainda em relação a Nestlé – uma das maiores indústrias processadora de alimentos do mundo, cabe citar a emblemática história do leite condensado, que completou um século de presença na mesa dos brasileiros. De acordo com a Associação Brasileira do Leite Longa Vida (ABLV, 2023), o leite condensado⁷⁴ é o produto lácteo mais consumido no país, o leite longa vida (UHT) fica em segundo lugar. Segundo a reportagem da BBC NEWS – Brasil⁷⁵, nenhuma outra nação historicamente devotou tantas receitas a ele. Serviu primeiro como bebida (principalmente para bebês e primeira infância, o que hoje seria altamente contraindicado) para depois se tornar o ingrediente mais assíduo da doçaria brasileira — depois do açúcar, é claro.

Carvalho (2022) em sua pesquisa apresenta como ocorre a captura do ideário e conseqüentemente as mudanças nos hábitos alimentares por meio das propagandas publicitárias. As escolhas das palavras, que fazem parte da função conativa, são voltadas especificamente para o receptor, palavras como “ninho” “infância” “segurança” “saúde” e “nutrição”.

⁷⁴ Embora conste no relatório, não há menção de qualquer número sobre valor de vendas, consumo ou produção desse item.

⁷⁵ Disponível em: Como o leite condensado virou alvo de disputas na gastronomia brasileira - BBC News Brasil.

Palavras que remetem aos aspectos de uma infância plena e segura a partir da alimentação, tais elementos podem ser observados na Figura 10, onde a perspectiva da fórmula industrializada serve como apoio no desenvolvimento da criança, ao mesmo tempo que transmite a importância da figura materna/maternidade nessa etapa.

Figura 10 - Anúncio leite em pó Ninho – 1971



Fonte: Hernandez (2012) – Anúncio anos 70.

Org: CARVALHO, 2022.

Considerando a realidade do país em que 56% da população é composta por pessoas negras/pardas, não deixa de ser explicitado na imagem o modelo familiar propagando pela mídia, no qual a referência está centrada no padrão estético da população nórdica.

Ainda de acordo com o relatório do Instituto de Tecnologia de Alimentos, os principais produtos que compõem o portfólio das agroindústrias processadoras de leite são direcionados ao público infantil, como iogurtes, bebidas lácteas, compostos lácteos (leite em pó), dentre outros. Embora o portfólio de produtos não se limita exclusivamente à essa faixa etária, se estende para o público adulto, a partir da prerrogativa do *reducionismo nutricional* e discurso de alimentos “funcionais” e/ou fortificados/nutraceuticos, que acompanha ganhos para a saúde se consumidos diariamente.

A produção de *comida saudável* ocorre no campo, qualquer coisa fora desses locais de produção, o que é produzido não é comida, está mais para mercadoria do que comida propriamente dita, em seu sentido biológico, nutricional, cultural e econômico. Quando a indústria tenta recriar comida, obviamente o resultado é qualitativamente diferente do original, como são o caso de inúmeros produtos oriundo das agroindústrias processadoras de alimento, observe as seguintes imagens.

Figura 11 – Formulações de composto lácteo para alimentação infantil



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Assim como as agroindústrias processadoras de alimento, as agroindústrias processadoras de leite dispõem de inúmeros produtos com diferentes formulações, tais produtos são direcionados para o público de todas as idades, mas as especificações ocorrem conforme a construção midiática. Nem mesmo os alimentos direcionados à amamentação infantil escaparam no processo de reestruturação com base na utilização dos subprodutos da indústria, além disso há pouquíssimas diferenças entre o produto vendido tradicionalmente nas gôndolas dos supermercados em relação as *soluções lácteas*.

Figura 12 – Formulações de mistura láctea de soro de leite para preparação de sobremesas.



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

No exemplo da figura 12 há as formulações direcionadas para a preparação de sobremesas, no caso em específico o leite condensado que desde a instalação da primeira unidade fabril da Nestlé no Brasil, ganhou amplo destaque na confeitaria nacional e na mesa dos brasileiros.

No exemplo da figura 13, está o destaque na fabricação de produtos direcionados ao público praticantes de musculação e/ou outra atividade com foco no ganho de massa muscular. De acordo com a reportagem do Joio e o Trigo (2024) sobre o império da proteína⁷⁶ e o milagre do whey⁷⁷ a construção da imagem benéfica da proteína para a saúde, foi convertida como um agente político e econômico no sistema agroalimentar global.

⁷⁶ Disponível em [<https://ojoioetrigo.com.br/2024/04/o-imperio-da-proteina/>]

⁷⁷ [<https://www.youtube.com/watch?v=gK5q5fSljn8>]

Figura 13 – Bebidas lácteas com enfoque para praticantes de musculação



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Outro nicho em que os produtos da agroindústria de laticínios é o público infanto-juvenil em que as bebidas lácteas – a base de soro de leite e aditivos alimentícios, são amplamente divulgadas pela mídia com base no uso do *reducionismo nutricional*. Esses produtos além de serem apresentados como seguros e nutritivos para o consumo, alegam que há vitaminas e outros elementos essenciais para uma infância saudável.

Figura 14 - Bebidas Lácteas com enfoque para o público infanto-juvenil



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Já para o setor de *fast-food*, significa em primeiro caso a redução dos custos para manutenção dos preços diante a inflação dos alimentos *in natura*, uma vez que tais produtos industrializados se baseiam na utilização de subprodutos das agroindústrias processadoras de alimentos em combinação com aditivos e outros químicos alimentícios para entorpecer e viciar o paladar. Os produtos vendidos tradicionalmente enquanto requeijão cremoso e chantilly se apresentam como “mistura cremosa sabor requeijão” e creme vegetal “tipo chantilly”.

Figura 15 – Formulações para o setor de *fast-food*



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.
 Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Observe que a prerrogativa utilizada pelas indústrias “produz comida” é um fator para se pensar, por exemplo, por qual finalidade necessitaria dos órgãos governamentais instituir no âmbito legislativo/sanitário parâmetros para o que é manteiga, o que é iogurte, dentre outros produtos processados pelas agroindústrias.

Além dos aspectos apresentados até aqui – quando o leite deixa de ser um alimento? Tem-se ainda a utilização em conjunto com o discurso de combate à fome que se configura muito mais como uma política assistencialista – *indigência assistida*, do que propriamente uma política de combate às desigualdades e fomento ao acesso pleno à alimentação.

Esse padrão se apresenta em várias escalas. De acordo com uma reportagem intitulada “pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome” publicada pelo El País no ano de 2017, fez denúncia ao projeto de João Doria (ex-prefeito da cidade de São Paulo) sobre a *farinata*⁷⁸. Além da farinata, já havia divulgado no dia 08/10/2017 uma espécie de biscoito a base de farinata que seria utilizado em um programa de distribuição de alimentos para famílias de baixa renda, para erradicação da fome.

Tal proposta eleitoreira comparece na área de recorte dessa pesquisa, surgindo a partir de um projeto denominado de “Programa de Nutrição Infantil Leite do Meu Filho”. _O entendimento é que assim como no município de São Paulo, se trate também de uma estratégia eleitoreira, pois considerando os espaços de comercialização de alimentos *in natura/comida saudável*) no município de Piracanjuba, os recursos poderiam ser utilizados na aquisição de alimentos oriundos da agricultura camponesa e além de promover a geração de renda para o campo em contrapartida teria a facilitação do acesso/distribuição de alimentos que não são prejudiciais à saúde.

Em síntese, esse Projeto visa promover o acesso à alimentação das famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e em situação de vulnerabilidade social que possuam crianças de até seis anos de idade no núcleo familiar. Após a inscrição no Projeto na Assistência Social do município de Piracanjuba, os adultos responsáveis pelas crianças recebem um *kit* contendo: 1 caixa de leite UHT – Leite Bom, 2 pacotes de bolachas Mabel – 600 g, 1 achocolatado, 4 caixas de cereal – corn shapes/adoralle.

⁷⁸ “[...] Uma espécie de farinha composta por alimentos próximos de sua data de validade ou que não seguem os padrões de comercialização, como carro-chefe de um programa municipal, que possui como destino final a merenda das crianças em escolas, creches públicas e nas refeições dos centros de acolhida de moradores em situação de rua.

Fonte: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/18/politica/1508347385_718583.html]

Já que essa prática é recorrente pelas figuras políticas a nível local/regional e que por detrás desses projetos encontramos ainda a ação das agroindústrias processadoras de alimentos, como é o caso das empresas/marcas Mabel – integrante do grupo Pepsico, Adoralle – integrante do grupo Fokus e Leite Bom – produto UHT do Laticínios Bela Vista. Essas empresas listadas, operam na fabricação de produtos alimentícios – *ultraprocessados* e estão intimamente correlacionadas às atividades do agronegócio.

São apenas uma das várias contradições que perpassam essa temática no recorte espacial da pesquisa, pois se levarmos em consideração os espaços de comercialização da produção camponesa em Piracanjuba (GO), tem-se somente a Feira do Produtor Rural – que funciona às quartas-feiras, com a venda do que se é produzido nas unidades camponesas de produção e a Feira de Domingo – que funciona aos domingos, com a venda de alimentos *in natura* e comidas típicas.

Entretanto, a crítica que se estabelece a partir desse processo é a não viabilização da comercialização da produção camponesa – *comida saudável* e geração de renda para as famílias camponesas, mas sim a viabilização e o consumo de produtos *ultraprocessados* para as crianças/adolescentes piracanjubenses, o que torna possível inferir que se trata de uma *indigência assistida*.

No próximo Capítulo será tratado as relações sociais de trabalho nos territórios dominados pelas frações do campesinato, evidenciando a realidade da diversidade territorial do campo em Piracanjuba (GO), em que os sujeitos enxergam a terra como *terra de vida*. Adotam estratégias para resistirem e continuarem Existindo, perpetuando as (Re)Existências a partir da *terra de vida*.

5. AS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS PELO AGRONEGÓCIO: A TRANSFORMAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM PRODUÇÃO DE MERCADORIAS

[...] A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem. Somente com a libertação dos camponeses da terra e sua migração para a cidade é que se consuma a separação final entre a cidade e o campo. A separação da cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento para a divisão do trabalho. (SMITH, 1988, p. 164-165).

Nesta Seção, retomamos a discussão sobre as relações de trabalho, e os efeitos da transformação do alimento em mercadoria, já que as agroindústrias têm apresentado a capacidade de influenciar os hábitos alimentares. Os estudos nessa temática são de fundamental importância, pois coloca em evidência um campo em disputa, de um lado as indústrias processadoras de alimentos na tentativa de ampliar sua escala de participação nos padrões alimentares da classe trabalhadora alicerçadas majoritariamente em produção em escala – monocultivos, e de outro os sistemas alimentares baseados na sociobiodiversidade, na produção agroecológica e nos circuitos curtos de comercialização.

As contradições que perpassam a cadeia produtiva leiteira são emblemáticas, pois a partir da centralização e concentração do processamento do leite *in natura* nas agroindústrias via institucionalização dos mecanismos sanitários, implementados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, ilustra o sucesso em que o capital agroindustrial, químico, genético e financeiro alcança a esfera da produção de alimentos no campo, com os mecanismos legais do Estado.

Gramsci (2017) evidencia que o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo – *bloco histórico*⁷⁹, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e essa expansão são apresentados como a força motriz de um desenvolvimento nacional.

⁷⁹ Gruppi (1978, p. 78) [...] a sociedade que se apresenta como totalidade e como uma totalidade que deve ser abordada em todos os seus níveis. [...] uma unidade de forças sociais e políticas diferentes, e tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e definiu. O autor ainda complementa [...] O conceito de bloco histórico é mais amplo que o conceito de bloco político. O bloco histórico, de fato, pode compreender vários e diferentes blocos políticos (p. 80).

Define o exercício da *hegemonia* a partir da combinação da força e do consenso, em que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, ao mesmo tempo em que, faz com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos órgãos de opinião pública.

Portanto, parece acertado utilizar o conceito de *hegemonia*, pois as ações empreendidas pela mobilidade do capital nessa quadra histórica, coloca em evidência as ações de integração/expropriação dos territórios – das quais as relações de trabalho e de produção não são tipicamente capitalistas, mas sim *camponesas*.

Mesmo diante dessa diferença material, a classe social compreendida enquanto sujeitos *camponeses*, não está de fora do sistema de produção capitalista, Martins (1982), Luxemburgo (1985), Oliveira (2010) e Mendonça (2004) explicitam claramente a relação desses sujeitos à economia de mercado. Gramsci (2017) complementa ainda que o enfraquecimento dos atores contrahegemônicos e a sua paralisação se dá através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e desordem. Ou seja, o discurso de que todos os sujeitos/*trabalhadores da terra* são atores do agronegócio é uma farsa e é apenas uma narrativa para mascarar a constituição das classes sociais e as lutas da classe trabalhadora pela terra e pela reforma agrária.

Entretanto, são apenas alguns dos aspectos que se apresentam na materialidade. De acordo com Carvalho (2022) a ideologia enquanto discurso sedimenta o caminho para a prática material da ideologia da classe dirigente. Nesse sentido a construção ideológico-conceitual do agronegócio a partir dos indicadores econômicos que se ancoram na manutenção de subsídios propiciados por um Estado burguês, facilitador da subsunção da renda da terra e da vida pelas corporações de *commodities*. As estratégias político-discursivas, empreendidas pelo agronegócio, demonstram as características hegemônicas entre a unidade de discurso como campo conceitual de persuasão-convencimento da sociedade, que por conseguinte forja o caminho para a efetivação do plano ideológico para o campo material.

A partir da produção leiteira nas *unidades de produção camponesas*, observa-se claramente esse processo. Ao não se ter nenhuma vaca para ordenhar, o que explicaria o surgimento dos complexos laticinistas? Tal processo só é viabilizado a partir da sujeição da renda da terra, compreendida aqui como *renda do leite*, aos complexos laticinistas

mundializados. A sujeição não ocorre somente no plano material, se estende ao imaterial – político-ideológico, que pode ser compreendido a partir da denominação de *agronegocinho*⁸⁰.

A confusão de pensamentos que se estabelecem a partir da denominação do *agronegocinho*, isto é, a produção que se torna *commodity* a partir da circulação e que está alicerçada nas relações de trabalho não tipicamente capitalistas, decorre do fato da integração da produção camponesa às principais cadeias produtivas do agronegócio.

Embora diante das ações empreendidas pelos atores hegemônicos, estes se depararam com as (Re)existências camponesas, compreendidas enquanto um conjunto de elementos que são evidenciados a partir das relações de trabalho, de produção, pelas práticas socioculturais, o zelo com as *criações* e com os *quintais produtivos*, festividades e demais elementos que permeiam o universo (i)material, que asseguram a permanência na terra e a reprodução social desses sujeitos.

No que se refere às contradições que perpassam a produção camponesa, compreende-se a produção de leite como uma estratégia de permanência na terra, pois mesmo diante da sujeição da renda da terra aos complexos laticinistas, elaboram estratégias para se manterem nessa cadeia produtiva.

Para tanto envolvem além do conjunto de elementos da (Re)Existência, alguns outros, como o manejo do gado mestiço – que também é um conhecimento passado de pai para filho, junto com exploração da força de trabalho da família, que em certo grau que viabiliza a produção de renda, atendendo as necessidades de consumo. Ou seja, é a partir da compreensão dessa contradição da sujeição da renda da terra e exploração da força de trabalho familiar que possibilita em certo grau, a autonomia camponesa – permanência na terra/controla dos seus meios de produção.

As Instruções Normativas são mecanismos viabilizados pelo Estado, para assegurar a *hegemonia* dos complexos laticinistas sobre a cadeia produtiva leiteira e que acabam por remunerar majoritariamente por escala – quanto maior o volume maior o valor por kg/leite. Fortalece o discurso apresentado por parte da assistência técnica, Sindicatos e até mesmo Pesquisadores de que se deve ampliar a escala de produção para se auferir maiores rendimentos. Essa situação para o camponês/campesinato significa intensificar a sujeição da renda da terra e diante dessa situação, aparecem as estratégias para garantir sua integração à cadeia produtiva,

⁸⁰ Ver [<https://www.scielo.br/j/ln/a/3NHgFM433cFPmhnbNsV8HnN/>]

mesmo que, de maneira periférica, a partir do manejo do gado mestiço, do plantio das *roças* de milho/cana-de-açúcar para produção de silagem, além da combinação de diferentes formas de trabalho (trabalho acessório, trabalho assalariado, ajuda mútua), comercialização de bezerros e outras criações, os *quintais produtivos*.

Quando nos referimos a *estratégias*, estamos nos referindo ações que tem a particularidade de serem

Raisonnables sans être le produit d'un dessein raisonné ou, à plus forte raison, d'un calcul rationnel ; habitées par une sorte de finalité objective sans être consciemment organisées par rapport à une fin explicitement constituée ; intelligibles et cohérentes sans être issues d'une intention intelligente et d'une décision délibérée ; ajustées au futur sans être le produit d'un projet ou d'un plan (BOURDIEU, 1974, p. 3).

Para Garcia (1996) o conceito de *estratégia* é estreitamente ligado aos conceitos de *campo* e *habitus*. As *estratégias* podem ser entendidas como sequências de práticas estruturadas ou série de ações ordenadas e orientadas que os agentes desenvolvem em função de um *habitus* adquirido e das possibilidades que um determinado *campo* oferece para obtenção e maximização dos lucros específicos em jogo no *campo* em questão.

Bourdieu (2004, p. 81) define a noção de estratégia, como “[...] o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente)”. Entretanto, aponta que se pode recusar a ver a estratégia “[...] como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional. Ela é produto do senso prático, de um jogo social particular, historicamente definido.” que é adquirido ainda na infância, por meio das atividades sociais no qual se está inserido.

Todo esse processo, coloca em evidência um sistema agroalimentar que de um lado se viabiliza a partir de vários mecanismos legalizados pelo Estado, com base na sujeição da renda da terra.

Em contrapartida assiste-se de um lado a pauperização das condições de vida dos *trabalhadores da terra* que necessitam de um maior dispêndio de força/tempo de trabalho para suprir suas necessidades e se manterem na terra e de outro as dificuldades da classe trabalhadora urbana em ter condições plenas de acesso à alimentos saudáveis. Ao contrário, incentiva-se o consumo de *ultraprocessados*, que são amplamente apresentados pela mídia, Estado e a Ciência como nutritivos.

5.1 Ordenhando dinheiro: dos currais até às agroindústrias, as amarras e os gargalos na comercialização da produção camponesa

Por qual motivo, a média de produção nacional é inferior à de países referência nessa cadeia produtiva, como a França, Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia e Alemanha? Embora o Brasil esteja entre os maiores produtores mundiais de leite bovino, podemos compreender que tal questão está atrelada ao processo como esse sistema produtivo se estruturou e vem se estruturando.

Vimos no Capítulo 3, de acordo com Medina (2020) que a atividade leiteira necessita de inúmeros investimentos em maquinários/implementos agrícolas para a produção de ração do rebanho, para armazenamento do leite *in natura*, investimento em gado leiteiro, formação e manutenção de pastagens, currais adequados, ordenha mecânica, além de outros itens necessários à produção. Tal processo é ditado pelas corporações agroindustriais – processadoras de leite, que ao ter o Estado sob a sua *hegemonia*, reorientam os dispositivos legais de fiscalização sanitária, além do sistema de bonificação por produção e qualidade do leite, movimentando nesse processo as corporações químico-genético – lavoura e pecuária, e as corporações financeiras – empréstimos, cotações, exportação.

A baixa produtividade se justifica em três fatores principais, como se trata de uma *estratégia* de reprodução social, produção econômica e permanência na terra. Para o campesinato a especialização produtiva não se apresenta como viável, pois representaria o aumento no grau de sujeição da *renda da terra* – considerando os mecanismos de transferência de renda para os segmentos agroindustriais, químico-genético e financeiro. Em última instância, há o medo de perder a *terra de trabalho* devido as inversões de capitais necessários para ampliação da escala de produção e de produtividade ante as instabilidades do preço pago pelo litro de leite pelas corporações agroindustriais. E a segunda se justifica pelo próprio interesse das agroindústrias processadoras em manter esse jogo de relações entre produtores altamente especializados – capitalistas, e os camponeses, como é apresentado por Paulino (2006).

[...] a política de bonificação. Ao mesmo tempo que ela estimula o aumento da produção, inviabiliza aqueles que não alcançam a margem desejável. [...] Parece óbvio que, se do ponto de vista da empresa, o exercício de monopólio junto aos produtores é salutar na definição de seus lucros, o reverso surge como um fantasma, razão pela qual a mesma passa a se sentir ameaçada pela estrutura de captação montada em torno de poucos produtores. Neste caso, a indústria se torna duplamente vulnerável,

primeiro porque seu poder de definição dos preços esbarra a exigência de lucratividade que mantem os grandes produtores, igualmente capitalistas, na atividade. Em segundo lugar, quanto menor for o número dos fornecedores, maior a capacidade de se articularem entre si e ditarem para a indústria o preço do leite. Assim, o que está em jogo é a sobrevivência da indústria, pois uma insatisfação maior ou mesmo a emergência de uma atividade mais lucrativa pode representar sérios problemas para obtenção de matéria-prima. São essas contradições da lógica capitalista que possibilitam a recriação do campesinato, embora muitos não compreendam ou rejeitem as evidências de que há uma intercomplementariedade contraditória entre camponeses e capitalistas. (PAULINO, 2006, p. 221-222).

Nesse sentido, o que a pesquisadora destaca é a sobrevivência da própria estrutura das agroindústrias processadoras de leite, como são viabilizadas pelas relações de trabalho típico camponês, o ônus da bonificação é direcionado a essa parcela de produtores, pois se as agroindústrias concentrarem a captação de leite em alguns poucos produtores de grande escala, perdem a capacidade de ditar a política de preços.

O outro fator é apresentado por Camilo (2018), ao estudar sobre a dinâmica da comercialização, logística e transporte da cadeia produtiva do leite na região Sul, ao considerar todas as vantagens competitivas que as maiores empresas de laticínios do mundo possuem, o reflexo nos preços dos produtores se torna apenas um, dentre vários elementos, que a cadeia produtiva do leite brasileira demonstra para competir com os produtos internacionais.

Evidencia que a inserção do mercado nacional de lácteos no cenário internacional, defronta-se ainda com os mais avançados sistemas produtivos que existem, decorre então que o preço do leite produzido não está ligado às condições naturais do seu território, mas às condições estruturais com que o mercado está organizado, permitindo que prevaleçam condições naturais dos países de primeiro mundo que condicionam as flutuações nos preços do leite produzido no mundo todo, restando a produção nacional adaptar-se às condições que o mercado impõe.

Nesse ínterim, como apresentado no decorrer do Capítulo 3 e nos parágrafos anteriores, decorre daí a contradição fundamental entre a sujeição da *renda do leite* e a possibilidade de reprodução social do campesinato a partir da produção leiteira. Oliveira (2010) destaca que as relações sociais de trabalho tipicamente camponesa não são relações de fora do sistema capitalista de produção, pelo contrário, estão integradas e são relações cujo esse sistema se viabiliza.

Corroboramos com Paulino (2003) no sentido de que a lógica de produção camponesa é pautada na produção econômica – com base na força de trabalho da família, e na reprodução social desses sujeitos. Embora a cadeia produtiva do leite esteja estruturada sobre as relações

de trabalho não tipicamente capitalistas, evidenciado pelo peso do campesinato nessa cadeia – 57% da produção nacional se origina nas unidades camponesa de produção, e em Goiás é 69% (IBGE, 2023).

A produção leiteira comparece para o camponês como *estratégia* de permanência na terra, pois apresenta possibilidade de liquidez mensal, mesmo ante a sujeição da produção aos complexos laticinistas.

Nesse sentido é uma atividade que comparece capitalistas em propriedades altamente especializadas, com assistência técnica e transferência de tecnologia de um lado, e a produção camponesa com todos os augúrios de outro. Mas a lógica de funcionamento da unidade camponesa de produção se baseia na pluriatividade – aproveitamento da força de trabalho familiar para uma produção de excedentes, onde existe uma produção para além do leite, tem-se os *quintais produtivos*, as demais *criações*, as hortas e pomares, que atendem às necessidades de consumo alimentar da família e que também são comercializados localmente.

5.2 Territórios produtores de alimentos: para além da produção leiteira, a produção da vida.

Segundo Martins (1981) as problemáticas que tangenciam a realidade dos camponeses no Brasil, embora tenham particularidades regionais não são desconexas do contexto geral. Assim como evidenciado, a expropriação de camponeses seja no Norte ou no Centro-Oeste, Nordeste Sul ou Sudeste – ocorre, em algumas localidades de maneira mais suave, como é caso da região Sul e Sudeste para os camponeses proprietários, onde o capital industrial e financeiro subjuga as relações de produção da agricultura camponesa, mesmo que indiretamente, os (re)qualificando como proprietários nominal da terra, uma vez que a renda da terra é transferida para quitação de juros de dívida junto aos bancos. O inverso ocorre com os posseiros das áreas de fronteira, a expulsão por meio de violência, o destino dos expropriados usualmente é a conversão em trabalhadores em boias-frias ou a recriação em áreas de fronteira. Portanto, a luta pela terra é a luta por autonomia, por isso a luta do camponês é anticapitalista, é a resistência à expropriação e à expulsão, violenta ou suave, rápida ou lenta.

Nesse sentido, a luta pelo acesso e permanência na terra “[...] é uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio.” (MARTINS, 1981, p. 145). Destacamos

então, na área da pesquisa os *quintais produtivos* – pois a lógica de produção econômica e reprodução social nas *unidades de produção da vida*, vai muito além da produção leiteira, é baseada numa economia de excedentes.

Conforme apontado por Martins (1975) o excedente não é fruto do que sobra do consumo, mas “[...] o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (MARTINS, 1975, p. 12)”. E que inicialmente é destinado a atender às necessidades de consumo da família ao mesmo tempo que adquire valor de troca no mercado para obtenção daquilo que não se é produzido a partir do trabalho familiar.

Embora o autor faça uso do termo *subsistência* – aquilo que está abaixo das condições de existência, consideramos aqui que essa terminação não faz jus à realidade investigada, uma vez que nas *unidades de produção da vida*, tem-se várias atividades produtivas além da produção leiteira. A produção leiteira nesse sentido, adquire em maior parte a função de se obter liquidez mensal, seja pela venda do leite aos complexos laticínios mundializados, seja pela comercialização dos bezerros, seja pelo manejo do gado mestiço (carne e leite), além das *roças* – milho, cana-de-açúcar, os quintais produtivos e demais *criações* – galinhas, suínos, garnisé/galizé, pavões, galinha-d’angola, equinos, dentre outros.

Embora sob a *hegemonia* do agronegócio e o discurso da aptidão natural para o monocultivo – considerando as características edafoclimáticas das áreas de Cerrado, no município de Piracanjuba (GO) se tem a produção de uvas, como pode ser observado na Figura 11. A lógica de funcionamento da propriedade se assemelha a ideia de uma empresa rural, mas a sua produção é direcionada ao abastecimentos das frutarias e hortifrutarias local e de cidades vizinhas – Morrinhos, Bela Vista de Goiás, Hidrolândia e Caldas Novas.

Figura 16 – Produção de Uvas no Município de Piracanjuba (GO)



Fonte: Estância Fonte Viva, 2023/2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Diferentemente das informações apresentadas sobre a produção de uvas, tem-se ainda a produção de bananas, como pode ser observado na Figura 12, que são direcionadas aos abastecimentos das hortifrutarias locais e a alimentação escolar. Essa produção é uma produção tipicamente camponesa – considerando as relações de trabalho para o manejo da lavoura, e a própria dinâmica da unidade de produção. O proprietário dessa parcela de produção, inclusive trabalha com a produção leiteira.

Figura 17 – Produção de Bananas no Município de Piracanjuba (GO)



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Além da uva e da banana, tem-se ainda a produção de fumo – nos territórios camponeses, em específico no Assentamento Boa Esperança e enquanto agricultura periurbana na cidade – em lotes/loteamentos/margens de rodovias, cujo plantio alterna entre milho/abóbora/mandioca. Compreendemos essa prática enquanto herança/expressão cultural dos *trabalhadores da terra* que foram despojados da terra de trabalho – já que em sua maioria os sujeitos que estão empenhados nessa lida, são pessoas com idade avançada. Portanto o aproveitamento dos lotes urbanos para a produção de comida é inicialmente para complementar a alimentação da família e/ou compartilhar com os vizinhos, sendo em último caso a comercialização.

Nesse sentido, há a presença da indústria de fumo no município de Piracanjuba (GO). Essa lavoura de fumo, após o seu processamento inicial na própria lavoura – como pode ser observado nas Figura 13, 14 e 15, são adquiridas pelos *barracões de fumo* – onde a matéria-prima é acurada, processada e transformada em matéria seca para confecção dos cigarros de palhas, conhecido popularmente como “paieros”, pois além do fumo precisa de palha seca de milho para sua produção.

Figura 18 – Materiais utilizados para construção do varal de secagem das folhas de fumo



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Figura 19 – Varal para secagem das folhas de fumo



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Figura 20 – Lavoura de Fumicultura



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Embora não seja a centralidade desta pesquisa, apontamos para uma indissociabilidade entre a questão racial e a questão agrária no Brasil, considerando que os problemas fundiários, sociais, ambientais, tem como pilar estruturante as desigualdades raciais e que se apresentam

fortemente na atualidade, nos *marcadores sociais* de pessoas que não tem acesso à alimentos, emprego, moradia e que ainda sofrem todo tipo de violência – seja no campo ou na cidade, são em sua maioria mulheres e pessoas negras. Portanto, no que se refere à cadeia produtiva do fumo no município de Piracanjuba (GO), conhecido popularmente como “paiero” – cigarro de palha.

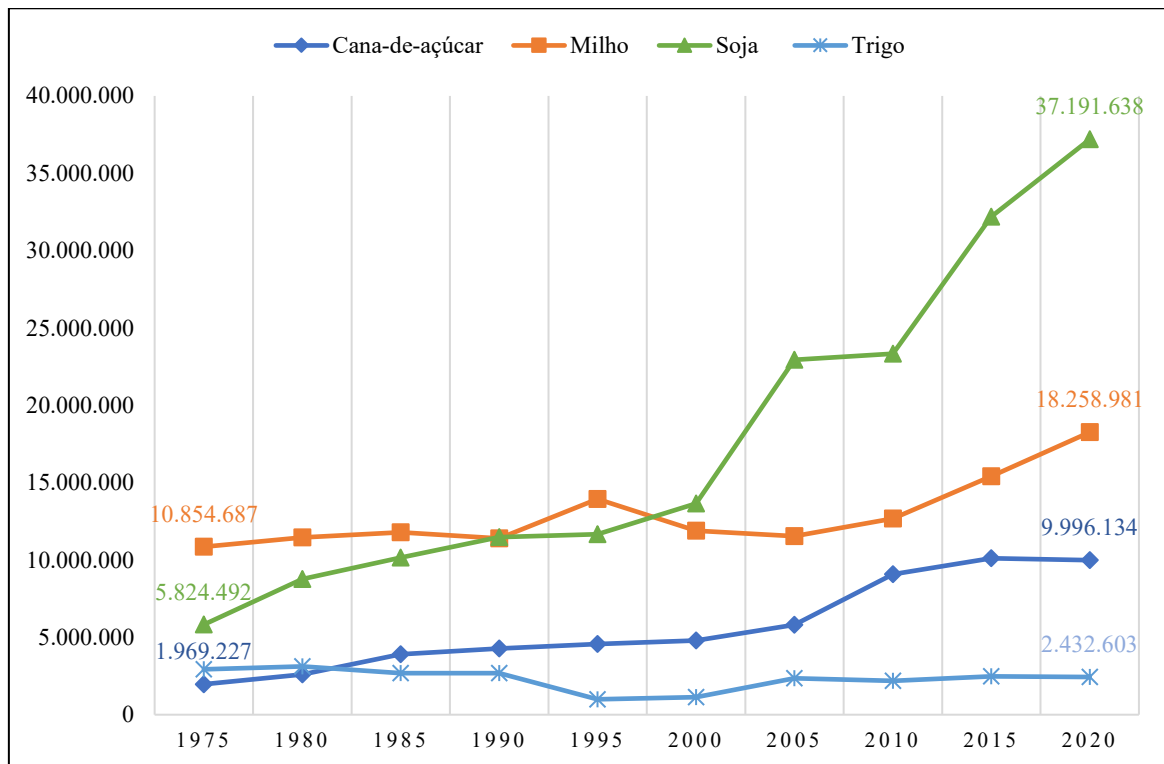
5.3 Os efeitos da territorialização do *agronegócio* sobre os territórios produtores de alimentos

Compreendemos como efeitos – pois é um processo latente e que não se restringe somente ao recorte espacial da pesquisa, é decorrente de uma processualidade que envolve tantos os atores hegemônicos quanto os sujeitos, cujas realidades são diretamente afetadas.

Nisso aponta-se para as mudanças territoriais nos quais os efeitos são perceptíveis para além do campo. As mudanças ocorridas no campo afetam diretamente não só aqueles que desempenham o trabalho na terra, mas a classe trabalhadora que sobrevive da venda de sua força de trabalho, mais especificamente no quesito alimentação. Ressalta-se também que esse processo está relacionado a outros contextos, como trabalho, saúde, educação, ambiente, etc.

De acordo com as reportagens do “O Joio e o Trigo” sobre os produtos ultraprocessados, junto com uma série de aditivos alimentares, os principais ingredientes necessários para fabricar os ultraprocessados. Explica em parte, ser os principais gêneros agrícolas cultivados em território nacional, conforme observa-se no Gráfico 12, a evolução das principais *commodities* agrícolas exportadas.

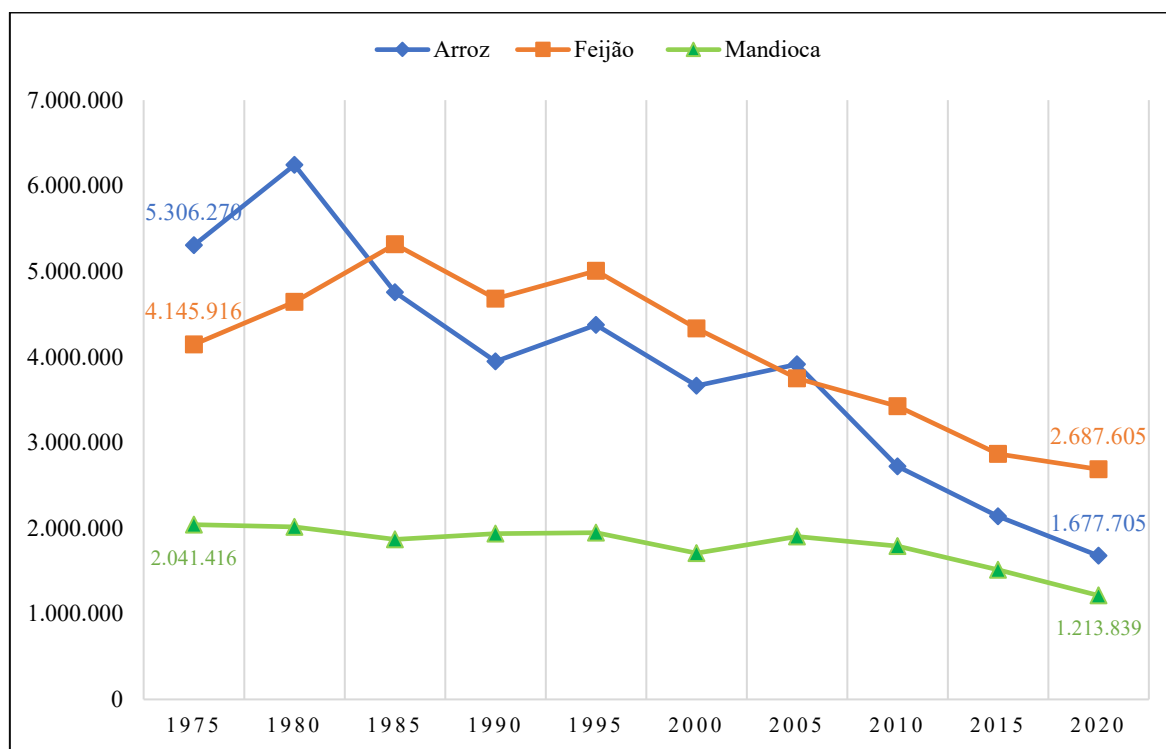
Gráfico 13 - Evolução da área colhida (milhões de hectares)



Fonte: PAM/IBGE, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Em contraposição a evolução da área destinada ao plantio dessas *commodities* agrícolas, tem-se o decréscimo na produção dos gêneros agrícolas que são a base da alimentação brasileira, arroz, feijão e mandioca, dentre outros, tendência que foi demonstrada no município de Piracanjuba no Capítulo 1. Os dados expressos no Gráfico 13, no qual apresenta-se o decréscimo da área colhida dos principais itens da base alimentar brasileira, sugere tal tendência.

Gráfico 14 - Decréscimo da área colhida (milhões de hectares)



Fonte: PAM/IBGE, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Como evidenciado no decorrer dos capítulos, as mudanças territoriais operadas no campo em Piracanjuba (GO) são parte do contexto mais amplo no qual tanto o Brasil, quanto os demais países da América Latina e o Sul global estão inseridos – *mundialização do capital*, no qual se apresenta na materialidade através das ações empreendidas pelo agronegócio – conversão de *terra de trabalho*/terra de vida em terra de negócio, assim como a água, o solo, os recursos territoriais em mercadorias.

Tais mudanças não são apreendidas somente no que tange à produção de comida, empiricamente os sujeitos envolvidos com a lida no campo percebem os efeitos da hegemonia do agronegócio sobre seus territórios, seja pelos efeitos ambientais, econômicos, sociais e as dificuldades de se manterem enquanto produtores.

Como podem ser observados na Tabela 18, os dados sobre a comercialização de agrotóxicos evidenciam que Goiás saiu da 6ª colocação na comercialização de agrotóxicos em 2000 para a 4ª colocação no ano de 2020, os dados são ainda mais preocupantes se olharmos a distribuição por Regiões, no qual a região Centro-Oeste aparece como a maior percentual na comercialização de agrotóxicos.

Esse processo se justifica pela crescente produção de monocultivos de grãos – sobretudo a soja, milho e sorgo, uma vez que há a prevalência do uso de sementes transgênicas. Essas sementes só são capazes de germinar com uso de agrotóxicos específicos comercializados pelas mesmas corporações que “fabricam” tais sementes, essa aquisição casada denomina-se de *pacotes tecnológicos*.

**Tabela 18 - Vendas de agrotóxicos e afins no Brasil 2000-2020
(Unidade Federativa: toneladas de ingrediente ativo).**

Região/ Estado	2000		2005		2010		2015		2020	
	Qtde.	part%	Qtde.	part%	Qtde.	part%	Qtde.	part%	Qtde.	part%
NORTE	2.495,04	1,54	2.933,99	1,42	6.749,93	1,76%	18.033,26	3,42%	34.529,28	5,03%
AC	36,38	0,02	40,42	0,02	237,10	0,06%	425,98	0,08%	917,67	0,13%
AM	18,82	0,01	31,60	0,02	41,24	0,01%	41,73	0,01%	181,14	0,03%
AP	13,01	0,01	4,58	0,00	83,45	0,02%	54,88	0,01%	102,17	0,01%
PA	483,16	0,30	749,81	0,36	1.923,40	0,50%	6.181,67	1,17%	12.586,12	1,83%
RO	1.295,32	0,80	983,95	0,48	2.401,08	0,63%	4.059,26	0,77%	8.674,19	1,26%
RR	93,20	0,06	164,30	0,08	128,99	0,03%	517,17	0,10%	587,42	0,09%
TO	555,16	0,34	959,33	0,46	1.934,68	0,50%	6.752,58	1,28%	11.480,57	1,67%
CENTRO-OESTE	40.408,11	24,87	58.185,70	28,16	100.295,01	26,15%	171.785,65	32,54%	237.304,93	34,57%
DF	358,83	0,22	498,15	0,24	593,58	0,15%	559,42	0,11%	1.036,93	0,15%
GO	13.396,59	8,25	14.807,58	7,17	28.888,41	7,53%	44.065,18	8,35%	58.280,28	8,49%
MS	8.575,08	5,28	10.767,47	5,21	15.298,02	3,99%	33.618,20	6,37%	44.622,28	6,50%
MT	18.077,62	11,13	32.112,51	15,54	55.515,00	14,47%	93.542,84	17,72%	133.365,44	19,43%
NORDESTE	9.183,94	5,65	16.820,38	8,14	32.053,41	8,36%	40.420,43	7,66%	64.121,61	9,34%
AL	1.180,54	0,73	1.064,36	0,52	1.718,64	0,45%	1.490,87	0,28%	1.760,84	0,26%
BA	3.895,93	2,40	9.974,84	4,83	18.095,03	4,72%	21.939,06	4,16%	34.961,24	5,09%
CE	281,12	0,17	448,22	0,22	548,23	0,14%	393,17	0,07%	1.154,04	0,17%
MA	928,57	0,57	2.211,63	1,07	5.156,23	1,34%	7.675,83	1,45%	11.468,68	1,67%
PB	291,87	0,18	313,75	0,15	277,60	0,07%	683,44	0,13%	1.252,19	0,18%
PE	2.044,04	1,26	1.733,26	0,84	2.759,91	0,72%	2.583,97	0,49%	4.476,45	0,65%
PI	191,21	0,12	641,26	0,31	2.790,19	0,73%	4.607,11	0,87%	7.107,20	1,04%
RN	272,60	0,17	278,09	0,13	300,31	0,08%	320,24	0,06%	587,01	0,09%
SE	98,06	0,06	154,97	0,08	407,28	0,11%	726,74	0,14%	1.353,96	0,20%
SUDESTE	58.783,07	36,18	73.373,20	35,52	114.158,50	29,76%	130.020,17	24,63%	143.837,48	20,96%
ES	1.826,46	1,12	2.201,75	1,07	2.220,10	0,58%	3.187,73	0,60%	4.266,17	0,62%
MG	14.370,24	8,85	15.704,73	7,60	25.540,03	6,66%	33.780,99	6,40%	50.250,79	7,32%

RJ	791,17	0,49	549,88	0,27	947,39	0,25%	645,54	0,12%	248,41	0,04%
SP	41.795,20	25,73	54.916,84	26,58	85.450,97	22,28%	92.405,91	17,50%	89.072,10	12,98%
SUL	51.591,81	31,76	55.278,49	26,76	86.293,88	22,50%	138.687,43	26,27%	154.578,73	22,52%
PR	27.606,20	16,99	25.809,96	12,49	39.967,05	10,42%	67.559,54	12,80%	71.037,77	10,35%
RS	18.589,68	11,44	23.130,65	11,20	37.305,94	9,73%	58.006,92	10,99%	69.754,24	10,16%
SC	5.395,93	3,32	6.337,88	3,07	9.020,88	2,35%	13.120,96	2,49%	13.786,72	2,01%
SEM DEFINIÇÃO					44.019,41	11,48%	28.949,52	5,48%	51.977,85	7,57%
Total	162.461,96	100,00	206.591,75	100,00	383.570,14	100,00%	527.896,45	100,00%	686.349,87	100,00%

Fonte: IBAMA, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Esse processo, como evidenciado anteriormente se assenta nas bases materiais e ideológicas para sua efetivação, considerando inicialmente que para os memorialistas e a elite política local, o atraso no desenvolvimento econômico do município repousava sobre as *Comunidades Camponesas* – cujas necessidades de consumo era atendidas pelas relações de trabalho, não se interessavam pelo comércio e outras formas de exploração do trabalho/produção da mais-valia. Portanto, a ideia difundida pela elevação nos índices de produção/produktividade, são oriundos da *Revolução Verde*, nesse sentido, tais elementos comparecem na área da pesquisa, através dos seguintes relatos:

[...] Então conseguiram fazer esse marketing na cabeça do produtor. Então temos que buscar uma forma de desfazer esse marketing. Essa experiência que vocês vem produzindo já é uma forma de combater esse marketing criado na cabeça dos produtores. Pois é possível ganhar muito mais dinheiro gastando menos, produzindo de uma outra forma, porque o custo de produção é 65% que o produtor de transgênicos tem, hoje tem dois tipos de produtores, tem produtor ligada a política, que esse é o mais problemático ele é o problema, e os produtores transgênicos, que são acomodados, compram os pacotes da empresa e não sabe nem qual a finalidade.

[...] Lá na propriedade a gente faz experimento com apoio da Embrapa. São mais de 150 variedades, igual a extensão não sei se vocês sabem, tem soja que tem as mesmas propriedades nutrientes que o azeite. Na nossa propriedade estamos desenvolvendo a tecnologia no manejo de plantar área de soja convencional e a área de soja transgênicas, para diminuir o uso de defensivos agrícolas, eu consigo ter um lucro de R\$ 35,00 a mais em soja não convencional do que a soja transgênica. Foi levado para o produtor que a transgenia dá um conforto tão grande para ele que não precisava preocupar com ervas daninha, que o veneno matava tudo e não foi isso que aconteceu. Teve ervas que foram criando resistência. E aconteceu da mesma forma com as lagartas, criaram grandes resistências.

[...] E agora nós vemos a seguinte situação, com a soja não convencional gastamos bem menos herbicidas, menos inseticida e o combate a lagarta e feito com produto

biológico, e a outra questão é a do adubo⁸¹, eu não estou nem preocupado com a questão do Putin na Rússia, com sistema de esterco lá que a gente produz na propriedade, estamos produzindo mais barato e produzindo sustentável, a caminho de ter condição de produzir em grande escala. Já que é uma novidade que a China vai abrir o mercado para compra de soja convencional. Agora se você falar isso numa reunião os benefícios da produção convencional de soja os grandes agricultores vão pensar que vão tirar o conforto desse sistema produtivo e isso não é verdade (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

O sistema que essa propriedade se adequou é a integração lavoura-pecuária-pastagem, conseguem reaproveitar os insumos produzidos na propriedade, tendo por base o desenvolvimento/transferência de tecnologia nacional, a partir de instituições públicas como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Tais elementos observados no depoimento, evidencia que dentro da *hegemonia* do agronegócio que se apresenta enquanto *bloco histórico* e aparentemente *hegemônico*, existe outros *blocos políticos*.

Nesse sentido, com base no próprio depoimento, questões como saúde alimentar dos europeus e a transferência de tecnologia e readequação do sistema produtivo, coloca a propriedade dentro do contexto de exportações a partir de grãos e carne, uma vez que ao atender os padrões mínimos de qualidade do mercado de consumo consegue faturar a R\$ 6,00 a mais por arroba com o boi Europa e R\$ 4,00 a mais por arroba com o boi China – que são animais com até 4 dentes.

Portanto o contexto que se apresenta a pecuária leiteira no município de Piracanjuba, é a falta de transferência de tecnologia para aqueles que se dedicam a tal atividade, sobretudo aos camponeses proprietários, assentados, *trabalhadores da terra*, que já não contam mais com os filhos para continuarem as atividades da unidade de produção, soma-se ainda, o fato dos empecilhos, amarras e gargalos na produção leiteira – *hegemonia* das agroindústrias processadoras de leite. O arrendamento para a sojicultura/monocultivos surge como estratégia de não se desfazer da terra, como possibilidade de deixá-la para sucessão familiar.

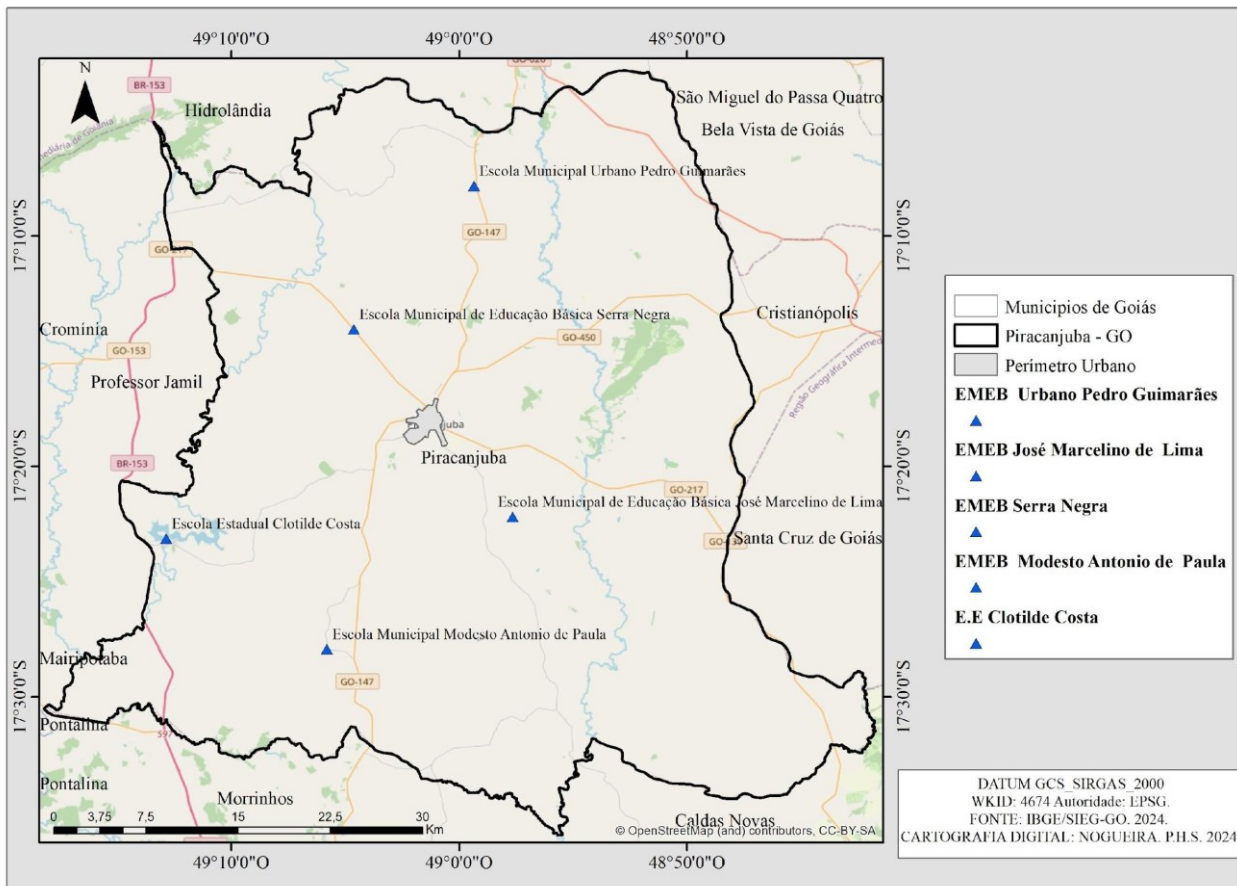
Quando questionado sobre o porquê de não estar mais plantando *roças*, o Sr. V.B respondeu: é porque está custoso, está tudo caro. Não tem trator, não tem tratorista, antigamente o M. fazia esse serviço para mim ou o meu primo, só que eles pararam com o leite. Aqui é desse jeito, não arruma não. Às vezes, de vez em quando pintam um aí, mas eu parei precisava de um aí para fazer silo, mas como é que faz? Não tem trator. No ano passado, o milho estava passando da hora (colher/fazer silo), não arrumava trator, tá difícil de comprar os produtos né? As coisas que precisa, fica muito caro. Plantar por alqueire de roça atualmente, vai uns R\$30.000,00 para nós. E ainda

⁸¹ A composição desse adubo minero-orgânico utiliza-se os excrementos (urina e fezes) do rebanho de corte, juntamente com pó de rocha.

tem o perigo de plantar e não arrumar tratorista pra fazer o silo de jeito nenhum, não tem ninguém que faz esse serviço mais. O que faziam responde só que não tem tempo, não estão dando conta nem de colher a soja deles direito. A silagem mesmo, M. no ano passado pagou um homem *lá da rua* (cidade) para fazer um silo para ele, ele parou com o leite e tá com 50 litros de leite, só para o gasto da menininha, ele tirava 1.500 litros de leite e parou, foi plantar soja, 300 alqueires de soja. (PESQUISA DE CAMPO, 2022). – W.B.

No que tange à construção de uma Soberania Alimentar – que tenha como centralidade o acesso e permanência na terra, se apresentam como disputas no que se refere ao acesso à recursos financeiros, viabilização da comercialização, assistência técnica, transferência de tecnologias, tais questões apresentadas permeiam também a realidade da educação – especificamente a educação direcionada às escolas da zona rural. O município de Piracanjuba, atualmente conta com um quantitativo de 16 escolas na rede municipal de ensino, dentre elas 5 escolas são localizadas na zona rural, conforme pode ser observado na Figura 16.

Figura 21 – Localização das Escolas Rurais do Município de Piracanjuba (GO) – 2024.



*EMEB – Escola Municipal de Educação Básica;

*E.E. – Escola Estadual.

No ano de 1977 eram 45 escolas isoladas na zona rural. No ano de 1989, o quantitativo caiu para 33 (SME/Piracanjuba, 2023). De acordo com a pesquisa realizada por Ferreira dos Reis (2021), a partir do ano 2001 ocorreram outras estruturações na educação municipal reduzindo o número de escolas para 28, em 2004 para 26 unidades escolar e atualmente têm 5 unidades escolares situadas na zona rural do município, mas com constantes ameaças de encerramento das atividades pelo Poder Público Municipal, sendo o ápice na gestão de Amauri Ribeiro (2013-2016) e João Barbosa (2017-2021).

Os estudos de Carneiro (2021) apontam o acesso à educação como um dos elementos fundantes para permanência na terra, a *educação do campo* nesse contexto se constitui como formas de (Re)Existência camponesa, pois parte da compreensão e da ação política dos sujeitos em lutar pelo acesso e a garantia de seus direitos. A educação de qualidade deve ser garantida para todos, inclusive para as famílias do campo, “[...] considerando suas especificidades de aprendizagens e necessidades a partir do trabalho e das perspectivas daqueles que estão na terra, e essas experiências pedagógicas, que são políticas, se constituem formas de (Re)Existência camponesa” (CARNEIRO, 2021, p.147).

Em relação ao PNAE, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba (SME), atualmente o número de agricultores camponeses que integram o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se limitam a 4 fornecedores, que produzem frutas e hortaliças para alimentação escolar da rede municipal de educação.

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947 de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação e de jovens e adultos (EJA), a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral. (MEC/FNDE, 2024).

Considerando os dados estabelecidos na Tabela 19, podemos observar que a determinação do Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 de que, no mínimo 30% do valor dos recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE repassados pelo FNDE,

destinado para a aquisição de alimentos da agricultura camponesa, foram cumpridas somente nos anos de 2012, 2014, 2018 e 2019. Isso coloca em evidência alguns elementos que merecem atenção e reformulação/articulação do poder público municipal com os *trabalhadores da terra*.

Tabela 19 – Valores⁸² investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE – Município de Piracanjuba (GO) (2011-2022)

ANO	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
2011	R\$ 161.640,00	R\$ -	0,00%
2012	R\$ 201.564,00	R\$ 91.409,80	45,35%
2013	R\$ 196.180,00	R\$ 48.615,10	25%
2014	R\$ 171.774,00	R\$ 63.117,60	37%
2015	R\$ 211.902,00	R\$ 51.002,31	24%
2016	R\$ 241.946,70	R\$ 28.584,68	11,81%
2017	R\$ 225.334,00	R\$ 48.324,36	21,45%
2018	R\$ 226.126,00	R\$ 70.022,14	30,97
2019	R\$ 217.348,00	R\$ 76.430,46	35,2
2020	R\$ 264.631,40	R\$ 18.254,89	6,90%
2021	R\$ 242.502,00	R\$ 1.651,97	0,68%
2022	***	***	***
2023	***	***	***

Fonte: MEC/FNDE, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Tais elementos, que desconsideram a agricultura camponesa enquanto potencial e participação social para a produção de *comida saudável*. Essa situação comparece na articulação política a nível local no que tange aos mercados institucionais que deveriam garantir

⁸² Sem informações no site do FNDE para os anos de 2010, 2011, 2022 e 2023, no que se refere a aquisição de gêneros alimentícios do PNAE pela agricultura camponesa.

renda para esses sujeitos – *trabalhadores da terra*, incluindo os quilombolas que se encontram em processo de regularização fundiária no INCRA.

Considerando as diretrizes que institui as frações do campesinato (grupos prioritários) para aquisição de gêneros alimentícios via PNAE, o Art. 14 da Lei nº 11.947/2009, estabelece, ainda, que sejam priorizados os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres. Parece ser um consenso em não priorizar a produção camponesa – assentados de reforma agrária, camponeses tradicionais, e quilombolas, considerando a diversidade territorial do município de Piracanjuba (GO) e os próprios números da rede municipal de ensino, que podem ser observados na Tabela 20, a serem beneficiados com os produtos oriundos da produção desses sujeitos.

Tabela 20 - Unidades educacionais beneficiadas com os gêneros alimentícios PNAE/FNDE

Nome	Qtd. de matrículas ativas – fev./2024
Escola Municipal de Educação Básica Coronel João de Araújo	256
Escola Municipal de Educação Básica José Marcelino de Lima	46
Escola Municipal de Educação Básica Serra Negra	35
Escola Municipal de Educação Básica D. Maria Barbosa de Amorim	188
Escola Municipal de Educação Especial Giovana Dafico Daher	45
Escola Municipal de Educação Básica Sérgio Honorato da Silva e Souza	95
Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães*	171
Escola Municipal de Educação Básica Aparecida dos Reis	175
Escola Municipal de Educação Básica Modesto Antônio de Paula	72
Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Reino Encantado	389
Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Mundo Mágico	441
Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Sonho Angelical	166
Escola Municipal de Educação Infantil Tia Emília	127
Creche Municipal Lar das Crianças	53
Creche Municipal CMEI*	...*
Creche Municipal Sininho	33

Total de alunos da rede municipal de ensino	2292
---	------

Fonte: SME, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Em conversas informais, se tem os problemas do tamanho da equipe/ de pessoal, com as demandas de serviço no que se refere a merenda escolar. Os cardápios são unificados, ou seja, é baseado na modalidade de ensino. Sempre que possível ocorre a adaptação da merenda escolar com as preferências de consumo dos estudantes.

O cardápio possui duas modalidades – CMEI e ensino fundamental. Em relação da qualidade dos produtos que são entregues pelas empresas de fora do município – os pregões eletrônicos acabam por prejudicar, pois as empresas que ganham as licitações são especializadas para esses editais e quando chega para honrar o compromisso firmado, não querem, pois alegam que há altos custos na entrega/logística com base na quantidade da carga/fornecimento, uma vez que a frequência das entregas é semanal.

Outro ponto abordado pela SME é o desinteresse dos agricultores camponeses em aderir ao PNAE, mas em campo, constatamos outra realidade. As queixas que perpassam tanto os relatos dos camponeses tradicionais, assentados de reforma agrária e os dados dos questionários aplicados revelam às dificuldades de transferência tecnológica e de permanência na terra por parte dos jovens.

Como se pode observar na Tabela 21, a maior parte das propriedades se concentram no extrato de até 5 alqueires e com extensão que variam de (14,5 hectares) até (24,2 hectares). Os dois maiores extratos (extensão) concentram apenas uma propriedade cada, que corresponde a propriedades com dimensões a partir de 193,6 (ha).

Tabela 21 – Extensão das propriedades em alqueires

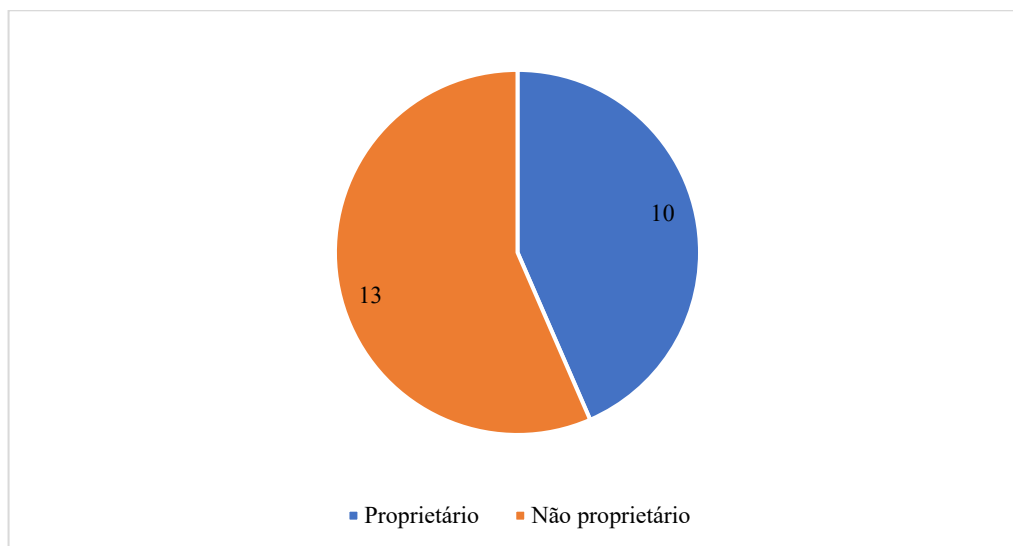
Extensão - alqueires	Extensão - hectares	Nº de Propriedades
Até 5 alqueires	24,2	10
De 5 a 10 alqueires	48,4	4
De 10 a 15 alqueires	72,6	3
De 15 a 20 alqueires	96,8	1
De 20 a 25 alqueires	121	1
De 25 a 30 alqueires	145,2	*
De 30 a 35 alqueires	169,4	*
De 35 a 40 alqueires	193,6	1

Maior que 40 alqueires	193,6 >	1
Sem respostas	2	2
Total		23

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Já as informações do Gráfico 14, com base no número de questionários preenchidos e devolvidos, cerca de 56% correspondem ao grupo de famílias que não detém a propriedade da terra, ou seja, que são trabalhadores e trabalhadoras. O restante, que corresponde a cerca de 46% corresponde ao grupo de famílias que detém a propriedade da terra.

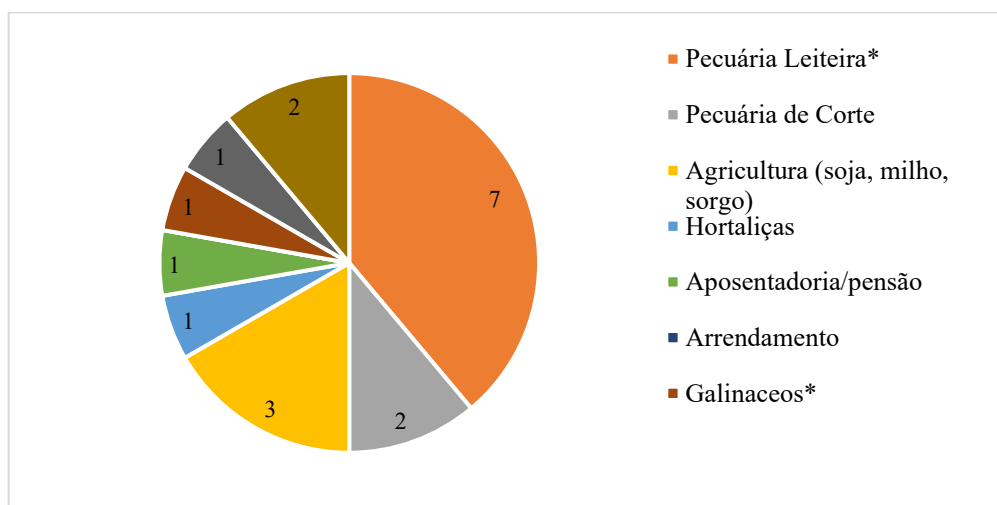
Gráfico 15 – Condição em relação à terra.



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.
Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Em relação ao tamanho da propriedade das famílias dos estudantes, a principal fonte de rendimento e as atividades desenvolvidas pode-se concluir que se trata de camponeses *trabalhadores e trabalhadoras da terra*. Os dados do Gráfico 15 evidenciam que a pecuária leiteira corresponde à cerca de 47% enquanto a principal fonte de renda das famílias. Concomitantemente há o desenvolvimento da agricultura – produção de silagem/ração para o gado, situação apresentada nos capítulos anteriores.

Gráfico 16 – Principal fonte de renda



* Combinação da pecuária leiteira com outras atividades, pecuária de corte, agricultura.

* Galináceos - comercialização de galinhas e ovos.

* Emprego de corretor do pai do estudante.

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2024.

Org: NOGUEIRA, P.H.S. 2024.

Tais dados revelam que a pecuária leiteira se configura como estratégia de reprodução social, entretanto salienta-se ainda que não é somente a produção leiteira em sua finalidade única, há também a produção econômica de outras atividades – mesmo que não direcionada exclusivamente à comercialização como ocorre com o leite.

Dentre as atividades apresentadas pelos questionários tem-se: a comercialização das novilhas/bezerros, criação de peixes, pecuária de corte e leite, produção de hortaliças e frutas, criação de galinhas e suínos, produção de queijos e doces de tuchos.

A questão que cabe colocar para o debate, é, como tais elementos comprometem a construção da soberania alimentar? E como esses elementos comparecem no recorte espacial da pesquisa? Demonstramos ao longo da pesquisa, como o desenvolvimento do agronegócio do leite foi se consolidando, promovendo mudanças territoriais e sujeitando a produção camponesa à lógica do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro.

Dos 23 questionários aplicados, 47% (11 questionários) apontam como principal fonte de renda a comercialização do leite para os laticínios. Dentre os problemas apresentadas pelos camponeses produtores de leite, estão a dificuldade na contratação de trabalhadores seja para serviços essenciais para a produção de leite e/ou de manutenção na propriedade. A razão para

essa dificuldade na contratação de trabalhadores, embora não compareça no questionário se justifica pelo avanço do monocultivo de grãos no município.

Os tratores e demais recursos de trabalho (prestação de serviços) acabaram sendo convertidos na produção agrícola de grãos. Isso coloca para as frações do campesinato mais uma dificuldade de continuarem na produção leiteira.

Outro ponto elencado nos questionários é quanto à sucessão familiar na produção leiteira. Quando questionados, os jovens relataram que caso herde a propriedade da família, não continuariam com a produção de leite pois é um trabalho que não tem fim e não tem muito retorno financeiro.

Esses elementos, como mencionado anteriormente, podem estar relacionados pela *hegemonia* do agronegócio de grãos, pois um dos seus principais efeitos é a diminuição da pecuária leiteira no recorte da pesquisa. A diminuição se materializa nas dificuldades tecnológicas para continuar produzindo, nas questões ambientais – dificuldade no plantio para a produção de ração para o gado leiteiro e insetos, carrapatos, na dificuldade da mão de obra, no preço pago pelo l/leite.

Além das dificuldades para se continuar produzindo, decorre também a concentração econômica e política das agroindústrias processadoras de leite, pois diante da dificuldade em se ter acesso a matéria-prima por conta da elevação do preço do produto e a diminuição da produção, as agroindústrias reestruturaram sua fabricação a partir das *soluções lácteas*.

Essas *soluções lácteas* além de estar relacionado a empobrecimento dos produtos fabricados pelas agroindústrias processadoras de alimentos, relaciona-se também ao poder de compra da classe trabalhadora, pois os alimentos consumidos tradicionalmente – que majoritariamente possuem leite em sua composição, tiveram altas nos preços ao passo que as *soluções lácteas* se tornaram mais acessíveis.

Explicitando a contradição entre aquilo se costumava consumir e o que o poder de compra pode adquirir nos supermercados. Decorre nesse processo a alteração dos hábitos alimentares da classe trabalhadora, uma vez que esses produtos são fabricados originalmente para serem agradáveis ao paladar e por conseguinte *adestrar* para o seu amplo consumo.

Portanto, para podermos pensar a construção de uma soberania alimentar, primeiro temos que colocar em debate o fortalecimento do campesinato – como demonstrado no decorrer dessa pesquisa, são as frações do campesinato que são responsáveis pela produção de alimentos no Brasil.

Essa nova etapa em que a agroindústria processadora de leite adentrou expressa como o capital agroindustrial, químico, genético e financeiro se articulam para garantir seu processo de reprodução com base na *sujeição da renda do leite* e na viabilização do consumo de ultraprocessados a partir das mudanças dos hábitos alimentares e no *adestramento do paladar*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reestruturação produtiva do capital, na área da pesquisa, evidenciou a consolidação de grandes monopólios tanto à montante quanto à jusante da produção agroindustrial leiteira, denominado *agronegócio leiteiro*, convertendo os avanços da ciência e da tecnologia para a reprodução ampliada do capital, subjugando o trabalho, os recursos territoriais, a natureza e a vida.

O município de Piracanjuba, assim como outras localidades de Goiás não ficou alheio a esse processo compreendido enquanto *modernização do território*. Pelo contrário, a realidade empírica nos demonstrou/demonstra que as questões abordadas no decorrer da pesquisa tem raízes fundadas/consolidadas na estrutura agrária e na divisão social do trabalho que se origina a partir desse contexto.

Tem-se na própria origem da dinâmica espacial do município sujeitos quilombolas que sequer são mencionadas nos registros históricos oficiais da Prefeitura e nos estabelecimentos de ensino de educação básica. E para além disso, tem-se também a perpetuação do senso comum sobre os sujeitos camponeses e demais *trabalhadores/trabalhadoras da terra* de que são sujeitos responsáveis pelos próprios augúrios, pela ineficiência de não conseguirem produzir totalmente alinhados com o “mercado” e que são a causa do “atraso” no desenvolvimento econômico do município.

Embora sendo constituído dentro uma sociedade de classes sociais, perpassada por inúmeras contradições, tais elementos deixam claro que se trata de uma narrativa construída para beneficiar uma pequena *elite* em detrimento de uma classe social em específica. Nesse contexto que surge a “figura” “salvadora” do agronegócio para a produção de *comida saudável* e solavanco para movimentar a balança comercial brasileira.

Os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional (PENSSAN) para o ano de 2022 tornou evidente a contradição que existe no Brasil, um país com alta capacidade de produção de alimentos, mas que só produz *commodities* e a insegurança alimentar/fome que se tornou crítica nesse período (2018-2022). Seria mesmo o agronegócio uma solução viável como opção de desenvolvimento?

Ainda nesse contexto soma-se a utilização dos recursos territoriais, os efeitos ambientais, a expulsão de sujeitos tradicionais de seus territórios e a subjugação dos camponeses e trabalhadores da terra à essa lógica de reprodução do capital. Qual seria a verdadeira função social que a terra e os demais recursos territoriais devem cumprir?

Aqui cabe essa indagação, pois as localidades onde os sujeitos tradicionais (Re)Existem, o uso da terra e dos recursos territoriais não são concebidos em primeira instância para a produção de mercadorias, pelo contrário, para a produção da vida. Destarte isso, uma das aberturas utilizadas por alguns pesquisadores, autores, políticos e demais defensores do “progresso” econômico via agronegócio, em cunhar as parcelas do campesinato como “improdutivo”, “ineficaz”.

Nesse sentido, observou-se que o leite passou de um simples produto, parte de uma economia de excedente para uma matéria-prima com diversas finalidades para produtos industrializados/ultraprocessados, seja em bebidas lácteas, bebidas lácteas fermentadas, iogurtes, coalhadas, creme de leite, requeijão, leite condensado, chantilly, leite em pó, queijos, margarinas e manteigas, leite longa vida/UHT, leite pasteurizado, desnatado, dentre outros.

E recentemente os subprodutos do processamento do leite, como é o caso do soro de leite, passou a ser amplamente utilizado na fabricação das chamadas *soluções lácteas*, que são produtos que em alguns casos sequer chegam a ter leite em sua composição.

E que ainda, são imitações dos produtos consumidos tradicionalmente, aparecem como “mistura cremosa sabor requeijão” ou “mistura condensada de soro de leite”. A construção dessas chamadas *soluções lácteas*, expressa a engenhosidade na combinação de aditivos alimentícios, *sal*, *açúcar* e *gordura*, e com o poder do *marketing* alcançou-se o *adestramento pelo paladar*.

Nesse sentido, o termo *adestramento pelo paladar* me parece adequado, pois de um lado, tem-se o financiamento pesquisa e desenvolvimento (P&D), em que os produtos são reinventados para se tornar palatáveis e hiperpalatáveis. O controle social se inicia pelo paladar, fortalecido pelas campanhas publicitárias que são direcionadas e intensificadas ao público infantil, reelaborando a partir do sistema sensorial-palatável como a “comida” deve ser, inclusive com justificativas nutricionais e de saúde.

Já para a faixa etária de adultos apresenta-se a partir da perspectiva do *reducionismo nutricional*, não que isso não ocorra para o público infantil. Em relação aos adultos que ainda não foram “adestrados” tem-se a preocupação de consumo de produtos nutracêuticos, fortificados, dentre outras características em que as vitaminas, micro e macronutrientes são considerados de formas isoladas, sem levar em contexto a *cultura alimentar* e os padrões dietéticos, como o discurso do consumo frequente de proteínas, suplementos proteicos.

Essa lista com produtos oriundos das agroindústrias criaram uma demanda não pelo leite *in natura* em si, mas pela gordura que se encontra nesse produto. Ela é base para diversos produtos anteriormente citados, já que as indústrias dispõem de tecnologias para controlar o teor de gordura do leite fluido.

Se considerarmos os dados da aquisição de leite sob inspeção, tem-se que 67,52% da produção total nacional, foram adquiridos pelas agroindústrias, o que corresponde a um quantitativo de 24.635 bilhões de kg de leite. Essa informação evidencia que existe cerca de 12 bilhões de Kg/l que são comercializados fora dos mecanismos das agroindústrias. Nesse sentido, representa que há uma demanda reprimida por produtos lácteos por parte da população de menor poder aquisitivo, já que há a existência da informalidade na comercialização de leite. Além disso, a grande demanda de matéria-prima para ser processado pelas agroindústrias de laticínios.

Portanto, por quais motivos as agroindústrias que processam o leite *in natura* ainda se dispõe de amarras para a produção camponesa? Partindo dessa perspectiva, parece-me que a opção por continuar mantendo as *amarras* à produção camponesa, permite, sobretudo, a viabilização das agroindústrias processadoras, uma vez que os custos de operação dos grandes produtores podem ser rebatidos na produção camponesa sem onerar as indústrias. Ou seja, a agroindústria garante matéria-prima a baixo custo.

Por conseguinte, a opção por substituição do leite *in natura* pelo soro de leite, - que se diga de passagem, é utilizado para alimentação dos suínos pelos camponeses- representa um outro paradigma nos segmentos da indústria alimentícia. Os crescentes avanços tecnológicos juntamente com o processo de *mundialização do capital*, leva à uma crescente necessidade de reprodução ampliada do capitalismo. Essas necessidades não se circunscrevem somente no plano econômico, mas também no social, político, nas relações de trabalho, nas ações do Estado.

As *soluções lácteas* que não se enquadram em produtos de origem animal e tão pouco de origem vegetal, sendo resultado da complexa engenharia de alimentos, em que são apresentados produtos nutricionalmente pobres, ricos em açúcares, aromatizantes, e outros aditivos que são vendidos como alimentos nas prateleiras de supermercados.

As tecnologias e as diversas engenharias são convertidas em instrumentos de controle e de expansão do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro dos setores alimentícios que usam o discurso de combate à fome para fortalecer o aumento da produção e produtividade

com base na apropriação irrestrita dos recursos territoriais, expropriando populações tradicionais, e impondo de hábitos de consumo tanto no campo quanto na cidade.

Assim, os avanços da ciência e as tecnologias decorrentes não assumem uma perspectiva de emancipação e compromisso social, pelo contrário, são simplesmente convertidos para aumentar as taxas de lucro das agroindústrias processadoras de alimentos sob o custo da saúde da classe trabalhadora, da sujeição do trabalho e da produção daqueles que vivem no campo.

Por conseguinte, as questões apresentadas e discutidas reafirmam a importância não só por uma Reforma Agrária, mas também por políticas públicas que viabilizem o campo como espaço de reprodução social dos camponeses e demais *trabalhadores da terra*, e que não conceba o agronegócio como único modelo de desenvolvimento para o campo.

Destaca-se ainda a função social que o campesinato representa para o conjunto da sociedade brasileira, com a produção de comida saudável, sem a utilização de veneno. Pensar a viabilização do campesinato enquanto parte de um projeto de soberania alimentar é assumir um compromisso político no combate à fome e à insegurança alimentar.

A reforma agrária nessa perspectiva não deve ser desvinculada do combate à fome, ou seja, a terra colocada a serviço das necessidades humanas e não às necessidades de acumulação do capital. Se é um modelo que sustenta um padrão de concentração de riquezas, recursos territoriais e dinheiro público, por que ainda persiste a questão da fome?

O agronegócio aparenta ser produtivo pois recebe uma vultuosa quantidade de recursos públicos, transferência tecnológica via órgãos públicas como EMBRAPA e EMATER, além da *hegemonia* política sobre a máquina pública, consegue alinhar a legislação trabalhista, ambiental, sanitária, educacional, previdenciária, fundiária aos próprios interesses de reprodução do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro.

Se existem mecanismos que conseguem remunerar, a mais, por um boi jovem (padrão China) que vai para o mercado externo, por que não há mecanismos que remunerem melhor quem produz alimentos? Sobretudo, por que ainda não há a transferência de tecnologia para essas parcelas? É uma contradição que tem como base o processo de *mundialização do capital*.

As vantagens comparativas locais também estão dentro dessa lógica, pois a produção também passa a ser cotada pelas condições mercadológicas em nível mundial, no qual estão sendo canalizadas para a consolidação dos mecanismos financeiros nas empresas de laticínios.

Torna-se evidente que o capital agroindustrial, químico, genético e financeiro se viabiliza a partir da sujeição da renda da terra. Ou seja, são as relações não tipicamente capitalistas que sustentam a lógica de reprodução capitalista.

Embora com inúmeras dificuldades para se manterem na produção, a produção leiteira comparece como uma *estratégia* de permanência na terra, pois mesmo diante a sujeição da *renda do leite* aos complexos laticinistas mundializados possibilita rendimento todo mês e ainda há a comercialização de novilhas/bezerros que servem como poupança para o período em que há diminuição na produção de leite, e a produção de *excedente* – excedente não é aquilo que sobra, é aquilo que as condições de trabalho e produção permitiram . Portanto, é uma produção que garante renda e por conseguinte a possibilidade de reprodução social do campesinato.

Entretanto, as principais transformações técnicas na produção leiteira facilitaram a concentração, centralização econômica e política às agroindústrias processadoras de alimentos— no caso os laticínios, pois a legislação sanitária passou a ser utilizada como mecanismo de sujeição do preço do leite pago aos camponeses-produtores.

Concomitantemente, viabilizando nesse processo a atuação do capital químico, genético e financeiro, no qual a partir do volume comercializado se auferem melhores preços das agroindústrias. O aumento da produção e produtividade baseado nas inovações técnicas e tecnológicas desenvolvidas para a produção de leite.

Os principais aspectos do processo de reestruturação espacial das agroindústrias leiteiras em Goiás, inicialmente com base na expansão geográfica das agroindústrias processadoras de leite via incentivos públicos e mais recentemente o alinhamento dessas indústrias com o mercado financeiro e o mercado externo.

A integração do campesinato ao *agronegócio do leite*, se deu com base na contradição de um lado como *estratégia* de permanência na terra e reprodução social e de outro como mecanismo de viabilização do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro sob relações não tipicamente capitalistas de trabalho/produção. A possibilidade de auferir renda todo mês e a comercialização de novilhas/bezerros como poupança para o período em que há diminuição na produção de leite, embora não tenha sido questionado diretamente aos sujeitos entrevistados nessa pesquisa, é um elemento que comparece de forma explícita.

Quanto as mudanças territoriais na produção de alimentos, percebe-se um privilégio no quesito do que deve ser produzido e como deve ser produzido. Esse direcionamento massivo de recursos públicos para segmentos que visam o mercado externo,

promoveram mudanças territoriais no uso do solo, pois em primeira instância com as inovações tecnológicas e possibilidades de maiores ganhos, altera as relações de trabalho e de produção – como vimos na dificuldade de se contratar para manutenção de pastagens e produção de silo, concomitantemente ao jogo de preços realizados pelas agroindústrias processadoras de leite, colocam para os camponeses produtores de leite maior dispêndio de trabalho, o que diante da falta de transferência tecnológica não agrada aos jovens que pensam em continuar com a propriedade da família.

Essa situação reverbera de maneira significativa nas agroindústrias processadoras de alimentos, pois como demonstrado no caso do leite, as chamadas *soluções lácteas*, ilustram perfeitamente esse cenário – mas é apresentado pela mídia como um enfadonho processo de oferta e procura da matéria-prima e ainda como culpa dos camponeses que não procuram se modernizar com as inovações técnicas/tecnológicas para a produção.

Por conseguinte, essa situação compromete a construção de uma soberania alimentar, pelo fato de a produção de alimentos estar cada vez mais condicionada aos imperativos do mercado financeiro do que as próprias necessidades humanas. Isso explica os números de pessoas em situação de fome no Brasil na pandemia, mas sobretudo como os sistemas agroalimentares sob o imperativo da *mundialização do capital* se coloca para toda a classe trabalhadora.

Embora não tenha comparecido no decorrer da pesquisa, nas visitas para a realização da oficina sobre alimentos ultraprocessados e produção de comida realizada na Escola Municipal Urbano Pedro Guimarães com os estudantes, pude perceber que não conheciam sobre as práticas agroecológicas e seus benefícios para a saúde e o ambiente (solo, água etc.).

Diante dessa realidade a perspectiva é promover parcerias com entre a Escola, a Agrofloresta Flora Barreta que está localizada no município de Bela Vista de Goiás, para popularização de práticas agroecológicas, visando a práticas da agricultura regenerativa, aumento e melhoria da produção da agricultura de excedentes – já que foi uma preocupação que compareceu nos questionários aplicados pelas famílias que produzem leite, troca de experiências e/ou ainda até criar um banco de sementes crioulas no município de Piracanjuba, junto aos camponeses tradicionais, assentados de reforma agrária e a Associação Quilombola Ana Laura.

Finalizo aqui as minhas considerações, consciente de que existem algumas questões em aberto que não consegui fechar e/ou compreender no decorrer da pesquisa, é dificultoso colocar

a realidade de forma escrita numa pesquisa. Entretanto, foi possível a partir da sua realização, compreender que a realidade material é tangenciada por inúmeros elementos e que algum grau/medida estão todos intrinsecamente relacionados.

Por continuar mantendo as amarras à produção camponesa, permite, sobretudo, a viabilização das agroindústrias processadoras, uma vez que os custos de operação dos grandes produtores podem ser rebatidos na produção camponesa sem onerar as indústrias. Ou seja, a agroindústria garante matéria-prima a baixo custo e a partir disso consegue manter suas margens de lucros/rendimentos, pois ocorrem sobre relações não tipicamente capitalistas que sustentam a lógica de reprodução capitalista.

As questões apresentadas e discutidas reafirmam a importância não só por uma Reforma Agrária, mas também por políticas públicas que viabilizem o campo como espaço de reprodução social dos camponeses e demais trabalhadores da terra, e que não conceba o agronegócio como único modelo de desenvolvimento para o campo

A função social que o campesinato representa para o conjunto da sociedade brasileira, com a produção de comida saudável, sem a utilização de veneno. É necessário pensar, articular e instaurar mecanismos que viabilizem o campesinato enquanto parte de um projeto de soberania alimentar, essa postura é assumir um compromisso político no combate à fome e à insegurança alimentar.

Embora com inúmeras dificuldades para se manterem na produção, a produção leiteira comparece como uma estratégia de permanência na terra, a integração do campesinato ao agronegócio do leite, se deu com base na contradição de um lado como estratégia de permanência na terra e reprodução social e de outro como mecanismo de viabilização do capital agroindustrial, químico, genético e financeiro sob relações não tipicamente capitalistas de trabalho/produção.

Entretanto, outros segmentos produtivos que alimentam a hegemonia do agronegócio, a exemplo do monocultivo de grãos e pecuária bovina de corte, contam com uma série de incentivos, políticas públicas, crédito de financiamento, tecnologias e assistência técnica que garante a sucessão familiar nesse caso, o que não ocorre no caso da produção leiteira.

Em específico na produção leiteira, a agricultura camponesa é responsável por 57% da produção nacional, em Goiás a proporção é de 69%. Não podemos alegar que não existam programas públicos e incentivos para esse segmento produtivo, pelo contrário, existem. Entretanto há discrepâncias no que se diz respeito ao acesso, a transferência tecnológica, ao

compromisso com a viabilização do campesinato como parte de um projeto de soberania alimentar. Pois o que ocorre nesse segmento produtivo é a falta de interesse do Estado – que privilegia uma produção voltada para exportação majoritariamente, e não a produção de comida saudável para os lares brasileiros.

No contexto do município de Piracanjuba (GO) esses elementos são evidentes na realidade empírica e comparece também nos relatos dos sujeitos da pesquisa. As dificuldades em se contratar mão de obra para as parcelas camponesas que produzem leite surge a partir da expansão do monocultivo de grãos, pois os tratores, maquinários e mão de obra são canalizados para esse tipo de produção.

Outro aspecto negativo apresentado pelos sujeitos da pesquisa acerca da produção leiteira, estão que é uma atividade em que se trabalha muito e se recebe muito pouco, porém é uma situação que ainda é convidativa pois apresenta liquidez mensal e paralelo a comercialização do leite, tem-se a comercialização de bezerros.

Concomitante à essa situação tem-se a migração para o arrendamento como último recurso, pois por mais que abduquem da produção de leite, ao migrarem para o arrendamento estão garantindo que a propriedade fique em posse da família garantindo uma possibilidade de sucessão familiar mesmo ante às incertezas dos filhos/filhas em continuarem com a produção de leite e/ou até mesmo de permanecer no campo.

Nesse sentido, é necessário que haja um planejamento no quesito de criar condições para que a juventude permaneça no campo e com perspectiva de renda. É mais do que evidente que o crédito familiar é essencial – observamos isso no setor do agronegócio, mesmo que com pouco acesso ao crédito e/ou quase nenhum, a agricultura camponesa segue produzindo, tal realidade seria possível ao agronegócio?

É imperativo que se busquem soluções para essas questões, conforme apresentado, as causas da fome e da insegurança alimentar tem suas origens na forma como a estrutura agrária brasileira foi concebida – expropriação, escravização e exploração dos recursos territoriais e dos sujeitos tradicionais com uma produção voltada para satisfazer as necessidades dos países de centro capitalista.

Não obstante a toda essa complexidade de organização interna, ocorre a *mundialização*, em que as localidades são atravessadas pela lógica hegemônica, atendendo assim ao “chamado” de integrar ao mercado internacional/transnacional – contradição que se pauta na diferenciação tecnológica, recursos territoriais e o trabalho.

O município de Piracanjuba (GO) embora tenha sido a maior bacia leiteira do Goiás segue entre os maiores produtores, e não nenhum projeto por parte da Prefeitura Municipal no que se diz respeito a assistência técnica, transferência tecnológica.

Considerando que as parcelas das frações do campesinato que (Re)Existem no município de Piracanjuba (GO), torna-se incongruente que as ações do setor público sigam ignorando esses sujeitos e a função social que eles exercem e representam para todo o conjunto da sociedade em geral. Quais as possibilidades? O que pode ser feito? O que deve ser feito?

O que quero deixar salientado é que a produção leiteira se apresenta nesse contexto como uma estratégia de permanência na terra, mesmo com a sujeição da *renda do leite* aos complexos laticinistas mundializados – pois o capital agroindustrial, químico, genético e financeiro se viabilizam por relações de trabalho não tipicamente capitalistas, ou seja, pelo trabalho dos sujeitos que seguem sendo marginalizados/explorados no processo de reprodução do capital.

Para finalizar, a pesquisa de Mestrado possibilitou outros horizontes de investigação no que diz respeito à reestruturação produtiva do capital; produção de comida saudável; e (Re)Existências camponesas. Uma Dissertação de Mestrado apresenta limites para os elementos que analisamos, recortamos da realidade empírica e tentamos colocá-los/transformá-los em palavras, embora tenha sido apresentado em seções no decorrer dos capítulos são processos/situações que acontecem concomitantemente se uma sequência cronológica/compartimentada.

Os processos que ocorrem no campo em algum grau afeta a cidade, assim como o inverso. Isso também ocorre na esfera produtiva e de inovação tecnológica, acarreta em transformações sobre as relações de produção e de trabalho, no qual todos nós estamos condicionados. Portanto pensar a reestruturação produtiva do capital, em como ele afeta a classe trabalhadora que mora no campo tem seus rebatimentos para a classe trabalhadora que mora nas cidades, e o elo que podemos estabelecer nesse contexto ocorre pelo campo da alimentação.

Mas para que haja acesso pleno à alimentação saudável o que é necessário para que os sujeitos do campo continuem produzindo? Quais os elementos necessários para alterar essa estrutura e reverter esse processo? O que é necessário para criar condições de renda para os sujeitos que vivem nas cidades?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aditivos na indústria do leite POR PAULO HENRIQUE RODRIGUES JÚNIOR
INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS EM 29/12/2021 7 MIN DE LEITURA Início > Indústria
de laticínios> Aditivos na indústria do leite. Agronegócio do Leite. Produção,
Transformação e Oportunidades: FIESP.

AGrostat - <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NA AMÉRICA LATINA. Disponível
em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em: 25 de set. 2022.

ANUÁRIO LEITE 2023: Embrapa Gado de Leite. Disponível:
<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1132875/anoario-leite-2021-saude-unica-e-total>. Acessado em 17 de out. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE LEITE (ABRALEITE).
Disponível em: <https://www.abraleite.org.br/2022/05/23/apresentamos-o-25o-ranking-das-maiores-empresas-de-laticinios-do-brasil-em-2021/>. Acesso em: 21 de nov. 2023.

Atlas de Pesticidas 2022. 18.10.22. Disponível em: https://www.arc2020.eu/wp-content/uploads/2022/10/PesticideAtlas2022_Web_20221010-1.pdf. Acesso em: 07 de nov. 2022.

BERNARDES, Nívea dos Reis. **Análise da competitividade de laticínios em Goiás.** 2022. 116f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia.

BINSZTOK, Jacob. Considerações sobre a organização da produção leiteira no espaço agrário brasileiro. **GEOgraphia**, v. 2, n. 4, p. 77-88, 2000.

BOURDIEU. PIERRE. Avenir de classe et causalité du probable. **Revue Française de sociologie.** Paris, Année 1974, v.15, n.1, p. 3-42. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1974_num_15_1_2234. Acesso em: 11 de abr. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** Editora Brasiliense, São Paulo. 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer:** um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRASIL. **MINISTERIO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO** (MAPA). Disponível em: MAPA: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animais/plano-de-nacional-de-controle-de-residuos-e-contaminantes>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

Cadeia Agroindustrial do Leite no Brasil Diagnóstico dos Fatores Limitantes à Competitividade André Sorio Engenheiro-Agrônomo, M.Sc. Brasília, dezembro de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada - DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9013-29-marco-2017->

CAMILO, Pablo Jonas. A internacionalização do mercado brasileiro de derivados lácteos—análises sobre a atuação de oligopólios, oligopsônios e Trade Company. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 260-275, 2019.

CARDOSO, Ciro F. S. **A “brecha camponesa” no Brasil: realidades, interpretações e polêmicas. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas américas.** São Paulo – Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, J. D. P. L. **As (Re)Existências Camponesas nos Territórios Hegemonizados pelo Agrohidronegócio em Goiás.** UFG, Goiânia, Goiás, 2021.

CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino. **Um olhar geográfico em Corumbaíba (GO): a territorialização do capital agroindustrial lácteo, as mudanças espaciais e os novos sujeitos da relação capital/trabalho.** 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Catalão. 2013.

CASTILHO, Denis. As transformações socioespaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 3, p. 88-106, 2010.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Ediciones Nueva Vision Buenos Aires. 1974.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital.** São Paulo, Editora Xamã, 1996.

CLEMENTE, Evandro César. **Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na região de Jales-SP.** UNESP – Presidente Prudente, SP. 2006.

CLEMENTE, Evandro César; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE: a especialização do produtor é a solução? **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, p. 180-211, 2009.

COELHO, Lindson Vinicius Diniz. Por que comemos o que comemos? uma análise da alimentação sob a égide do capital financeirizado. 2022. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

CORCIOLI, Graciella. EVOLUÇÃO DO PRONAF NO ESTADO DE GOIÁS: tendência de concentração de investimentos em atividades pecuárias tradicionais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-21, 2019.

CORCIOLI, GRACIELLA; MEDINA, GABRIEL DA SILVA. Política agrícola para o agronegócio: uso de recursos públicos em benefício indireto de multinacionais estrangeiras. **Estudos Avançados**, v. 37, p. 89-106, 2023.

DAHER, José Carlos Romano. **Monografia do município de Piracanjuba (GO).** Piracanjuba – GO. 1980. 32 p.

EMBRAPA LEITE. Centro de Inteligência do Leite (CILEITE). Disponível em:

<https://www.cileite.com.br/content/leite-numeros>. Acesso em: 12 de nov. 2023.

EMBRAPA. **MÓDULOS FISCAIS NO BRASIL**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=O%20valor%20do%20m%C3%B3dulo%20fiscal,de%205%20a%20110%20hectares>. Acesso em: ago. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Análise do mercado de laticínios: tendências emergentes e perspectivas para 2022**. Disponível em: <https://www.fao.org/dairy-production-products/resources/publications/en/>. Acesso em: set. 2023.

Fundação Getúlio Vargas. **FGV Social**. Disponível em: Mapa da Riqueza | Centro de Políticas Sociais (fgv.br). Acesso em: out. 2023.

GARCIA, Maria Manuela Alves. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cadernos de pesquisa**, n. 97, p. 64-72, 1996

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HARVEY, D. **Novo imperialismo**. Edições Loyola. (2004).

HARVEY, David. **O NOVO IMPERIALISMO**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. cap 3. p. 77-114.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil**. Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. Imb - Sugiro analisar este relatório do IMB sobre a agricultura familiar em GO:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Censo agropecuário de Piracanjuba – GO**. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Goiás | Piracanjuba | Pesquisa | Censo Agropecuário | Características dos estabelecimentos. Acesso em: 28 de set. 2021.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Sobre Goiás**. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145#:~:text=O%20estado%20%C3%A9%20o%202%C2%BA,2%2C3%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas. Acesso em: ago. 2023.

Iogurtes industrializados: porções práticas de nutrição e funcionalidade/ editores, Raul Amaral Rego, Airton Vialta, Luis Fernando Caribelli Madi – 1.ed. – São Paulo: ITAL/Viva Lácteos, 2020.

IPES-Food. Unravelling the Food–Health Nexus: Addressing practices, political

economy, and power relations to build healthier food systems. **The Global Alliance for the Future of Food and IPES-Food**, 2017.

JAIME, Patrícia et al. Diálogo sobre Ultraprocessados: soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. **Universidade de São Paulo**: São Paulo, Brasil, 2021.

LENIN, Vladimir. I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2009. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico imperialismo**. Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Luiza Maria Pierini. Uso de soro de queijo e amido de milho modificado na qualidade do doce de leite pastoso. 2005. 229p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia de Alimentos, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1601020>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MAPA – Disponível em: FONTE: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9013.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.013%2C%20DE%2029,de%20produtos%20de%20origem%20animal.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. São Paulo, Ed. Hucitec. 1980.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo. 1981.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora Vozes, Petrópolis. 1981.

MATOS, Patrícia Francisca de. Estrada de Ferro: o anúncio das metamorfoses de modernização do território no Sudeste Goiano. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 1, p. 189-217, 2012.

MEDINA, Gabriel da Silva. Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva do leite: estratégia para investimentos em segmentos do agronegócio nacional. **Revista de Estudos Sociais**, v. 22, n. 44, p. 146-167, 2020.

MEDINA, Gabriel; GUIMARÃES RIBEIRO, Gessyane; MADUREIRA BRASIL, Edward. Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do Agronegócio Nacional. **Revista de Economia e Agronegócio/Brazilian Review of Economics and Agribusiness**, v. 13, n. 822-2016-54285, 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. **São Paulo: UNESP**, 2004.

MENDONÇA, MARCELO RODRIGUES. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohídronegócio e as (re)existências dos povos Cerradeiros. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; PELÁ, Márcia. O Cerrado goiano numa encruzilhada

de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerdeiros na luta por um território livre. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 2, 2011.

MENDONÇA, M. R.; JÚNIOR, A. T. TRABALHO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAMPO: OS POVOS CERRADEIROS NA LUTA POR UM TERRITÓRIO LIVRE. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2012. DOI: 10.33026/peg.v12i2.1054. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1054>. Acesso em: 8 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Secretária de Comércio Exterior. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: jul. 2023.

MINISTERIO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: MAPA: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animado/plano-de-nacional-de-controle-de-residuos-e-contaminantes>. Acesso em: 24 de set. 2023.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA PECUÁRIO E ABASTECIMENTO (AGROSTAT). Disponível em: <https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 02 de dez. 2023.

MONTEIRO, C.A.; et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutr**, v.22, n.5, 936-941, Apr 2019.

MOSS, Michael. **Sal, açúcar, gordura: como a indústria alimentícia nos fisgou**. Editora Intrínseca, 2015.

NEVES, Pedro Dias Mangolini; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. existência e permanência no campo através do associativismo e cooperativismo. **Revista Equador**, v. 6, n. 2, p. 44-59, 2017.

OLHE PARA A FOME. **Oxfam Brasil**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/>. Acesso em: 25 de set. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Revista Campo-Território**, v. 5, n. 10, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**, 2004.

OLIVEIRA, ARIOVALDO UMBELINO de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.
Oxfam: These 10 companies make a lot of the food we buy. Here's how we made them better. | Oxfam (oxfamamerica.org)

PACÍFICO FILHO, Valdecir José. **A repartição do chão e as condições administrativas e legais para o surgimento de Piracanjuba (1831/1886)**. Dissertação

(Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Goiânia. 2016.

PADUA, W. R.. As dinâmicas espaciais cidade-campo em áreas de cerrado: do garimpo de Esmeraldas em Campos Verdes/GO ao Assentamento Caracol em Crixás/GO. In: Sônia de S. M. Menezes; Maria Geralda de Almeida; José Antônio S. de Deus. (Org.). **NOVOS USOS DOS ESPAÇOS RURAIS E SUAS RESILIÊNCIAS**. 01ed.ARACAJÚ: Criação Editora, 2020, v. 01, p. 47-76.

PAHO - PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. Ultra-processed food and drink products in Latin America: Sales, sources, nutrient profiles, and policy implications.

PAIXÃO, Frederico Oliveira da. **A QUESTÃO AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**. Programa de Pós-Graduação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2014.

PAULILLO, L.F.O; HERRERA, V. E.; COSTA, A. A reestruturação agroindustrial Láctea e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto-SP. **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos, EDUFSCAR, 2002.

PAULILLO, Luiz Fernando; PESSANHA, Lavínia. Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Conexões, Implicações e Regionalização. cap. 1. p. 17-53. In: **Reestruturação Agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**.

PAULILLO, Luiz Fernando. ALVES, Francisco (org.). São Carlos/ EdUFSCAR, 2002. 350p. ISBN: 85-85173-78-5.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. **São Paulo**. UNESP, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. Unesp, 2006.

IBGE | Biblioteca | Detalhes | Pesquisa de orçamentos familiares : 2017-2018 : análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Acesso em 29. Fev. 2024.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 18, 2014.

POF - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=downloads>

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições**. Editora Intrínseca, 2006.

Relatório Farm Research. Disponível em: <https://ifcndairy.org/ifcn-products-services/dairy-report/>. Acesso em: 12 de nov. 2023.

Revadam – Disponível em: <https://ojoioeotriga.com.br/2021/10/parece-mas-nao-e-tem>

RODRIGUES, Gisele Silva. **O sentido político de comunidade:** relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO). 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia. Catalão, Goiás, 2014.

SANTOS, Joelma Cristina dos. O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente - SP. 2004.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. **Economia Espacial**, p. 31-43, 1977. Editora Contexto, Hucitec, São Paulo.

SANTOS, Valmir Crispim dos. **Extensão rural e valorização dos saberes/fazeres da comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO).** 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia. Catalão, Goiás, 2015.

SCRINIS, Gyorgy. **Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional.** Editora Elefante, 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** Cengage Learning, 2014.

SECRETÁRIA DE ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL (SECEM). Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/>. Acesso em: 27 de nov. 2023.

SENA, C. C. A. Da modernização à globalização alimentar: o local e o global na região metropolitana de Goiânia. 2023. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; BORGES NETTO, Mario. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. **Entrelaçando–Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, v. 2, p. 45-60, 2011.

SILVA, Margot R. e. ESTEVAM, Luis Antonio. O ESVAZIAMENTO DAS REGIÕES RURAIS: O CASO DA BACIA LEITEIRA DE PIRACANJUBA – GO – BRASIL (2000- 2010). **REDES – Revista de desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 62-81. set/dez 2013.

SOARES, Bruna Chamusca V.; VENDRAMEL, Simone MR; DE SOUZA, Simone LQ. SORO DE LEITE: UMA VISÃO AMBIENTAL. **Alimentos: Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente**, v. 2, n. 4, p. 31-40, 2021.

SOARES, Jéssica P. et al. Efeito da adição de proteína do soro do leite como substituto do trigo na formulação de bolos sem adição de açúcar. *Braz. J. Food Technol.* v.21. Campinas 2018 Epub Nov 13, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjft/a/SzsydRQFvS65KjZMHX3tnpM/?lang=pt#>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SORIO, André. Cadeia Agroindustrial do Leite no Brasil Diagnóstico dos Fatores

Limitantes à Competitividade. Disponível em: https://asbram.org.br/wp5/wp-content/uploads/2019/01/Estudo_do_Leite_Versao_Digital-minimizada.pdf. Acesso em jan. 2024.

SOUZA, B. A. de ; PIAS, K. K. S.; BRAZ, N. G.; BEZERRA, A. S. ADITIVOS ALIMENTARES: ASPECTOS TECNOLÓGICOS E IMPACTOS NA SAÚDE HUMANA. **Revista Contexto & Saúde**, [S. l.], v. 19, n. 36, p. 5–13, 2019. DOI: 10.21527/2176-7114.2019.36.5-13. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/7736>. Acesso em: 15 fev. 2024.

TEIXEIRA, I. M. D.; ANTUNES, V. de C.; SCHUINA, G. L.; CASTRO, M. S. R.; CASTRO, W. F. de. Elaboração de bebida à base de leite e análise sensorial de bebidas achocolatadas comerciais / Elaboration of buttermilk-based drink and sensory analysis of commercial chocolate drinks. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 42010–42022, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n6-658. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12434>. Acesso em: 25 mar. 2024.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10 ago., p. 92–122, 2010. DOI: 10.14393/RCT51012042. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em: 8 dez. 2023.

Trindade, M. B. (2018). Aproveitamento do soro de leite: Diagnóstico em laticínios do Brasil. 52 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS Editora, 2008. Washington, D.C. PAHO, 2019.

VILLAMIL, Iván Mauricio Perdomo. Resistência negra Afrodescendente em Goiás: a associação Quilombola Ana Laura no município de Piracanjuba/GO. 2018. **Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Ambiente e Sociedade** – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos – GO.

YANG, F. et al. Effects of Boswellia Serrata and Whey Protein Powders on Physicochemical Properties of Pork Patties. *Foods*, v. 9, n. 3, p. 334, 2020. Disponível em : <https://www.mdpi.com/2304-8158/9/3/334#:~:text=This%20study%20shows%20that%20combined,and%20effectively%20improving%20quality%20characteristics>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ZACARCHENCO, P. B.; VAN DENDER, A. G. F.; REGO, R. A.; **BRASIL DAIRY TRENDS – 2020**. Disponível em: <https://nutricao.t4h.com.br/livros/brasil-dairy-trends-2020-tendencias-do-mercado-de-produtos-lacteos/>. Acesso em: jan. 2024.

QUESTIONÁRIO ALUNOS

Data: _____/_____/2024	Nº do questionário: _____
------------------------	---------------------------

Projeto de Pesquisa: A pecuária leiteira em Piracanjuba (GO)

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

Mestrando: Paulo Henrique Santos Nogueira

Nome da escola em que você estuda:

Seu nome: _____

Série/ano: _____

1. Idade: _____

2. Sexo: Masculino; Feminino.

3. Você mora no campo ou na cidade?

sim; não

Se no campo, qual o nome da fazenda/sítio/chácara/assentamento?

4. Nascido em Piracanjuba? sim; não

Se não for, nasceu em qual cidade? _____

5. Há quanto tempo reside no campo?

6 meses a 1 ano ;

2 a 4 anos ;

5 a 6 anos ;

7 anos ou mais

6. Sua família é proprietária da propriedade onde moram?

Sim

Não

7. Qual o tamanho da área da propriedade em que moram?

até 3 hectares

4 a 5 hectares

6 a 10 hectares

de 10 a

20 hectares

30 a 50 hectares 60 a 100 hectares 100 a 200 hectares mais de 200 hectares

8. Quantas pessoas moram na sua casa?

até 3 pessoas 4 a 5 pessoas 6 pessoas
 7 pessoas ou mais

9. Qual a principal atividade econômica realizada na propriedade?

pecuária leiteira pecuária de corte hortaliças e legumes
 venda de galinhas/ovos plantio de soja/milho/girassol outro, qual?

10. Qual a principal fonte de renda da sua família?

venda de leite venda de gado de corte venda de hortaliças e legumes
 venda de galinhas/ovos plantio de soja/milho/girassol outro, qual?

11. Caso herde a propriedade de seus pais, pretende continuar com a produção de leite de vaca?

Sim Não

Caso a resposta seja não, relate nas próximas linhas, os principais motivos.

12. Quais suas perspectivas de futuro, morando na propriedade?

13. Tem vontade de morar na cidade?

sim não

Se sim, por quê?

14. Após terminar os estudos nessa escola e o ensino médio, pretendem fazer algum curso técnico ou ensino superior?

sim não

19.1 Se sim, qual gostaria e por quê?

15. Sua família é associada em algum sindicato (rural ou de trabalhadores rurais), cooperativa ou Associação de moradores em Piracanjuba?

Sindicato Rural

Sindicato dos Trabalhadores

Rurais

Coapil

Outra associação, qual?

16. Quais os animais que você e sua família criam na propriedade? E quais vocês vendem?

17. Quais são as frutas e verduras que você e sua família plantam na propriedade? E quais vocês consomem?

18. Quais são os alimentos que você e sua família compram nos supermercados? (incluindo ingredientes para quitandas, lanches, sobremesas, “besteiras”)

19. Descreve nas próximas linhas as principais dificuldades enfrentadas na pecuária leiteira e ou nas atividades que você e sua família desenvolvem na propriedade.

20. Qual a importância da pecuária leiteira (ou a principal atividade econômica da propriedade) para você e sua família?

21. Quais o uso dos dejetos dos currais na propriedade?

22. Quais os principais problemas ambientais observados na propriedade?

23. Caso pudesse escolher o cardápio da merenda da escola, o que você escolheria pra comer toda semana?

Roteiro de Entrevista Cooperativa

1 Data: _____/_____/202__

Nº da entrevista: _____

Dados gerais:

- 1) Idade: _____ Nível de escolaridade: _____
2) Profissão: _____
3) Há quanto tempo você trabalha na Coapil?
4) Qual cargo você exerce na empresa?

Caracterização da Cooperativa:

- 1) Quem são os idealizadores/fundadores da Cooperativa? Qual o capital empregado aproximadamente?
- 2) Qual a captação diária da unidade? Em média, qual o rendimento anual com a comercialização do leite?
- 3) Na Cooperativa há algum beneficiamento do leite? Ou algum processo de transformação que agregue valor a mercadoria?
- 4) Qual a principal forma de escoamento do leite?
- 5) Quais as principais agroindústrias de laticínios que negociam a compra de leite do posto de captação?
- 6) Existem terceirizações das atividades? Quais? Por quê?
- 7) A Coapil já participou, ou participa, de atividades terceirizadas? Quais?
- 8) A Cooperativa desenvolve projetos de ação social? Qual(s)?
- 10) A Cooperativa possui políticas e ações ambientais junto aos cooperados?
- 11) Quantos Funcionários a Cooperativa emprega (supermercado, posto, silo graneleiro)?
- 12) Além da produção leiteira, quais os ramos econômicos em que a Cooperativa atua?
- 13) Existem ações desenvolvidas em conjunto com o Senar Goiás, Sindicato dos trabalhadores rurais, Sindicato dos produtores rurais e/ou Prefeitura Municipal?
- 14) Quantas unidades a Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba possui atualmente?
- 15) Como funciona o sistema de gestão da Cooperativa?
- 16) Quantos associados a Cooperativa possui atualmente?

Caracterização dos fornecedores/produtores de leite:

- 1) Quantos litros/dia são produzidos diariamente?
- 2) Qual o total de fornecedores de leite?
- 3) Em termos de qualidade, qual(s) categorias de leite vocês coletam?
- 4) Qual o perfil dos fornecedores/produtores (pequenos, médios, grandes, especializados ou não) de leite?
- 5) Existem diferenciações no valor pago pelo leite aos fornecedores/produtores? Como é realizada?
- 6) Como é feito o controle de qualidade do leite recebido?
- 7) Como é a relação entre a Cooperativa e os fornecedores/produtores de leite? Existe algum convênio para treinamento, qualificação e financiamentos para a tecnificação e melhoria na qualidade do leite produzido?
- 8) Quais as principais dificuldades em relação aos fornecedores?
- 9) Qual o perfil fundiário dos produtores-associados/fornecedores?
- 10) A venda do leite dos produtores para a Cooperativa é mediante contrato?
- 11) Como é a política de preços da Cooperativa?
- 12) Em sua opinião, qual a importância da Cooperativa para o município de Piracanjuba?
- 13) Como é comercializado o leite com os produtores?
- 14) Quais os benefícios e vantagens de ser um associado da Cooperativa?
- 15) O que é necessário para se tornar um associado na Cooperativa?
- 16) Quais os valores da produção de grãos (soja, milho, sorgo, girassol)?
- 17) A produção de ração é proveniente do beneficiamento dos grãos produzidos no município?
- 18) Qual a média anual dos lucros da farmácia veterinária?
- 19) Os produtos mais procurados da farmácia veterinária são para uso do gado leiteiro ou de corte?

20) Quantos associados acessam o Pronaf via Cooperativa?

IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE

Data: _____/_____/202_

Nº da entrevista: _____

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

Mestrando: Paulo Henrique Santos Nogueira

Nome

do

entrevistado:

QUESTÕES SUBJETIVAS

1. Há quanto tempo você vive na região?
2. Qual o tamanho da propriedade?
3. Quantas pessoas vivem/trabalham na propriedade?
4. Qual a sua principal fonte de renda?
5. Qual o tamanho do rebanho?
6. Quantos litros de leite são produzidos?
7. Como é feito o manejo do gado (nutrição, vacinas, quantos litros de leite por vaca)?
8. Qual a distância da propriedade até a cidade?
9. Qual a importância da produção leiteira pra você e sua família?
10. Há quanto tempo você se dedica à produção leiteira?
11. Em média, qual a produtividade diária em litros de leite?
12. Em média, quantas vacas são ordenhadas por dia?
13. Qual a raça predominante do rebanho bovino?
14. Qual o destino do leite produzido?
15. Qual o valor recebido pelo leite no mercado? E para qual laticínios é vendido?
16. Você já recorreu há alguma linha crédito ou financiamento para aplicar na atividade leiteira? Qual?
17. Quais as principais vantagens que você identifica em se dedicar à produção leiteira?
18. Quais as principais dificuldades que você identifica em se dedicar à produção leiteira?
19. Você acredita que continuará se dedicando a produção de leite? Por quê?
20. Qual a destinação dos dejetos do rebanho?
21. Quais os principais problemas na época da seca?
22. Quantos litros são produzidos pela melhor vaca do rebanho?
23. Quantos litros são produzidos pela pior vaca do rebanho?
24. Quais os principais problemas ambientais observados na propriedade?

IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE

Data: _____/_____/202_ Nº da entrevista: _____

1 Data: / / 202_ 1.1 Nº da entrevista: _____

Projeto de Pesquisa: A produção leiteira e a diversidade territorial em Piracanjuba (GO)

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

Mestrando: Paulo Henrique Santos Nogueira

LOCAL: _____

1. Idade;
2. Profissão;
3. Qual cargo você ocupa no Sindicato?
4. Há quanto tempo você faz parte do Sindicato?
5. Como foi o processo de formação do Sindicato?
6. Quantos filiados ao Sindicato possui atualmente?
7. Qual o papel e atuação fundamentais do Sindicato atualmente?
8. O Sindicato organiza movimentos reivindicatórios ou mesmo assembleias entre os/as associados/as? Como elas acontecem/ram?
9. O Sindicato possui parcerias? Quais? Como atuam?
10. Discorra sobre as dificuldades de atuação do sindicato no município
11. Quais os principais problemas quanto a atuação sindical no município?
12. Quais as principais reivindicações que o sindicato angariou para os associados?
13. Quanto tempo o sindicato atua no município?
14. Qual o perfil do produtor rural de Piracanjuba? – (grande, médio, pequeno? O que eles mais produzem?)
15. Quais as ações desenvolvidas pelo Sindicato no processo de conscientização e recuperação ambiental?
16. Quais as ações direcionadas para a juventude no campo?
17. Qual a sua percepção sobre as ações coletivas dos produtores rurais de Piracanjuba? E que deveria ser feito para o fortalecimento da ação sindical?
18. Quais ações que o sindicato desenvolve junto aos produtores de leite?
19. Existem ações/parcerias em conjunto com a Coapil e a Emater?

IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE

Data: _____ / _____ / 202_ N° da entrevista: _____

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

Mestrando: Paulo Henrique Santos Nogueira

LOCAL: _____

1. Idade;
2. Profissão;
3. Qual cargo/função na Associação Quilombola?
4. Como foi o processo de certificação do Quilombo?
5. Quantas famílias fazem parte do Quilombo Ana Laura?
6. Qual a origem do nome do Quilombo Ana Laura?
7. Quais as ações que o Quilombo desenvolve no município? No tocante à saúde, educação, trabalho e cultura, tanto para os membros quanto para comunidade externa?
8. Qual o perfil dos empregos que os integrantes do Quilombo ocupam?
9. Sabe informar qual região do município os primeiros afrodescendentes se instalaram antes da chegada dos Bandeirantes?
10. Fale um pouco sobre os conhecimentos tradicionais herdados (plantas medicinais, culinária, artesanato, olaria, etc.)
11. Quais as ações que o poder público municipal desenvolve junto ao Associação?
12. Fale um pouco sobre as participações culturais em eventos dentro e fora do município
13. Retratar a questão racial no município
14. Quais os principais problemas enfrentados pelo Quilombo atualmente?
15. Quais as principais conquistas do Associação?
16. Quais as principais atividades laborais que os homens e as mulheres desenvolvem?
17. A produção do cigarro de palha é uma das atividades/fonte de renda principais?
18. Discorra sobre o projeto de Educação Quilombola para o município
19. Como é a relação com as Associações Quilombolas dos municípios vizinhos?
20. A Associação realiza reuniões periódicas?
21. Como é a situação domiciliar dos integrantes? Mais rural ou urbana?